



Relatório
e Contas
2005

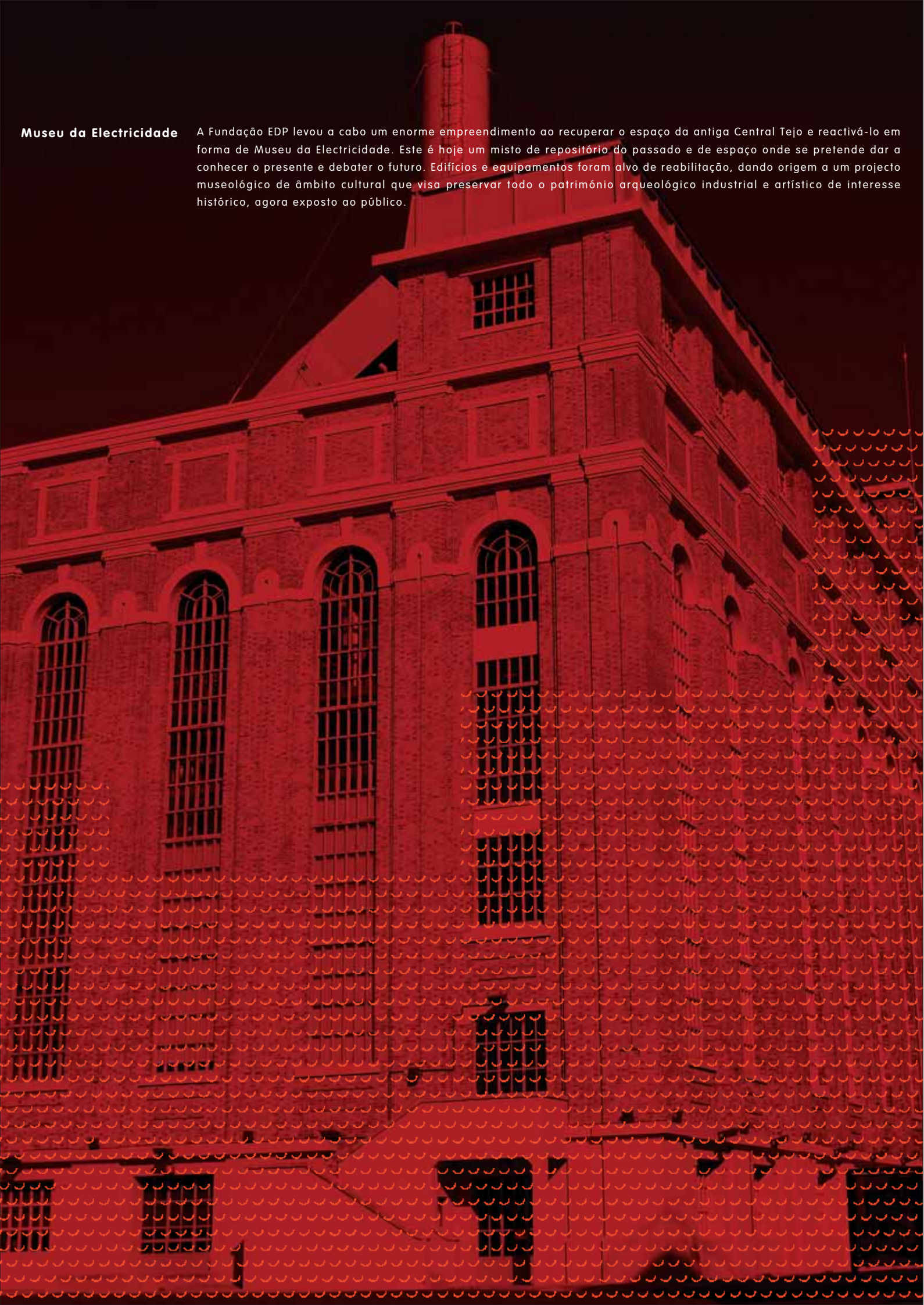
Caderno
Institucional
e do Governo
da Sociedade

10 milhões de sorrisos

Hoje, a EDP está mais próxima dos seus clientes. É mais simples nos processos, nos serviços que presta e nos produtos que cria. É mais transparente. É mais optimista. É mais rentável para os seus accionistas. É mais responsável. É mais humana. É mais satisfação. É um sorriso que gera milhões de sorrisos.

Museu da Electricidade

A Fundação EDP levou a cabo um enorme empreendimento ao recuperar o espaço da antiga Central Tejo e reactivá-lo em forma de Museu da Electricidade. Este é hoje um misto de repositório do passado e de espaço onde se pretende dar a conhecer o presente e debater o futuro. Edifícios e equipamentos foram alvo de reabilitação, dando origem a um projecto museológico de âmbito cultural que visa preservar todo o património arqueológico industrial e artístico de interesse histórico, agora exposto ao público.



Visão, Missão e Valores	4
Síntese de Indicadores	6
Principais Acontecimentos	8
Mensagem aos Accionistas	10
Órgãos Sociais	18
Negócios do Grupo EDP	23
Marca	24
Cliente	28
Estrutura Organizacional	32
Enquadramento Macroeconómico	34
Síntese de Actividade	39
Negócio Eléctrico na Ibéria	39
Negócio do Gás na Ibéria	71
Negócio Eléctrico no Brasil	75
Telecomunicações em Portugal	88
Temas Corporativos	93
Qualidade	94
Recursos Humanos	96
Gestão do Risco	104
Sistemas de Informação	109
Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	114
Fundo de Pensões	116
Serviços de Suporte	118
Governo da Sociedade	125
Declaração de Cumprimento	127
Divulgação da Informação	130
Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	156
Regras Societárias	158
Órgão de Administração	161
Demonstrações Financeiras	170
Proposta de Aplicação dos Resultados	174
Perspectivas para 2006	176
Referências Finais	177
Extracto da Acta da Assembleia Geral	178

The diagram consists of three red circles arranged in a triangle. Each circle has a thick orange border and contains white text. The top circle is labeled 'visão', the bottom-left circle is labeled 'missão', and the bottom-right circle is labeled 'valores'. Three curved orange arrows connect the circles in a clockwise cycle: from 'visão' to 'valores', from 'valores' to 'missão', and from 'missão' back to 'visão'. Each arrow is composed of a solid orange line with a series of small orange dots trailing behind it, suggesting a path or flow.

visão

valores

missão

VISÃO

Ser o mais competitivo e eficiente produtor e fornecedor de serviços e soluções energéticas de electricidade e gás na Península Ibérica.

MISSÃO

A missão da EDP assenta em 3 pilares fundamentais:

- Garantir um retorno superior aos nossos accionistas para que continuem a investir na EDP.
- Garantir uma qualidade de serviço elevada superando as expectativas dos nossos clientes e assegurando a sua lealdade.
- Garantir aos colaboradores do Grupo EDP perspectivas de progresso e crescimento profissional que lhes permitam realizar-se como membros de uma equipa ganhadora.

VALORES

- Cliente - Considerar o cliente como a entidade central da actividade da EDP.
- Ambição - Ser a empresa mais competitiva do nosso sector assente numa base de excelência.
- Eficiência - Aportar valor aos nossos Clientes, colaboradores e accionistas, trabalhando eficientemente, gerando e implementando soluções inovadoras e de qualidade.
- Transparência - Tornar a transparência, na nossa relação com Clientes, colaboradores, accionistas e entidade reguladora, um valor embebido e integrado na cultura do Grupo.
- Rigor - Adoptar o rigor como regra geral de actuação e base de decisão. Aceitar o erro, desde que não deliberado, fraudulento, destrutivo ou reincidente, como processo de uma experiência de melhoria humana e profissional.
- Ambiente - Respeitar o ambiente desenvolvendo o Grupo com soluções sustentáveis e apoiar activamente as comunidades que servimos.
- Ética - Cumprir os mais altos padrões de ética em todas e cada uma das nossas acções.

Indicadores Financeiros

	Milhares de euros	2005	2004	Var. %
Grupo EDP				
Volume de Negócios		9.677.024	7.310.688	32,4%
Resultados Operacionais Brutos ⁽¹⁾		2.481.549	1.076.542	130,5%
Resultados Operacionais ⁽²⁾		1.582.610	327.202	383,7%
Resultado Líquido		1.071.102	42.815	2401,7%
"Cash-Flow" Operacional		1.652.816	1.664.036	-0,7%
Investimento Operacional Líquido		1.427.154	1.218.420	17,1%
Investimento Financeiro		775.682	149.360	419,3%
Activo Líquido		24.032.975	20.900.976	15,0%
Capitais Próprios		4.823.400	4.037.858	19,5%
Passivo Financeiro		10.584.300	9.141.885	15,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios		25,2%	1,1%	24,2 p.p.
Rentabilidade do Activo		4,7%	0,2%	4,5 p.p.
Passivo Financeiro / Capitais Próprios		219,4%	226,4%	-7,0 p.p.
Activo Líquido / Passivo		125,1%	123,9%	1,2 p.p.
Resultado por Acção (euros)		0,29	0,01	2401,7%
"Dividend Yield"		3,8%	4,1%	-0,3 p.p.
Capitalização Bolsista		9.506.998	8.154.079	16,6%
Produção de Electricidade - Portugal				
Volume de Negócios		1.896.584	1.520.729	24,7%
Resultados Operacionais Brutos		802.394	835.563	-4,0%
Resultados Operacionais		602.814	633.746	-4,9%
Resultado Líquido		379.407	402.350	-5,7%
Investimento Operacional		202.233	200.208	1,0%
Distribuição de Electricidade - Portugal				
Volume de Negócios		3.767.596	3.637.538	3,6%
Resultados Operacionais Brutos		423.964	282.516	50,1%
Resultados Operacionais		171.263	28.122	509,0%
Resultado Líquido		128.686	22.687	467,2%
Investimento Operacional		335.926	302.762	11,0%
Comercialização de Electricidade - Portugal				
Volume de Negócios		525.023	322.319	62,9%
Resultados Operacionais Brutos		-80.821	-6.139	-1216,5%
Resultados Operacionais		-85.239	-9.846	-765,7%
Resultado Líquido		-71.255	-8.569	-731,6%
Investimento Operacional		5.663	5.572	1,6%
Electricidade - Espanha (100%)⁽³⁾				
Volume de Negócios		1.300.353	1.077.501	20,7%
Resultados Operacionais Brutos		407.756	258.479	57,8%
Resultados Operacionais		267.969	130.156	105,9%
Resultado Líquido		113.218	22.074	412,9%
Investimento Operacional		89.108	68.995	29,2%
NEO Energia (100%)⁽⁴⁾				
Volume de Negócios		344.275	107.283	220,9%
Resultados Operacionais Brutos		124.344	61.970	100,7%
Resultados Operacionais		76.404	33.914	125,3%
Resultado Líquido		30.798	12.929	138,2%
Investimento Operacional		278.273	291.711	-4,6%
Gás - Ibéria (100%)⁽⁵⁾				
Volume de Negócios		750.730	703.352	6,7%
Resultados Operacionais Brutos		137.751	138.490	-0,5%
Resultados Operacionais		101.788	103.855	-2,0%
Resultado Líquido		69.518	59.291	17,2%
Investimento Operacional		68.280	74.164	-7,9%
Energias do Brasil				
Volume de Negócios		1.503.654	1.074.319	40,0%
Resultados Operacionais Brutos		413.097	210.769	96,0%
Resultados Operacionais		344.966	156.643	120,2%
Resultado Líquido		180.889	45.646	296,3%
Investimento Operacional		419.355	284.926	47,2%
Telecomunicações⁽⁶⁾				
Volume de Negócios		278.403	279.962	-0,6%
Resultados Operacionais Brutos		19.271	-40.943	-
Resultados Operacionais		-61.845	-84.721	27,0%
Resultado Líquido		-118.124	-131.354	10,1%
Investimento Operacional		34.070	25.531	33,4%

Nota: Valores de 2005 e 2004 de acordo com as normas IFRS. Releva-se 100% do valor do Investimento Operacional (líquido de participações).

¹ Inclui impacto da alienação de activos financeiros e provisões.

² Inclui impacto da alienação de activos financeiros.

³ Proforma: 100% em ambos os períodos. Exclui Naturgas Energia e Genesa.

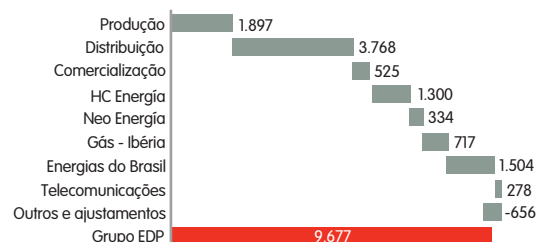
⁴ Proforma: 100% da Enernova, NEO holding, Genesa e NEO Desa em ambos os períodos.

⁵ Proforma: 100% da Portgás e Naturgas Energia em ambos os períodos.

⁶ Proforma em 2004: exclui Comunil no último trimestre.

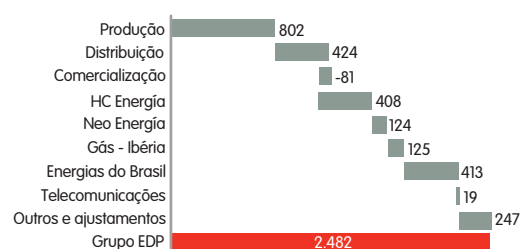
Volume de Negócios do Grupo EDP

(Milhões de euros)



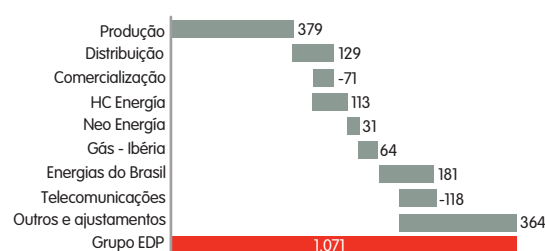
Resultados Operacionais Brutos⁽¹⁾ do Grupo EDP

(Milhões de euros)



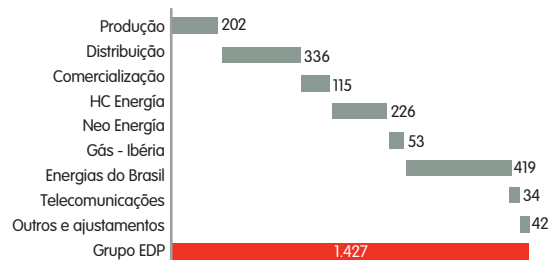
Resultado Líquido do Grupo EDP

(Milhões de euros)



Investimento Operacional Líquido do Grupo EDP

(Milhões de euros)

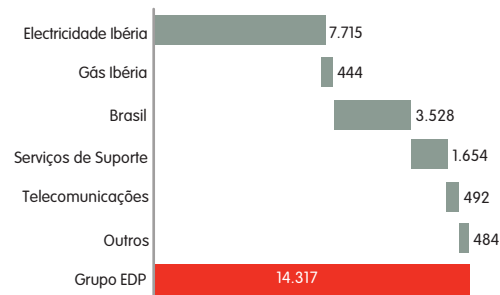


Indicadores Operacionais

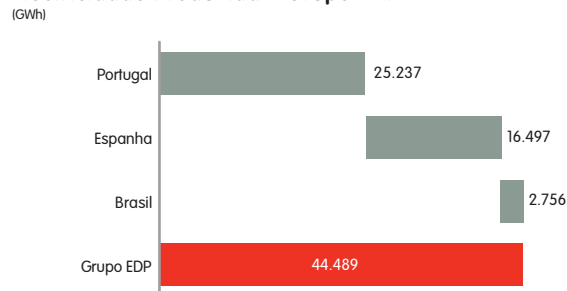
	2005	2004	Var. %
Número de Colaboradores	14.317	16.243	-11,9%
Mercado Ibérico de Energia	8.159	8.755	-6,8%
Produção em Regime Ordinário	2.276	2.216	2,7%
Produção em Regime Especial	229	136	68,4%
Distribuição	5.016	5.889	-14,8%
Comercialização	194	215	-9,8%
Gás	444	299	48,5%
Brasil (Electricidade)	3.528	3.569	-1,1%
Produção	282	216	30,6%
Distribuição	3.231	3.344	-3,4%
Comercialização	15	9	66,7%
Serviços de Suporte	1.654	790	109,4%
Telecomunicações	492	1.096	-55,1%
Tecnologias de Informação	0	1.416	-
Outros	484	617	-21,6%
Produção de Electricidade em Regime Ordinário - Ibéria			
Potência Máxima (MW)	11.073	10.568	4,8%
Portugal	8.584	8.080	6,2%
Espanha	2.488	2.488	0,0%
Vendas de Electricidade (GWh)	39.448	38.699	1,9%
Portugal	24.076	24.291	-0,9%
Espanha	15.372	14.407	6,7%
Produção de Electricidade em Regime Especial - Ibéria			
Potência Máxima (MW)	951	668	42,4%
Portugal	337	322	4,7%
Espanha	614	346	77,7%
Vendas de Electricidade (GWh)	2.285	1.709	33,7%
Portugal	1.161	1.083	7,2%
Espanha	1.124	626	79,5%
Distribuição de Electricidade - Ibéria			
Número de Clientes	6.492.287	6.397.902	1,5%
Portugal	5.907.365	5.823.342	1,4%
Espanha	584.922	574.560	1,8%
Vendas de Electricidade (GWh)	53.031	50.338	5,4%
Portugal	43.784	41.315	6,0%
Espanha	9.247	9.023	2,5%
Comercialização de Electricidade - Ibéria			
Número de Clientes	30.658	9.710	215,7%
Portugal	9.212	3.616	154,8%
Espanha	21.446	6.094	251,9%
Vendas de Electricidade (GWh)	12.240	8.997	36,0%
Portugal	6.314	4.381	44,1%
Espanha	5.926	4.647	27,5%
Gás - Ibéria			
Distribuição de Gás - Portugal			
Número de Clientes	149.196	139.328	7,1%
Vendas de Electricidade (GWh)	1.948	1.839	5,9%
Distribuição de Gás - Espanha			
Pontos de Abastecimento	599.904	577.802	3,8%
Vendas de Electricidade (GWh)	21.547	22.059	-2,3%
Comercialização de Gás - Espanha			
Pontos de Abastecimento	94.493	1.484	-
Vendas de Electricidade (GWh)	11.791	9.853	19,7%
Brasil - Electricidade			
Potência Máxima (MW)	531	506	5,0%
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	2.759	2.878	-4,2%
Distribuição	23.061	22.395	3,0%
Comercialização	6.379	4.849	31,6%
Número de Clientes	2.971.930	2.895.127	2,7%
Telecomunicações			
Tráfego Voz (M.min.)	977,9	991,4	-1,4%
Novos Clientes Banda Larga (seg.Retalha)	31.724	12.138	161,4%

Nota: Considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP. O número de colaboradores inclui órgãos sociais.

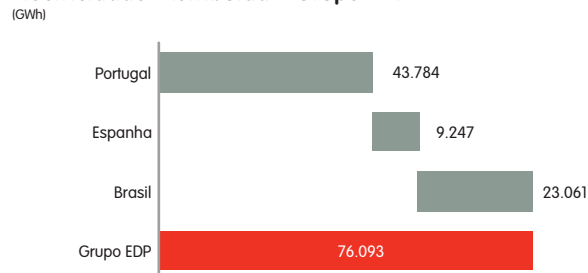
Colaboradores do Grupo EDP



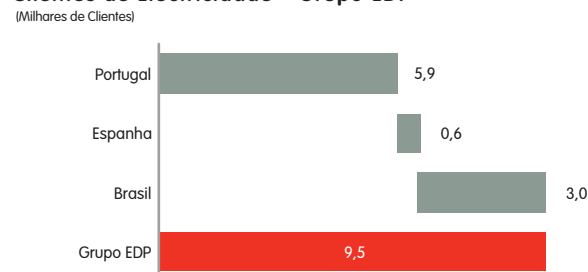
Electricidade Produzida - Grupo EDP



Electricidade Distribuída - Grupo EDP



Clientes de Electricidade - Grupo EDP



EDP assina acordo para venda da Edinfor

7 de Janeiro - EDP celebra acordo de compra e venda com a LogicaCMG, tendo em vista a alienação de 60% do capital social da Edinfor.

EDP assina acordos de cessação dos CAE's

27 de Janeiro - EDP informa da assinatura dos acordos de cessação dos CAE's pelo Grupo EDP, através da CPPE, e pela REN.

CajAstur detém 5,75% do capital social da EDP

31 de Janeiro - CajAstur comunica que detém uma participação total no capital social da EDP de 210.251.158 acções, que correspondem a 5,75% do total.

Assembleia Geral

31 de Janeiro - Ratificação da cooptação dos Administradores Dr. João Eduardo Moura da Silva Freixa e Prof. Eng. José Pedro da Silva Sucena Paiva, ampliação do Conselho de Administração para quinze membros e eleição dos Administradores D. Manuel Menéndez Menéndez e Dr. José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.

Exercício opção Turbogás

16 de Março - EDP adquire por 52 milhões de euros participações representativas de 20% do capital social da Turbogás e de 26,667% do capital social da Portugal.

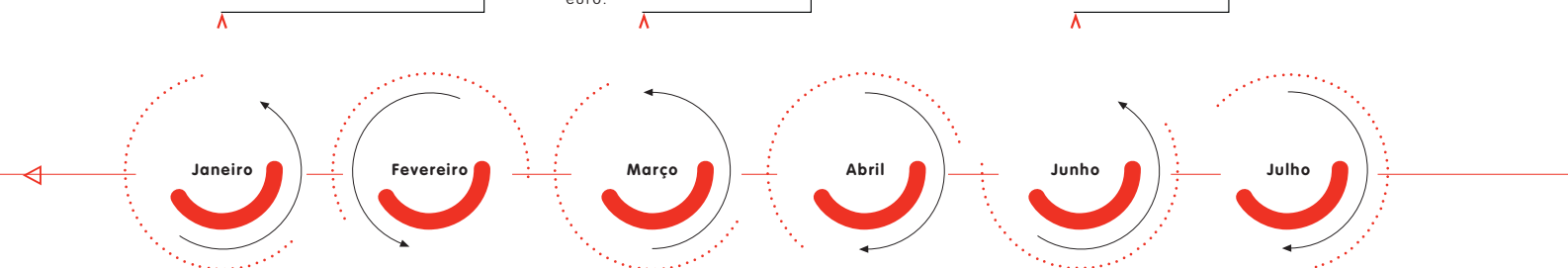
Com a concretização desta transacção, a EDP passou a deter uma participação de 40% no capital social da Turbogás.

Assembleia Geral

31 de Março - Aprovação das contas de 2004 e da distribuição de um dividendo bruto de 9,243 cêntimos de euro.

Venda de acções do BCP

30 de Junho - EDP transfere 65.473.757 acções representativas de 2,01% do capital social do BCP para o Fundo de Pensões da EDP, tendo para efeitos de registo na Euronext Lisbon sido considerado um valor de 2,12 euros por acção.



Recurso da decisão sobre a GDP

24 de Fevereiro - EDP interpõe recurso contencioso de anulação da decisão da Comissão Europeia que proibiu a aquisição de controlo conjunto da Gás de Portugal.

Venda de 3% da REE

1 de Abril - HC Energia vende por 76 milhões de euros a participação social de cerca de 3% na REE.

Reorganização societária no Brasil

8 de Abril - Celebrado acordo relativo à reorganização das participadas Bandeirante, Iven, Escelsa, Magistra e Enersul, concentrando a totalidade do capital das mesmas na Energias do Brasil, com o consequente "roll-up" dos respectivos accionistas minoritários que passam a deter cerca de 30,7% do capital da Energias do Brasil.

Revisão tarifária na Enersul

11 de Abril - A ANEEL, entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, define o valor final da revisão tarifária de Abril de 2003 da Enersul, a qual passa de 43,59% para 50,81%.

Venda de 60% da Edinfor

20 de Abril - Após a aprovação pela Direcção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, a EDP vende à LogicaCMG 60% do capital social da Edinfor.

"IPO" Energias do Brasil

13 de Julho - Admissão à negociação no Novo Mercado da Bovespa (São Paulo, Brasil) das acções representativas do capital social da Energias do Brasil, na sequência de uma Oferta Pública de Subscrição de 24.161.000 novas acções ordinárias a um preço de 18 reais por acção num montante global de 434,9 milhões de reais.

Venda da Comunitel

14 de Julho - Oni assina com a Tele2 um acordo para a venda da participação de 99,93% que detém no capital social da Comunitel.

Reforço na Portgás e Setgás

6 de Setembro - EDP conclui processo negocial com a Endesa Gás para a aquisição de 49% do capital social da NGF Gás, que é titular de 25,348% do capital social da Portgás e, indirectamente, de 19,8% da Setgás. Com esta transacção, a EDP reforça as suas posições accionistas (directas e indirectas) na Portgás e na Setgás para 72,0% e 19,8%, respectivamente.

OPA Gas Natural

8 de Setembro - EDP pronuncia-se sobre movimentos de concentração sectorial no mercado ibérico.

Indeferimento do apelo relativo à GDP

21 de Setembro - Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias emite Acórdão, no qual é indeferido o apelo interposto pela EDP relativo à anulação da decisão da Comissão Europeia de proibir a operação de aquisição conjunta da GDP pela EDP e ENI. Em 27 de Setembro, a EDP decide não apresentar recurso desta decisão.

Acordo com Tecneira

29 de Setembro - EDP celebra com a Tecneira acordo relativo à aquisição de 5 sociedades promotoras de projectos eólicos em Portugal com uma potência total de 120,7 MW.

Aquisição de parques eólicos

14 de Novembro - Autoridade da Concorrência Portuguesa aprova a operação celebrada em 28 de Fevereiro de 2005, entre a Enernova e as sociedades Energía y Recursos Ambientales, S.A. e Vendaal Promociones Eólicas, S.A. para a aquisição de 100% dos parques eólicos de Ortiga (11,7MW) e de Safra (41,7MW).

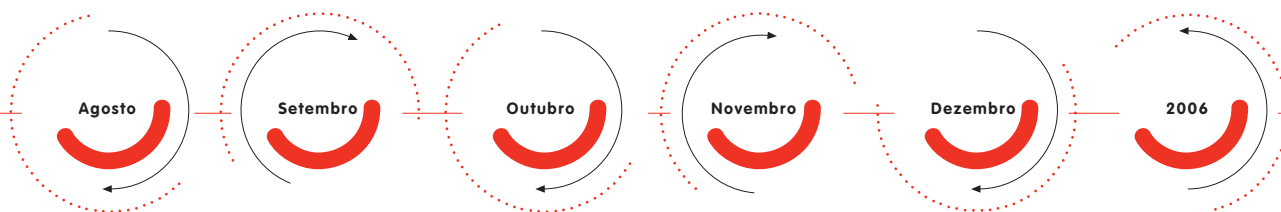
Comunicado do Presidente da Comissão Executiva

2 de Janeiro - Eng. João Talone comunica ao mercado que não pretende cumprir novo mandato.

Baltic adquire 2% do capital social da EDP

2 de Fevereiro - Aquisição em bolsa pela BALTIC SGPS, S.A., empresa do Grupo José de Mello, à Brisa Participações, SGPS, S.A., de 73.202.802 acções representativas de uma participação de 2,0020% no capital social da EDP.

Standard & Poor's revê "rating" da EDP
3 de Fevereiro - Standard & Poor's reafirma as notações de crédito 'A' (longo prazo) e 'A-1' (curto prazo) da EDP, com perspectiva estável ("Stable Outlook").



Revisão tarifária na Escelsa

12 de Agosto - A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, define o valor final referente ao aumento médio das tarifas de 2004 atribuído à Escelsa - anteriormente estabelecido no âmbito do processo de revisão tarifária trienal daquela empresa em 7 de Agosto de 2004 - que passa de 6,33% para 8,58%.

Venda de 50% da Bioeléctrica

13 de Outubro - EDP celebra contrato com a Celulose do Caíma para a venda de 50% do capital social da EDP Produção - Bioeléctrica, S.A.

Tarifas da Bandeirante

19 de Outubro - A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, define o valor final referente ao aumento médio das tarifas de 2003 atribuído à Bandeirante para 9,67%. Adicionalmente, define o reajustamento tarifário anual de Outubro de 2005, cuja variação ficou estabelecida em -8,86%.

Venda da Galp Energia

7 de Dezembro - EDP vende ao Grupo Américo Amorim 14,268% do capital social da Galp Energia, SGPS, S.A. por 720,5 milhões de euros.

Tarifas 2006

7 de Dezembro - ERSE divulga parâmetros, tarifas e preços para 2006-2008.

Aquisição da Nuon España

9 de Dezembro - EDP adquire a Nuon España por 478 milhões de euros, com um portfólio de projectos eólicos com 221 MW em operação e 1.186 MW em desenvolvimento.

Parpública emite obrigações

9 de Dezembro - Parpública emite obrigações susceptíveis de permuta por acções da EDP, no contexto da 6ª fase do processo de reprivatização da EDP.

EDP adquire participação de 1,11% na Tejo Energia

13 de Dezembro - EDP adquire à EDF, por um valor global de 1,4 milhões de euros, uma participação de 1,11% do capital social da Tejo Energia.

EDP compra parques eólicos em França

16 de Dezembro - EDP adquire à Nuon France Holding SAS, três parques eólicos (29,9 MW) na zona da Brelanha (França) por um valor de 4,4 milhões de euros.

Respostas positivas aos PIP's de aproveitamentos hidroeléctricos

22 de Dezembro - EDP recebe da DGGE respostas positivas aos Pedidos de Informação Prévia para ligação às redes do SEP relativos aos aproveitamentos hidroeléctricos do Baixo Sabor, Foz Tua e reforços de potência de Picote e Bemposta.



Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

O ano de 2005 foi muito positivo para a EDP. Foi um bom exercício económico e financeiro.

Em 2005 melhorámos os resultados, a qualidade operacional, a organização e o desempenho dos negócios, das actividades e do governo do Grupo EDP.

E foi um exercício que decorreu em ambiente de intenso desafio à nossa capacidade de adaptação à crescente exigência face à concorrência, ao mercado e à evolução regulatória e do enquadramento da política energética nacional, ibérica e europeia.

Assim, é com natural satisfação que prestamos contas aos Senhores Accionistas, com a noção de se ter progredido nos objectivos definidos a que nos propusemos de crescimento e consolidação do Grupo EDP nos mercados e nos sectores essenciais à realização da nossa agenda estratégica.

Na Península Ibérica, a EDP prosseguiu o trabalho de integração financeira, operacional e de gestão da Hidrocantábrico, optimizando a complementaridade dos activos de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, bem como de transporte, distribuição e comercialização de gás, de ambos os lados da fronteira.

Além do desenvolvimento da actuação ibérica do Grupo, importa realçar a constituição da NEO – Novas Energias do Ocidente, criada de raiz para gerir os activos de Energias Renováveis em Portugal e em Espanha, empresa que já em 2006, participou e venceu o concurso para aquisição de um conjunto de Parques Eólicos em Espanha e que nos permitiu afirmar a EDP como um dos principais operadores no mercado das Energias Renováveis na Península Ibérica.

Em Portugal, aumentámos a capacidade instalada na produção convencional, com a entrada em funcionamento do terceiro grupo electroprodutor da Central do Ribatejo. E, enquanto se aguarda o desenvolvimento do processo de atribuição de licenças para novas Centrais de Ciclo Combinado a gás natural, prosseguimos os estudos necessários à construção dos Empreendimentos Hidroeléctricos do Baixo Sabor e de Foz Tua, bem como do aumento de potência e modernização de centrais hídricas existentes, como as de Picote e Bemposta, no rio Douro.

Na distribuição de energia eléctrica, em Portugal, obtivemos reconhecidos níveis de qualidade de serviço, fruto de cuidados investimentos que a EDP Distribuição tem vindo a realizar para melhorar a qualidade técnica e comercial do serviço que prestamos aos nossos Clientes.

Enfrentámos ainda um enorme desafio nas actividades de comercialização de energia eléctrica, face a uma forte pressão concorrencial, tanto em Portugal como em Espanha, e a um aumento muito significativo dos custos, devido à evolução desfavorável dos preços dos combustíveis e à baixa hídricidade verificada.

Continuámos a expandir a nossa posição no sector da distribuição e comercialização de gás natural, com base nas nossas plataformas em Espanha – com a Naturgas Energia – e em Portugal – com a Portgás. Desenvolvemos uma estratégia de crescimento apoiada na cooperação com a Hidrocantábrico, disponibilizando, no País Basco, ofertas conjuntas de energia eléctrica e gás.

Por outro lado, e no âmbito da Reestruturação do Sector Energético nacional, a EDP concretizou uma oportunidade de alienação da totalidade da participação de 14,3% que detinha no capital social da Galp Energia, operação de que resultou apreciável contribuição para os resultados do Grupo.

Para as actividades internacionais da EDP, 2005 foi também um ano de intenso trabalho e profundas transformações.

Em particular, no Brasil, concluímos a reorganização societária das nossas actividades. Estruturámos as nossas participações em três áreas estratégicas – geração, distribuição e comercialização de energia eléctrica – optimizando a actuação do Grupo EDP ao longo de toda a cadeia de valor.

Em Julho, culminando um longo processo, as acções da EDP – Energias do Brasil foram admitidas à negociação no Novo Mercado da BOVESPA, em São Paulo, o mais exigente no Brasil em termos de transparência e bom governo societário.

Esta operação foi realizada com assinalável êxito e garantiu a adesão de investidores relevantes e do mercado em geral, quer nas operações iniciais de dispersão e de aumento de capital, quer na sucessiva valorização registada nas transacções realizadas desde então.

Foi igualmente significativo o progresso da implantação da imagem e da marca do Grupo EDP, em Portugal, em Espanha e no Brasil. Renovámos as marcas das diversas empresas do Grupo e a sua associação ao novo logótipo EDP, assegurando coerência e proximidade essenciais à boa inserção das nossas actividades na realidade e na cultura das comunidades em que nos integramos.

Nas telecomunicações, iniciámos um novo ciclo na ONI, reforçando a equipa de gestão, consolidando as suas actividades e focando as operações nos segmentos de mercado de maior retorno.

Foi possível proceder a um prudente desinvestimento, em Espanha, na Comunitel, o que permitiu reduzir a dívida financeira da ONI, melhorando o respectivo balanço.

Nas Tecnologias de Informação, adaptámos as nossas operações à nova relação com a Edinfor/LogicaCMG, que agora assenta no conceito estrito de uma prestação de serviços.

Aprofundámos também as melhores práticas de bom governo societário, à luz das recomendações da CMVM e de reputadas organizações nacionais e internacionais.

Reforçámos a transparência e a qualidade da informação prestada ao mercado e incentivámos a participação de todos os Accionistas na vida da Empresa.

Nesta linha, o Conselho de Administração aprovou a apresentação, à Assembleia Geral, de uma proposta de alteração dos estatutos para assegurar que a cada acção da EDP corresponda um voto. Desta forma, pretende-se facilitar, no que respeita às decisões do órgão cimeiro, a Assembleia Geral, o acesso e a contribuição dos pequenos accionistas que caracterizam a estrutura de capital da Empresa.

No seguimento da publicação do Código de Ética do Grupo EDP, identificando os princípios de actuação que materializam os valores assumidos e promovidos em todas as Empresas do Grupo, constituímos uma Comissão de Ética, órgão especializado do Conselho de Administração para apoiar a definição da política do Grupo em matéria de boa conduta, estabelecer orientações para a sua regulamentação e velar, a nível superior, pela sua correcta aplicação por todos os colaboradores.

O exercício de 2005 foi também um período em que dedicámos especial atenção à comunicação com todas as partes interessadas (stakeholders) nas actividades do Grupo, reconhecendo a sua importância para o relacionamento da EDP com as comunidades em que se insere, para o desenvolvimento da sua própria estratégia e para o aprofundamento dos seus valores.

Neste contexto, a EDP mereceu o prémio de Melhor Relatório e Contas no Sector Não-Financeiro e, pelo quarto ano consecutivo, o Prémio de Melhor Relatório de Sustentabilidade, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Procurámos também conhecer melhor os nossos colaboradores e as suas preocupações, mediante inquérito e análise da sua Satisfação ao nível da Empresa e das Áreas de Trabalho. Este processo permitiu registar uma evolução positiva do sentimento dos colaboradores, bem como identificar necessidades de formação e melhorar os sistemas de avaliação de desempenho e de progressão profissional.

No âmbito da implementação de uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável, reforçámos as práticas e as estruturas organizativas internas em matéria de sustentabilidade e ambiente.

E neste âmbito, instituímos a Fundação EDP, entidade especialmente vocacionada para dar corpo à intervenção do Grupo em acções de mecenato cultural, de cidadania empresarial e apoio a projectos de solidariedade social.

E foi já a Fundação EDP que liderou a recuperação e remodelação do Edifício da antiga Central Tejo, um ex-libris da arqueologia industrial portuguesa, que permitiu desenvolver um novo projecto museológico, rejuvenescido, actualizado e orientado para finalidades educativas na área da energia e ambiente, iniciativa esta que culminou culmina com a recente reabertura ao público do Museu da Electricidade.

Em particular nos temas ambientais, prosseguimos os investimentos na redução de impactos associados à nossa actividade, destacando em especial o processo de instalação de unidades de dessulfuração para reduzir emissões poluentes nas centrais de Sines, Aboño e Soto de Ribera.

Realizámos também um significativo esforço de aproximação às melhores práticas mundiais, designadamente as estabelecidas no âmbito do Dow Jones Sustainability Index – e preparámos intensamente a inclusão da EDP neste reputado índice, no futuro próximo – e da iniciativa Global Compact, das Nações Unidas, com o objectivo de alcançar níveis excelentes de desempenho e reconhecimento.

Em suma, no que respeita ao Grupo EDP, creio que os desafios superados, a maturidade atingida e a preparação desenvolvida serão marcos fundamentais para o futuro crescimento da Empresa e do seu contributo para Portugal.

Relativamente ao exercício de 2005, tendo em conta o resultado líquido consolidado de 1.071 milhões de euros e em linha com a perspectiva de crescimento de dividendos anunciada no Plano Estratégico, o Conselho de Administração irá propor, para aprovação na próxima Assembleia Geral, a distribuição de um dividendo bruto de 0,10€ por acção.

Os dividendos propostos situam-se no limite superior do intervalo apresentado ao mercado, sem prejuízo da prudência que importa ter em conta numa Empresa como a EDP, já que o valor elevado dos resultados de 2005 se explica por uma conjugação de factores, uns correntes e outros extraordinários, incluindo designadamente parcelas de carácter irrepetível.

É importante, por outro lado, destacar os significativos resultados gerados além fronteiras, legitimando inteiramente as escolhas oportunamente efectuadas quanto à necessidade de diversificação geográfica como fonte de crescimento

e criação de valor.

Estou certo de que os bons resultados obtidos se devem ao trabalho realizado em conjunto por Accionistas, Órgãos Sociais e Colaboradores, com base numa Agenda Estratégica ambiciosa que foi possível concretizar na sua quase totalidade.

Com o final deste exercício encerra-se também o ciclo de gestão 2003-2005.

Cumpre-me exprimir justo agradecimento aos Senhores Accionistas pela confiança que demonstraram no Grupo EDP ao longo do exercício e do ciclo de gestão constituído pelo actual mandato dos Órgãos Sociais.

Essa confiança ficou bem demonstrada nas sucessivas Assembleias Gerais e nas diferentes situações em que a EDP se apresentou ao mercado, quer no aumento de capital autorizado pela Assembleia Geral no âmbito da aquisição da participação adicional na Hidrocantábrico, quer na abertura do capital da Energias do Brasil, quer na recente 6ª fase de privatização da EDP, operações que se caracterizaram por excelentes níveis de receptividade, com a procura a superar largamente a oferta.

Todo o trabalho realizado, no contexto atrás referido e nas inúmeras frentes de actividade, lançou enormes desafios aos colaboradores do Grupo EDP, a quem dedico uma palavra muito especial de reconhecimento, pela abertura à mudança e pela pronta resposta sempre demonstradas.

E permitam-me, Senhores Accionistas, uma palavra final de agradecimento - pelo importante apoio recebido - a todos os meus colegas do Conselho de Administração.

Registo, reconhecido, conhecendo também a intensa cooperação recebida por parte dos membros da Comissão de Auditoria.

E, em particular, agradeço aos membros da Comissão Executiva, e muito em especial ao seu Presidente, toda a colaboração e empenho na criação de valor para EDP com que asseguraram o encargo de conduzir o dia-a-dia da Empresa durante este período de 3 anos.

Pessoalmente, considero um privilégio ter exercido, durante os últimos 9 anos, os cargos de Administrador da EDP, desde Janeiro de 1997, e em especial de Presidente do Conselho de Administração, desde Outubro de 2000.

Foi uma honra e um prazer desempenhar as funções que os Senhores Accionistas me quiseram confiar.

EDP, 7 de Março de 2006.

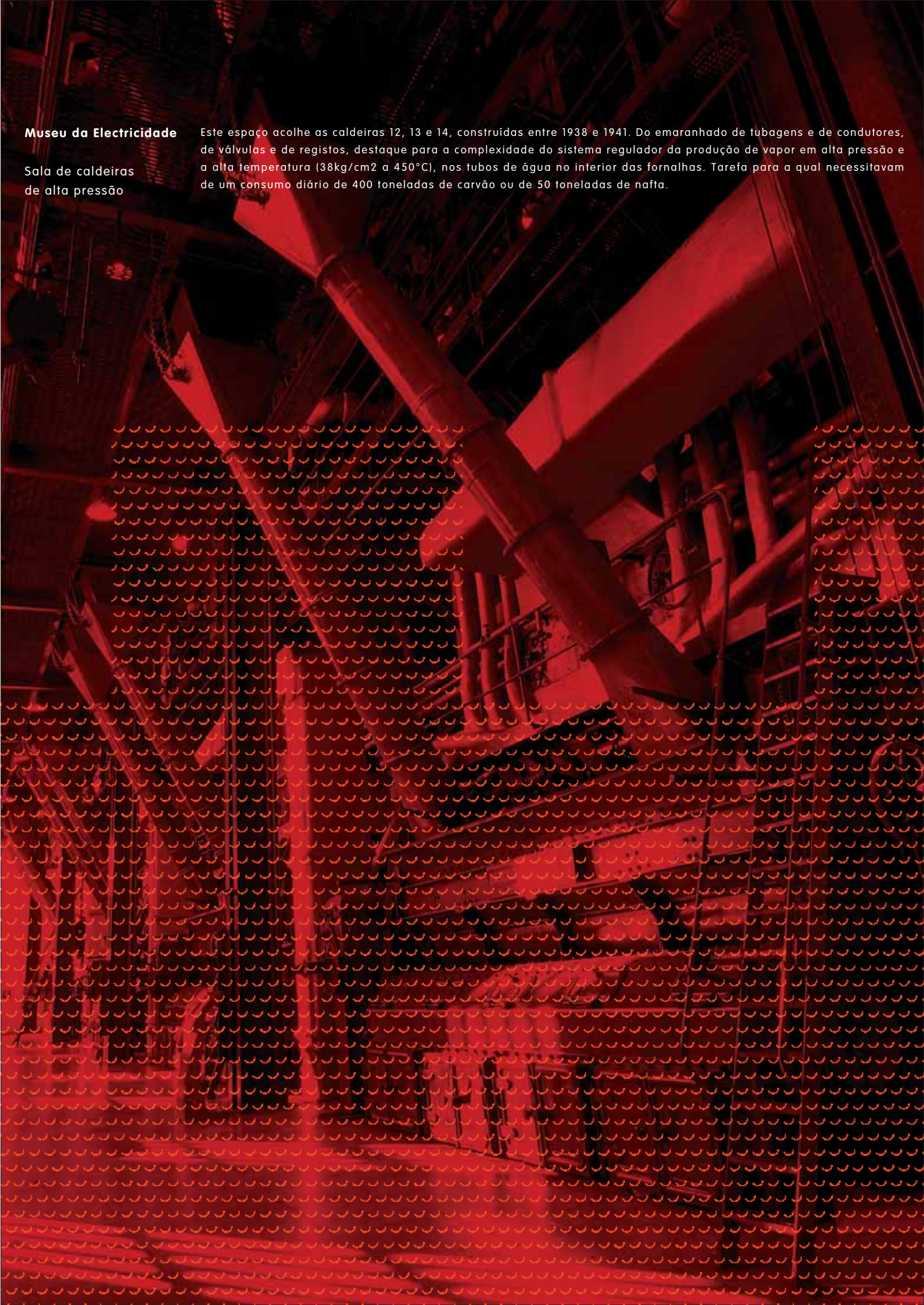


Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente do Conselho de Administração

Museu da Electricidade

**Sala de caldeiras
de alta pressão**

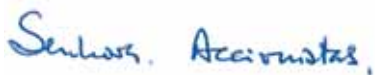
Este espaço acolhe as caldeiras 12, 13 e 14, construídas entre 1938 e 1941. Do emaranhado de tubagens e de condutores, de válvulas e de registos, destaque para a complexidade do sistema regulador da produção de vapor em alta pressão e a alta temperatura (38kg/cm2 a 450°C), nos tubos de água no interior das fornalhas. Tarefa para a qual necessitavam de um consumo diário de 400 toneladas de carvão ou de 50 toneladas de nafta.





João Ramalho Talone

Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração



Fecha-se agora mais um ciclo de 3 anos. Um mandato que termina.

Vou ser breve!

A EDP é uma “grande” empresa.

Pelas pessoas que cá tem, pela sua dedicação e profissionalismo!

Pelo Serviço Público que tem prestado em Portugal!

Pelo seu posicionamento nos mercados Ibérico e Brasileiro!

Pela sua capacidade e solidez financeira!

Pela qualidade e solidez dos seus activos.

Já era assim antes de eu cá ter chegado. Continuará a ser assim depois de eu sair.

Entretanto a empresa virou-se mais para o Cliente. Adoptou uma nova postura. Uma nova marca. Uma nova atitude. Comum aos três mercados aonde se vive um ambiente de concorrência crescente.

Aumentámos nos 3 anos a capacidade de 11,2 GW para 12,6 GW. Mais 13%.

O volume de negócios de 6,4 para 9,7 mil milhões de euros. Mais 51%!

Os resultados brutos de 1.489 para 2.482* milhões de euros. Mais 67%!

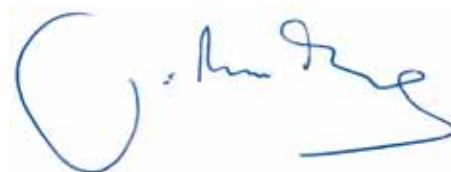
A rentabilidade do capital investido de 3,5% para 6,8%. Quase duplicou!

Quando entrámos o valor de mercado da empresa era de 5,3 mil milhões de euros. A esta data o valor é de 10,2 mil milhões de euros.

Tudo isto se conseguiu com as pessoas. Com pessoas motivadas. O índice de satisfação dos colaboradores subiu neste período de 68% para 75%. E os colaboradores motivados de 57% para 65%.

Por tudo isto a EDP é uma “grande empresa”. E merece ser apoiada para progredir mantendo a sua independência.

Lisboa, 12 de Janeiro de 2006



João Ramalho Talone

Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração

* inclui impacto da alienação de activos financeiros

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**José Manuel Galvão Teles**, Presidente**António Campos Pires Caiado**, Vice-Presidente**ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO**

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC

Fiscal Único Suplente: Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Francisco de la Fuente Sánchez**, Presidente

Em 1965 concluiu no Instituto Superior Técnico o Curso de Engenharia Electrotécnica. Em 1969 foi admitido nas Companhias Reunidas Gás e Electricidade e em 1975 foi nomeado para a Comissão Administrativa. A partir de 1977 chefiou o Serviço de Concessões da Zona de Lisboa da EDP e a partir de 1981 chefiou o Órgão de Apoio de Organização da Direcção Operacional da Distribuição Tejo. Em 1985 foi nomeado Director do Centro de Distribuição de Lisboa. Em 1987 exerceu funções de Adjunto do Conselho de Gerência da EDP e em 1988 foi nomeado Director Central Comercial. Foi Director-Geral da Direcção Operacional de Distribuição Tejo até 1994, data em que foi nomeado Administrador da LTE. Em 1997 foi eleito Administrador da EDP, tendo em 2000 sido designado Presidente do C.A. e CEO. Na área internacional, e a partir de 1997, foi Administrador Não Executivo da CERJ, Vice-Presidente Não Executivo da Bandeirante e mais tarde Presidente Não Executivo da CERJ. É Administrador da HidroCantábrico desde 2002. Fora do sector eléctrico foi Administrador Não Executivo da Galp Energia e da BVLP. É actualmente Presidente Não Executivo da ONI, Membro do Conselho Superior do BCP, Administrador Não Executivo da Fundação Portugal-África, membro do Conselho Geral da AIP, membro do Conselho Consultivo da APDC, Director da PROFORUM e do Fórum para a Competitividade. É presentemente o representante de Portugal na EURÉLECTRIC. Foi nomeado Personalidade do Ano 2002 pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. É Presidente da Fundação EDP e da Elecpor – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico.

João Ramalho Talone, Presidente da Comissão Executiva

Em 1974 concluiu no Instituto Superior Técnico o Curso de Engenharia Civil. Simultaneamente fez o Curso Superior de Management do Instituto Nacional de Investigação Industrial. Em 1984, fez o MBA na Universidade Nova de Lisboa (Wharton School of Pensylvania), com média final de 18 valores. Em 2002, frequentou o Advanced Management Program da Harvard Business School. Professor Auxiliar convidado da Universidade Nova de Lisboa (1988-1989), área de Negócio Internacional. Foi Presidente do C.A. de todo o Grupo Segurador do BCP e membro executivo do C.A. do BCP de 1993 a 2002. Em 1994 foi eleito membro do Supervisory Board da Eureka. Foi membro da Associação de Genève e passou a membro do Board desta Associação Seguradora Internacional a partir de 2000. Em 1999 foi nomeado CEO da Eureka, baseado em Paris. Em Agosto de 2002 por deliberação do Conselho de Ministros, foi nomeado Encarregado de Missão junto do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Sr. Ministro da Economia para a extinção da IPE. Em Janeiro de 2003 por deliberação do Conselho de Ministros foi-lhe cometida a tarefa de repensar a estratégia empresarial do sector Energético Nacional. Em Abril 2003 foi eleito Vice-Presidente do C.A. da Lusotur.

António Galvão Lucas, Membro da Comissão de Auditoria

Engenheiro Químico-Industrial (IST), é, actualmente, gestor/empresário do sector da cerâmica.

É Presidente do C.A. da EPM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.. Anteriormente, desempenhou funções de Direcção e Administração no Grupo CUF em Portugal e no Brasil, e no Grupo SAPEC em Portugal, Espanha e Bélgica. Foi Director da Confederação da Indústria Portuguesa e é actualmente Presidente da Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica, membro dos Conselhos Superiores/Consultivos da Associação Empresarial de Portugal, da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação e do Fórum para a Competitividade.

Arnaldo Navarro Machado, Membro da Comissão Executiva

Tem o Curso de Engenharia Naval pela Universidade de Stracholyde, Glasgow. Foi Presidente da C.E. da Sociedade Central de Cervejas, da Internel (1992-1998), da CPPE (1994-1997) e da MRH (1997-1998). Foi Vogal dos C.A.'s da HLC, da CERJ (1996-1998), da Investco (1998) e da OPTEP (1997-1998), bem como da Turbogás (1995-1998) e da EDP (1991- 1992). Foi Vice-Presidente do C.A. da EDP de 1992 a 1998. No seu currículo surgem ainda experiências como Vogal do Conselho de Gerência da Sociedade Central de Cervejas (1988-1991), Presidente do C.A. da Sociedade da Água de Luso (Janeiro de 1990) e Vogal do C.A. da Setenave (1984-1988).

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1971). Foi membro da Comissão da Reforma Fiscal (1984-1988), deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde (1976), Vogal do Conselho de Gerência da ANA (1977-1987) e Presidente do C.A. da Fundação de Oeiras (1987-1989) e da Companhia do Aeroporto de Macau (1989-1991). Foi Administrador no Grupo Champalimaud, tendo presidido ao C.A. da Mundial Confiança e à Assembleia-Geral do Banco Pinto & Sotto Mayor. Entre 1999 e 2003, assumiu, no Grupo BCP, funções de Administrador da Servibanca, Vice-Presidente e Vogal do C.A. da Seguros e Pensões Gere, Administrador e Presidente do C.A. da Império Bonança, das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental Vida, da Seguro Directo, da ICI-Império Comércio e Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, da Autogere, da Corretoresgest e Administrador da Eureka B.V. Foi ainda Vice-Presidente da Estoril Sol, Vice-Presidente da Finansol, Presidente não Executivo da Willis Portugal-Corretores de Seguros (2003-2005) e Administrador do Seng Heng Bank. É actualmente Presidente do C.A. da Caixa Geral de Depósitos.

Jorge de Oliveira Godinho, Membro da Comissão Executiva

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, realizou o MBA pela Universidade Nova de Lisboa. Foi, até 2003, Presidente da C.E. da EDINFOR e do C.A. da ACE. Desempenhou funções governativas nos X e XI Governos Constitucionais como Secretário de Estado das Pescas (1985-1990). Como Presidente do C.A. da Portucel e Portucel Industrial, entre 1990 e 1998, conduziu a reestruturação da empresa e iniciou a sua privatização. Foi ainda Presidente do

C.A. da Docapesca, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa e Membro da Administração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Junta Nacional da Investigação Científica e Tecnológica, Fórum para a Competitividade, Efacec e do Fundo para a Internacionalização da Economia Portuguesa. Em representação da EDP foi Vice-Presidente do C.A. da Optimus (1998-2000) e Administrador da OPTEP. Leccionou no IST como Assistente e Regente. Entre 1978 e 1982 foi Dirigente Sindical da EDP e Membro da Comissão Inter Sindical da EDP.

José Holtreman Roquette, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Economia pela Universidade do Porto (1958), é actualmente Presidente dos C.A.'s da JHR, da Finagra, da SAIP - Sociedade Alentejana de Investimentos e Participações, da STDA e da Mantero. Anteriormente, foi Membro da C.E. do BES (1971-1975), Administrador das principais Holdings do Grupo Espírito Santo (após 1975), Presidente da Direcção do Banco Inter-Atlântico, Brasil (1976-1981), Presidente do C.A. da Emptel – Empresa de Equipamentos de Telecomunicações (participada pela Siemens) (1986-1993), Presidente do C.A. e CEO da Valores Ibéricos, SGPS (Banco Totta & Açores) (1989-1993), Presidente do C.A. do BTA, Totta Gespar, Totta Urbe (1991), Presidente do Conselho Directivo do Sporting Club de Portugal e principais empresas do Grupo SCP (1996-2000), Presidente do C.A. da Sirius (2000) e Membro do Conselho Superior do BCP.

José Manuel de Moraes Cabral, Vogal, Não Executivo

Licenciou-se em Economia pelo ISCEF em 1970. Exerce actualmente os cargos de Administrador na ONI, Efacec Capital, Imopólis, SGFI, SA, José de Mello Participações II, Soimper e Soponata, e de gerente na José de Mello Serviços. Iniciou sua carreira em 1968, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, como Técnico Auxiliar na área de Planeamento Regional. Em 1970, ingressa na METAL Portuguesa com o cargo de Controller e Director Financeiro; em 1980 torna-se Administrador para a área financeira. Assume o cargo de Administrador e Presidente da Air Atlantis em 1989. Administrador do IPE e da Celbi entre 1992-1994 e 1993-1995, respectivamente. É nomeado, em 1994, Assessor do CA do Banco de Fomento e Presidente do Fórum do Mar em 1995. No final de 1995 assume a função de Administrador da Lisnave e dois anos mais tarde o cargo de Presidente da CE, que exerce até 1999. Fundador e Membro da Direcção da CIP entre 1974 e 2000. Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade.

José Neves Adelino, Presidente da Comissão de Auditoria

Em 1976 licenciou-se em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa. Doctor in Business Administration pela Kent State University EUA (1981). Professor Agregado na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa desde 1995. É actualmente professor catedrático de Finanças da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Exerceu a função de Vogal do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1982 a 1986 e desde 1990. Foi Director da Área de Gestão do MBA e da Formação de Executivos de 1990 a 1996, assim como Director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa de 1999 a 2002. É membro do Global Advisory Board da Sonae, SGPS, do Conselho de Estratégia da Portugal Telecom, do Conselho Consultivo da Confederação da Indústria Portuguesa e do Conselho Nacional de Educação. Desempenhou funções não executivas nos C.A.'s do BPA e em empresas do Grupo BPI e tem desenvolvido vasta actividade de consultoria.

José Sucena Paiva, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, Doutoramento (Ph.D.) pelo Imperial College of Science and Technology, Universidade de Londres e Agregado pelo Instituto Superior Técnico. Professor Catedrático de Sistemas de Energia Eléctrica no IST, UTL desde 1980. Membro do Conselho Director da COGEN Portugal e do Conselho Consultivo da COGEN Europe, Presidente do Conselho Científico do Centro de Energia Eléctrica do IST, Presidente do do Júri do Prémio REN, consultor na área dos sistemas de energia eléctrica, membro do Senado da UTL e representante do Departamento da Engenharia Electrotécnica do IST no CLUSTER - Consortium Linking Universities of Science and Technology for Education and Research. Foi Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (1988-91), fundador e primeiro Presidente do Conselho de Administração da Tagusparque (1992-96), sócio fundador da Enersis (1988) e da Noroeste (1988) e membro do Conselho Directivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Autor do livro "Redes de Energia Eléctrica: Uma Análise Sistemática".

Luís Azevedo Coutinho, Membro da Comissão de Auditoria

Licenciou-se em 1984 em Gestão e Administração de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa. Concluiu o MBA pela Universidade Nova de Lisboa em 1987. Actualmente é Consultor de empresas e Docente Universitário na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, desde 1985. Iniciou a sua carreira em 1984, na José Bento Pedroso & Filhos, onde desempenhou diversas funções na área financeira. Desempenhou funções de Consultor, primeiro no IPE, e depois no Grupo V.I./B.T.A, no Grupo Abrantina, na Secretaria de Estado das Finanças, no Banco de Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Câmara Municipal de Lisboa. De 1999 a 2002, assumiu o cargo de Administrador com o pelouro financeiro da Valora-Serviços de Apoio à Emissão Monetária. Exerceu funções na Direcção da Associação de Música, Educação e Cultura.

Manuel Menéndez Menéndez, Vogal, Não Executivo

Catedrático Universitário no Departamento de Administración de Empresas y Contabilidad da Universidad de Oviedo (1990), Doutor em Ciencias Económicas pela Universidad de Oviedo (1985) (Laude y mención especial del Tribunal calificador/Premio Extraordinario de Doctorado) e Licenciado em Economía e Administración de Empresas (1982). Actualmente, é Presidente da CajaAstur, Presidente da HidroCantábrico, Presidente da NaturCorp, Vogal do C.A. da Confederación Española de Cajas de Ahorros, Vogal da Junta Directiva de UNESA e Membro do Registro Oficial de Auditores de Cuentas. Anteriormente, foi Vogal do C.A. e Membro da C.E. da CajAstur (1986-1987; 1990-1995), Vogal do C.A. e Membro da C.E. da HidroCantábrico (1996-2001), Vogal do C.A. e Membro da C.E. e Comissão de Auditoria e Controle da AIRTEL (1997-2000), Vogal do C.A. da LICO Corporación (1995-1996), Vice-presidente do C.A. da SEDES, S.A. (1986-1995) e Presidente Executivo da Sociedad de Garantías Recíprocas de Asturias (Asturgar) (1986-1995).

Paulo Azevedo Silva, Vogal, Não Executivo

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Frequentou o Training Course ministrado pelo Instituto Euromoney de Mergers and Acquisitions, em Cranfield, e o Executive Education Programme do INSEAD. É Director Geral do Banco Comercial Português desde 1998, Administrador da LeaseFactor e do CrédiBanco, Presidente do C.A. da Luso-Atlântica e Administrador não Executivo da ONI. Foi ainda Presidente dos C.A.'s da BCP Leasing e BCP Factoring (2000-2003), Administrador do CISF (1998), da Sociedade Portuguesa de Risco (1995), da Comercial Dealer (1994), da Sociedade de Capital de Risco do CISF (1994) e da Interfinança (1990) e Director do CISF (1990).

Pedro Bastos Rezende, Membro da Comissão Executiva

Licenciou-se, em 1985, em Engenharia Industrial e Mecânica pelo ICAI, Madrid. Realizou o MBA no INSEAD, em Fontainebleau, em 1990. Iniciou a sua carreira profissional em 1985, na VALEO Clutch Division, como Engenheiro de Desenvolvimento. Saiu desta empresa em 1989, quando era Chefe do Departamento de Testes, Ensaios e Protótipos e após uma passagem por Detroit, Michigan como Engenheiro Técnico Comercial. Em 1990, entra para o The Boston Consulting Group, como Consultor em Madrid. Em 1995 participa na abertura do escritório de Lisboa onde em 1997 foi eleito Partner, tendo sido co-responsável pelo desenvolvimento do negócio em Portugal e acumulando funções de gestão interna, na Ibéria e na Europa. Nesta sua etapa de Consultor teve oportunidade de conhecer e trabalhar não só com a EDP e outras grandes empresas portuguesas e espanholas, como também com algumas das multinacionais de maior dimensão e prestígio em diversos sectores.

Rui Horta e Costa, Membro da Comissão Executiva

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e possui o MBA da Universidade de Minnesota. Foi Director Executivo da UBS Warburg em Londres, de 1995 a 2000, Administrador do Grupo Jorge de Mello (1990-1995), Vice-Presidente Residente do Citibank Portugal (1989-1990) e Director e Adjunto da Administração do Banco Finantia (1987-1989). Iniciou a sua carreira profissional como Assistente do Programa de MBA da Universidade de Minnesota (1986), tendo em seguida ingressado nos quadros da MDM-Sociedade de Investimentos (1986-1987).

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Brisa, representada por Vasco Maria Guimarães José de Mello
Parpública, representada por João Plácido Pires
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

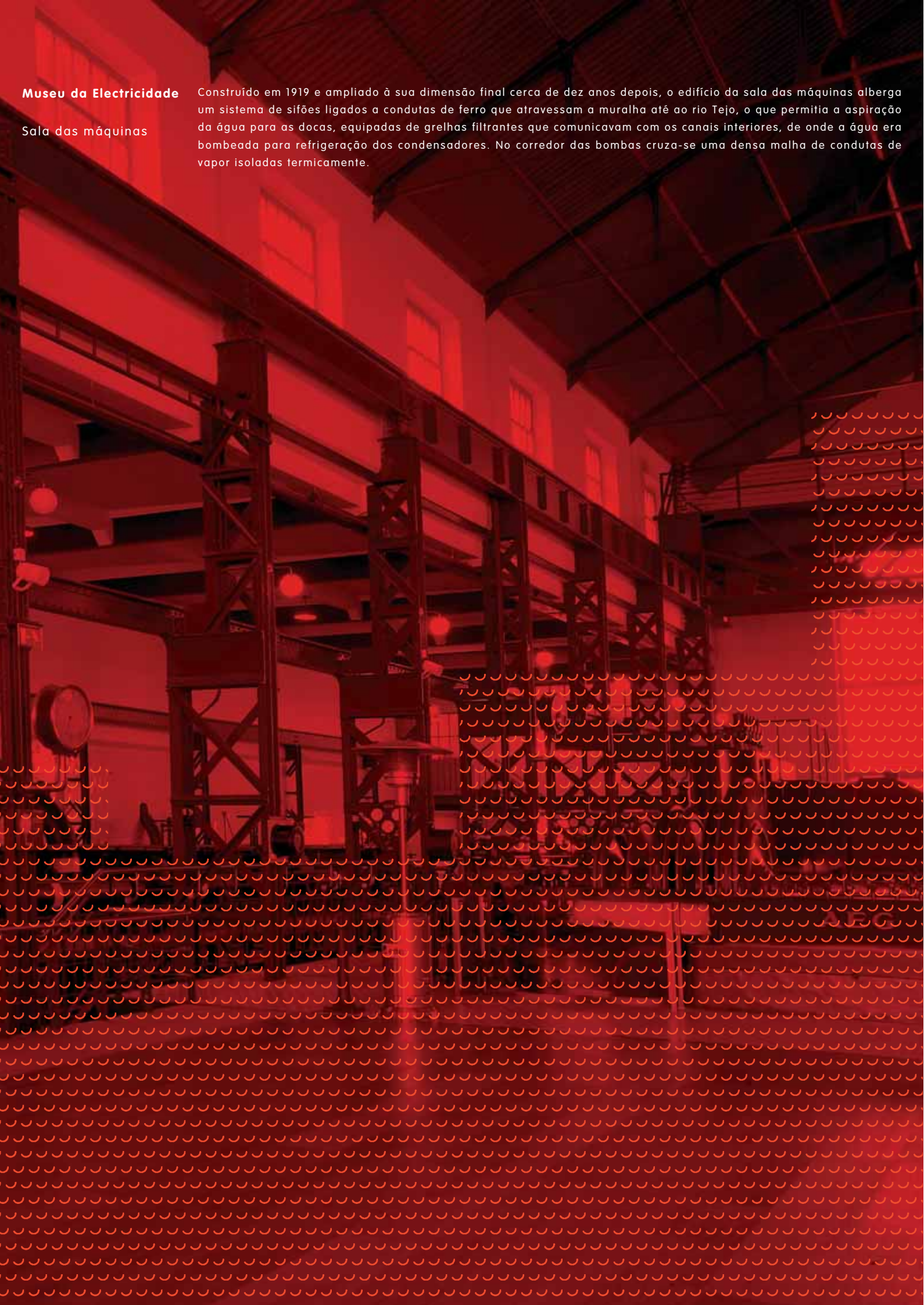
SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efectivo: António Manuel Barreto Pita de Abreu
Suplente: António José Marrachinho Soares

Museu da Electricidade

Sala das máquinas

Construído em 1919 e ampliado à sua dimensão final cerca de dez anos depois, o edifício da sala das máquinas alberga um sistema de sifões ligados a condutas de ferro que atravessam a muralha até ao rio Tejo, o que permitia a aspiração da água para as docas, equipadas de grelhas filtrantes que comunicavam com os canais interiores, de onde a água era bombeada para refrigeração dos condensadores. No corredor das bombas cruza-se uma densa malha de condutas de vapor isoladas termicamente.



Negócios do Grupo EDP	23
Marca	24
Cliente	28
Estrutura Organizacional	32
Enquadramento Macroeconómico	34
Síntese de Actividade	39
Negócio Eléctrico na Ibéria	39
Negócio do Gás na Ibéria	71
Negócio Eléctrico no Brasil	75
Telecomunicações em Portugal	88

1. MARCA

Valores da Marca

É ambição da EDP cumprir promessas e compromissos com Clientes, accionistas, investidores, colaboradores e sociedade, donde resultem relações de confiança.

O Grupo acredita que a partir destas premissas se constrói uma visão de negócio que caminha em direcção a uma liderança estável e inequívoca, com méritos e resultados.

A EDP quer ser líder, acreditando na proximidade.

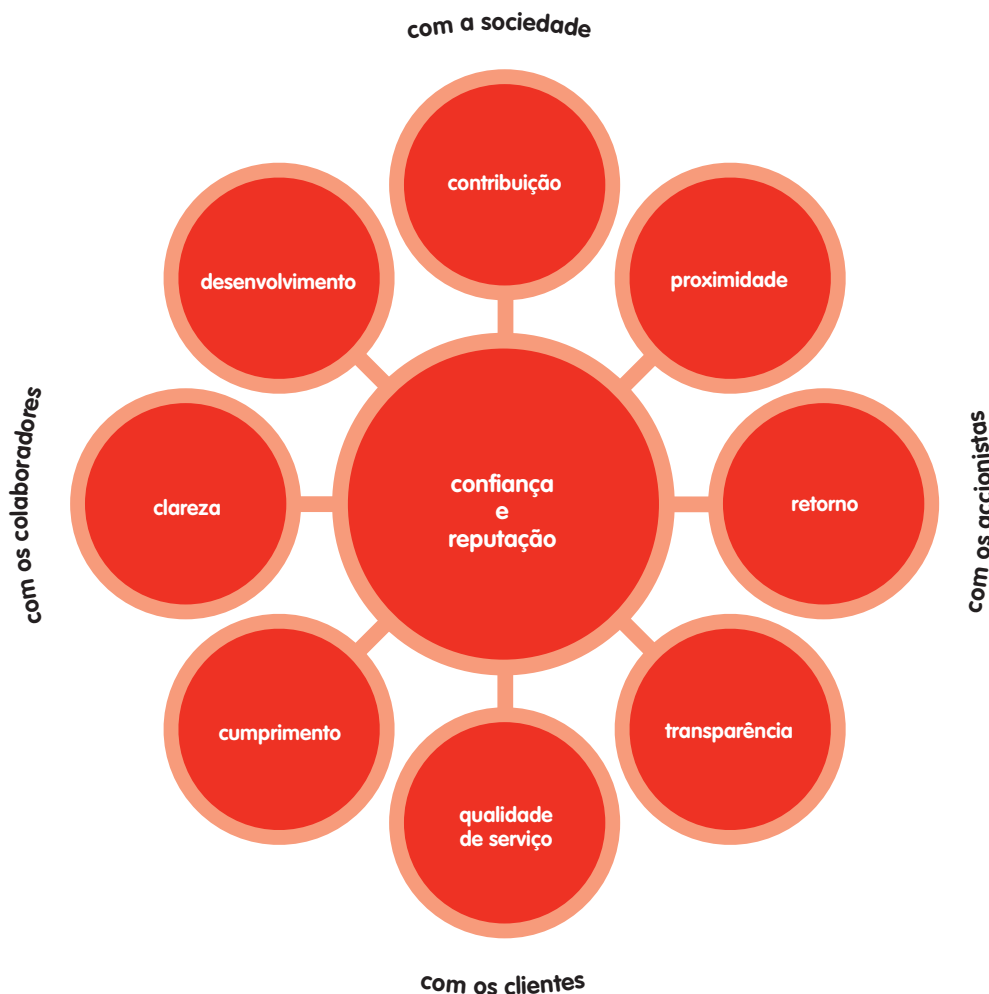
Quer ser uma marca global, mas que entende e responde às particularidades dos mercados onde opera.

Quer ser grande, mas com capacidade para entender os vários "stakeholders" na sua dimensão individual.

São os valores que lhe permitem mover de forma consistente e coerente entre a realidade de hoje e os desafios da pluridisciplinariedade.

São esses valores que a caracterizam, distinguem e classificam como uma empresa que quer ser exemplar nas relações que estabelece com todas as partes interessadas.

Demonstrar que é capaz de "fazer o que diz", significa investir numa gestão rigorosa e disciplinada da Política de Sustentabilidade, da Identidade Corporativa e do Governo da Sociedade.



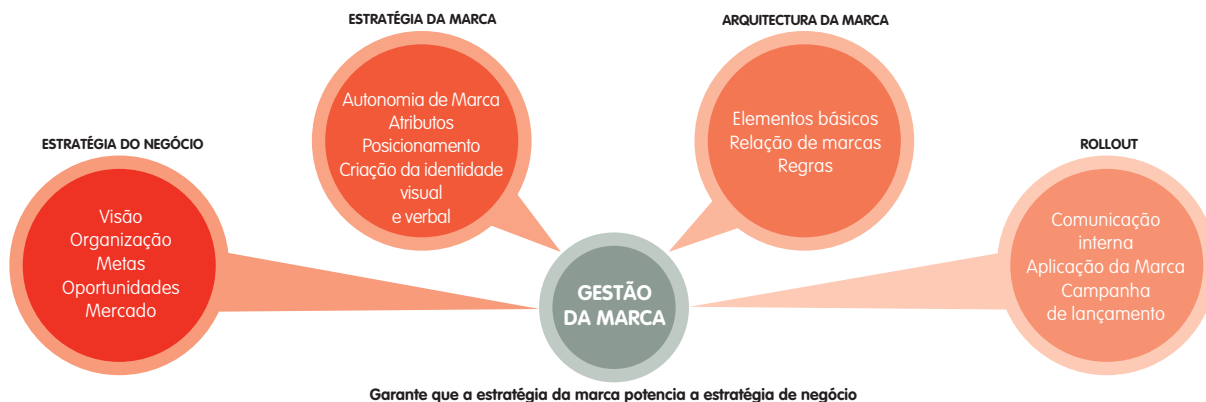


Gestão da Marca

O Grupo EDP defende a sua marca como um activo estratégico, que traduz a proposta de valor e de compromissos da empresa, com todos aqueles com quem se relaciona: Clientes, accionistas, investidores, colaboradores, comunicação social e fornecedores.

A marca EDP – Energias de Portugal foi

avaliada em 401 milhões de euros, pela Interbrand, empresa que é referência de mercado nesta disciplina. O valor da marca foi calculado com base numa análise financeira da empresa (para identificar os resultados do negócio), numa análise da procura (para identificar o Índice de Papel de Marca) e finalmente por uma análise da Força da Marca (para avaliar a que taxa serão descontadas as projecções financeiras).



A dimensão do valor, respeitante apenas para o negócio em Portugal, e a forma como ele impacta na criação e desenvolvimento dos resultados das diferentes empresas do Grupo, motivam a EDP a actuar com um rigor e disciplina permanentes nas suas intervenções de gestão da marca.

A estratégia da marca acompanha e potencia a estratégia de negócios do Grupo EDP, traduzindo-se na forma como se desenvolve a actividade e se estabelece o contacto com os vários "stakeholders".

Arquitectura da Marca

A forma como a EDP definiu arquitectura de marca para as três geografias de negócio, resulta de uma lógica de organização corporativa focada na consistência dos valores do Grupo, integração de culturas e standardização da identidade visual.

ARQUITECTURA DA MARCA



A marca EDP tem-se revelado como uma importante ferramenta de apoio à gestão em termos de alinhamento da comunicação do Grupo e na construção de uma cultura matriz, aproximando pessoas, negócios e geografias.

A relação de identidade de marca entre Portugal, Espanha e Brasil dá resposta ao desafio de consolidação da identidade de Grupo, tendo em consideração as vantagens e

oportunidades de "pensar localmente o negócio".

Reputação Corporativa

A dimensão do Grupo EDP, a performance de gestão nas várias geografias de negócio e a dinâmica do mercado de energia geram nas várias dimensões inúmeros contactos com os vários "stakeholders", que directamente ou indirectamente, partilham interesses legítimos com o Grupo.

Consciente da necessidade de transferência de informação de forma atempada e rigorosa, a EDP foca-se em localizar, caracterizar e identificar os vários pontos de contacto que o Grupo gera e desenvolve uma relação eficiente e sistemática com cada um desses "stakeholders".

É de acordo com este modelo de gestão integrada de comunicação, que a EDP constrói a sua Reputação Corporativa, reflectindo-a na Política de Sustentabilidade, na Identidade Corporativa e no Governo da Sociedade.



A Reputação Corporativa permite ganhar uma elevada estabilidade do ponto de vista de identidade de Grupo, promovendo confiança junto dos vários "stakeholders" da empresa.

A EDP acredita que a confiança é um activo intangível com impacto profundo na sustentabilidade do negócio, desenvolvendo-o e gerando resultados no médio e longo prazo.

Sendo uma empresa de confiança, a EDP:

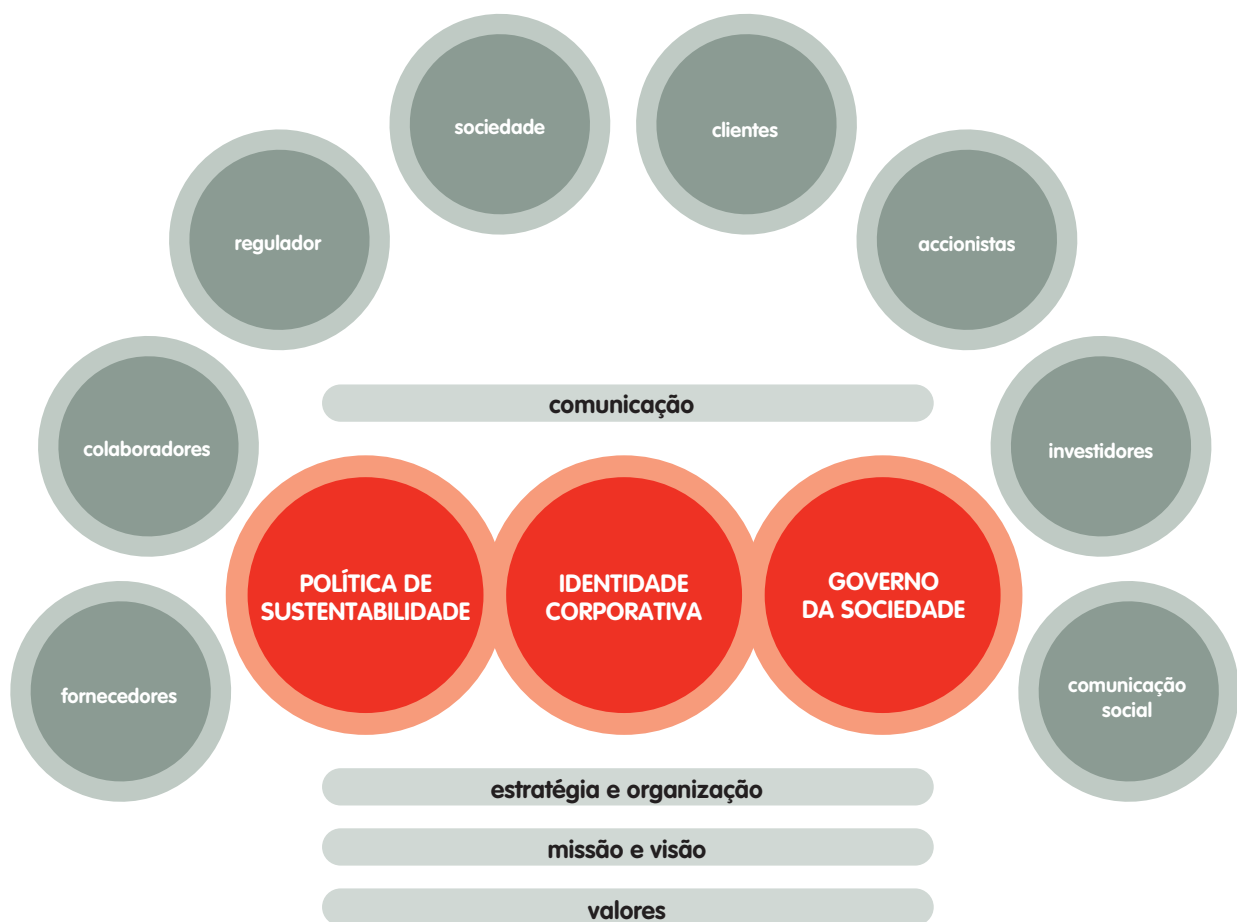
- Constrói relações de fidelização com os Clientes;
- Ganha o apoio dos seus accionistas e investidores;
- Gera relações de benefício mútuo com os seus fornecedores;
- Conquista o orgulho dos seus colaboradores.

A missão, a visão, os valores, a estratégia e a organização corporativa são os pilares matriciais e distintivos da EDP para a

construção da sua Política de Sustentabilidade, da sua Identidade Corporativa e do seu modelo de Governo da Sociedade.

Pela abrangência do Modelo de Reputação Corporativa, transversal ao negócio do Grupo EDP e com impactos em cada uma das suas actividades, compete a todos e a cada um dos seus colaboradores a responsabilidade de assegurar o seu correcto funcionamento.

Por isso, de forma organizada, a empresa tem introduzido objectivos e metas que permitem a sensibilização e compreensão deste tema.



2. CLIENTE

Em 2004, a EDP anunciou a mudança da sua identidade e imagem de marca, suportada em três pilares de concretização:

- Simplicidade – pensar como os Clientes e agir para os Clientes;
- Conforto – mais do que produtos e serviços, fornecer soluções energéticas;
- Responsabilidade social – papel activo e participativo na sociedade.

2005 foi um ano de continuidade no aprofundamento da relação com os Clientes, tendo a EDP concentrado a sua actividade de gestão do negócio comercial com o triplo objectivo de preparar a EDP para a actuação numa perspectiva ibérica, de preparar a liberalização da Baixa Tensão em Portugal e de gerir a carteira actual de Clientes na Ibéria. Neste âmbito, a actividade desenvolveu-se em 4 vectores de actuação alavancando a infraestrutura e o negócio das três empresas que actuam na Ibéria – a EDP, a HC Energía e a Naturgas Energía.

O primeiro vector de actuação, foi a criação de um Comité Comercial Ibérico, que tem as funções de seguimento da evolução do negócio e do mercado na Ibéria, de tomada de decisões de âmbito estratégico e de tomada de decisões sobre acções comerciais e de “marketing” nas diversas regiões assim como o seguimento dos respectivos resultados. Além destas funções, o Comité tem viabilizado o desenvolvimento de instrumentos de gestão comuns para Portugal e Espanha (como por exemplo, contratos com “trading”, sistemas de informação, análise de rentabilidades) permitindo uma gestão ibérica cada vez mais integrada e sinergias operacionais futuras.

O segundo foi a preparação da EDP para a liberalização da Baixa Tensão em Portugal, através da preparação da plataforma comercial (sistemas comerciais, equipas de vendas e treino de canais de serviço), da

gestão da imagem EDP (quer através de nova oferta, quer através de melhorias a nível do serviço, quer através de campanhas para melhorar aspectos concretos da imagem), da preparação de um “portfolio” de produtos eléctricos e do desenvolvimento de ferramentas de gestão que permitam a correcta análise do mercado.

Destaque em 2005 para:

- A nova comunicação nas lojas, agentes e viaturas EDP ao nível ibérico, na sequência da conclusão do processo de “rebranding”;
- A Campanha Climatização, cujo objectivo principal consistiu na promoção da proximidade com os Clientes, apresentando soluções mais económicas;
- A Campanha Poupança e Eficiência Energética, que procurou alertar o Cliente doméstico para a influência que os seus próprios hábitos têm na factura mensal. Apesar da EDP já ter tido, no passado, iniciativas de aconselhamento, esta campanha massificou a mensagem de uma forma totalmente nova e de fácil compreensão;
- A campanha relativa ao sítio EDP Online, que pretendeu promover a utilização do mesmo;
- As campanhas de canais de serviço – canal “internet” e canal SMS. “Faça tudo sem sair de casa” e “sem preocupações” foram temas desenvolvidos na comunicação de serviços e aprofundados na comunicação da oferta, como o caso da Conta Certa EDP e o seguro Plano Poupança Família. Com estas acções, foram conseguidos resultados que suplantaram largamente as expectativas – um incremento de cerca de 20% no número de Clientes em Conta Certa e 95.000 planos de seguro subscritos no primeiro ano da campanha;
- A realização de vários pilotos, com o objectivo de testar a apetência dos

Clientes por uma oferta integrada com o serviço de electricidade. A venda de Oniduo nas lojas EDP, produto da ONI que combina voz e banda larga, obteve resultados muito satisfatórios, que se traduziram no alargamento da presença deste parceiro à totalidade das lojas EDP no território nacional. Foram ainda testadas parcerias com empresas de outros sectores de actividade, como sejam os combustíveis automóveis, com os quais a EDP procura gerar vantagens para os seus Clientes, de forma a constituir uma proposta de valor distintiva.

O terceiro consistiu na adaptação da estrutura comercial em Espanha. Em 2004, a EDP criou uma nova estrutura comercial em Portugal, composta pelas plataformas B2B e B2C, suportadas pela nova empresa EDP Soluções Comerciais, responsável, entre outras, pela gestão de canais presenciais e remotos.

Em 2005, no âmbito do posicionamento ibérico da actividade comercial do Grupo, reorganizou-se a estrutura comercial em Espanha com a criação de 4 direcções:

- Direcção B2C: responsável pela gestão do segmento residencial e negócios (consumos anuais inferiores a 0,2 GWh);
- Direcção B2B: responsável pelo segmento de grandes contas (consumo anual superior a 3 GWh) e empresas (consumo anual superior a 0,2 GWh);
- Direcção de Marketing: responsável pela definição da estratégia comercial;
- Direcção de Soluções Comerciais: unidade de suporte à actividade comercial.

O último vector de actuação foi a gestão da carteira de Clientes liberalizados, balanceando o tipo de relação com os Clientes e o risco de mercado associado à margem de comercialização decorrente da incerteza regulatória actual e dos preços da energia, e por outro lado, a manutenção da quota ibérica através da retenção de Clientes chave em Portugal e da recuperação em Espanha de Clientes perdidos em Portugal

Criação do Comité Comercial

Em antecipação ao arranque definitivo do Mercado Ibérico de Electricidade e na sequência da tomada de controlo da HC Energía, a EDP procedeu, durante o ano de 2005, ao ajustamento do modelo de governo das principais áreas do seu negócio, adaptando-o a uma realidade multinacional, centrada na geografia da Península Ibérica.

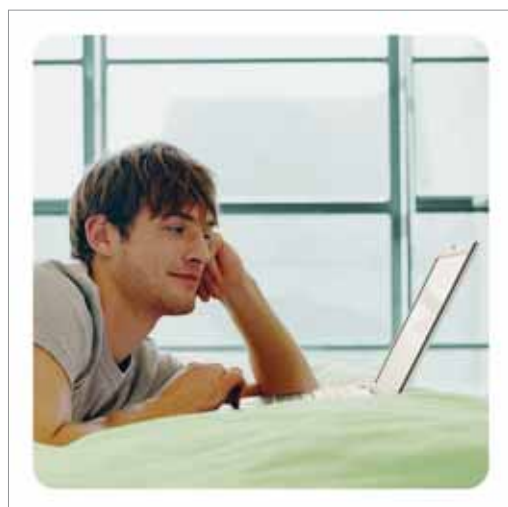
O novo modelo, de raiz matricial, confere à EDP uma visão supranacional de cada um dos negócios, suportando-se na figura dos comités para alinhar e fazer convergir as políticas, directrizes e actuações em cada um dos diferentes mercados em que a EDP está presente, procurando a maximização dos interesses do Grupo.

O Comité Comercial reúne com uma frequência mensal e iniciou os seus trabalhos em Abril de 2005. Congrega os esforços dos mais altos responsáveis pelos negócios da Comercialização de Energia (Gás e Electricidade) nas sociedades participadas pela EDP em Portugal e Espanha e é liderado por um membro da Comissão Executiva da EDP. É na sua essência um órgão consultivo que emite recomendações para as empresas que nele se fazem representar. Essas recomendações têm um carácter quase executivo que lhes é conferido pela dupla qualidade em que os membros do comité participam nas reuniões: são ao mesmo tempo membros e responsáveis pela gestão comercial nas empresas que representam.

Este comité iniciou a sua actividade acordando entre si as regras de funcionamento, preparando o terreno para a intensa actividade que foi desenvolvida ao longo do ano, em particular na articulação dos planos de negócios de cada uma das empresas para a área comercial. O trabalho desenvolvido pelo comité nestas matérias permitiu ao Grupo dispor de uma visão de conjunto do negócio, fundamental para compreender, prever e intervir na construção do mercado de um ponto vista ibérico.

Em paralelo com a sistematização do acompanhamento e monitorização do negócio, o Comité Comercial actuou ainda nas áreas de organização, procurando estabelecer um quadro de desenvolvimento de processos e sistemas de informação no horizonte temporal de 2008, tanto quanto possível convergente entre as várias operações. Nesta matéria teve uma particular preponderância a avaliação de eventuais sinergias que pudessem aproveitar às operações nos dois lados da fronteira portuguesa e espanhola, com a preparação para o lançamento da actividade comercial no segmento residencial em Portugal.

Pese embora as circunstâncias do mercado não terem sido as mais favoráveis para a actividade da comercialização durante o ano de 2005, sobretudo devido à alta dos preços da produção e do mercado grossista, o balanço da actividade do Comité no primeiro ano da sua actividade é positivo, por ter permitido ao Grupo EDP desenvolver uma actuação concertada na Península Ibérica, minimizando a sua exposição ao risco comercial através da adopção das melhores práticas de negócio e no respeito pelas identidades nacionais e regionais presentes.



1.



2.



3.



4.



5.

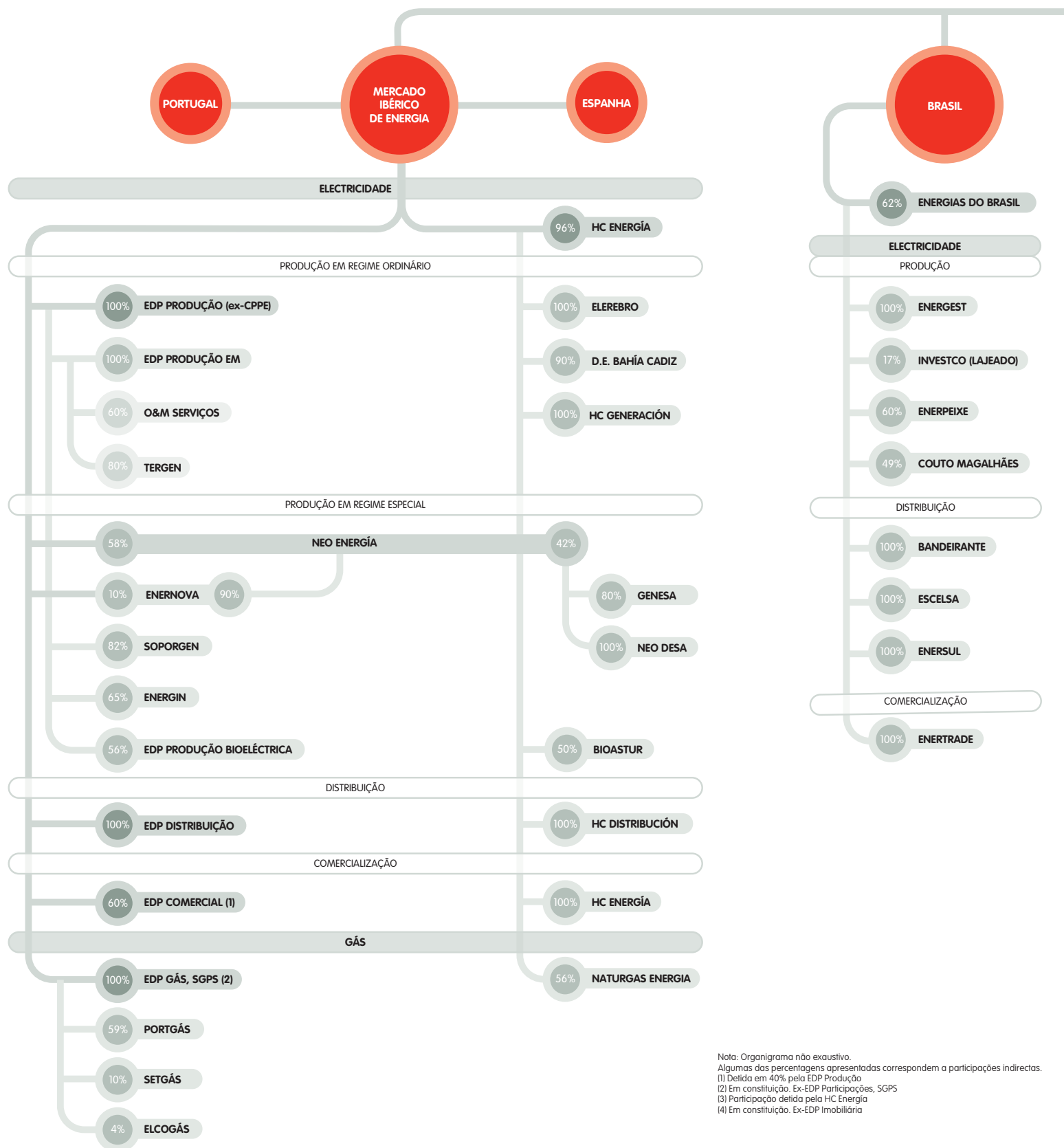


6.

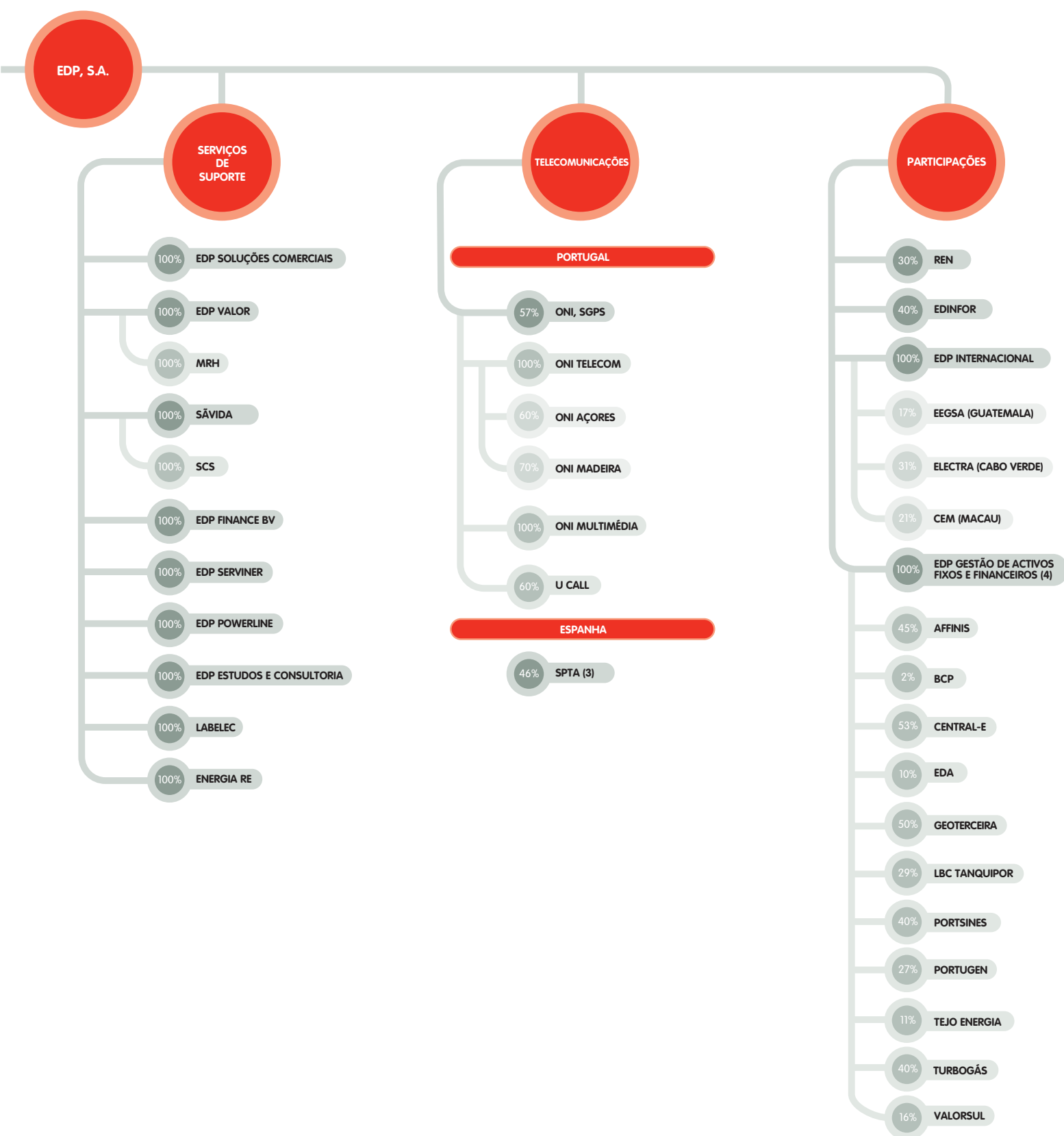


7.

1, 2 e 3 Campanhas de Canais de Serviço "Faça tudo sem sair de casa"
4, 5, 6 e 7 Campanha Poupança e Eficiência Energética



Nota: Organigrama não exaustivo.
Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas.
(1) Delida em 40% pela EDP Produção
(2) Em constituição. Ex-EDP Participações, SGPS
(3) Participação delida pela HC Energia
(4) Em constituição. Ex-EDP Imobiliária



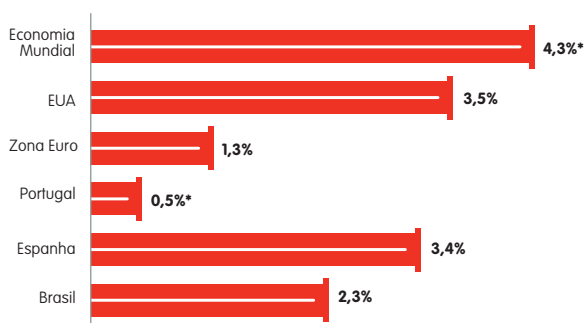
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1. Economia Mundial

4.1.1. Crescimento económico mundial

Em 2005, a economia mundial terá crescido cerca de 4,3%, resultado de uma evolução díspare entre as principais economias. Suportada no crescimento económico dos Estados Unidos da América e da China, a economia mundial beneficiou também dos bons desempenhos do Japão, do Médio Oriente (beneficiando da evolução do preço do petróleo) e da Índia. A Zona Euro e as suas principais economias mantêm algumas dificuldades na recuperação do crescimento económico e no acompanhamento do dinamismo da economia norte-americana, não obstante algumas excepções como a Espanha.

Crescimento do P.I.B.pm em 2005



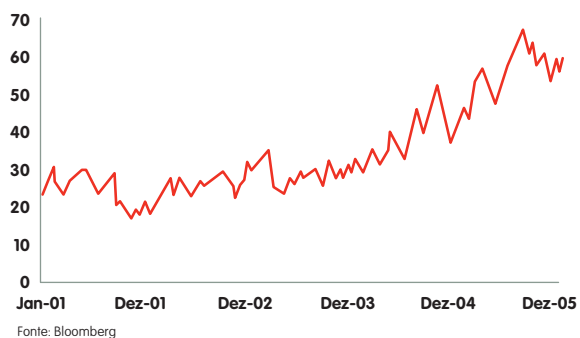
* Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável

4.1.2. Preço dos combustíveis

Continuando a tendência de subida iniciada em 2004, o preço do petróleo "brent" aumentou significativamente em 2005, atingindo máximos históricos e aproximando-se dos valores (a preços correntes) registados na crise petrolífera da década de 70. No segundo semestre do ano, o preço desta matéria-prima desceu dos valores máximos mas o ano terminou com o petróleo a cotar-se bastante acima dos valores de início do ano. Na origem desta evolução esteve o desfasamento entre as expectativas de oferta e de procura, nomeadamente a curto prazo.

Este forte crescimento teve inevitavelmente consequências económicas. Pese embora a revisão em baixa das previsões para as principais economias e as naturais pressões inflacionistas, o impacto na inflação das principais economias terá sido compensado por outros factores como a moderação salarial. O impacto do aumento do preço do petróleo no crescimento económico foi também em geral contido, nomeadamente em comparação com o ocorrido na década de 70, reflectindo uma menor dependência desta matéria-prima e uma evolução do preço decorrente do equilíbrio natural entre oferta e procura e não uma acção unilateral pelos principais produtores.

Preço do Petróleo "brent" (USD/barril)



Na primeira metade do ano, o preço do carvão manteve-se sem grandes variações num nível próximo dos 50 USD/tonelada na origem. O Inverno suave no hemisfério norte e a redução de indisponibilidades das centrais nucleares no Japão contribuíram para uma redução dos preços do carvão que descolaram da evolução verificada no petróleo e no gás. A descida das taxas de frete ocorrida na segunda metade do ano reforçou este decréscimo de preço no destino de consumo.

4.1.3. Taxas de juro

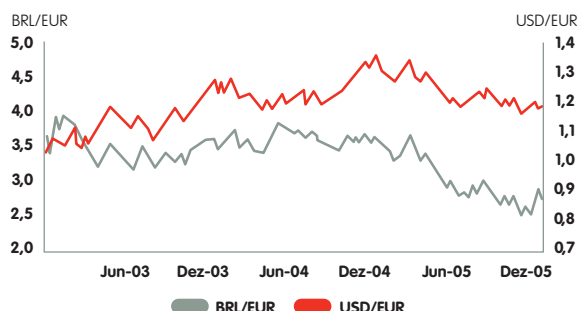
À semelhança do que aconteceu em 2004, a evolução das principais taxas de juro de referência esteve correlacionada com a evolução económica das suas principais áreas de influência. Esta variável foi assim um

instrumento para estimular o investimento e o crescimento económico mas também para conter pressões inflacionistas e tornar mais atractivas as moedas.

Com um crescimento económico sustentado, as autoridades monetárias norte-americanas subiram progressivamente a sua taxa de juro de referência de 2,25% para 4,25% no final de 2005. Já o Banco Central Europeu, perante as maiores dificuldades de recuperação económica na Europa, manteve inalterada a sua taxa de referência em 2,00% até ao final do ano, tendo em Dezembro aumentado a taxa de juro em 25 b.p. com o objectivo de contenção da inflação, mas também tornando a moeda europeia mais atractiva em comparação com a moeda norte-americana.

4.1.4. Evolução das taxas de câmbio

Câmbios face ao Euro



Fonte: Bloomberg

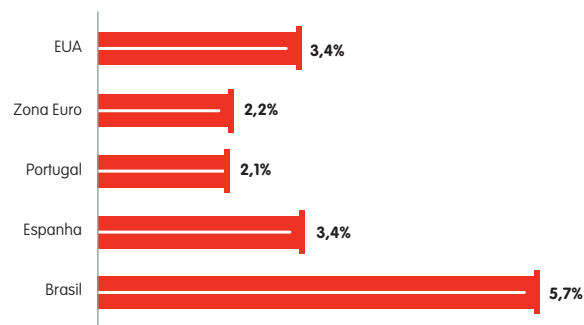
Após um período de apreciação sustentada face ao Dólar, que permitiu atingir valores máximos em 2004, o Euro perdeu terreno em 2005 face à moeda norte-americana. Diversos factores terão contribuído para a depreciação da moeda europeia, destacando-se a maior fragilidade da situação económica da região, à qual estiveram associadas menores taxas de juro.

Embora a depreciação do Euro seja positiva para a competitividade da economia da Zona Euro, especialmente num contexto de reduzido dinamismo, esta evolução da moeda europeia veio agravar o impacto do aumento do petróleo, cotado na divisa norte-americana.

4.2. Evolução das principais economias mundiais

Tendo contornado com alguma rapidez o período de arrefecimento do início da década, a economia norte-americana tem apresentado nos últimos anos um desempenho bastante expressivo. Após um crescimento superior a 4% em 2004, o crescimento da economia norte-americana terá estabilizado em 2005 em cerca de 3,5%, esperando-se para 2006 valores semelhantes.

Taxa de Inflação em 2005



Não obstante a permanência de baixas taxas de juro e a depreciação do Euro promoverem a competitividade das exportações europeias, a Zona Euro evidenciou dificuldades reforçadas em retomar níveis de crescimento expressivos, nomeadamente no acompanhamento do dinamismo norte-americano. Após anos de fraco dinamismo económico, a economia da Zona Euro conseguiu em 2004 crescer cerca de 2,1% mas terá tido em 2005 uma evolução mais fraca, com um crescimento de apenas 1,3%.

Além de marcada por evoluções económicas díspares entre os países que a constituem, a Zona Euro foi, em 2005, também afectada por um conjunto de situações internas, incluindo dificuldades orçamentais em vários países, que afectaram a confiança dos agentes económicos e potenciaram a sua exposição a alguns factores adversos que caracterizaram a conjuntura internacional. Também a nível político e social, a Europa atravessou momentos específicos após a rejeição da

Constituição da União Europeia por alguns Estados-membros e as dificuldades para aprovação do Orçamento da União Europeia.

Mantendo a peculiar situação de deflação, embora em valores muito próximos de zero, e após um crescimento em 2004 abaixo das expectativas, a economia japonesa terá apresentado em 2005 um crescimento de cerca de 2%, prevendo-se a continuidade destes níveis de crescimento nos próximos anos. Algumas economias asiáticas contribuíram decisivamente para o crescimento económico mundial em 2004, à semelhança do que aconteceu em 2005. Em particular, a economia chinesa terá alcançado um crescimento económico superior a 9%, com as suas exportações sob acesa discussão ao longo do ano, promovendo sentimentos proteccionistas perante a competitividade dos mercados emergentes.

A América Latina apresentou em 2005 um crescimento sustentado, após um crescimento muito expressivo em 2004 na sequência do fim de situações de recessão de algumas importantes economias nos anos anteriores. As previsões para os próximos anos assentam na continuidade da tendência actual de estabilização das principais economias, embora a evolução económica desta região esteja dependente da evolução de outras economias (nomeadamente da economia norte-americana) e o ano de 2006 possa vir a ser afectado pelas incertezas políticas decorrentes de processos eleitorais agendados.

Em resumo, o período difícil atravessado pela economia mundial no início da década terá sido contornado em 2004, tendo o ano de 2005 sido caracterizado por um crescimento sustentado que se espera continuar no futuro próximo. No entanto, o crescimento económico resultou do desempenho heterógeneo das principais economias.

4.3. Economia Ibérica

4.3.1. Portugal

Já com alguns sinais de retoma no final de 2003, em 2004 a economia portuguesa saiu da recessão, acompanhando as tendências internacionais de crescimento. No entanto, após sucessivas revisões em baixa pelos principais organismos nacionais e internacionais, em 2005 o desempenho da economia portuguesa terá abrandado para valores próximos de zero, significativamente abaixo da média europeia e inferiores aos conseguidos anteriormente.

Crescimento da P.I.B.pm em Portugal



*Previsões FMI (World Economic Outlook) para base comparável
Fonte: INE

O baixo crescimento económico, a par com a contenção salarial, permitiu assegurar a contenção do crescimento dos preços, atenuando o impacto do aumento do preço do petróleo e do aumento da taxa principal do IVA em 2 pontos percentuais. Assim, a inflação em Portugal (medida pela variação média do IHPC) terá sido de 2,1%, um valor próximo da média europeia.

Em consequência das dificuldades em contornar a actual situação económica, o desemprego em Portugal acentuou a sua tendência de subida e gradual aproximação à média da Zona Euro. Longe de valores em torno de 4% conseguidos em 2001 versus cerca de 8% na Zona Euro na altura, a taxa de desemprego em 2005 terá sido de 7,6%, ainda assim abaixo da média europeia.

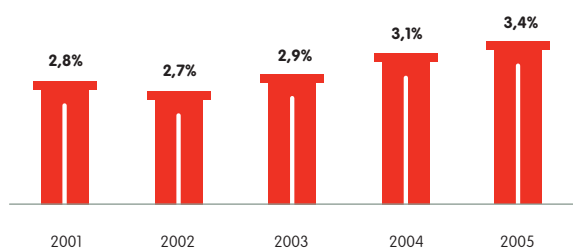
A consolidação das finanças públicas e a promoção do crescimento económico

permanecem como importantes desafios para a economia portuguesa. Assim, para 2006 as principais previsões apontam para uma melhoria da situação económica em Portugal, mas ainda abaixo da média europeia e não obstante a previsão de crescimento do desemprego para valores mais próximos de 8%.

4.3.2. Espanha

A Espanha apresentou-se como um dos principais exemplos de crescimento sustentado, acima dos 3%. Embora para 2006 se antecipe um ligeiro abrandamento, o bom desempenho da economia espanhola não ficará comprometido, com as previsões a indicarem valores acima dos 3% e significativamente superiores à média europeia.

Crescimento da P.I.B.pm em Espanha



Fonte: EUROSTAT

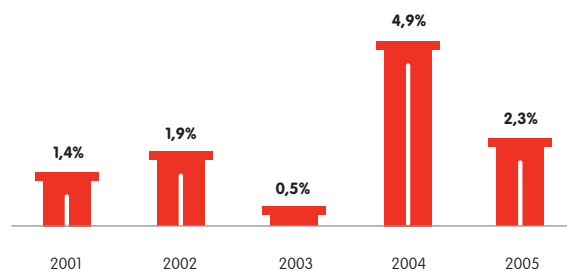
Reflexo do dinamismo económico, a inflação em Espanha mantém-se acima da média europeia. Tendo-se situado em 3,4%, ligeiramente acima do verificado em 2004, espera-se uma ligeira redução em 2006.

O crescimento económico sustentado tem tido naturais impactos positivos no emprego, tendo a taxa de desemprego em 2005 descido pela primeira vez nos últimos anos a valores abaixo de 10%. Numa progressiva aproximação à média europeia, a taxa de desemprego em Espanha ter-se-á situado em 9,2%, podendo mesmo vir a situar-se abaixo da taxa de desemprego da Zona Euro já em 2006.

4.4. Economia Brasileira

Após anos de crescimento económico modesto, decorrentes de diversos factores externos e também internos, como o racionamento energético e a instabilidade política, o Brasil conseguiu em 2004 um desempenho muito significativo, assente na estabilidade. Embora com menor expressão que no ano anterior, a economia brasileira terá crescido em 2005 cerca de 2,3%, com o contributo do consumo privado e do investimento e apesar da imposição de políticas económicas restritivas. Este crescimento económico sustentado reflectiu-se positivamente no emprego tendo-se verificado uma redução da taxa de desemprego de 9,6% em 2004 para 8,3% em 2005.

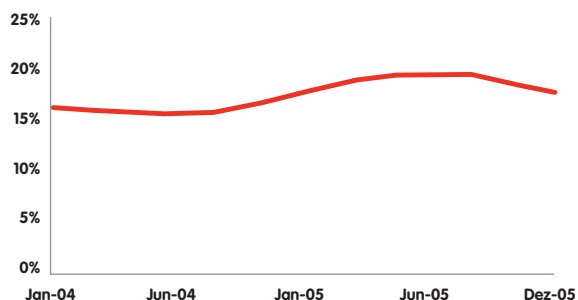
Crescimento da P.I.B.pm no Brasil



Fonte: IBGE

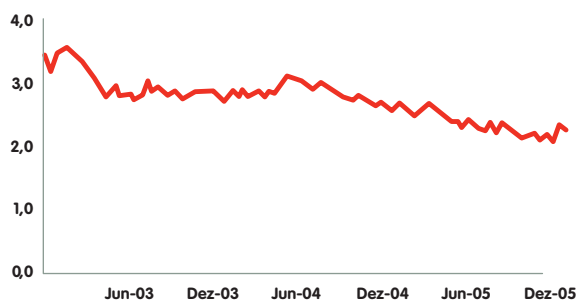
Após uma significativa redução em 2004, a inflação manteve-se em valores próximos dos conseguidos no ano anterior. Sendo a contenção do crescimento dos preços um importante objectivo da política económica, as taxas de juro de referência brasileira (SELIC) continuaram em 2005 a tendência de aumento gradual iniciada em 2004, procurando contrariar o impacto da evolução do preço do petróleo na inflação. Tendo atingido valores próximos de 20% a meio do ano, a taxa de juro SELIC diminuiu nos últimos meses de 2005 para valores próximos dos verificados no início do ano.

Taxa de Juro SELIC



A cotação do Real manteve a tendência de 2004 e em 2005 voltou a apreciar face ao Dólar (11,8% no ano) e face ao Euro (24,1% no ano) reflectindo a depreciação do Euro face ao Dólar. Além da evolução positiva das contas externas, a manutenção do quadro de alta liquidez no mercado internacional e o aumento de confiança dos investidores no país, entre outros factores, explicam a evolução da taxa de câmbio brasileira.

Câmbios BRL/USD



Fonte: Bloomberg

Para 2006 espera-se a continuidade de um crescimento sustentado, em torno de 3,5%, com a descida da inflação a permitir políticas monetárias menos restritivas. No entanto, estas previsões estão condicionadas pela conjuntura internacional e pelo risco associado às eleições presidenciais agendadas.

5. SÍNTESE DE ACTIVIDADE

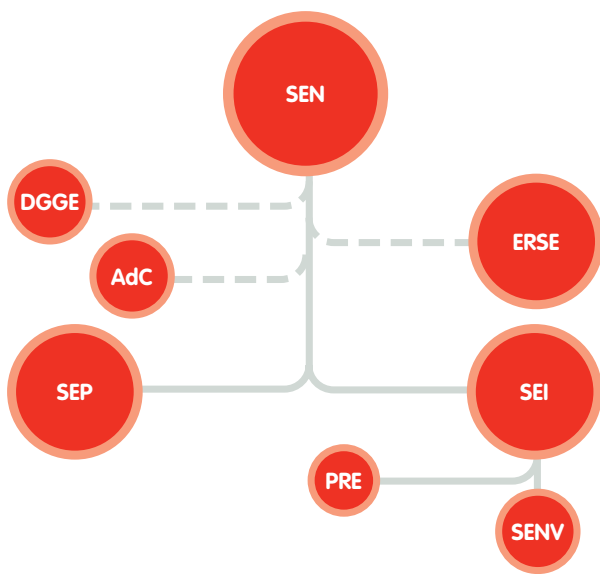
5.1. Negócio Eléctrico na Ibéria

5.1.1. Enquadramento Regulatório

5.1.1.1. Enquadramento Regulatório em Portugal

Organização

Não obstante a transitoriedade para um regime de mercado livre e concorrencial, a organização do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) manteve-se ainda inalterada durante 2005, nos termos da legislação publicada em 1995, com as necessárias adaptações decorrentes das alterações legislativas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 185/2003, de 20 de Agosto:



No Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) as actividades de produção, transporte e distribuição são desenvolvidas em regime de serviço público, ao qual se encontram associadas a obrigatoriedade de fornecimento de electricidade com adequados padrões de qualidade de serviço e o princípio da uniformidade tarifária territorial. Os principais agentes que intervêm no SEP são:

- Os Produtores Vinculados que, até à produção de efeitos dos acordos de cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) de longo prazo, previstos no Decreto-Lei n.º 240/2004, de

27 de Dezembro, continuam a relacionar-se em regime de exclusividade com a concessionária da Rede Nacional de Transporte (RNT);

- A Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN), concessionária da RNT que, com a entrada em funcionamento dos mercados organizados, deixará de comprar a energia eléctrica aos produtores vinculados, os quais, por sua vez, irão passar a vender toda a energia eléctrica em mercado;
- Os Distribuidores Vinculados que, até à entrada em funcionamento do mercado organizado, continuam a adquirir pelo menos 92% das suas necessidades de energia eléctrica à REN e a fornecer aos Clientes a electricidade que estes contratem, segundo tarifas e condições estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- Os Clientes Vinculados.

No Sistema Eléctrico Independente (SEI) existem, por sua vez, dois subsistemas:

- Por um lado, o Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), que se rege por uma lógica de mercado, em que é livre o acesso às actividades de produção e comercialização em baixa tensão especial, média, alta e muito alta tensão e em que os agentes de mercado têm o direito de utilizar as infra-estruturas de transporte e distribuição do SEP para a transacção física de energia, mediante o pagamento das respectivas tarifas de acesso;
- Por outro lado, existem os Produtores em Regime Especial (PRE), que actuam na produção em mini-hídricas (até 10 MW), na cogeração e na produção de energia a partir de fontes renováveis. Estes produtores efectuem entregas à rede do SEP ao abrigo de legislação específica, sendo remunerados com base no princípio dos custos evitados ao SEP, complementado por um prémio ambiental

que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis.

Apesar de, em termos legislativos, não se terem registado modificações à estrutura organizativa do sector, as alterações legislativas entretanto produzidas vieram introduzir novos sujeitos no SEP:

- Os Produtores em Regime Ordinário, que detêm pelo menos uma licença de produção e têm o direito de vender a energia eléctrica por si produzida no mercado organizado ou mediante contratos bilaterais;
- Os Comercializadores, que mediante licença para o efeito, podem adquirir ou vender energia eléctrica no mercado organizado ou mediante contratos bilaterais;
- O Comercializador Regulado, que está sujeito à obrigação de fornecimento de energia eléctrica a Clientes vinculados que se encontrem sujeitos ao regime de tarifa regulada, função que se encontra atribuída à EDP – Distribuição de Energia, S.A.;
- O Comercializador de Último Recurso, que se encontra obrigado a assegurar o fornecimento de energia eléctrica a Clientes não vinculados, no caso de incumprimento do respectivo comercializador ou a outros Clientes sempre que não haja outro comercializador que o faça em condições comerciais devidamente justificadas, função que se encontra igualmente atribuída à EDP Distribuição – Energia, S.A.;
- Os agentes externos, que são entidades legalmente estabelecidas noutros Estados Membros da U.E. e reconhecidas como possuindo o direito de comprar ou vender energia eléctrica e que podem adquiri-la para colocação nos seus mercados de origem ou vendê-la, desde o seu mercado de origem, no mercado organizado ou mediante contratos bilaterais.

À Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) compete supervisionar o cumprimento das regras de funcionamento do SEP e de relacionamento entre o SEP e o SENV e regular as actividades exercidas no âmbito do SEP, nomeadamente, fixar tarifas e preços para a electricidade, bem como para os outros serviços fornecidos, pela REN e pelos detentores de licenças vinculadas de distribuição, a outros detentores de licenças ou a Clientes.

A actual organização e funcionamento do SEN é transitória até ao estabelecimento do novo regime jurídico a vigorar em 2006. O Decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Dezembro transpõe os princípios da Directiva 2003/54/CE, de 26 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as regras comuns para o Mercado Interno da Electricidade.

Este Decreto-Lei pretende definir um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e estabelecer os princípios de organização e funcionamento do SEN, bem como as regras aplicáveis ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização, transpondo, desta forma, os princípios de uma directiva comunitária que visa o incremento de um mercado livre e concorrencial.

Assim, este diploma estabelece que as actividades de produção e comercialização de electricidade são exercidas em regime de livre concorrência, mediante a atribuição de licença, e que as actividades de transporte e distribuição são exercidas mediante a atribuição de concessões de serviço público.

Deste modo, estas actividades são exercidas tendo em conta a racionalidade dos meios a utilizar e a protecção do ambiente, nomeadamente através da eficiência energética e da promoção das energias renováveis e sem prejuízo das obrigações de serviço público.

No tocante à produção de electricidade, o acesso à actividade é livre, cabendo aos interessados, no quadro de um mercado liberalizado, a respectiva iniciativa, abandonando-se a lógica do planeamento centralizado dos centros electroprodutores.

Cabe, no entanto, ao Estado suprir as falhas de mercado, assumindo uma posição de garante do abastecimento de electricidade, através da monitorização permanente do sector eléctrico pelos órgãos competentes da Administração Pública, com a colaboração dos intervenientes no sector, nomeadamente das empresas reguladas.

Relativamente à distribuição de electricidade, esta processa-se através da exploração da rede nacional de distribuição, que corresponde à rede em média e alta tensão, e da exploração das redes de distribuição em baixa.

A rede nacional de distribuição é explorada mediante uma única concessão do Estado, exercida em exclusivo e em regime de serviço público, convertendo-se a actual licença vinculada de distribuição de electricidade em média e alta tensão em contrato de concessão, no respeito das garantias do equilíbrio de exploração da actual entidade licenciada.

Por outro lado, as redes de distribuição em baixa tensão continuam a ser exploradas mediante concessões municipais, sem prejuízo dos municípios continuarem a poder explorar directamente as respectivas redes.

Relativamente à actividade de comercialização, esta é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um exercício transparente da actividade.

No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender electricidade, tendo, para o efeito, direito de acesso às redes de transporte e de

distribuição de electricidade, mediante o pagamento de tarifas reguladas.

Por outro lado, os consumidores podem, nas condições do mercado, escolher livremente o seu comercializador, não sendo a mudança onerada do ponto de vista contratual.

Por último, no âmbito da protecção dos consumidores, define-se um serviço universal, caracterizado pela garantia do fornecimento em condições de qualidade e continuidade de serviço e de protecção quanto a tarifas e preços e de acesso a informação em termos simples e compreensíveis.

Abertura dos Mercados

De acordo com a Directiva 2003/54/CE sobre o Mercado Interno da Electricidade, a partir de 1 de Julho de 2007, os Estados Membros devem garantir uma abertura dos seus mercados a todos os Clientes, permitindo-lhes escolher livremente o seu fornecedor de energia eléctrica.

Em Portugal, e à semelhança da maior parte dos países europeus, o processo de liberalização foi efectuado de uma forma gradual, tendo começado, numa primeira fase, por incluir os consumidores com maiores consumos e níveis de tensão mais elevados, e sido progressivamente alargado a todos os consumidores de energia eléctrica.

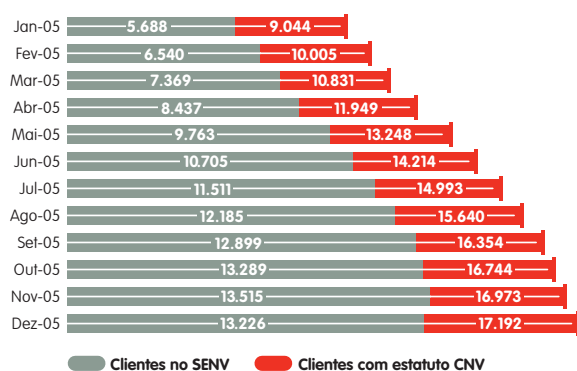
A última fase deste processo, foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2004, de 17 de Agosto, e resultou na completa abertura do mercado, consubstanciada na extensão da elegibilidade aos consumidores de energia eléctrica em Baixa Tensão Normal (BTN), categoria em que se incluem os consumidores domésticos, e Iluminação Pública (IP), correspondendo o mercado total a um universo potencial de 5.907.365 Clientes, com um consumo anual de 43.784 GWh.

O exercício efectivo da escolha de fornecedor para os Clientes em BTN depende da implementação do sistema informático

necessário para gerir os procedimentos de mudança de fornecedor da totalidade dos consumidores de energia elétrica de Portugal Continental (cerca de seis milhões), com todas as garantias de transparência, segurança e fiabilidade, tendo a ERSE já anunciado ser o mesmo possível a partir de Setembro de 2006.

Até ao final de 2005 tinham sido atribuídos 17.192 estatutos de Clientes não vinculados (CNV), o que corresponde a 0,3% do número de instalações potencialmente elegíveis.

Clientes no SENV vs. Clientes com Estatuto de Cliente não Vinculado

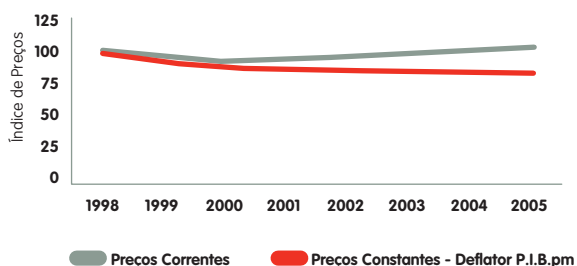


Dos 17.192 Clientes com estatuto de Cliente não vinculado existentes no final de Dezembro, 13.226 estavam no SENV e cujo consumo representou 9.621 GWh em 2005, ou seja, cerca de 22,0% dos fornecimentos totais da EDP Distribuição.

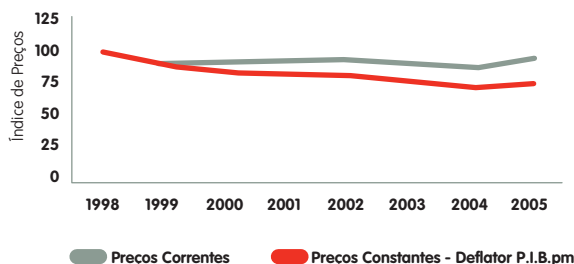
Evolução Temporal das Tarifas

Nos últimos sete anos, os preços médios de venda da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 2,5% na baixa tensão e 3,7% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

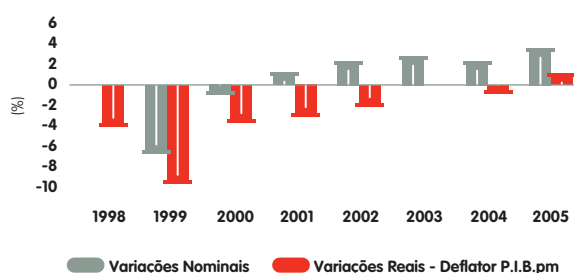
Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Baixa Tensão



Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Muito Alta, Alta e Média Tensão

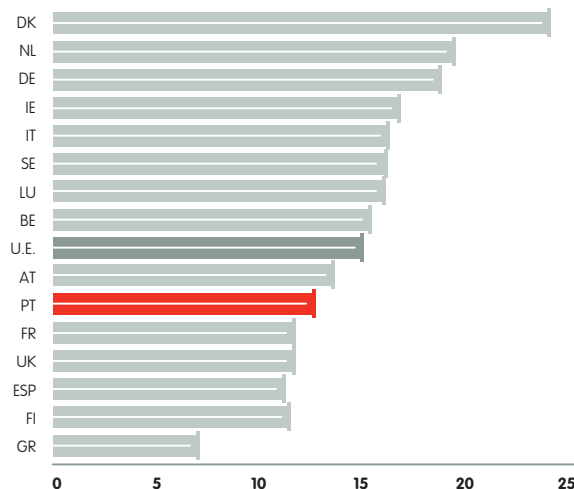


Variação Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade



Quando comparados com outros países, os preços da electricidade em Portugal, em 1 de Janeiro de 2005, para consumidores domésticos, encontram-se 9,4% abaixo da média da União Europeia dos 15.

Preços Médios de Electricidade (consumidores domésticos) Cent.Euro/KWh



Estes dados têm por base um inquérito do EUROSTAT, aos preços médios de cinco consumidores-tipo do sector doméstico dos vários países da UE. Tendo em vista adaptar esta metodologia à presente realidade de abertura dos mercados, encontra-se em curso

o processo de revisão da Directiva da Transparência de Preços aos Consumidores Finais de Electricidade e do Gás – DIR n.º 90/377/CEE, de 29 de Junho.

Entrada em Funcionamento do MIBEL

Decorrido um período inicial de negociações, em 20 de Abril de 2004 foi assinado em Lisboa o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a constituição do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica (MIBEL), aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 33-A/2004, de 20 de Abril. Este acordo foi objecto de revisão em 1 de Outubro de 2004 e desenvolvido, mais recentemente, em 18 e 19 de Novembro de 2005, no quadro das cimeiras Luso-Espanhola realizadas em Santiago de Compostela e Évora, respectivamente.

A criação de um mercado ibérico da electricidade implica, nos termos do acordo aprovado, o reconhecimento de um mercado único de electricidade pelos países envolvidos, no qual todos os agentes terão igualdade de direitos e obrigações, pelo que Portugal e Espanha ficam obrigados a desenvolver, de forma coordenada, legislação interna que permita o funcionamento do MIBEL.

Este acordo regula, entre outros, os seguintes aspectos:

- A criação de um Operador do Mercado Ibérico (OMI);
- As modalidades de contratação no MIBEL;
- Os mecanismos de regulação, consulta, supervisão e gestão;
- A autorização e inscrição dos agentes e a garantia de abastecimento energético;
- As infracções, sanções e jurisdição competente.

Da cimeira Luso-Espanhola de Évora resultou uma nova data para o arranque do Mibel: 1 de

Julho de 2006. As principais conclusões desta cimeira em matéria de energia podem ser integradas em 3 grandes vectores:

- **Interligações:** Continuação do reforço das interligações Portugal/Espanha, designadamente através de novas ligações a sul (Algarve-Andaluzia) e a norte (eixo internacional do noroeste) que deverão estar concluídas até 2011. Início de estudos pela REN e Red Eléctrica de España relativamente a novas ligações no eixo internacional do Nordeste.
- **Conselho de Reguladores:** Início da actividade do Conselho de Reguladores, previsto no Acordo Internacional de Santiago. Este conselho terá como tarefas prioritárias a emissão de um parecer sobre as regras de funcionamento do OMIP/OMIClear e a realização de uma recomendação conjunta sobre o mecanismo de gestão de interligações. Deverá também apresentar uma recomendação sobre a harmonização do mecanismo de Garantia de Potência.
- **OMIP/OMIClear:** Arranque da plataforma de negociação do OMIP no dia 1 de Julho, sendo reconhecido o OMIClear como parte integrante do OMIP. Neste sentido, deverão ter que ser aprovadas até 1 de Maio, por ambos os países, as condições regulamentares que estabeleçam a obrigação dos comercializadores regulados adquirirem pelo menos 5% das suas necessidades de abastecimento de Clientes à tarifa no OMIP.

Enquadramento Legal

Tendo em consideração a entrada em funcionamento do MIBEL e o aprofundamento do processo de liberalização, e tendo como objectivo proporcionar aos consumidores e às empresas um quadro coerente e estável de regulação, adequado à nova fase de abertura total do mercado de electricidade, em Agosto de 2005, a ERSE procedeu a uma revisão global dos regulamentos do sector eléctrico, que foi

previamente submetida a consulta pública, e que veio adaptar os regulamentos existentes ao quadro jurídico, nacional e comunitário, e pretendeu apresentar inovações ao nível do Regulamento das Relações Comerciais, do Regulamento Tarifário e do Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações.

Durante o ano de 2005 foram ainda publicados, em Portugal, novos diplomas legislativos com o objectivo de adequar a estrutura do sector e a sua forma de funcionamento a um regime de mercado livre e concorrencial:

- Portaria n.º 139/2005, de 3 de Fevereiro: estabelece as condições aplicáveis à atribuição de licença para a comercialização de energia eléctrica;
- Portaria n.º 228/2005, de 28 de Fevereiro: no âmbito da cessação antecipada dos CAE, fixa e revê os coeficientes de ajustamento da produção dos centros electroprodutores, para efeitos de determinação do valor dos custos de manutenção para o equilíbrio contratual (CMEC);
- Despacho n.º 10317/2005, de 9 de Maio: determina a criação de dois grupos de trabalho com o objectivo de elaborarem propostas de leis de base da electricidade e do gás natural, que devem ser acompanhadas do correspondente projecto de Decreto-Lei de transposição das Directivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, a apresentar até 31 de Maio e 31 de Julho, respectivamente;
- Despacho n.º 10319/2005, de 9 de Maio: determina a constituição de grupos de trabalho pela REN e pela ERSE, em colaboração com as respectivas homólogas espanholas, tendo em vista a apresentação de relatórios finais, até 23 de Junho de 2005, sobre o estudo dos modelos de organização do Mercado Ibérico de Electricidade e do Gás Natural e o estudo das medidas técnicas e organizativas para

a entrada em funcionamento dos respectivos mercados;

- Resolução de Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro: estabelece uma estratégia nacional para a energia; promove a revisão do quadro legislativo e regulamentar; fixa, como orientação estratégica para o sector energético, o alargamento do âmbito de actividade das empresas que nele operam, de modo a que haja mais do que um operador integrado relevante nos sectores da electricidade e do gás natural, em ambiente de concorrência; autonomiza os activos regulados do sector do gás natural e operacionaliza a sua junção à empresa operadora da rede de transporte de electricidade;
- Decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Dezembro: estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do SEN, bem como ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade, transpondo para a ordem jurídica nacional os princípios da Directiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelece regras comuns para o Mercado Interno da Electricidade e revoga a Directiva n.º 96/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro;
- Com impacto no sector eléctrico, foi ainda aprovada em 2005, a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que veio transpor para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecer as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, incluindo as condições de utilização e rejeição das águas pelos centros electroprodutores.

Concorrência

Enquadramento comunitário

Em Junho de 2005, a Direcção Geral da Concorrência da Comissão Europeia lançou um inquérito aos agentes que operam no sector da electricidade e/ou do gás no espaço da União Europeia. O objectivo desse inquérito foi o de avaliar as condições de concorrência nos mercados de gás e electricidade na União Europeia e concluir sobre os factores que poderão estar a condicionar o funcionamento dos mesmos. As conclusões preliminares desta análise constam do relatório apresentado pela Comissão Europeia em Novembro de 2005. Estas conclusões encontram-se também em linha com o Relatório de Progresso da Comissão Europeia sobre o grau de implementação das Directivas nos Estados Membros, apresentado no final de 2005.

Enquadramento nacional

Em 2005 não se registaram alterações significativas ao nível do enquadramento institucional e legal da concorrência em Portugal.

A Autoridade da Concorrência, criada pelo Decreto-Lei n.º 10/2003, de 18 de Janeiro, tem poderes transversais sobre a economia portuguesa para aplicação das regras de concorrência, em coordenação com os órgãos de regulação sectorial, designadamente a ERSE. Criada à semelhança das entidades reguladoras "anti-trust" europeias, a Autoridade da Concorrência é uma entidade independente, tendo por missão assegurar a aplicação das regras de concorrência em Portugal, no respeito pelo princípio da economia de mercado e de livre concorrência, com vista a garantir o funcionamento eficiente dos mercados, a repartição eficaz dos recursos e a defesa dos interesses dos consumidores.

A nível legal, continua a assumir relevância primordial a Lei da Concorrência (Lei 18/2003, de 11 de Junho), que veio aprovar o regime jurídico da concorrência em Portugal,

designadamente no que concerne a Práticas Proibidas, Concentração de Empresas e Auxílios de Estado.

5.1.1.2. Enquadramento Regulatório em Espanha

Organização

Durante o ano de 2005 o Governo iniciou a revisão do quadro regulamentar dos sectores de electricidade e gás, sendo de destacar:

- A publicação do Livro Branco sobre a reforma do quadro regulamentar da produção de energia eléctrica em Espanha;
- A introdução do Plano de Dinamização da Economia e das 100 medidas de impulso da produtividade.

O Livro Branco sobre a reforma do quadro regulamentar da produção de energia eléctrica em Espanha foi uma iniciativa do Ministério tomada em 2004, com a participação activa da EDP e da HC Energía, através de diversas reuniões com a equipa responsável pela sua elaboração e de participação em fóruns. O Livro tem como objectivo a elaboração de uma análise completa da produção em Espanha e propõe algumas soluções para o que considera deficiências do mercado:

- Estabelecer contratos a preço regulado para a produção de energia nuclear e hidráulica;
- Estabelecer um mecanismo de recuperação de CTC ("Costes de Transición a la Competencia") que não interfira com o mercado;
- Criar tarifas adicionais que reflectam os custos incorridos pelos consumidores;
- Melhorar o sistema de garantia de potência, ampliando as penalizações em caso de incumprimento.

O Plano de Dinamização, no que respeita às vertentes eléctrica e do gás, está espelhado na Lei 24/2005, Real Decreto Lei 5/2005 e

Reais Decretos 924/2005 e 1454/2005. Os principais aspectos destas reformas são:

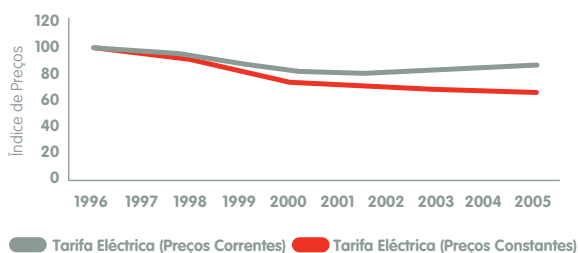
- Fomentar a competitividade no mercado minoritário da electricidade e gás, essencialmente no segmento doméstico;
- Preparar a entrada no MIBEL;
- Criar o quadro regulamentar para o maior uso da biomassa e da co-combustão.

Apesar da reforma do quadro regulamentar do sector eléctrico ter sido interrompida pela Oferta Pública de Aquisição da Gas Natural sobre a Endesa, o Governo decidiu adiar as decisões para o primeiro semestre de 2006, quando já for conhecido o seu resultado.

Evolução Temporal das Tarifas

No que respeita às tarifas eléctricas, o Real Decreto 2392/2004 aumentou a tarifa média de referência para 2005 em 1,71%, uma vez mais abaixo do Índice de Preços ao Consumidor, mantendo-se a tendência de reduções em termos reais do preço da electricidade para Clientes regulados.

Evolução dos Preços Médios de Electricidade



Em termos reais, o valor da tarifa média em Espanha, em 2005, corresponde a 66,9% do valor de 1996.

Os factos ocorridos durante 2005 demonstraram que esta subida foi insuficiente para fazer face aos custos do fornecimento eléctrico. O elevado preço do mercado maioritário espanhol, muito superior ao considerado na elaboração da tarifa de 2005, conduziu ao aparecimento de um elevado défice de liquidação de actividades reguladas,

cerca de 3.600 milhões de euros, que foi financiado por parte dos produtores do regime ordinário como indicado no Real Decreto Lei 5/2005.

No Real Decreto 1556/2005, em que se estabelece a tarifa eléctrica para 2006, reconhece-se às empresas o direito de recuperação, através do aumento da tarifa eléctrica nos próximos exercícios, dos custos incorridos. Este Real Decreto, apesar de realizado de acordo com a metodologia existente, reconhece uma parte dos significativos incrementos do custo que se produziram no sector e estabelece uma subida da tarifa média ou de referência para 2006 de 4,48%. Da mesma forma, indica que a meio do ano se estabelecerá o défice definitivo de 2005 e se procederá ao ajuste da tarifa.

Por fim, é de referir que continuam os trabalhos com a CNE ("Comisión Nacional de la Energia") para actualizar o modelo de retribuição aos distribuidores de electricidade, uma vez que existe consenso generalizado que não é o mais adequado para a situação actual de desenvolvimento da actividade de distribuição de electricidade.

Planeamento e Mercado Ibérico

O Ministério, através do Instituto para la Diversificación y Ahorro Energético (IDAE), publicou, em Julho de 2005, o novo Plano de Energias Renováveis em Espanha 2005-2010, que mantém o compromisso de cobrir com fontes renováveis pelo menos 12% do consumo total de energia em 2010, e incorpora o objectivo de, em 2010, 29,4% da produção eléctrica ser proveniente de fontes renováveis. O plano fixa o objectivo de, em 2010, alcançar 42,5 GW de potência eléctrica com fontes renováveis (incluída a grande hidráulica) com uma produção de energia eléctrica de 102.260 GWh. Destes valores, a energia eólica representa uma potência instalada em 2010 de 20.155 MW e uma produção, no ano referido, de 45.500 GWh.

De igual modo, e também em Julho de 2005, o IDAE publicou o Plano de Acção 2005-2007

sobre poupança e eficiência energéticas, com o objectivo de concretizar as actuações para o referido período, estabelecendo a denominada Estratégia de Poupança e Eficiência Energética em Espanha (E4) 2004-2012. Com este plano de acção, o Governo fixa o objectivo de alcançar uma poupança de energia primária de 12 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, com uma redução de emissões de CO₂ de 32,5 milhões de toneladas no período. O plano refere que da tarifa eléctrica de 2006 se devem destinar 173 milhões de euros para financiar actuações especialmente nos sectores de equipamento residencial e informática e no da edificação.

Durante 2005, também se realizou a actualização da planificação de infra-estruturas de gás e electricidade. A HC Energía apresentou ao Ministério e às Comunidades Autónomas Astúrias e País Basco as necessidades de infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento da sua estratégia empresarial e, no fim do exercício, aguardava o relatório da CNE sobre esta actualização e a posterior aprovação pelo Conselho de Ministros. Durante 2006 será efectuado o Plano 2006-2011.

A 21 de Janeiro foi publicado o Real Decreto 60/2005, que altera o Real Decreto 1866/2004, de 6 de Setembro, o qual aprovou o Plano Nacional de Atribuição de Direitos de Emissão para o período 2005-2007.

A 9 de Março, foi publicada a Lei 1/2005, que regula o regime do comércio de direitos de emissão de gases de efeito de estufa, que transpõe a Directiva 2003/87/CE de 13 de Outubro que estabelece um regime para o comércio de direitos de emissão de gases de efeito de estufa.

O Real Decreto 1264/2005, de 21 de Outubro, regula a organização e funcionamento do Registo Nacional de Direitos de Emissão.

Relativamente ao desempenho do Mercado Ibérico, é de indicar que as mudanças políticas em ambos os países atrasaram o

calendário de implementação do mesmo. No entanto, na Cimeira de Évora de 18 de Novembro de 2005, ambos os governos mostraram determinação em lograr a curto prazo a implementação do MIBEL. Para o efeito, foram efectuados os acordos seguintes:

- Uma vez que entre em vigor o Acordo de Santiago, a criação imediata do Conselho de Reguladores, com as seguintes tarefas prioritárias a executar:
- Relatório sobre as propostas de regras de mercado de OMIP/OMIClear, antes de 15 de Março de 2006;
- Proposta conjunta de um mecanismo de gestão das inter-conexões, antes de 15 de Março de 2006;
- Antes de 1 de Novembro de 2006, proposta conjunta de um mecanismo de garantia de potência;
- Reconhecimento de OMIClear como parte integrante da entidade gestora do mercado a prazo, OMIP, nos termos do artigo 4.2 do Acordo de Santiago;
- Entrada em vigor, em cada país, antes de 1 de Maio de 2006, para entrar em vigor a 1 de Julho de 2006, de um dispositivo legal que estabeleça as condições e a obrigação de aquisição de energia pelos distribuidores ou comerciantes regulados de cada país em OMIP, que será, até Dezembro de 2006, pelo menos 5% da energia vendida a Clientes regulados desde 1 de Julho de 2006;
- Lançamento de OMIP/OMICLEAR a 1 de Julho de 2006;
- Elaboração de um programa regulador de convergência, que estabeleça um calendário de harmonização das regulações de cada país, de acordo com a legislação europeia com o princípio de simetria de abertura dos mercados nacionais, a apresentar na próxima cimeira Luso-Espanhola.

5.1.2. Actividade de Produção

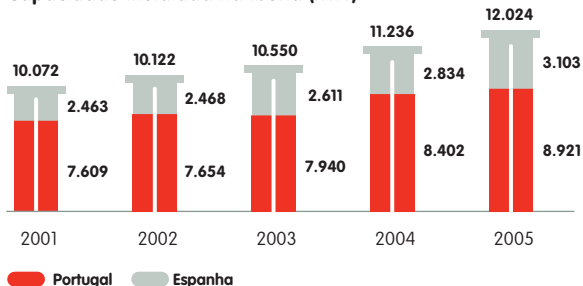
O parque electroprodutor do Grupo EDP em regime ordinário na Ibéria tinha um total de capacidade instalada de 12.024 MW no final de 2005, um aumento de 788 MW face a 2004, essencialmente por via da entrada em serviço industrial, em Agosto, da Central de Frades (2 grupos reversíveis - 192 MW), integrada no reforço de potência de Venda Nova, e da entrada em serviço comercial do grupo 3 da Central do Ribatejo (392 MW).

Em 2005 foi dada resposta positiva aos Pedidos de informação Prévia por parte da Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE) sobre os novos aproveitamentos do Baixo Sabor e de Foz-Tua e os Reforços de Potência de Picote e de Bemposta. Na vertente termoelétrica aguarda-se resposta das autoridades e da DGGE aos pedidos de licenciamento e de ligação à rede dos projectos das CCGT's de Sines e Lares.

No regime especial, é de realçar o incremento em 2005 da capacidade instalada em Espanha, sobretudo como resultado da consolidação de 224 MW de parques eólicos da NEO Desa.

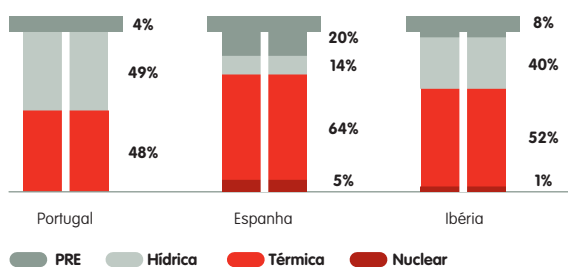
Potência Máxima em 31 Dezembro 2005					
Ibéria					
MW	2005	2004	2003	2002	2001
Regime Ordinário	11.073	10.568	10.167	9.860	9.914
Portugal	8.584	8.080	7.699	7.438	7.492
Espanha	2.488	2.488	2.468	2.422	2.422
Regime Especial	951	668	383	262	158
Portugal	337	322	241	216	117
Espanha	614	346	143	46	41
Potência Máxima	12.024	11.236	10.550	10.122	10.172

Capacidade Instalada na Ibéria (MW)



Este parque constitui um portfolio equilibrado de produção entre as diversas tecnologias que o compõem, combinando a maior componente de capacidade hídrica em Portugal com a maior capacidade térmica em Espanha.

Portfolio de Produção na Ibéria



Em 2005, verificou-se a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e o arranque do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), tendo ainda sido publicadas as licenças de emissão a atribuir a cada instalação do Grupo EDP para o período 2005-2007 (Despacho n.º 686-E/2005). As licenças atribuídas ao Grupo EDP foram as seguintes:

Licenças de CO2 atribuídas ao Grupo EDP			tCO2e
	2005	2006	2007
Portugal			
Carregado	1.088.575	1.088.575	1.088.575
Setúbal	2.505.210	2.505.210	2.505.210
Sines	7.837.380	7.837.380	7.837.380
Barreiro	253.048	253.048	253.048
Tunes	5.000	5.000	5.000
Ribatejo	2.019.570	2.019.570	2.019.570
Mortágua	1.510	1.510	1.510
Soporgem	239.942	239.942	239.942
Energin	199.250	199.250	199.250
Espanha			
Aboño	5.542.000	4.976.000	4.338.000
Soto de Ribera	3.404.000	3.057.000	2.666.000
Castejon	898.000	692.000	709.000
Total	23.993.485	22.874.485	21.862.485



5.1.2.1. Actividade de Produção em Portugal

No ano de 2005 a actividade da produção continuou a desenvolver-se num ambiente de incerteza e de transformação da envolvente externa, tendo a entrada em funcionamento do MIBEL sido diferida para Julho de 2006. A entrada em funcionamento do MIBEL implicará a cessação, nessa data, dos CAE's estabelecidos entre a REN e os produtores do SEP, tendo por parte da CPPE os Acordos de Cessação dos CAE's sido assinados em 27 de Janeiro e aprovados pelo despacho 4672/2005 (2ª série) de 4 de Março.

Foi igualmente desenvolvido um conjunto importante de trabalhos, em colaboração com a REN, visando o período pós-CAE's, nomeadamente os ligados ao cálculo dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) das Centrais da CPPE no SEP, aos testes dos Procedimentos para o Cálculo da Revisibilidade Anual dos CMEC e de Internalização do custo do CO2 nas simulações com o Valoragua.

No último trimestre de 2005 foi dado mais um passo na **simplificação da estrutura da EDP Produção**, tendo sido integradas na CPPE todas as actividades e activos de produção da EDP – Gestão da Produção de Energia e da EDP Produção EM, mantendo-se esta última empresa como veículo para a prestação de serviços de engenharia ao exterior. Em Dezembro de 2005 teve lugar a fusão da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A. na EDP – Energias de Portugal, S.A. e, já em 1 de Fevereiro de 2006, a CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. foi redenominada para EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A..

A potência instalada e as produções líquidas da EDP em Portugal nos últimos cinco anos foram as seguintes:

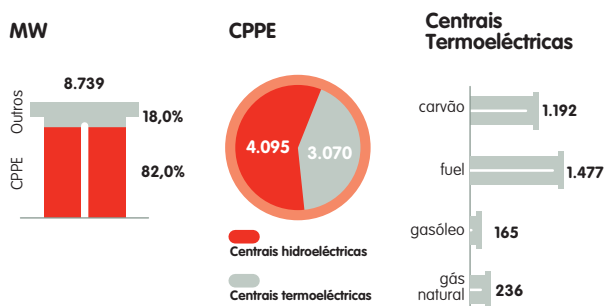
Potência Máxima em 31 Dez.					Portugal
MW	2005	2004	2003	2002	2001
Centrais do SEP	7.164	7.052	7.052	7.183	7.183
Hidroeléctricas	4.095	3.903	3.903	3.903	3.903
Termoeléctricas	3.070	3.149	3.149	3.280	3.280
Centrais do SENV	1.420	1.028	647	255	309
Hidroeléctricas	244	244	255	255	309
Termoeléctricas	1.176	784	392	0	0
Produtores em Regime Especial	337	322	241	216	117
Mini-Hídricas	66	66	56	55	1
Eólicas	151	136	65	40	40
Biomassa	9	9	9	9	9
Cogeração	111	111	111	112	67
Potência Máxima	8.921	8.402	7.940	7.654	7.609

Produção Líquida					Portugal
GWh	2005	2004	2003	2002	2001
Centrais do SEP	18.824	20.475	26.583	24.201	26.947
Centrais hidroeléctricas	4.279	8.718	13.964	6.764	12.607
Centrais termoeléctricas	14.545	11.756	12.619	17.437	14.340
Centrais do SENV	5.252	3.817	908	497	786
Centrais hidroeléctricas(1)	164	398	705	497	786
Centrais termoeléctricas	5.088	3.419	203	0	0
Produtores em Regime Especial	1.161	1.083	1.041	815	535
Mini-Hídricas(1)	90	141	196	75	4
Eólicas	348	237	128	113	90
Biomassa	51	49	38	37	18
Cogeração(2)	671	656	679	590	423
Produção Líquida	25.237	25.374	28.532	25.513	28.268

(1) Separação da produção em SENV/PRE em 2003 ao abrigo do DL n.º 85/2002, 6 de Abril.
(2) Inclui energia entregue a Clientes industriais.

Produção Vinculada

Contrariamente ao esperado, o regime legal da produção vinculada de electricidade não foi alterado em 2005, dispondo, no final do ano, as três empresas titulares de licenças vinculadas, CPPE, Tejo Energia e Turbogás, de uma potência instalada total de 8.739 MW, da qual 7.164 MW (82% do total) pertencem à CPPE, sendo 4.095 MW em aproveitamentos hidroeléctricos e 3.070 MW em centrais termoeléctricas.



O parque hidroeléctrico da CPPE integrado no SEP é constituído por um total de 65 grupos geradores, agregados em termos organizacionais em três centros de produção e comandados centralmente a partir de um único centro de telecomando, localizado na Régua, podendo satisfazer em ano hidrológico médio cerca de 21% dos consumos de electricidade da rede do SEP e SENV.

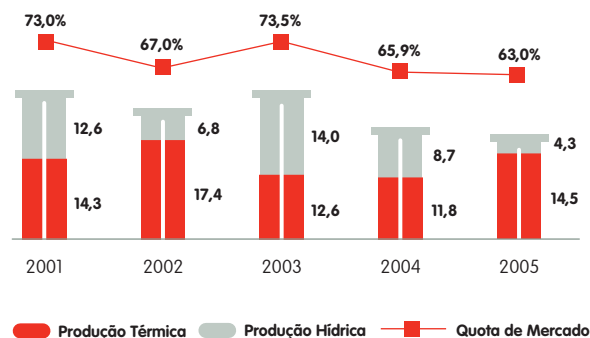
O parque termoeléctrico do SEP é constituído por 5 centrais, sendo uma das principais a carvão, localizada em Sines, outra a fuel, localizada em Setúbal e outra a fuel/gás natural, localizada no Carregado.

Adicionalmente, o Grupo EDP possui participações nos outros produtores vinculados, nomeadamente 11,1% na Tejo Energia, responsável pela Central do Pego (carvão), e 40% na Turbogás detentora da central de ciclo combinado a gás natural da Tapada do Outeiro.

Em 2005, a produção líquida da CPPE foi de 18.824 GWh, 8% inferior à verificada no ano anterior, devido à redução bastante significativa da produção hidroeléctrica:

- A produção hidroeléctrica foi de 4.279 GWh, cerca de 51% inferior à de 2004, reflectindo o muito fraco ano hidrológico;
- A produção de origem térmica atingiu 14.545 GWh, cerca de 24% superior à de 2004, correspondendo a uma maior utilização das centrais a fuelóleo.

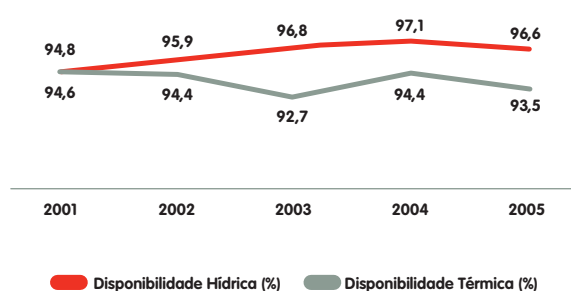
Produção Líquida e Quota de Mercado no SEP (TWh)



A redução da produção hidroeléctrica fez com que a quota de mercado da CPPE passasse de 65,9% em 2004 para 63,0% em 2005.

Em termos de disponibilidade, os centros produtores da CPPE continuam a manter elevados níveis de performance, tendo este indicador registado, em 2005, 96,6% no parque hidroeléctrico e 93,5% no parque termoeléctrico.

Produção Vinculada - Indicadores



Realce ainda para os seguintes factos na actividade de produção vinculada:

- Na sequência da cessação em 31 de Dezembro de 2004 do Contrato de Aquisição de Energia e da conclusão do descomissionamento da Central da Tapada

do Outeiro, foi efectuada a entrega das instalações à REN, com assinatura do correspondente Contrato de Entrega/Recepção;

- Aquisição à REN dos terrenos das centrais termoelétricas do Carregado, Setúbal e Tunes;
- Emissão, pela DGGE, da licença de exploração dos grupos 1 e 2 de Tunes, com validade até 31 de Dezembro de 2006 e assinatura com a REN de um contrato de Prestação de Serviços de Sistema relativo a estes dois grupos, sendo o primeiro contrato deste tipo de serviço à rede estabelecido no país;
- Celebração, em Abril, do contrato com a EDIA para a prestação de serviços de operação e manutenção da central hidroelétrica de Alqueva, cujos serviços já se desenvolviam desde Setembro de 2003;
- Entrada em serviço industrial, em 26 de Agosto, dos dois grupos reversíveis da Central de Frades com um total de 192 MW, na sequência da conclusão das obras e trabalhos do Empreendimento de Venda Nova II;
- No âmbito de adaptação da central de Sines às novas exigências ambientais, a assinatura, em 31 de Março, do contrato de adjudicação à Hitachi-Cobra da Instalação da dessulfuração, tendo a Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro sido enviada à Inspeção Geral do Trabalho em 24 de Agosto;
- Conclusão da elaboração do Projecto Base do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, estando em curso a elaboração do Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto (RECAPE) para efeitos da sua apresentação conjunta às autoridades.

Produção Não Vinculada (em mercado)

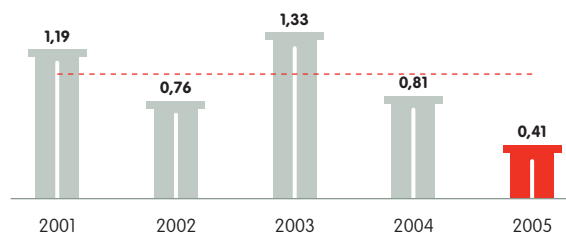
Na produção não vinculada verificou-se, em 2005, um acréscimo na potência instalada em resultado da entrada em serviço comercial do grupo 3 da Central Termoelétrica do Ribatejo (392 MW), atingindo-se no final do ano uma potência total de 1.420 MW face a 1.028 MW em final de 2004.

No que diz respeito à ampliação da capacidade térmica, estão em desenvolvimento os projectos das centrais de ciclo combinado a gás natural de Lares e Sines, sendo de referir:

- A publicação em 12 de Julho, no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, do anúncio do concurso público internacional para o fornecimento em regime "chave na mão" de uma central de ciclo combinado a gás natural, no sítio de Lares, com 2 grupos, um em opção;
- A entrega no Instituto de Ambiente, do Estudo de Impacte Ambiental relativo ao projecto da CCGT de Sines e início do desenvolvimento do processo de avaliação de impacto ambiental. Entre 26 de Outubro e 30 de Dezembro, decorreu o período de consulta pública.

Em 2005, a produtividade hidroelétrica foi muito baixa ao longo de todo o ano, com um coeficiente de apenas 0,41 (0,81 em 2004), o que corresponde a um dos valores mais baixos desde que há registos. A produção hidroelétrica foi desta forma cerca de 51% inferior à do ano anterior, que já tinha tido um valor abaixo da média.

Índice de Produtibilidade Hidroelétrica em Portugal

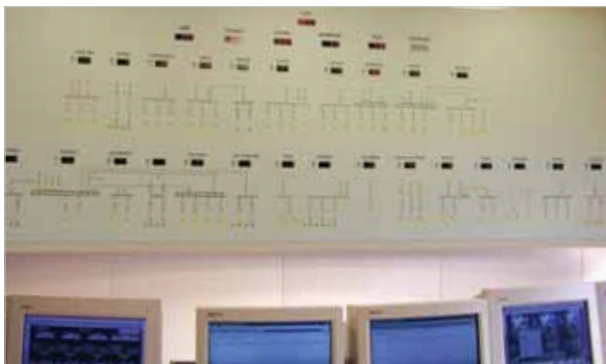


Como resultado do regime hidrológico bastante desfavorável, a componente hidroelétrica teve

um peso reduzido na produção total do SENV, havendo no entanto a relevar o grande aumento da produção da Central do Ribatejo que se posicionou como a terceira maior produtora térmica a nível nacional, a seguir à Central de Sines e à Central de Ciclo Combinado da Tapada do Outeiro.

De referir que em 2005 foi aceite pela REN o processo de inscrição das centrais de Sabugueiro I, Desterro, Ponte de Jugais e Vila Cova no "Renewable Energy Certificate System", associação privada que visa a promoção de um mercado europeu de certificados verdes.

Foi ainda efectuada a transferência do Centro de Telecomando das centrais hídricas do SEI, localizado no Ermal, para o Centro de Telecomando da Rêgua, passando todas as centrais hídricas da CPPE a ser comandadas de um único centro de telecomando.



Serviços de Engenharia

No âmbito da reestruturação da EDP Produção, todos os trabalhadores da EDP Produção EM, empresa de engenharia do Grupo EDP, foram transferidos para a CPPE, mantendo-se aquela empresa como veículo para a prestação de serviços para fora do Grupo EDP.

No domínio da engenharia em 2005 destacam-se as seguintes actividades:

- Desenvolvimento para a EDP Produção e para outras empresas do Grupo de estudos e projectos e de actividades de gestão e fiscalização, quer no âmbito da construção de novos centros produtores, quer do reforço de potência, remodelação/renovação tecnológica e requalificação ambiental, designadamente:
 - Supervisão do projecto, gestão, fiscalização e comissionamento da construção do grupo 3 da Central do Ribatejo;
 - Conclusão das actividades de projecto e de gestão e fiscalização do reforço de potência do Aproveitamento Hidroelétrico de Venda Nova;
 - Elaboração do projecto e início do relatório de conformidade ambiental do Aproveitamento do Baixo Sabor e desenvolvimento do projecto do Reforço de Potência de Picote, tendo sido concluída a concepção geral dos principais elementos de obra;
 - Reformulação do estudo de impacto ambiental e do processo de concurso para concepção/construção da CCGT de Sines e realização dos estudos e elaboração do processo de concurso para concepção/construção da CCGT de Lares, assim como a contratação e acompanhamento do respectivo estudo de impacto ambiental;
 - Realização de diversos estudos ligados a aproveitamentos hidroelétricos, nomeadamente os de viabilidade técnico-económica e de condicionantes ambientais de Foz-Tua e do Reforço de Potência de Bemposta e os de avaliação preliminar de aproveitamentos nos rios Tâmega e Mondego, assim como de avaliação de mini-hídricas;
 - Actividades associadas à requalificação ambiental da Central de
- Parecer favorável da equipa de auditoria externa à renovação pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado em 2003, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000;

Sines e das Centrais de Aboño e Soto Ribera (Espanha), em particular a conclusão, no início do ano, do processo, desenvolvido em conjunto com a HC Energía, de contratação simultânea das instalações de dessulfuração das três centrais;

- Actividades de estudo, designadamente na área ambiental, projecto, contratação, gestão e fiscalização no âmbito da construção de um conjunto significativo de novos parques eólicos e de reforços de parques existentes;
- Realização de estudos técnicos de especialidade, em particular na área do Ambiente e do Controlo de Segurança Estrutural e Hidráulico, de serviços de apoio à exploração dos Centros Produtores da EDP Produção e de diversas actividades de grande manutenção de sistemas, equipamentos e instalações, quer no âmbito das centrais hidráulicas, quer térmicas.
- Relativamente à actividade desenvolvida para o exterior do Grupo, são de referir:
 - Os serviços realizados para a REN, designadamente, de observação hidrometeorológica e estudos afins e os projectos, incluindo estudos geológicos-geotécnicos e de condicionamento acústico, das subestações de Castelo Branco, Portimão e de Pedralva;
 - O prosseguimento, no âmbito dos contratos estabelecidos com a EDIA, dos serviços de assessoria técnica, gestão dos contratos, fiscalização e ensaios relativos ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Pedrógão e a realização dos ensaios em bomba dos grupos reversíveis do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alqueva, na sequência do enchimento da albufeira de Pedrógão.

Balanço Energético

O consumo referido à emissão (energia emitida para a rede de transporte) atingiu cerca de 48 TWh, o que corresponde a um crescimento de 5,3% no ano, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2004 face a 2003 (5,7%).

Devido aos baixos níveis de pluviosidade registados no ano, a produção hidroeléctrica baixou significativamente face a 2004 (menos 51%, no conjunto do SEP e SEI).

O valor da produção térmica líquida no regime vinculado, na ordem dos 25,6 TWh, foi superior em cerca de 14% ao valor de produção verificado no ano anterior. A produção térmica não vinculada atingiu 5.088 GWh, cerca de 49% superior à do ano anterior, reflectindo essencialmente a entrada em produção, no último trimestre do ano, do grupo 3 da Central Termoeléctrica do Ribatejo, que contribuiu, neste caso, com cerca de 10,6% para a satisfação do consumo do SEP e SENV referido à emissão.

Balanço Energético		Produção		
GWh		2005	2004	Var. %
Coeficiente de Produtibilidade Hidroeléctrica		0,41	0,81	-0,40%
Centrais do Grupo EDP				
Emissão hidroeléctrica	SEP	4.279	8.718	-50,9%
Emissão termoeléctrica	SEP	14.545	11.756	23,7%
Emissão hidroeléctrica	SENV	164	398	-58,9%
Emissão termoeléctrica	SENV	5.088	3.419	48,8%
Emissão mini-hídricas	PRE	90	141	-35,9%
Emissão Eólica	PRE	348	237	46,9%
Emissão Biomassa	PRE	51	49	4,5%
Emissão Cogeração	PRE	671	656	2,3%
Produção Líquida do Grupo EDP		25.237	25.374	-0,5%
Vendas directas a Clientes Industriais		-251	-461	45,7%
Emissão para a rede (Grupo EDP)		24.986	24.913	0,3%
Outros Produtores do SEP	SEP	11.069	10.675	3,7%
Autoprodutores	SEI	5.643	3.858	46,3%
Saldo Importador / (Exportador)		6.820	6.481	5,2%
Bombagem Hidroeléctrica		-568	-408	-39,3%
Consumo referido à emissão		47.950	45.518	-5,3%
Compensação síncrona		-29	-35	17,4%
Consumos próprios da Produção		5	-8	-
Consumos próprios da Rede de Transporte		-	-10	-
Perdas		-657	-	-
Energia entregue na Distribuição		47.926	44.808	7,0%

5.1.2.2. Actividade de Produção em Espanha

O aumento dos preços dos combustíveis, especialmente do petróleo e do gás, a escassez de contribuições hidroelétricas, o crescimento sustentável da procura, a redução da produção nuclear e o início, no exercício de 2005, do mecanismo de direitos de emissão de acordo com a normativa da directiva europeia, levaram a que o preço da pool no mercado da produção alcançasse o valor médio anual de 55,7 euros/MWh, com um aumento de 94% sobre o valor de 2004. Incorporando o custo dos processos de operação técnica do sistema (restrições, regulação, desvios) e a garantia de potência, o preço final ponderado do mercado de produção foi, em 2005, de 62,4 euros/MWh, o mais alto desde que se iniciou a liberalização. Todos os mercados europeus registaram preços igualmente elevados durante 2005.

A exploração do sistema peninsular esteve condicionada pelo reduzido contributo da produção hidroelétrica, 19.515 GWh, 34% inferior à do ano anterior. O índice de produção hidroelétrica foi de 0,45 com probabilidade de superar os 98%. As albufeiras terminaram o exercício com um armazenamento final de 36%, superior aos 43% com que terminaram em 2004. A redução foi especialmente significativa nas albufeiras hiperanuais, que terminaram o exercício com apenas 33% das reservas.

A produção nuclear alcançou os 53.166 GWh, 13% inferior ao ano anterior. Os problemas operativos em algumas centrais provocaram este valor, o mais baixo dos últimos exercícios. Por sua vez, a contribuição da produção no Regime Especial alcançou os 52.566 GWh, com um crescimento de 20% sobre o ano anterior. Por tipos de produção, o Regime Especial ocupa já o terceiro lugar, depois do carvão e da nuclear, e representa mais de 20% da cobertura do consumo peninsular.

Dentro da produção térmica convencional, o carvão, com 77.538 GWh, registou um

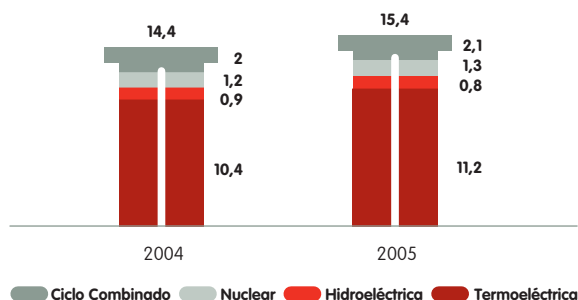
crescimento de 1,5% sobre o valor de 2004, e atingiu a segunda maior produção histórica deste tipo de produção depois do máximo de 2002 (78.768 GWh). Outra produção a destacar no exercício foi a produção com ciclos combinados de gás que, com 46.448 GWh, aumentou em 66% relativamente ao ano anterior. Se adicionarmos a cogeração com gás do Regime Especial, o gás natural será a curto prazo a principal produção do sistema peninsular espanhol. Por último, apesar do forte incremento da produção dos ciclos combinados, ainda foi necessário recorrer ao contributo das centrais térmicas de fuel e gás pelo valor de 9.006 GWh, 16% mais que em 2004.

Durante 2005 entraram em funcionamento 6 novos grupos de ciclo combinado com uma potência total de 2.290 MW. No fim do ano, a potência de ciclos combinados em serviço ascendia a 11.400 MW e encontravam-se em testes outros cinco grupos de ciclo combinado com uma potência total de 2.390 MW.

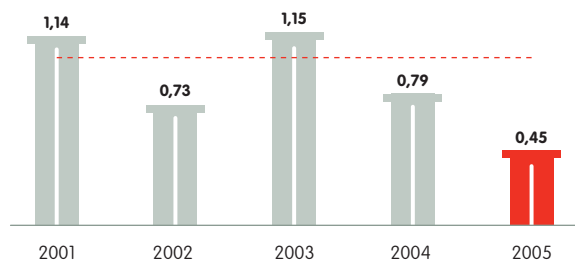
Durante 2005 as instalações de produção da HC Energía em Regime Ordinário superaram o seu máximo histórico de produção com 15.372 GWh.

Produção Líquida em Regime Ordinário		HC Energía (100%)	
GWh	2005	2004	Var. %
Hidroeléctrica	847	854	-0,8%
Termoeléctrica	11.164	10.356	7,8%
Nuclear	1.252	1.237	1,3%
Ciclo Combinado	2.109	1.961	7,5%
Produção Electricidade	15.372	14.407	6,7%

Produção Líquida (TWh)



Índice de Produtibilidade Hidroelétrica em Espanha



A produção hidroelétrica, 847 GWh foi muito semelhante à do ano anterior e muito próxima da que corresponde a um ano médio. É de considerar que, devido ao carácter muito seco do ano em Espanha e aos preços do mercado de produção, a central com bombagem de Tanes funcionou intensivamente, alcançando os 175 GWh de energia produzida, pelo que 120 GWh da produção hidroelétrica provêm da bombagem. Por esse facto, Tanes foi a central de maior utilização do sistema hidroelétrico espanhol.



A produção nuclear, proveniente da participação na central de Trillo, alcançou os 1.252 GWh. Trillo apresentou uma disponibilidade de 93,6%.

A produção com carvão, 11.164 GWh superou em 7,8% a do ano anterior e também representou o máximo histórico do Grupo. Dentro das unidades de carvão da HC Energía, os grupos de Aboño 1 e Soto 3 superaram os seus máximos históricos de produção. O grupo de Aboño 1, que já conta com 32 anos de exploração, teve uma disponibilidade de 99,7%.

A produção a gás na unidade de Castejón 1 também alcançou o seu máximo histórico e a sua disponibilidade foi de 97,5%.



Das actuações realizadas no parque produtor da HC Energia e dos novos projectos é de destacar:

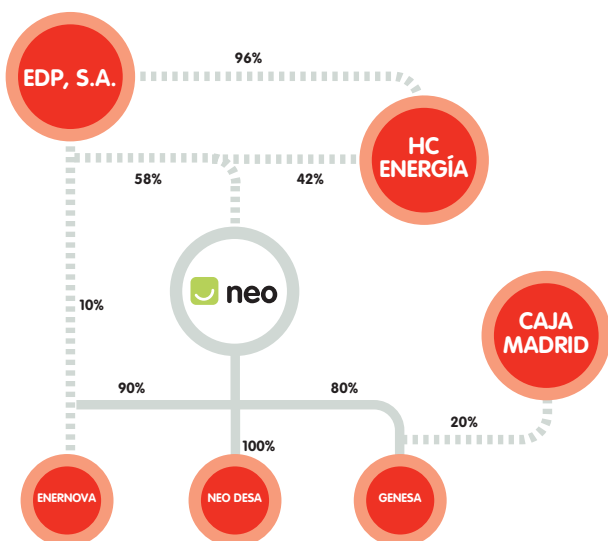
- O início dos trabalhos do projecto de dessulfuração das unidades de Aboño 2 e Soto 3. Este projecto é desenvolvido juntamente com a EDP como uma das áreas em que se identificaram sinergias entre os dois Grupos;
- Também em colaboração com a EDP Produção, está a ser realizada a mudança do sistema de Controlo Lógico de Aboño 2;
- Foi terminado o projecto de Ecoram de Aboño 1 para melhoria de eficiência e incremento de potência;
- Foi adjudicada a mudança de compressor e diversas modificações em Castejón 1 que permitirão incrementar a potência em cerca de 14 MW;
- Una vez obtida a Declaração de Impacto Ambiental, foi recebida a Autorização Administrativa prévia para o novo grupo de Castejón 2;
- Da mesma forma, foi obtida a Declaração de Impacto Ambiental dos grupos de ciclo combinado em Soto de Ribera.

5.1.3. Actividade de Produção em Regime Especial na Ibéria

5.1.3.1. NEO no Grupo EDP

No domínio das energias renováveis, o Grupo EDP, através da sua recém criada "holding" de renováveis – NEO Energia – e das suas três participadas Enernova (para o mercado português), Genesa e NEO Desa (ambas para o mercado espanhol), tem vindo a desempenhar um papel activo no mercado, assumindo-se como um dos seus principais agentes. A NEO Energia, que se formalizou no princípio de 2005, surge como consequência natural da participação da EDP na HC Energia, consolidando assim o posicionamento do Grupo EDP no sector das energias renováveis na Península Ibérica.

A figura seguinte apresenta o organigrama da recém-criada estrutura para a área de renováveis do Grupo EDP.



O plano de expansão da NEO Energia aponta para que em 2010 se encontrem em exploração projectos de energia eólica com uma capacidade instalada bruta de cerca de 2.750 MW (correspondentes a uma quota de mercado prevista de 11,5% no mercado eólico ibérico em 2010). Hoje, a NEO Energia é o 3º operador a nível ibérico a par da Endesa, tendo no segmento eólico cerca de 982 MW brutos em produção no final de 2005, encontrando-se ainda a desenvolver uma carteira de projectos

de cerca de 1.750 MW brutos, dos quais 990 MW brutos se encontram em fase de projecto avançado ou construção e 760 MW brutos se encontram em fase de licenciamento. Adicionalmente, o Grupo EDP tem hoje em exploração 313 MW de centrais de biomassa, cogeração, resíduos e mini-hídricas, dos quais 127 MW estão incorporados na NEO Energia através da sua participada Genesa e 186 MW estão ainda hoje directamente detidos por empresas do Grupo em Portugal.

A NEO Energia definiu uma estratégia que passa pelo reforço da sua posição no mercado ibérico, a concretizar com recurso ao desenvolvimento da sua carteira de projectos, à aquisição de posições de controlo em empresas já em actividade no mercado (através de uma participação activa no processo de fusões e aquisições a nível ibérico), à angariação de novas licenças no âmbito do concurso público a decorrer e à exploração das oportunidades resultantes da revisão do plano energético espanhol.

Adicionalmente, a NEO Energia também iniciou o seu plano de expansão internacional, tendo concretizado ainda em 2005 a aquisição de 3 parques eólicos em França (30 MW) na zona da Bretanha e promovido diversos contactos locais com vista a aumentar a sua posição em mercados europeus menos maduros e com alto potencial de crescimento.

Capacidade instalada eólica				
MW	2005		2004	
	Bruta ⁽¹⁾	Líquida ⁽²⁾	Bruta ⁽¹⁾	Líquida ⁽²⁾
Portugal	215	151	158	136
Espanha	738	266	638	223
Ibéria	952	418	796	359
França	30	30	-	-
Total	982	447	796	359

(1) Capacidade instalada total, independentemente da percentagem de participação.

(2) Capacidade instalada que contribui para os resultados operacionais brutos.

5.1.3.2. Actividade em 2005

Portugal

Durante o ano de 2005, a Enernova continuou a implementar a estratégia de expansão do Grupo EDP no domínio das eólicas, através do desenvolvimento da carteira de projectos própria e da aquisição de projectos de outros promotores presentes no mercado português.

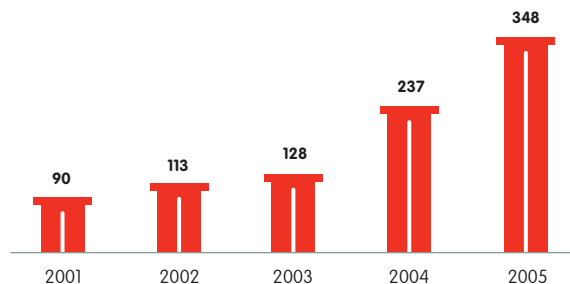
De relevar, ainda, a participação da Enernova num consórcio entre promotores e um fabricante de aerogeradores, visando a apresentação de proposta ao concurso promovido pelo Estado Português, para a atribuição de nova capacidade eólica (800 a 1000 MVA) a disponibilizar no período de 2008-2013.

O desenvolvimento da carteira própria conduziu, face a 2004, a um acréscimo da capacidade eólica instalada de 15 MW, em resultado da entrada em serviço das ampliações dos parques eólicos de Vila Nova (6 MW), em Abril, de Alto do Talefe (1,5 MW), em Agosto, de Fonte da Quelha (1,5 MW), em Setembro, e de Pena Suar (6 MW), em Novembro.

Há ainda a salientar, no âmbito das parcerias estabelecidas, a entrada em exploração do Parque Eólico de Alagoa de Cima (13,5 MW), em Janeiro, detido pela empresa Eólica de Alagoa S.A., com uma participação de 40% pela Enernova.

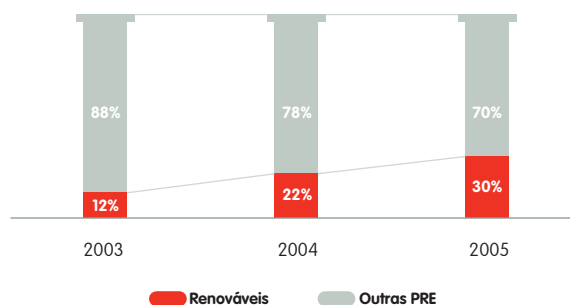
Assim, no final do ano, a Enernova tinha em exploração onze parques eólicos, incluindo o de Alagoa de Cima (5,4MW), detendo 156,5 MW dos 164,6 MW de potência instalada total. As vendas de electricidade dos onze parques atingiram 380 GWh, dos quais 348 GWh são líquidos para a Enernova, o que representa um acréscimo de 46,7 % em relação ao registado em 2004.

Produção - Eólicas (GWh)



Este crescimento proporcionou um aumento do peso da energia eólica no total da PRE em Portugal de 22% em 2004 para 30% em 2005.

Peso das Renováveis na PRE



No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos da carteira própria da Enernova, no final de 2005 encontravam-se:

- Em fase de construção, os parques eólicos de Madrinha (10 MW) e Serra d'el Rei (21,71 MW), com entrada em exploração prevista para o 1º e 3º trimestres de 2006, respectivamente;
- Em fase de adjudicação, os parques eólicos de Abogalheira (3,34MW) e Pedras Lavradas e Serra de Alvoaça (34 MW), com entrada em exploração prevista para o 4º trimestre de 2006;
- Em fase de licenciamento, 11 parques eólicos com potência total a instalar de 202 MW, alguns em regime de parceria, cuja construção se prevê realizar entre 2006 e 2008.

Relativamente à aquisição de projectos eólicos no mercado português, concretizou-se:

- Aquisição de duas empresas, a um promotor espanhol, detentoras dos parques eólicos de Ortiga (11,69 MW), em fase de construção, e Safra (41,75 MW), em fase final de licenciamento, ambos com entrada em exploração prevista para 2006 (1º e 4º trimestres, respectivamente);
- Aquisição de 5 empresas à Tecneira (Grupo ProCME), detentoras de 12 projectos eólicos, com potência total instalada de 120,7 MW. O desenvolvimento e construção dos projectos continuarão a cargo da Tecneira, prevendo-se que o processo de transferência dos activos se inicie em Janeiro de 2006 e seja concluído até final de 2007. No final de 2005, encontravam-se 6 destes parques em exploração, totalizando 49,6 MW de potência instalada, enquanto 33,1 MW estavam em construção e os restantes 38 MW em fase de licenciamento.

Assim, no conjunto dos parques em serviço, em construção e em licenciamento, a carteira própria da Enernova e as aquisições referidas totalizam uma capacidade eólica instalada/a instalar de cerca de 610 MW, o que corresponde a uma quota de mercado de cerca de 20% do total da capacidade já atribuída em Portugal e prevista instalar até 2008.

Espanha

O ano de 2005 foi também um ano muito importante para a actividade de promoção e exploração da energia renovável em Espanha. A Genesa manteve o forte ritmo de construção dos parques da carteira de projectos própria enquanto a NEO Energía assegurou a aquisição de diversos projectos de outros promotores presentes no mercado espanhol. De maior relevância foi a aquisição da Nuon Espanha (hoje NEO Desa) em Dezembro de 2005, onde após um longo processo de venda lançado pela holandesa NUON BV, a NEO Energía conseguiu adquirir um dos activos mais

valiosos de energia renovável da Península Ibérica.

O desenvolvimento da carteira própria conduziu, face a 2004, a um acréscimo da capacidade eólica instalada de 140 MW brutos, em resultado da entrada em serviço dos parques eólicos de Las Lomillas (49,5 MW), de Sotonera (18,9 MW), de Boquerón (22,0 MW) e de Belchite (49,5 MW). Assim, no final do ano, a Genesa tinha em exploração 266 MW líquidos dos 464 MW brutos de potência instalada total. As vendas de electricidade dos parques atingiram 529 GWh, o que representa um acréscimo de 91% em relação ao registado em 2004.



No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos da carteira própria da Genesa, no final de 2005 encontravam-se:

- Em fase de construção, os parques eólicos de Brujula (73,45 MW), Curiscao Pumar (73,1 MW) e Belmonte (34 MW), com entrada em exploração prevista para o 1º e 4º trimestres;
- Em fase de adjudicação, os parques eólicos de HoyaGonzalo (49,5 MW), Munera I e Munera II (70 MW), Era del Pico (14 MW), PeBeMa (100 MW), Dehesica (28,5 MW) e Navica (30 MW) com entrada em exploração prevista para o 3º trimestre de 2007 e 1º semestre de 2008;
- Em fase de licenciamento, 7 parques eólicos com potência total a instalar de 349 MW, alguns em regime de parceria, cuja construção se prevê realizar entre o 4º trimestre de 2006 e 2008.

Relativamente à aquisição de projectos eólicos no mercado espanhol, concretizou-se o seguinte:

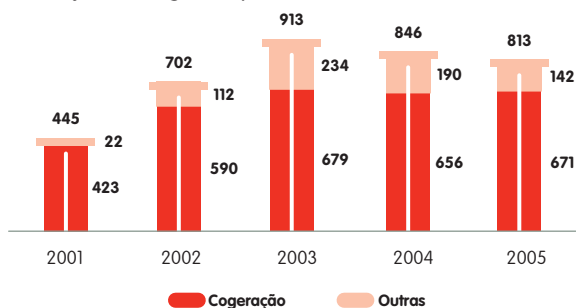
- Aquisição de IDER, S.L., a um promotor espanhol, detentora de parques eólicos com 114 MW em fase de licenciamento e com entrada em exploração prevista para 2007 e 2008;
- Aquisição da Nuon España, S.L., detentora de mais de 29 projectos eólicos, com potência total prevista de 1.460 MW brutos;
- No final de 2005, encontravam-se 12 destes parques em exploração, totalizando 274 MW de potência bruta instalada, enquanto 91 MW estavam em construção e os restantes 1.095 MW em fase de licenciamento avançado.

Assim, no conjunto dos parques em serviço, em construção e em licenciamento, a carteira própria da Neo Energia em Espanha e as aquisições referidas totalizam uma capacidade eólico instalada/a instalar de cerca de 2.700 MW brutos, o que corresponde a uma quota de mercado de cerca de 18% do total da capacidade já atribuída em Espanha e prevista instalar até 2008.

5.1.3.3. Outra Produção em Regime Especial em Portugal

A produção líquida das centrais hídricas até 10 MW, centrais de cogeração e central de biomassa de Mortágua, atingiu 813 GWh, cerca de 3,9% abaixo do valor alcançado em 2004, em resultado do decréscimo verificado na produção hídrica.

Produção em Regime Especial (GWh)



Nota: Exclui eólicas

As centrais de cogeração a gás natural da Soporgen e da Energin, empresas maioritariamente detidas pela CPPE, estão associadas ao fornecimento de electricidade e calor para as instalações fabris da Soporcel e da Solvay Portugal e em conjunto totalizam 111 MW de potência eléctrica. No final do ano, a produção de electricidade atingiu 671 GWh, mais 2,3% que no ano anterior.

A capacidade hídrica instalada não sofreu nenhuma alteração, tendo a produção registado uma forte redução por efeito do baixo coeficiente de hidraulicidade registado em 2005.

A Central de Resíduos Florestais de Mortágua, centro electroprodutor da EDP Produção Bioeléctrica (participação do Grupo EDP reduzida a 50% desde Outubro) com uma potência instalada de 9 MW, registou em 2005 uma produção e uma taxa de disponibilidade com os valores mais elevados desde que entrou em serviço industrial, fruto das melhorias introduzidas na central, quer ao nível técnico dos equipamentos e instalações industriais quer ao nível da gestão e preparação da biomassa. Assim, a produção líquida foi de 51,4 GWh, cerca de 4,5% superior à produção de 2004, devendo-se destacar o mês de Dezembro com a produção mensal mais elevada de sempre. No que respeita à disponibilidade, esta foi de 85,5% cerca de 4,1 p.p. superior ao valor de 2004, essencialmente por decréscimo da indisponibilidade não planeada. A biomassa consumida foi de cerca de 91,8 milhares de toneladas, na sua maioria resíduos florestais (96%).

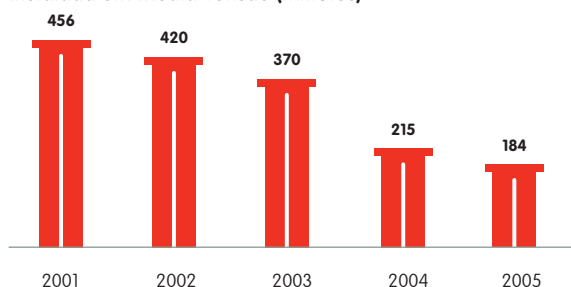
5.1.4. Actividade de Distribuição

5.1.4.1. Actividade de Distribuição em Portugal

Melhorar a Qualidade de Serviço Técnico

A qualidade técnica de serviço, medida pelo indicador Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI), atingiu um valor de excelência face aos anos anteriores, reduzindo de 215 minutos em 2004 para 184 minutos em 2005 (-14%), tendo sido o **objectivo anual de 21 minutos claramente superado**.

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão (minutos)



Os restantes indicadores gerais da qualidade de serviço das redes MT e BT acompanharam a evolução do TIEPI.

A melhoria da qualidade de serviço deveu-se sobretudo, para além das condições meteorológicas favoráveis, a:

- Elevado investimento e esforço de manutenção realizados nos últimos anos, bem como à acção conjugada de um conjunto alargado de iniciativas de carácter técnico e organizativo, iniciado há pouco mais de um ano;
- Conjunto de iniciativas que têm sido desenvolvidas, das quais se destacam o Programa de Melhoria da Qualidade de Serviço Técnico e os Projectos PROEDIS e Learning Fórum, que têm mobilizado a quase totalidade dos colaboradores da área técnica na procura e implementação das melhores práticas e soluções para ultrapassar, com eficiência e eficácia, os principais problemas e estrangulamentos detectados, quer a nível técnico quer

organizativo. As regiões do país que registam níveis de qualidade de serviço inferiores têm vindo a ser objecto de planos específicos de melhoria, constituídos por acções de manutenção, reforço e remodelação, que incidem sobre as redes que as servem, com resultados muito animadores.

A qualidade e a continuidade da onda de tensão (QCT) da rede de distribuição foram avaliadas em 2005 através da execução do Plano de Monitorização da QCT, conforme previsto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS). Nas monitorizações efectuadas privilegiou-se a observação prolongada e concentrada em determinadas zonas, com o objectivo de caracterizar a qualidade da onda de tensão em zonas onde se verifica uma maior concentração de certo tipo de indústria ou actividade económica. Este plano desenvolveu-se de acordo com o previsto, com monitorizações em 159 instalações, das quais 15 em contínuo durante todo o ano e 144 por períodos de 3 meses, o que representou um número total de 442.440 horas de monitorização da QCT das instalações e redes. Com esta orientação está a consolidar-se o conhecimento da QCT das redes tendo em vista assegurar a todos os Clientes um fornecimento de energia eléctrica com elevados padrões de qualidade.



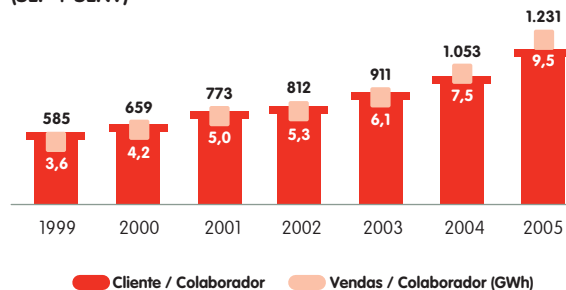
Materializando a responsabilidade social da EDP e os seus princípios de sustentabilidade, foi prolongado o protocolo celebrado entre a EDP Distribuição, o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), a QUERCUS e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), com o objectivo de estudar e minimizar os impactos resultantes da interacção das linhas eléctricas de alta e média tensão na avifauna, de modo a permitir a conclusão dos trabalhos em curso. No início de 2005 foi realizado o "Encontro Internacional de Linhas Eléctricas e Avifauna", que assinalou os dois primeiros anos da parceria entre o ICN, EDP Distribuição, SPEA e QUERCUS.



Assegurar a eficiência das operações

O aumento da eficiência operacional permitiu servir um maior número de Clientes e distribuir mais energia com menos colaboradores, tendo o rácio número de Clientes por trabalhador, que é muitas vezes utilizado como medida de produtividade nas empresas de distribuição, aumentado de 586 em 1999 para 1.281 em 2005. Os valores de 2005, quando corrigidos do efeito da saída de 814 colaboradores para outras empresas do Grupo, atingiriam 1.089 clientes por colaborador e 8,1 GWh de energia distribuída por colaborador.

Eficiência Operacional da EDP Distribuição (SEP + SENV)



Durante 2005, a EDP Distribuição continuou a apostar na manutenção de um relacionamento próximo e de estreita colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, ao mesmo tempo que procurou solucionar os problemas apresentados pelos diversos municípios, referentes quer a aspectos institucionais quer a questões do âmbito do próprio contrato de concessão. Merece particular referência o facto de ter sido possível proceder à renovação dos contratos de concessão de energia eléctrica em baixa tensão com os municípios de Viana do Alentejo, Castro Marim e Maia. No caso do município da Maia, ao proceder-se à renovação do contrato, foi possível estabelecer acordo quanto à forma de recuperação da dívida anterior à data de integração da distribuição de baixa tensão na EDP.

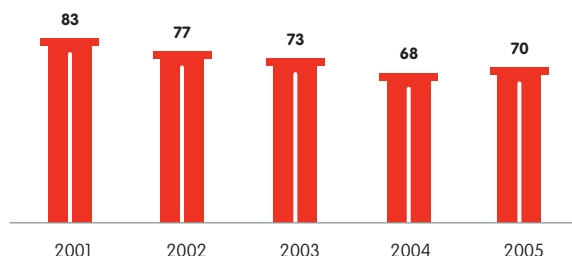
5.1.4.2. Actividade de Distribuição em Espanha

No ano de 2005 a actividade de distribuição eléctrica alcançou 584.922 Clientes, dos quais 3,42% estão em regime de tarifa de acesso, o que supõe um crescimento líquido de 13.283 Clientes no exercício. A energia distribuída foi de 9.247 GWh, com um crescimento de 2,5% sobre a distribuída no ano anterior.

Distribuição de Electricidade	HC Energia (100%)		
	2005	2004	Var. %
Alta Tensão	5.788	5.692	1,7%
Média Tensão	1.116	1.043	7,0%
Baixa Tensão	2.343	2.288	2,4%
Total	9.247	9.023	2,5%

Os indicadores de qualidade de fornecimento, tanto na actividade de distribuição como de transporte, mantiveram-se nos excelentes níveis dos últimos anos. Assim, o TIEPI alcançou um valor de 70 minutos, ligeiramente superior ao registado no ano de 2004, embora inferior ao dos anos anteriores. **A HC Energia continuou, mais uma vez, a registar o melhor TIEPI das empresas espanholas de distribuição.**

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (minutos)



No que respeita à rede de transporte, o índice de disponibilidade foi de 99,7%, sendo praticamente a totalidade da indisponibilidade de carácter programado. Não se registaram interrupções em Clientes ligados a esta rede, pelo que são nulos os valores de energia não fornecida e tempo de interrupção médio.

	Clientes de Electricidade (TI+TA)		HC Energia (100%)	
	2005	2004	Var. %	
Alta Tensão	21	20	5,0%	
Média Tensão	819	757	8,2%	
Baixa Tensão	584.082	573.783	1,8%	
Total	584.922	574.560	1,8%	

No que se refere ao crescimento da actividade de distribuição fora das Astúrias, é de destacar que foi alcançado o número de 7.136 Clientes no conjunto das zonas de distribuição de Alicante, Valência e Madrid, com uma energia distribuída de 186 GWh e uma potência máxima contratada de 90 MW no conjunto. É de indicar que estas zonas são responsáveis por 23% do aumento de Clientes no negócio da distribuição e que ainda têm um baixo nível de saturação pelo que continuarão sendo o

principal foco de crescimento nos próximos anos.

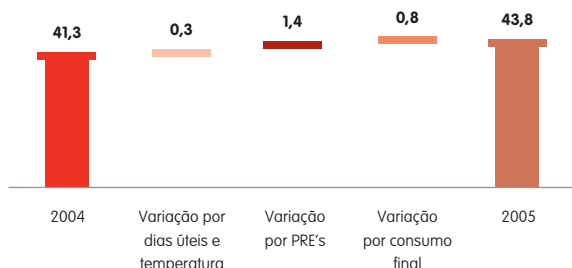
O investimento total alcançou o montante de 40 milhões de euros, do qual 40% corresponde a instalações directamente dedicadas à angariação de novos Clientes, 20% a investimento no desenvolvimento de novos mercados e o restante a investimentos em infra-estruturas, automatização e melhorias em instalações existentes, requeridas por planos de qualidade ou segurança das mesmas.

5.1.5. Actividade de Comercialização

5.1.5.1. Actividade de Comercialização em Portugal

Em 2005, verificou-se um acréscimo de 6,0% no volume global de energia distribuída. Parte deste acréscimo está associado às condições climatéricas – de acordo com as estimativas da REN, este efeito determinou um aumento de cerca de 0,7 pontos percentuais no consumo. Por outro lado, continuou a verificar-se um grande crescimento na recepção de energia proveniente de Produtores em Regime Especial o que, no caso da cogeração, é essencialmente explicado pela adesão de um elevado número de cogeradores à opção de venda ao SEP da totalidade da energia produzida nas suas instalações, na sequência da publicação da Portaria n.º 399/2002. Este efeito, só por si, explica um acréscimo de 3,4 pontos percentuais nos consumos alimentados pela rede da EDP Distribuição, em detrimento de autoconsumo.

Variação do Consumo de Electricidade (TWh)



Neste contexto, o crescimento subjacente ao consumo ter-se-á situado em apenas 1,9%, facto essencialmente associado ao fraco desempenho do nível de actividade económica.

Balanço Energético		EDP Distribuição	
	2005	2004	Var. %
Energia entregue à Rede de Distribuição	47.268	44.808	5,5%
Consumos próprios da Distribuição	-25	-29	12,0%
Vendas e centrais do Grupo EDP	-22	-13	-71,9%
Perdas da Distribuição	-3.437	-3.451	0,4%
Energia Saída da Rede de Distribuição⁽¹⁾	43.784	41.315	6,0%
Vendas de Energia no SEP	34.164	34.552	-1,1%
Muito Alta Tensão	1.265	1.222	3,5%
Alta Tensão	5.148	4.340	18,6%
Média Tensão	5.091	6.506	-21,8%
Baixa Tensão Especial	2.347	3.155	-25,6%
Baixa Tensão	19.013	18.112	5,0%
Iluminação Pública	1.299	1.218	6,7%
Entregas de Energia no SENV	9.621	6.763	42,3%
Clientes do Grupo EDP	6.314	4.381	44,1%
Muito Alta Tensão	37	0	-
Alta Tensão	98	25	288,6%
Média Tensão	5.488	4.337	26,5%
Baixa Tensão Especial	691	19	3.508,8%
Outros Clientes	3.306	2.381	38,8%
Muito Alta Tensão	0	0	-
Alta Tensão	46	24	92,8%
Média Tensão	3.000	2.343	28,0%
Baixa Tensão Especial	260	14	1.726,7%

(1) Vendas ao Grupo EDP para consumo final incluídas nas vendas ao SEP

Comercialização Não Vinculada

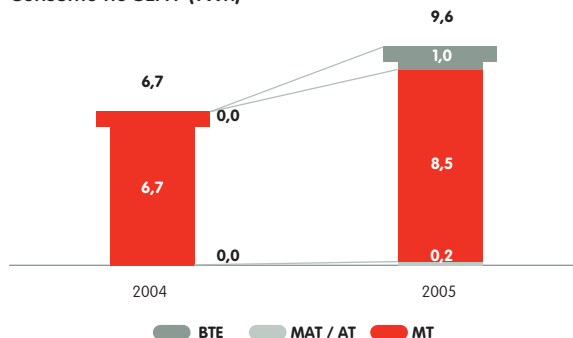
Com o objectivo de facilitar a liberalização total do mercado, o quadro regulamentar do sector eléctrico foi revisto durante o ano de 2005. Nesse processo, foram revistos o Regulamento das Relações Comerciais, o Regulamento Tarifário e o Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações.

Uma das consequências mais significativas dessa revisão decorreu da criação da figura de Comercializador de energia eléctrica, permitindo aos agentes em mercado o exercício, sem restrições, desta actividade a partir de empresas sedeadas em Portugal. Em consequência, o Grupo EDP através da sua subsidiária EDP Comercial, deixou de actuar no mercado liberalizado como Produtor Não Vinculado e passou a operar como Comercializador.

Em finais de 2005 estavam a ser fornecidos no SENV Clientes ligados em Muito Alta, Alta e Média Tensões e em Baixa Tensão Especial, num total de 13.226 instalações que representavam um consumo de 9,6 TWh, tendo

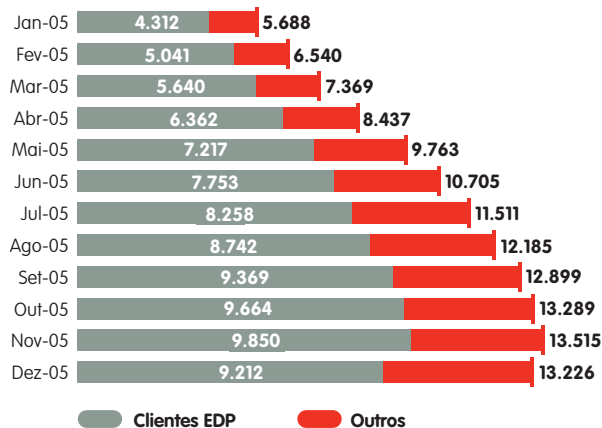
ocorrido um aumento de 173% em Clientes e de 42% em energia face a 2004.

Consumo no SENV (TWh)



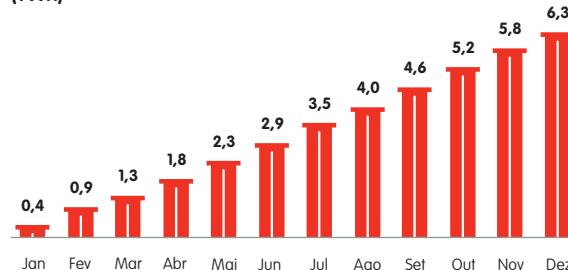
Nos últimos meses do ano de 2005, assistiu-se a uma diminuição no ritmo de entrada de Clientes no sistema de mercado. Este facto deveu-se ao aumento no custo de aquisição de energia, na sequência da brusca subida nos preços da "pool" espanhola (principal referência de preços a nível ibérico), que gera uma perda de competitividade do mercado livre face ao mercado regulado.

Clientes no SENV



No final do ano, a EDP Comercial fornecia 9.212 Clientes, tendo vendido 6,3 TWh, o que representa um crescimento, face ao ano anterior, de 155% em termos de instalações e de 44% em energia.

Energia Vendida - EDP Comercial (TWh)



Apesar de a pressão competitiva ter crescido durante o ano de 2005, com a entrada de um novo "player", a Union Fenosa, a EDP Comercial manteve uma quota de mercado relativamente estável, em torno dos 66%.

EDP Comercial				
	2005		2004	
Vendas GWh - SENV	9.621	100%	6.763	100%
EDP Comercial	6.314	66%	4.381	65%
Outros	3.306	34%	2.381	35%
Clientes - SENV	13.226	100%	4.838	100%
EDP Comercial	9.212	70%	3.616	75%
Outros	4.014	30%	1.222	25%

Durante 2005, a EDP Comercial consolidou a sua acção em várias vertentes, o que permitiu responder mais adequadamente às solicitações de um mercado cada vez mais competitivo:

- Como parte da estratégia de diferenciação comercial, o desenvolvimento e comercialização do "portfolio" de serviços de energia contribuiu para o aumento do desempenho operacional das instalações eléctricas dos Clientes e para a redução dos seus custos energéticos, tendo assim sido possível aumentar o valor oferecido ao Cliente;
- No âmbito do "marketing" relacional foram desenvolvidas múltiplas acções "one-to-one", com o objectivo de um melhor conhecimento dos Clientes e de garantir uma relação de maior proximidade, tendo-

-se procurado uma melhor personalização da oferta e um aumento da fidelização;

- A evolução dos processos e sistemas de informação foi fortemente marcada pelas alterações organizacionais no âmbito do Grupo, destacando-se a transferência de todas as operações do ciclo de facturação e cobrança para a EDP Soluções Comerciais;
- Em termos organizacionais, foi formalizada uma nova estrutura da empresa, que se espera venha a permitir responder, de uma forma eficiente e ágil, às necessidades resultantes da estratégia definida pelo Grupo EDP para a actuação no mercado liberalizado.

Assim, durante o ano de 2005, o Grupo EDP continuou a consolidar a sua liderança como fornecedor de electricidade no SENV e como marca de referência nas diferentes vertentes do mercado eléctrico português.

Actividade de Comercialização Vinculada

A constante melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes tem desde sempre orientado a actuação da EDP Distribuição, pelo que, de forma continuada, têm vindo a ser adoptadas medidas que possibilitam o cumprimento dos objectivos propostos, que se resumem em mais e melhor serviço.

Neste contexto, resultante dos esforços desenvolvidos ao longo de 2005, verificou-se um aumento sustentado da qualidade do serviço prestado aos Clientes, expresso no cumprimento dos Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS):

- Orçamentação de ramais e chegadas BT até 20 dias úteis;
- Execução de ramais e chegadas BT até 20 dias úteis;
- Ligação de Clientes BT até 2 dias úteis;
- Atendimento nas lojas até 20 minutos;
- Atendimento telefónico até 60 segundos;
- Reposição por interrupção accidental até 4 horas;
- Reclamações apreciadas e respondidas até 15 dias úteis;
- Pedidos de informação até 15 dias úteis;
- Leitura de contadores BT, se forem tomadas em conta as Normas Complementares do Regulamento da Qualidade de Serviço, explicitando que “não são consideradas para efeito de cálculo do indicador relativo à leitura do contador as situações de segunda habitação em que o contador não se encontra disponível ao distribuidor”.

Durante 2005, a EDP Distribuição continuou a investir num conjunto de acções e medidas tendentes à consolidação da imagem pela qual é identificada/reconhecida junto dos seus Clientes e do mercado em geral: eficiente, profissional, credível, fiável, íntegra, disponível e amiga do ambiente.

Face à prevista abertura do mercado não vinculado aos Clientes de Baixa Tensão Normal as actividades desenvolvidas tiveram como enfoque principal a fidelização dos Clientes, sendo de destacar as acções seguintes:

- Conclusão da operação de mudança de imagem e de “layout” das lojas da EDP;
- Adopção no “front-office” de um vestuário EDP, harmonizando-se deste modo a apresentação de todos os atendedores junto dos Clientes;
- Alargamento da nova imagem da EDP aos seus agentes, com a implementação da sinalética e mobiliário associados à nova imagem da marca;

- Implementação nas lojas de um sistema de gestão de tempos de espera e de segmentação de Clientes, permitindo um atendimento mais rápido e objectivo;
- Introdução, em algumas lojas, de máquinas de pagamento automático de facturas, possibilitando assim que o Cliente só se dirija ao atendimento quando efectivamente necessita;



- Adopção de um novo modelo de relacionamento contratual o qual permitiu, para além de potenciar a satisfação dos Clientes, consolidar parcerias e garantir uma adequada representação da EDP no território nacional;
- Dinamização do relacionamento com os Clientes através de envio de "newsletters", da edição de folhetos com informação comercial e na participação em diversas feiras e exposições;
- Continuação do alargamento da página na "internet", com novos conteúdos e funcionalidades, possibilitando ao Cliente, para além da informação, um acesso rápido à EDP.

A actividade comercial realizada no mercado vinculado continuou a ser influenciada pela adesão contínua de Clientes ao SENV. Assim, pese embora o facto do número de Clientes do SEP ter crescido 1,3%, constatou-se a

existência de uma quebra de 1,1% nas vendas de energia eléctrica.

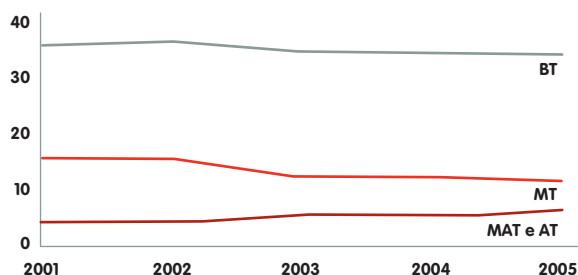
Clientes e Vendas de Electricidade no SEP				EDP Distribuição		
	Número de Clientes ¹			Vendas de Electricidade (GWh) ²		
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %
Total	5.894.139	5.818.504	1,3%	34.164	34.552	-1,1%
Muito Alta Tensão	16	20	-20,0%	1.265	1.222	3,5%
Alta Tensão	157	154	1,9%	5.148	4.340	18,6%
Média Tensão	16.600	18.184	-8,7%	5.091	6.506	-21,8%
B. Tensão Especial	22.036	27.306	-19,3%	2.347	3.155	-25,6%
Baixa Tensão	5.809.699	5.728.865	1,4%	19.013	18.112	5,0%
Iluminação Pública	45.631	43.975	3,8%	1.299	1.218	6,7%

¹Inclui Grupo EDP

²Inclui vendas ao Grupo EDP para consumo final

Relativamente às vendas por nível de tensão verificou-se uma forte quebra na Média Tensão e na Baixa Tensão Especial, consequência da progressiva passagem de Clientes para o SENV, o que explica a diminuição, respectivamente, de 21,8% e de 25,6% nas vendas do SEP para estes segmentos, comparativamente com 2004.

Vendas de Electricidade no SEP por Nível de Tensão (TWh)



A quantidade de electricidade entrada na rede em 2005 aumentou 5,5%. Contudo, a energia adquirida para consumos do SEP apresentou uma quebra de 1,5%, na sequência da transferência de Clientes do SEP para o SENV.

Energia Entrada		EDP Distribuição		
GWh	2005	2004	Var. %	
Para o SEP	37.178	37.757	-1,5%	
REN	29.961	30.342	-1,3%	
SENV	902	2.933	-69,2%	
PRE	6.314	4.482	40,9%	
Para o SENV	10.091	7.051	43,1%	
REN	10.091	7.051	43,1%	
Total	47.268	44.808	5,5%	

5.1.5.2. Actividade de Comercialização em Espanha

O consumo referido à emissão no território peninsular espanhol alcançou, em 2005, o valor de 245 TWh, com um incremento de 4,2% relativo ao ano anterior, reduzido a 3,1% se corrigido pelos efeitos de disponibilidade e temperatura. Este incremento é o menor dos últimos 6 anos e deve-se aos incrementos excepcionais dos dois primeiros meses do ano (9,2%) e do último mês (7,5%).

O consumo de potência horária máxima ocorreu no dia 27 de Janeiro, com um valor de 43.378 MW que representam um incremento de 5.650 MW (15%) sobre o máximo do ano anterior (37.724 MW). Este valor excepcional deveu-se a factores climatéricos.

Na área da Distribuição, os preços altos registados no mercado de produção, junto com a limitação que significa a existência da tarifa regulada, provocaram dificuldades no desempenho desta actividade liberalizada. A energia adquirida pelos distribuidores e Clientes qualificados no mercado diário foi de 80.889 GWh durante o ano de 2005, embora seja de referir que nos últimos dois meses alguns agentes começaram a realizar contratos bilaterais em quantidades significativas.

Durante 2005 foi realizada uma análise estratégica para posicionar a actividade comercial do Grupo no mercado ibérico. Como consequência foi efectuada uma mudança organizacional, criando as seguintes direcções:

- Direcção B2B (Empresas);
- Direcção B2C (Domésticos e Negócios);
- Direcção de Marketing;
- Direcção de Soluções Comerciais.

Relevante, também em 2005, foi a mudança da marca comercial para unificar a imagem do Grupo. A nova marca, cujo lançamento teve

lugar a 26 de Julho, teve uma favorável aceitação e já é parte da cultura da sociedade.

A energia comercializada ao Cliente final alcançou o montante de 3.942 GWh, com um incremento de 6,7% sobre o ano anterior.

A estratégia comercial centrou-se na captação de Clientes empresas e negócios dado o maior potencial de mercado e maior nível de margem líquida. A energia vendida no segmento empresas foi 44% superior à de 2004 e, em negócios, 120%. Em contrapartida, em grandes Clientes, verificou-se uma ligeira redução (-4%).

Em Dezembro de 2005, o número de Clientes de Empresas e Grandes Contas alcançou o montante de 3.838.

5.1.6. Sinergias EDP / HC Energía

A operação de reforço da participação da EDP no capital social da HC Energía, consumada a 16 de Dezembro de 2004, constituiu um importante movimento de alargamento da actividade da EDP no mercado espanhol em antecipação ao arranque do MIBEL.

Complementarmente, a consolidação entre a EDP e HC Energía induz, tanto na actividade de produção de energia eléctrica como na de comercialização, uma dinâmica sinérgica de redução de custos, por efeitos de escala e de optimização do investimento dos dois lados da fronteira, que foi determinante para justificar, no plano económico, esta transacção.

Ainda durante a fase preparatória do processo de aquisição, foi realizada uma primeira estimativa do potencial das sinergias a concretizar, as quais, por se considerarem parte integrante do racional da transacção, foram, depois, comunicadas aos investidores e analistas.

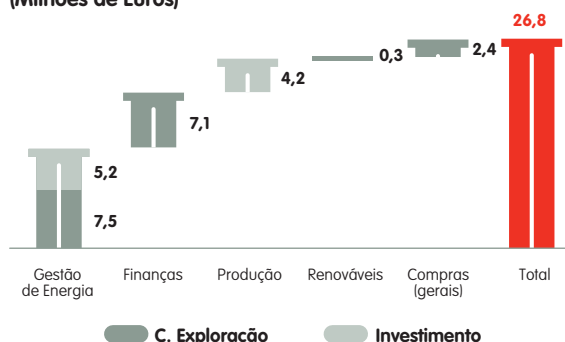
Acordados os termos do negócio, foi lançado internamente o Projecto Sinergias, abrangendo as duas organizações, com vista à captura das poupanças previamente identificadas para o triénio 2005-2007 e o qual se desenvolveu nas três seguintes vertentes:

- Sinergias por efeitos de escala:
 - Resultantes da agregação de volumes;
 - Resultantes da arbitragem entre preços de compra praticados nos dois lados da fronteira;
- Sinergias por implementação de melhores práticas;
- Sinergias por criação dos novos negócios – renováveis e gestão de energia – de estruturas organizativas conjuntas, evitando a sua duplicação.

Concluído o trabalho de identificação e quantificação das sinergias, foi deliberado recorrer a um auditor externo (KPMG) para verificar e certificar as respectivas metodologias de quantificação, os montantes e o impacto nas demonstrações financeiras das poupanças obtidas.

Optou-se por direccionar o trabalho do auditor apenas para as sinergias obtidas por efeitos de escala por serem estas as de avaliação e verificação mais directa e incontestável. Neste contexto, foram apuradas e verificadas no ano de 2005, um valor de sinergias de 26,8 milhões de euros, superior aos 19,4 milhões de euros comunicados ao mercado quando a operação estava em preparação.

Sinergias Apuradas e Verificadas em 2005
(Milhões de Euros)



As sinergias assim apuradas resultaram do alinhamento de políticas e actuações nas principais áreas organizacionais, sendo de sublinhar as verificadas na Unidade de Negócios de Gestão de Energia, essencialmente fruto de uma actuação concertada na actividade de compra e venda de combustíveis e electricidade, na área financeira, devido à reestruturação da dívida da HC Energía e na área da Produção, resultado da adjudicação conjunta dos projectos de requalificação ambiental.

Foram ainda apuradas pelas diferentes áreas, sinergias no valor de 49,9 milhões de euros, com impactos previstos nas demonstrações financeiras de 2006 e 2007. Estas sinergias, também verificadas pelo Auditor, decorrem de responsabilidades assumidas ainda no exercício de 2005 para com terceiros, no

âmbito de decisões de investimento ou de aprovisionamento cujos reflexos se produzirão nos próximos dois anos.

Sinergias			
Milhões de euros	2006	2007	Total
Produção	15,0	12,9	27,9
Financieiras	5,3	4,4	9,7
Eólicas	7,7	-	7,7
Compras (gerais)	1,2	-	1,2
Total	31,2	18,8	49,9

Considerando um âmbito mais global, alargado a outras sinergias que não as que decorrem exclusivamente dos efeitos de escala, o alinhamento de posições e a adopção de melhores práticas, sobretudo na área fiscal, permitiria elevar o montante das sinergias em 2005 para um valor de cerca 50 milhões de euros.

A área de Sistemas de Informação não foi sujeita a verificação por parte do Auditor, por, durante o mesmo período, se encontrar em definição o plano estratégico de Sistemas de Informação, visando o estabelecimento de uma arquitectura convergente a nível ibérico. Concluído o plano de convergência para os sistemas, identificaram-se nesta área sinergias que ascendem a 6 milhões de euros para o período 2006-2008.

5.2. Negócio do Gás na Ibéria

5.2.1. Posicionamento do Grupo EDP

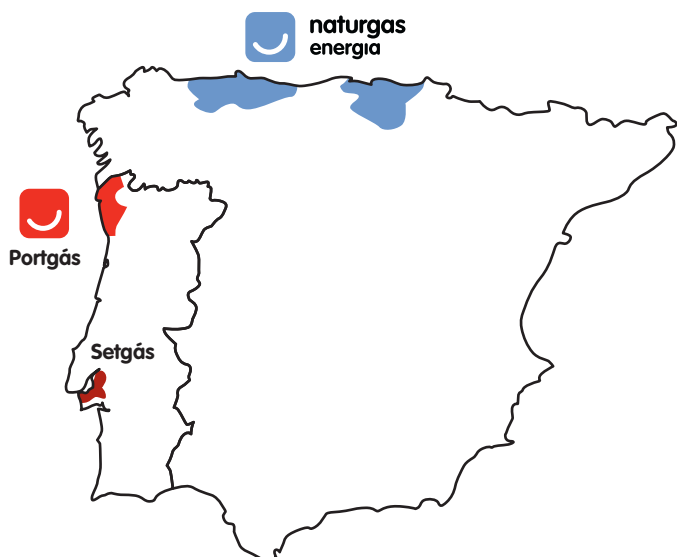
Os mercados de gás natural de Portugal e Espanha apresentam, como aspectos comuns, taxas de crescimento elevadas e índices de penetração ainda relativamente baixos, características próprias de mercados que estão numa fase inicial de desenvolvimento e que por isso apresentam um potencial bastante elevado.

Tal potencial tem que ser visto na perspectiva das políticas definidas para o sector, nomeadamente em termos de liberalização e de reorganização empresarial.

Em Espanha o mercado consolida o seu processo de liberalização, com uma progressiva transferência de Clientes do mercado regulado para o mercado liberalizado. Em Portugal, o sector manteve em 2005 a sua situação de monopólio legal, tendo no entanto sido tomadas medidas pelo Governo português no sentido de abrir progressivamente o mercado à concorrência,

nomeadamente através da aprovação de uma nova Estratégia Nacional para a Energia¹ e pela aprovação, em Conselho de Ministros, do Decreto-Lei que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural e que, na prática, transpõe para o direito português a Directiva de liberalização do sector².

Neste contexto, a EDP reforçou ao longo de 2005 a sua posição de segundo operador no negócio do gás natural em Portugal e Espanha, sendo em cada um destes dois mercados – através do desempenho das suas participadas Portgás e Naturgas Energia³ – o operador com maior expressão a seguir aos respectivos operadores incumbentes.



	Portugal	Espanha
Transportes	n.a.	
Distribuição		
Comercialização		
Regulada		
Livre	n.a.	

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005.

² Decreto-Lei ainda não publicado.

³ A EDP participa no capital social da Setgás, através de uma empresa partilhada com o Grupo Koch, que detém 33% do capital daquela sociedade.

A EDP, em 2005, foi responsável pelo fornecimento de 35,5 TWh (3,05 bcm) de gás natural a um total de 700 mil Clientes, o que gerou um volume de negócios de cerca de 760 milhões de euros e resultados operacionais brutos de 140 milhões de euros. Para o efeito, a EDP conta com activos no valor de cerca de 1,5 mil milhões de euros e com a colaboração de 455 trabalhadores⁴.

Ao nível accionista, registaram-se em 2005 dois acontecimentos importantes para a posição futura da EDP no sector do gás natural:

- Celebração de um contrato com a Endesa Gás, no sentido de adquirir as participações indirectas que esta empresa detém na Portgás e na Setgás, permitindo assim aumentar a participação da EDP nestas empresas para 72,0% e 19,8% respectivamente;
- Celebração de um contrato com o Grupo Américo Amorim no sentido de vender a participação social detida pela EDP na GALP Energia (14,3%), adaptando dessa forma a participação accionista da empresa ao contexto da nova orientação definida pelo Governo para o sector da energia, que tem como objectivo a existência de mais do que um operador integrado de gás e electricidade em ambiente de concorrência.

Finalmente, refira-se que a EDP, no conjunto das suas actividades de produção de energia e comercialização de gás, detém um "portfolio" de contratos de gás superior a 3 bcm, com origens diversificadas e com condições de flexibilidade complementares, o que, numa perspectiva de progressiva liberalização e integração de mercados, permite uma crescente eficiência na gestão do "portfólio".

Principais Indicadores 2005 Negócio do Gás na Ibéria (100%)

Número de Clientes (milhares)	700,0
Distribuição regulada	605,5
Comercialização	94,5
Kms de Rede (kms)	7.218
Rede de Transportes	246
Rede de Distribuição	6.972
Volume de Gás Natural (milhões de m ³)	3,05
Distribuído	2,03
Comercializado	1,01
Volume de Gás Natural (TWh)	35,3
Distribuído	23,5
Comercializado	11,8
Total de Activos (milhões de euros)	1.658
Volume de Negócios (milhões de euros)	751
Resultados operacionais brutos (milhões de euros)	137
Número de Colaboradores	444

5.2.2. Actividade da Portgás

A Portgás é a concessionária, em regime de exclusivo, da distribuição de gás natural nos 29 concelhos dos distritos de Porto, Braga e Viana do Castelo.

É a segunda maior distribuidora regional do sistema português de gás natural, servindo um total de cerca de 150 mil Clientes, aos quais distribui 185 mil metros cúbicos de gás.

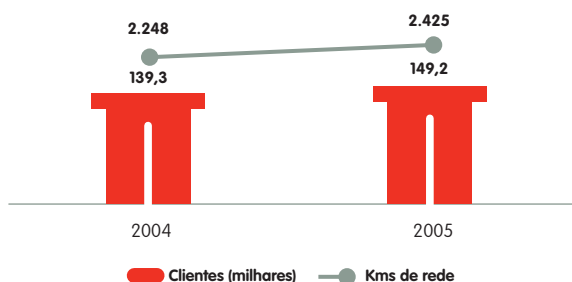
A Portgás detém uma rede de distribuição com uma extensão de 2.430 km, dos quais 275 km constituem rede primária, sendo os restantes rede secundária, o que constitui uma parte significativa dos activos da empresa que ascendem a 290 milhões de euros.

A EDP tem como parceiros na Portgás, a Gaz de France e a Elyo, cada um com cerca de 12,5% do capital social.

⁴ Considerando 100% de participação social.

Durante 2005 a Portgás manteve o esforço em aumentar a cobertura da sua zona de concessão, tendo para o efeito investido cerca de 15 milhões de euros, aumentando em quase 8% a extensão da rede de distribuição e alargando a base de Clientes em mais de 7%.

Portgás - Clientes e Rede



Principais Indicadores

	2005	2004	Var. %
Número de Clientes (milhares)	149,2	139,3	7,1%
Kms de Rede (kms)	2.425	2.248	7,9%
Volume de Gás Natural (milhões de m3)	0,185	0,175	5,7%
Volume de Gás Natural (TWh)	2,2	2,0	5,7%
Total de Activos (milhões de euros)	290,8	283,5	2,6%
Volume de Negócios (milhões de euros)	82,3	68,0	21,0%
Resultados Operacionais Brutos (milhões de euros)	31,0	24,6	26,0%
Número de Colaboradores	99	98	1,0%

5.2.3. Actividade da Naturgas Energia

Mudança de Imagem

Em Maio de 2005, a NaturCorp lançou a sua nova imagem, alterando a sua marca e denominação para Naturgas Energia, e simultaneamente, lançou a oferta dual de gás e electricidade. Estas mudanças têm como objectivos o alinhamento interno da empresa e uma maior integração na imagem corporativa do Grupo EDP.

Com o lançamento da oferta dual, a Naturgas Energia posicionou-se como um operador energético integral, pondo à disposição dos seus Clientes uma oferta dual de gás e electricidade, cujo objectivo de captação de 10.000 Clientes, foi claramente superado.

Organização e Regulação do Sector

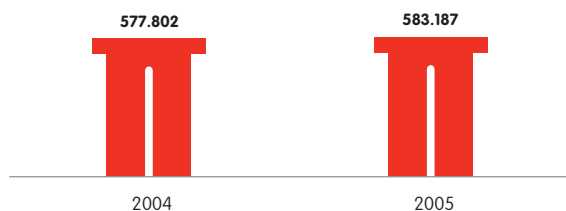
O sector do gás viveu, em 2005, o terceiro ano de abertura do mercado a todos os consumidores e continua em expansão, tanto ao nível de consumos como de número de pontos de abastecimento.

Em 2005, o crescimento do número de pontos de abastecimento foi de 5%, superando os 5,9 milhões. Destaque para o forte incremento dos Clientes fornecidos a baixa pressão que migraram do mercado à tarifa para o liberalizado, levando a que no final de 2005 o número de Clientes no mercado liberalizado se aproxime dos 2,2 milhões, o que representa cerca de 37% dos Clientes totais de gás do mercado, com um consumo de 315 TWh, equivalente a 82% do consumo total anual.

Actividade de Distribuição

Esta tendência global do mercado foi reflectida na distribuição dos Clientes e das vendas em mercado da Naturgas Energia. A redução do número de Clientes à tarifa integral foi significativa devido à campanha levada a cabo no País Basco e que originou a redução de cerca de 107.941 Clientes que passaram para o mercado liberalizado. Como consequência, a redução dos Clientes à tarifa integral cifrou-se em 19% para 456 mil Clientes.

Pontos de abastecimento

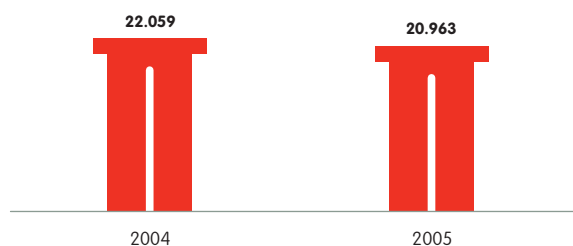


Distribuição de Gás (TI + TA)
Naturgas Energia

Pontos de abastecimento	2005	2004	Var. %
Total de pts. TI	456.269	564.210	-19,1%
P<=4 Bar	456.086	563.983	-19,1%
P>4 Bar	183	227	-19,4%
Total de pts. TA	143.635	13.592	956,8%
P<=4 Bar	143.125	13.120	990,9%
P>4 Bar	510	472	8,1%
Total TI + TA ⁽¹⁾	599.904	577.802	3,8%

(1) Número de pontos de abastecimento considerando 100% de participação social

Esta redução do abastecimento à tarifa integral foi compensada pelo incremento na tarifa de aceso que aumentou 10,5 vezes no número de Clientes, ainda que, face a 2004, a energia distribuída pelas redes se tenha reduzido em 2,3%, principalmente devido a um menor consumo da central térmica de produção eléctrica ligada às redes.

Energia distribuída (GWh)

Distribuição de Gás (TI + TA)
Naturgas Energia

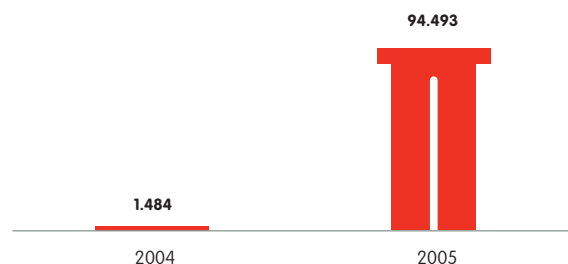
Pontos de abastecimento	2005	2004	Var. %
Total de GWh TI	6.998	7.227	-3,2%
P<=4 Bar	5.214	5.353	-2,6%
P>4 Bar	1.784	1.874	-4,8%
Total de GWh TA	14.549	14.832	-1,9%
P<=4 Bar	619	265	133,6%
P>4 Bar	13.930	14.567	-4,4%
Total TI + TA ⁽¹⁾	21.547	22.059	-2,3%

(1) Distribuidores de Gás considerando 100% de participação social

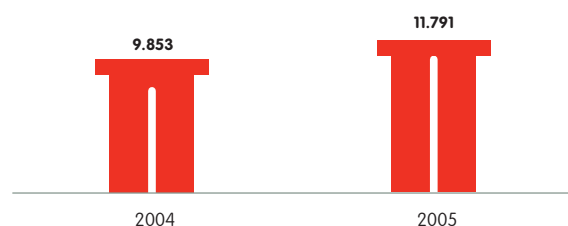
Actividade de Comercialização

Durante 2005, registou-se uma passagem significativa de Clientes do mercado à tarifa integral para o mercado liberalizado, como consequência da campanha de migração lançada no País Basco, que tinha como objectivo um crescimento de 100.000 Clientes neste mercado.

Como consequência destes movimentos de Clientes, o aumento relativo é muito elevado.

Pontos de Abastecimento


Da mesma forma, no que respeita ao volume de energia comercializada, o incremento anual cifrou-se em 19,7% face a 2004.

Energia Comercializada (GWh)


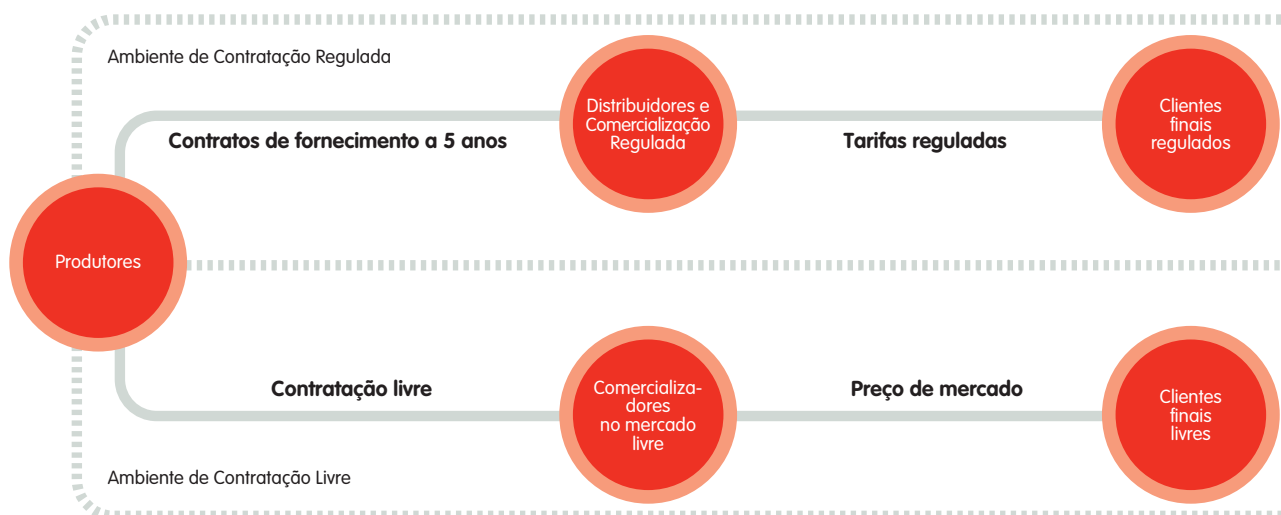
5.3. Negócio Eléctrico no Brasil

5.3.1. Modelo Institucional do Sector Eléctrico Brasileiro

Em 15 de Março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei nº 10.848 num esforço para reestruturar o sector eléctrico a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de produção e garantir o fornecimento de energia a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Essa lei, chamada Lei do Novo Modelo do Sector Eléctrico, foi regulamentada por decretos emitidos a partir de Maio de 2004, estando sujeita ainda à regulamentação a ser emitida pela Aneel e pelo MME. As principais características da Lei do Novo Modelo do Sector Eléctrico incluem:

- A criação de dois ambientes distintos para comercialização de energia, com um para contratação de energia destinada às empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada, operado a partir de leilões de compra de energia; e um outro mercado com regras de comercialização mais flexíveis, para produtores, consumidores livres e empresas de comercialização de energia, chamado Ambiente de Contratação Livre;
- A obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% do seu mercado;
- Existência de lastro físico de geração para toda a energia comercializada em contratos;
- Estabelecimento da necessidade de desverticalização das empresas, separando, as actividades de distribuição da produção e transporte, no prazo de 18 meses a contar da data de vigência da Lei nº 10.848, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, condicionado à aprovação da Aneel;
- A restrição ao auto-suprimento ("self-dealing"), ou seja, à compra pelas distribuidoras de energia eléctrica de partes relacionadas;
- O cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Sector Eléctrico, a fim de proporcionar estabilidade às transacções realizadas antes de sua promulgação;
- A proibição das distribuidoras em vender energia eléctrica aos consumidores livres a preços não regulamentados.



Nesta fase de transição, em 7 de Dezembro de 2004, segundo as regras do Novo Modelo do Sector Eléctrico, foi realizado o Leilão de Energia Eléctrica de Empreendimentos Existentes, tendo por objectivo a compra de energia eléctrica proveniente de empreendimentos em operação, para atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras a partir de Janeiro de 2005, 2006 e 2007, sendo todos os contratos com prazo de 8 anos. Ainda em 2 de Abril de 2005, ocorreu o segundo Leilão de Energia Eléctrica de Empreendimentos Existentes, para entrega a partir de 2008, também com contratos de duração de 8 anos.

Adicionalmente, o ambiente regulatório em 2006 continuará a ser influenciado pela consolidação do novo modelo, estando previstas regulamentações acerca dos seguintes temas: obrigação de apresentação de lastro; operacionalização dos critérios de repassagem dos custos de aquisição de energia eléctrica pelas distribuidoras, cuja garantia está prevista na Lei; incorporação das redes particulares de energia eléctrica ao património das distribuidoras; entre outros temas.

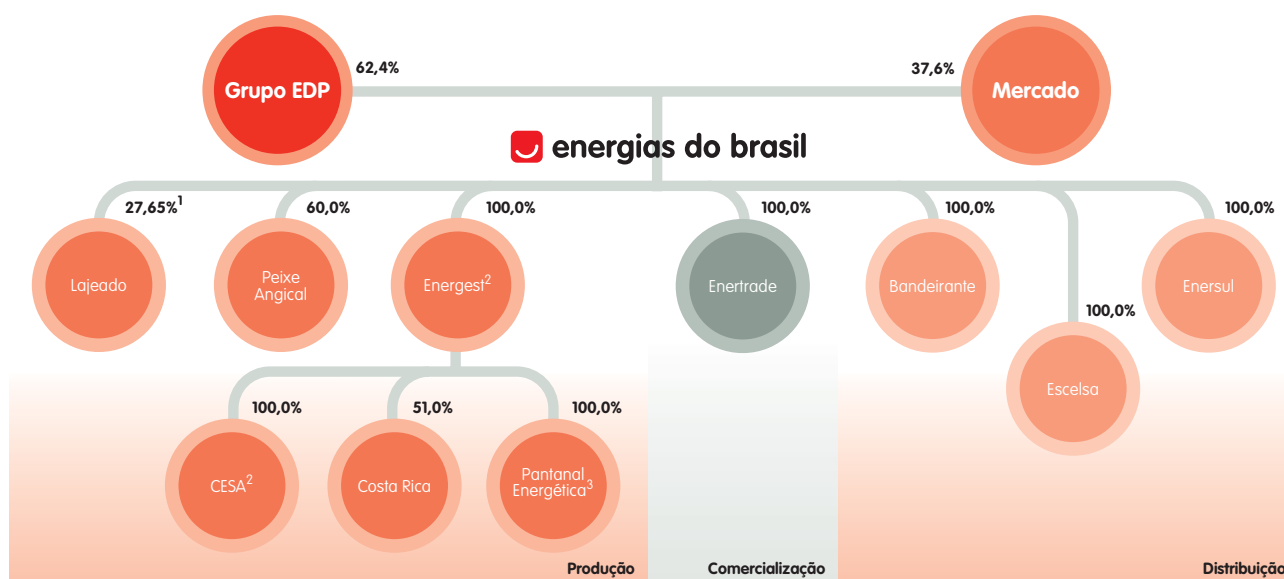
5.3.2. Posicionamento do Grupo EDP

Um amplo processo de reestruturação marcou o ano de 2005 na Energias do Brasil. De forma coordenada foram adoptadas as seguintes medidas para consolidar as bases de uma empresa que tem o objectivo de ser uma referência no sector energético brasileiro.

Reorganização Societária

Em Abril foi aprovada uma reorganização societária que teve como objectivos:

- Simplificar a estrutura dos negócios;
- Ampliar a captura de sinergias existentes entre as actividades de distribuição, produção e comercialização, proporcionando um maior potencial de criação de valor;
- Permitir o aproveitamento fiscal de "goodwill" contabilizado no momento da aquisição da Enersul e Escelsa;
- Facilitar o processo de desverticalização dos activos, conforme exigência da nova legislação do sector eléctrico;
- Promover a visibilidade, a concentração e o aumento da liquidez no mercado de capitais.



¹ Capital volante e representa a percentagem que a Energias do Brasil detém da energia produzida. A Energias do Brasil possui 17,24% do capital total - ² Inclui os activos de produção da Escelsa - ³ Inclui os activos de produção da Enersul

Iniciada no ano anterior, a reorganização permitiu dar uma nova lógica empresarial ao conjunto das empresas do grupo, além de incrementar o seu governo corporativo.

Esta mudança foi executada após um amplo processo de esclarecimento aos accionistas minoritários das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, além das sociedades Iven e Magistra – duas empresas criadas para a compra da Enersul e da Escelsa. A Iven detinha 52,27% da Escelsa, que era a única accionista da Magistra. Esta, por sua vez, possuía 65,2% da Enersul. Foi apresentada a proposta de migração das acções para a Energias do Brasil, com resultados significativos (adesão de 99,98%), sobretudo considerando-se o elevado número de accionistas envolvidos (aproximadamente 48 mil).

Ao mesmo tempo, 67,5% do capital da Energias do Brasil passou a ser detido pela EDP – Energias de Portugal, sendo os 32,5% restantes propriedade dos investidores das distribuidoras que concordaram com a troca de acções, com base numa avaliação independente.

A migração dos minoritários teve um duplo mérito: permitir a adopção do melhor modelo de desverticalização possível, evitando ineficiências fiscais e operacionais, e prover um maior grau de liberdade no processo de redesenho da estrutura organizacional do Grupo.

A reorganização compreendeu as seguintes etapas: 1) incorporação da Iven pela Energias do Brasil; 2) cisão parcial da Energias do Brasil e incorporação desta parcela cindida pela Escelsa; 3) transformação da Enersul em subsidiária integral da Escelsa, por meio da incorporação de acções de emissão da Enersul pela Escelsa, e 4) transformação da Escelsa e da Bandeirante em subsidiárias integrais da Energias do Brasil, por meio da incorporação de acções da Escelsa e da Bandeirante pela “holding”.

Desverticalização

Uma segunda etapa contemplou a segregação das actividades de distribuição e produção, aprovada em assembleias gerais realizadas em 30 de Junho. A medida teve dois objectivos principais. O primeiro foi atender às regras de desverticalização do novo modelo do sector eléctrico estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Eléctrica (Aneel) e que deveriam ser colocadas em prática até Setembro de 2005. Por essa regulamentação as concessionárias de distribuição de energia eléctrica não podem exercer actividades de produção e distribuição, nem deter participações noutras empresas. Além disso, a medida pretendeu ampliar a transparência na divulgação e apuramento dos resultados operacionais, facilitando o acompanhamento das actividades pelos órgãos reguladores e o acesso da empresa ao mercado de capitais.

O processo compreendeu as seguintes medidas: 1) a Magistra foi incorporada na Energias do Brasil; 2) a Enersul, cujo capital era detido integralmente pela Escelsa, passou a ser uma controlada integral da holding; 3) as produtoras Castelo Energética (Cesa) e Costa Rica, que tinham o controlo directo e indirectamente detido pela Escelsa, passaram a ser controladas pela Energest, empresa criada para administrar os activos de produção e directamente controlada pela Energias do Brasil, e 4) os outros activos de produção detidos pela Escelsa e pela Enersul foram transferidos para a Energest, para a Cesa e para a Pantanal Energética Ltda.

Adicionalmente, foram transferidas para a Energias do Brasil dívidas mantidas pela Escelsa, no montante de aproximadamente 825 milhões de reais (dos quais 670 milhões de reais foram capitalizados pela EDP - Energias de Portugal, na Oferta Pública de Acções).

Com o final dos processos de reorganização societária e desverticalização, a estrutura da Energias do Brasil passou a manter três unidades específicas de negócios: produção, comercialização e distribuição.

Na actividade de produção, a “sub-holding” Energest assumiu a gestão de Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética, e foram mantidos separadamente dois empreendimentos (EDP Lajeado e Enerpeixe). Na comercialização, foi consolidada a Enertrade, que actua no mercado livre e na actividade de distribuição, actuam a Bandeirante, Escelsa e Enersul.

Nova marca e novo nome

A mudança de identidade visual e de denominação foi um precedente lógico de todo o processo de reestruturação. Para a marca, foi adoptada a mesma identidade visual que o Grupo EDP assumiu em 2004 em Portugal: um sorriso sobre um fundo vermelho. O símbolo reflecte os atributos que conduzem a gestão dos negócios: simplicidade, proximidade e conforto no atendimento aos Clientes, e responsabilidade social. O nome Energias do Brasil reforça ainda o compromisso com o país e a ambição de ser uma referência do sector, além de manter um paralelo com o accionista controlador.

Oferta Pública Inicial

Todo o processo de reestruturação culminou na Oferta Pública de Acções (OPA, ou IPO – Initial Public Offering, na sua sigla em inglês), realizada em 13 de Julho, na Bolsa de Valores de São Paulo. Os papéis da Energias do Brasil começaram a ser negociados com o código ENBR3 no Novo Mercado, segmento da Bovespa que reúne empresas com as melhores práticas de governo das sociedades. O objectivo foi dotar a empresa de uma estrutura financeira suficiente para permitir o seu crescimento no mercado brasileiro de forma auto-sustentada, independentemente do ingresso de novos recurso do accionista controlador.

Com a operação, a empresa captou 1.184,7 milhões de reais, a maior operação do género na Bovespa em 2005. Inicialmente foram colocadas 61,4 milhões de acções iniciais, complementadas por mais 3,6 milhões de acções como resultado da sobre-procura verificada. Do total, cerca de 500 milhões de

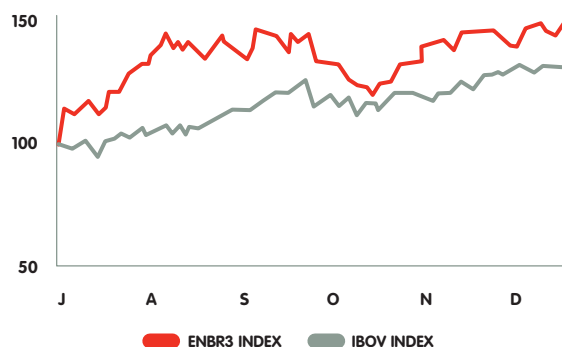
reais entraram como dinheiro novo, pela venda de 27,8 milhões de acções ordinárias oferecidas a 18,00 reais por acção. Os 670 milhões de reais restantes vieram de uma capitalização de dívida feita pela EDP – Energias de Portugal ao mesmo preço da oferta, valor deduzido de um compromisso que a Escelsa mantinha com a mesma – esse crédito foi convertido em 37,2 milhões de acções adicionais da Energias do Brasil. Da aquisição participaram também 613 funcionários, que compraram 1,3 milhões de reais em acções.



Com a conclusão da operação, as acções de emissão da Bandeirante, Escelsa e Enersul deixaram de ser negociadas no mercado de capitais na data de início de negociação da ENBR3.

Adicionalmente, numa distribuição secundária, foram vendidas 809,5 mil acções iniciais por outros accionistas, que receberam acções de emissão da empresa na sequência da reorganização societária.

Evolução da Cotação da Energias do Brasil face ao Índice de Referência



Em 31 de Dezembro de 2005, a EDP – Energias de Portugal detinha 62,4% da Energias do Brasil, enquanto 37,6% do capital era negociado na Bovespa (“free float”), percentual superior ao limite mínimo exigido pelo regulamento do Novo Mercado (25%).

Com a adesão ao Novo Mercado, a Energias do Brasil mantém apenas acções ordinárias – que dão direito a voto –, concede “tag along” de 100% (condições idênticas às oferecidas ao accionista maioritário, no caso de alienação do controlo), actua com Conselho de Administração integrado por um mínimo de 20% de conselheiros independentes (o Conselho de Administração é composto por nove membros, sendo dois independentes) e submete a uma câmara de arbitragem a negociação de conflitos de accionistas.

5.3.3. Actividade do Grupo EDP no Brasil

Enfoque na Eficiência Operacional

Três programas de gestão concentram os esforços da Energias do Brasil na procura de eficiência financeira e operacional, respeitando a individualidade gerencial de cada subsidiária: Eficiência, Vanguarda e Aliança. O Programa Eficiência, lançado em 2003 com o objectivo de capturar sinergias entre as distribuidoras do Grupo, foi concluído em 2005, num processo de fusão ao Projecto Vanguarda, que apresenta um âmbito mais amplo, com o redesenho de toda estrutura organizacional da Energias do Brasil. Já o Projecto Aliança foi criado para unificar os sistemas tecnológicos integrados de suporte à gestão de todas as empresas do grupo, que operam hoje em diferentes plataformas.

Programa Eficiência: Com a adopção de mais de 60 medidas de optimização, o programa envolveu uma equipa de mais de 100 pessoas, movidas por quatro princípios:

- Transferir “know-how” e experiências entre as empresas;
- Potenciar uma cultura, já existente, de gestão eficiente dos custos;

- Padronizar procedimentos e tecnologias;
- Reforçar o espírito de grupo entre as empresas da Energias do Brasil.

Além dos ganhos quantitativos, o programa permitiu criar um espírito permanente de procura pelas melhores práticas em cada empresa, potenciando uma cultura de grupo e de exploração de sinergias.

Projecto Vanguarda : Concebido no primeiro trimestre de 2005, o projecto acompanha toda a reestruturação da empresa. O objectivo é criar e consolidar um novo conceito de gestão integrada entre as empresas da Energias do Brasil, a partir de duas vertentes: captura de sinergias e novo modelo organizacional.

As estruturas, os processos de trabalho e os sistemas de Tecnologia de Informação estão a ser redesenhados com dois objectivos principais:

- Compartilhar funções, proporcionando economias de escala e redução de custos;
- Adoptar uma centralização estratégica com autonomia operacional.

Para isso, estão a ser revistas todas as áreas de todas as empresas, de modo a culminar num alinhamento dos métodos de trabalho.

Este projecto envolve mais de 350 pessoas organizadas em 30 equipas e responsáveis por mapear 120 processos divididos em 460 sub-processos. O levantamento foi concluído em Dezembro de 2005 e será a base para determinar metas de desempenho para toda a organização.

Projecto Aliança: Este projecto envolve a unificação dos sistemas tecnológicos integrados de suporte à gestão das empresas e é conduzido por um grupo de trabalho que mobiliza 106 colaboradores. O desafio é convergir para a mesma plataforma tecnológica os diferentes programas utilizados na gestão dos negócios.

Foram concluídos no início de 2006, os módulos administrativos e financeiros, de forma a melhorar os processos e as decisões internas, reduzindo custos e ampliando a produtividade.

Os módulos técnicos (gestão de redes eléctricas, gestão de redes próprias de telecomunicações, atendimento técnico a clientes e monitorização do meio-ambiente) e o comercial ("billing", leitura, medição e gestão de clientes) serão implementados para todas as empresas de distribuição em versões uniformizadas durante o ano de 2006 e início de 2007.

Potência Máxima e Produção Líquida		Brasil
	2005	2004
Lajeado (1)	250	250
Peixe Angical (2)	452	452
Energist (4)	215	215
Pantanal	41	41
Cesa (5)	84	59
Costa Rica	17	17
Potência Máxima em 31 Dez	1.058	1.033
Lajeado (1)	1.203	1.194
Faten (Cogeração)(3)	-	236
Energist	1.002	959
Pantanal	199	191
Cesa	275	214
Costa Rica	76	85
Produção Líquida (GWh)	2.756	2.878

(1) Participação de 27,65% - equivalente a parcela detida pela EDP no empreendimento

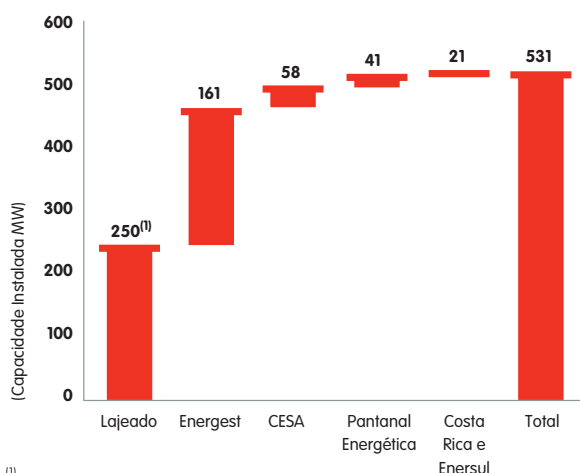
(2) Em Construção

(3) Vendida à Petrobras em Dez/04

(4) Sub-holding da Energias do Brasil que controla activos de geração oriundos do processo de desverticalização da Escelsa e Enersul até Maio 2005. Inclui 50 MW em construção

(5) Inclui 25 MW em construção, em 2004 e 2005

Descrição dos Activos Existentes



(1) Ajustado pela participação da Energias do Brasil

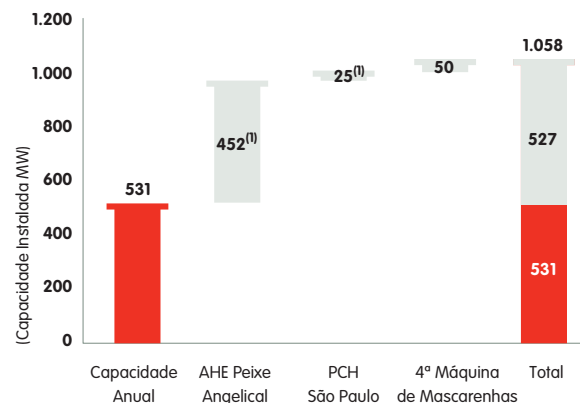
A actividade de produção de energia compreende a gestão de Usinas Hidroeléctricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH) localizadas nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins, com capacidade total instalada de 531 MW, assim como o desenvolvimento de novos negócios que permitirão duplicar a potência instalada, no final de 2006.

Prioritária nos investimentos da Energias do Brasil, como parte da estratégia de crescimento e diversificação de "portfólios", a área de produção recebeu investimentos de 700,8 milhões de reais em 2005 (746,7 milhões de reais no ano anterior). A maior parte dos recursos (638,6 milhões de reais) foi direccionada para o AHE Peixe Angical, prevendo-se a sua entrada em operação comercial em 2006.

Lajeado : A UHE Luís Eduardo Magalhães, localizada no Rio Tocantins, tem capacidade total instalada de 902,5 MW. A participação da Energias do Brasil no empreendimento é de 27,65%, o que corresponde a 250 MW da EDP Lajeado. A central, construída em consórcio liderado pela Investco, tem ainda participação do Grupo Rede, CEB e CMS Energy. As operações foram iniciadas em 2001, atingindo a plena capacidade em 2002, com as cinco turbinas em operação.

Durante 2005, foram produzidos 1.203,2 GWh, correspondentes a 97,4% da energia assegurada reconhecida pela Aneel.

Descrição dos Projectos em Andamento⁽²⁾



(1) 100% da energia contratada através de PPAs

(2) Expectativa de conclusão em 2006

No início de 2006, a Investco S.A., detentora da concessão para exploração de Lajeado, e os seus accionistas, incluindo a EDP Lajeado, chegaram a acordo com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, para a solução das questões decorrentes da participação da Eletrobrás em acções resgatáveis emitidas pela Investco (Acções PN-R). As referidas Acções PN-R, cujo número total era 234.452.116, correspondiam a 37,52% do capital social da Investco, sendo actualizadas monetariamente, até ao seu resgate, por IGP-M acrescido de 12% ao ano.

A EDP Lajeado, controlada em 99,99% pela Energias do Brasil, era responsável por 27,65% do total das acções resgatáveis, o que correspondia a 64.829.527 acções e a 295.113.220,09 reais, em 30 de Novembro de 2005, estando as parcelas vencidas correspondentes à sua parte totalmente provisionadas.

Pelo acordo alcançado com a celebração, em 29 de Dezembro de 2005, de Instrumentos Particulares de Venda e Compra de Acções entre os accionistas da Investco S.A. e a Eletrobrás, a EDP Lajeado adquiriu as acções resgatáveis da Investco S.A. proporcionalmente à sua participação no capital ordinário da mesma, efectuando o respectivo pagamento por meio de créditos atribuídos à Eletrobrás. Dessa forma, foram utilizados pela Eletrobrás 110 milhões de reais para subscrever 83.234.057 novas acções preferenciais do seu capital social, sem direito de voto ou a resgate, correspondendo a 40,07% do capital total, e 184 milhões de reais para adquirir títulos representativos de Partes Beneficiárias com rendimento igual a 10% do seu lucro anual, antes das demais participações, com condição de conversibilidade em acções preferenciais, sem direito de voto, ao final do período de concessão da central de Lajeado (ano de 2032). A conversão das partes beneficiárias em acções preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total das acções emitidas pela EDP Lajeado.

Enerpeixe: o AHE Peixe Angical, localizado no Rio Tocantins encontra-se em construção e terá 452 MW de capacidade instalada, quando a terceira turbina entrar em operação, o que está previsto para Outubro de 2006. O enchimento do lago deve estar concluído em Março de 2006. A Enerpeixe S.A., cujo capital é detido 60% pela Energias do Brasil e 40% pela Furnas Centrais Elétricas S.A., é a responsável pelo empreendimento.

O avanço alcançado no cronograma de obras em 2005, na sua última fase, com a obtenção da licença de operação concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o consequente início do enchimento do reservatório. A energia actual assegurada de Peixe Angical, 2.374 GWh, permite realizar o abastecimento de uma cidade de 4 milhões de habitantes e encontra-se contratada pelas distribuidoras do grupo.

O projecto foi desenvolvido de forma a minimizar e compensar os impactos ambientais e sociais decorrentes de uma obra desta magnitude – a albufeira criada terá 294 km². Foram desenvolvidos mais de 30 projectos ambientais e sócio-económicos, destinados a monitorar e proteger a fauna e a flora da região atingida, desenvolver iniciativas de educação ambiental e garantir a qualidade de vida da população, incluindo a aquisição de terras, realocação da população em áreas urbanas e rurais, construção de escolas, postos de saúde, infra-estruturas e equipamentos para hospitais, saneamento básico, recomposição de áreas de turismo e lazer,

Energest : A Energest detém uma capacidade instalada de 276,9 MW, sendo responsável pela gestão das UHE Mascarenhas e UHE Suiça, além das empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética. A empresa recebeu os referidos activos aquando do processo de reorganização societária da Energias do Brasil, ocorrido em Abril de 2005, e a desverticalização em Junho do mesmo ano.

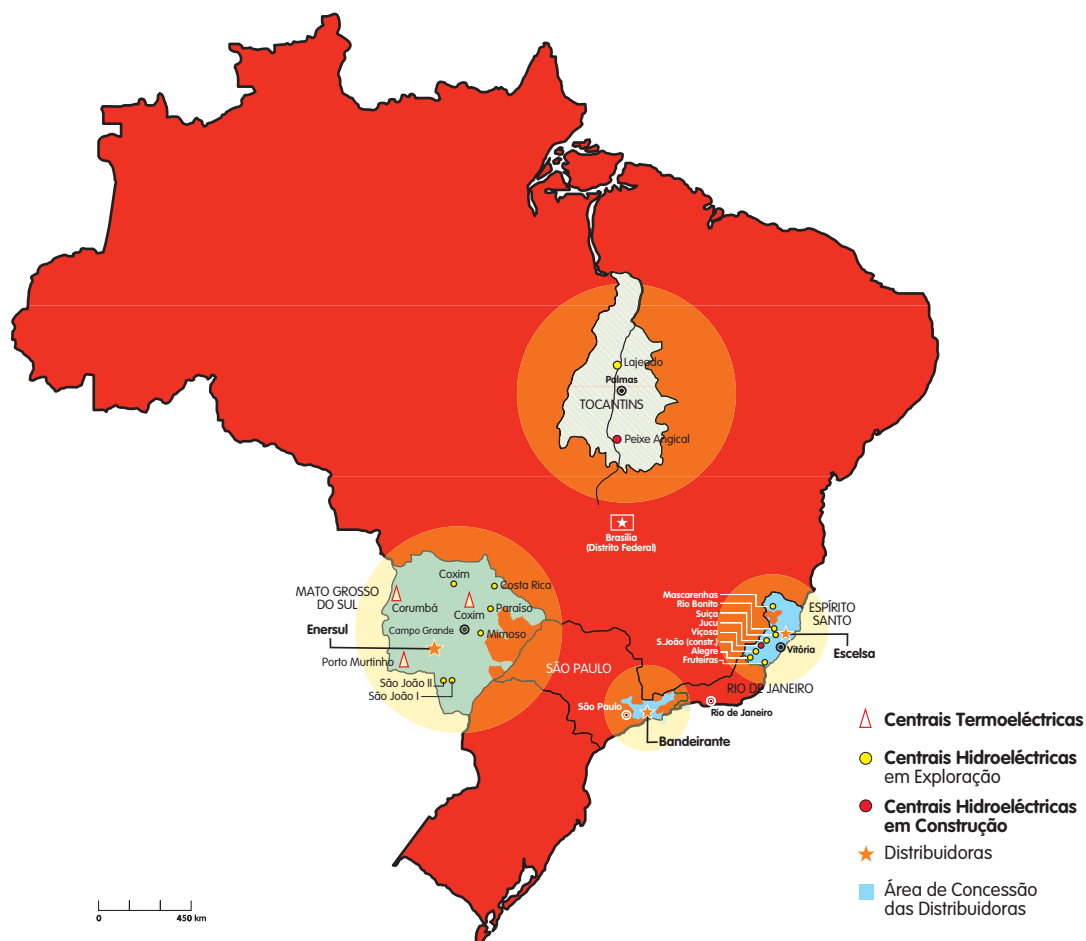
No ano de 2005, foram produzidos 1.541 GWh, correspondentes dos quais 502 GWh gerados antes da desverticalização da Escelsa e Enersul.

Dos factos relevantes ocorridos em 2005, assinalam-se a continuação dos trabalhos de instalação da 4ª máquina na UHE Mascarenhas e a retoma, em Setembro, das obras da PCH São João. Nesse período, os investimentos totalizaram 34,5 milhões de reais. No final do ano de 2005, foi tomada a decisão de desactivar as centrais termoelétricas Corumbá e Coxim, pertencentes à Pantanal Energética, que possuem capacidade instalada de 9,6 MW.

Enercouth: Empresa detida pela Energias do Brasil possui 49% do Consórcio EnerRede Couto Magalhães, responsável pela concessão do Aproveitamento Hidrolétrico Couto Magalhães (150 MW de capacidade instalada).

O Grupo Rede controla os restantes 51%. Os trabalhos referentes ao Aproveitamento Hidrolétrico Couto Magalhães mantêm-se suspensos, na sequência da solicitação à Aneel, por parte do Consórcio EnerRede Couto Magalhães, da formalização da rescisão amigável do contrato de concessão.

Presentemente, aguarda-se uma posição da Aneel sobre a referida solicitação motivada pelo aparecimento de novas exigências de entidades oficiais na vertente ambiental não previstas no contrato de concessão e susceptíveis de comprometer a viabilidade económica do empreendimento. Além de encarecer substancialmente o projecto, essas exigências provocariam atrasos igualmente dispendiosos na sua conclusão.

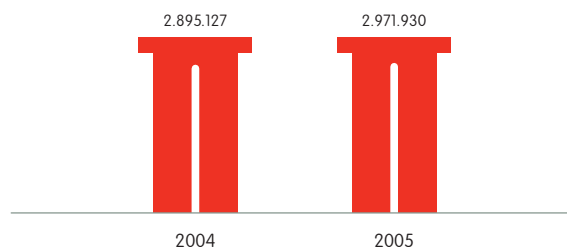


Actividade de Distribuição

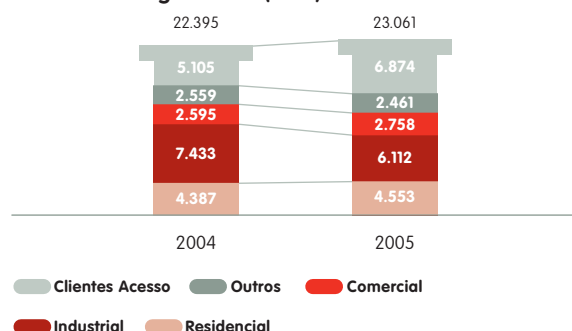
O segmento da distribuição concentra a principal actividade da Energias do Brasil em 2005, está presente nos Estados de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, por meio das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, respectivamente. No total, distribui energia para cerca de 3,0 milhões de Clientes, representando uma população de quase 10 milhões de habitantes.

A distribuição registou, em 2005, aumentos de 2,7% no número de Clientes e de 3,0% no volume de energia distribuída, que totalizou 23,1 TWh. O cálculo considera a energia fornecida aos clientes finais, acrescida da energia distribuída para outras concessionárias, da energia que transitou nas redes de distribuição para consumo de clientes do mercado livre e da energia de consumo próprio.

Número de Clientes



Vendas de Energia - Brasil (GWh)



Número de Clientes

	Bandeirante			Escelsa			Enersul			Total		
	2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%
Total Clientes Cativos	1.283.288	1.272.529	0,8%	1.030.697	983.024	4,8%	657.945	639.574	2,9%	2.971.930	2.895.127	2,7%
Residencial	1.175.375	1.164.452	0,9%	812.000	774.805	4,8%	536.343	525.497	2,1%	2.523.718	2.464.754	2,4%
Industrial	8.204	8.406	-2,4%	10.607	10.605	0,0%	4.276	4.430	-3,5%	23.087	23.441	-1,5%
Comercial	83.473	83.365	0,1%	89.047	86.177	3,3%	55.019	54.620	0,7%	227.539	224.162	1,5%
Outros	16.236	16.306	-0,4%	119.043	111.437	6,8%	62.307	55.027	13,2%	197.586	182.770	8,1%

Vendas

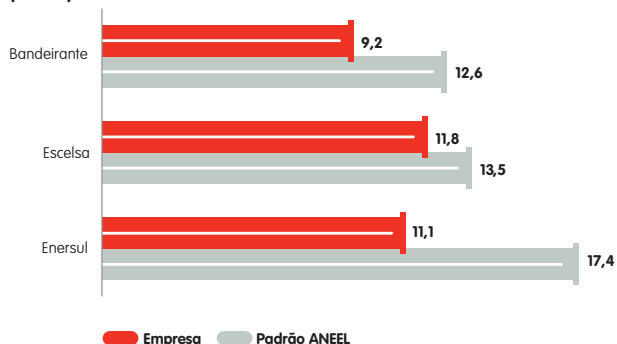
	Bandeirante			Escelsa			Enersul			Total		
	2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%
Aquisição de Electricidade e Produção Própria	9.889	10.443	-5,3%	7.170	7.011	2,3%	3.802	3.566	6,6%	20.861	21.020	-0,8%
Electricidade entrada na Distribuição	13.764	13.443	2,4%	8.815	8.254	6,8%	3.958	3.607	9,7%	26.536	25.303	4,9%
Perdas na Distribuição	-1.449	-1.254	-15,6%	-1.176	-1.076	-9,3%	-850	-578	-47,1%	-3.475	-2.908	-19,5%
Vendas de Electricidade	8.009	8.814	-9,1%	5.441	5.626	-3,3%	2.737	2.851	-4,0%	16.187	17.291	-6,4%
Residencial	2.307	2.283	1,1%	1.321	1.192	10,9%	925	912	1,4%	4.553	4.387	3,8%
Industrial	3.544	4.355	-18,6%	2.096	2.498	-16,1%	472	580	-18,6%	6.112	7.433	-17,8%
Comercial	1.318	1.235	6,7%	842	775	8,6%	598	585	2,3%	2.758	2.595	6,3%
Outros (I)	840	941	-10,8%	883	856	3,2%	739	762	-3,1%	2.461	2.559	-3,8%
Distribuidoras	0	0	-	299	305	-1,9%	3	12	-71,9%	302	317	4,6%
Clientes de Acesso	4.306	3.375	27,6%	2.198	1.552	41,6%	371	178	108,2%	6.874	5.105	34,7%
Total Energia Distribuída	12.315	12.189	1,0%	7.639	7.178	6,4%	3.108	3.029	2,6%	23.061	22.395	3,0%

(I) Inclui consumo próprio

Os indicadores de qualidade das três distribuidoras ficaram dentro dos valores de referência da Anel.

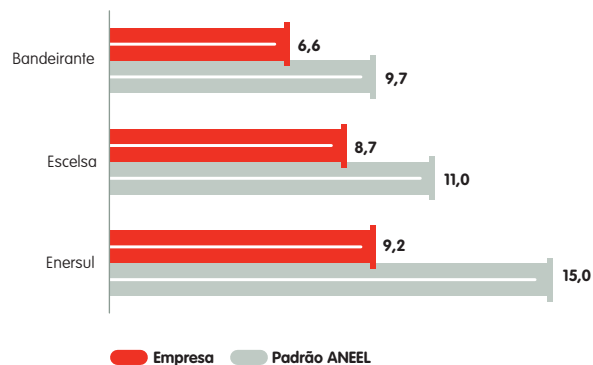
Nas três distribuidoras, eventos externos com origem no Sistema Interligado Nacional (SIN) – e, portanto, fora do controle das empresas – tiveram impacto sobre o desempenho do DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente), expresso em horas médias que o consumidor ficou sem abastecimento de energia durante o ano. Na Bandeirante, essas interrupções representaram um acréscimo de 0,17 horas. Na Enersul, de 0,19 horas. Na Escelsa, sem os dois “black-outs” ocorridos em Janeiro, o DEC teria sido de 9,96 horas.

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (horas)



Em relação ao FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente), na Bandeirante, foram registadas 6,62 interrupções, em média por cliente durante o ano, comparativamente a 5,76, no ano anterior, e a referência de 9,74 da Anel. Na composição do indicador foi considerado o impacto de 0,80 interrupção/consumidor/ano provocado pelo desempenho do SIN. Na Enersul, face a um valor de referência de 15,01 da Anel, o FEC atingiu 9,16 (8,03, em 2004), sendo uma contribuição de 0,37 proveniente do SIN. E, na Escelsa, apesar de 2,02 interrupções originadas no SIN, houve uma melhoria do desempenho, passando de 9,68, em 2004, para 8,66, em 2005, melhor que a referência de 11,04 da Anel.

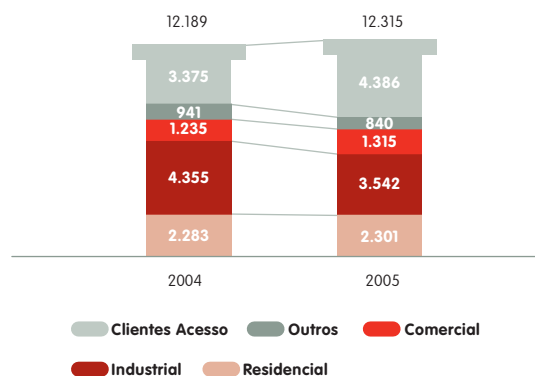
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (vezes)



• Bandeirante

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante, no ano de 2005, foi de 12.315 GWh, o que representou um acréscimo de 1,0 % sobre o ano anterior. A energia elétrica distribuída a clientes finais, totalizou o montante de 8.009 GWh, o que representou uma redução de 9,1% sobre o ano de 2004. Esta redução deve-se à migração de clientes cativos para a categoria de clientes livres, fundamentalmente da classe industrial. Em relação ao número de clientes, a empresa encerrou o ano de 2004 com 1.283.288 clientes, 0,8% maior do que em 2004. Durante 2005, a energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre, totalizou o montante de 4.306 GWh, o que representou um acréscimo de 27,6% face a 2004.

Vendas de Energia - Bandeirantes (GWh)



Revisão e Reajuste da Bandeirante: Na revisão tarifária de 2003 da Bandeirante, o índice de reposicionamento calculado provisoriamente pela Anel fora de 18,08%,

dos quais 14,68% imediatamente aplicados às tarifas e o restante diferido em três parcelas anuais. O parcelamento do reposicionamento tarifário consistiria na aplicação em etapas do índice de reposicionamento, de forma a atenuar eventuais impactos sobre os consumidores de energia elétrica.

Em 23 de Outubro de 2004, ainda provisoriamente, a Aneel decidiu rever o valor da BRR da Bandeirante. Com esta alteração, o índice da revisão tarifária fixado em Outubro de 2003 foi reduzido de 18,08% para 10,51% e o parcelamento do reposicionamento tornou-se desnecessário.

Em 18 de Outubro de 2005, a directoria da Aneel deliberou a definição do valor final da BRR líquida em 998,0 milhões de reais (base Setembro de 2003), que se compara ao valor preliminar de 1.092,0 milhões de reais anteriormente estabelecido, bem como ajustes nos custos operacionais da empresa de referência, o que resultou na alteração do índice de reposicionamento tarifário de 2003 de 10,51% para 9,67%, de forma definitiva (Resolução Homologatória n.º 226).

Deste modo, há uma diferença entre as receitas recebidas, baseadas nos reposicionamentos tarifários provisórios de 14,68% e 10,51%, e o reposicionamento tarifário final de 9,67%, correspondendo a um valor financeiro a devolver de 102,3 milhões de reais (base Outubro/05), que será contemplado no reajuste das tarifas que vigorarão entre 23 de Outubro de 2005 e 22 de Outubro de 2006.

O valor a ser devolvido de 102,3 milhões de reais contribuiu para que o reajuste médio da tabela de tarifa, em Outubro de 2005, ficasse estabelecido em -8,86%, a ser aplicado sobre uma "tarifa de referência" utilizada pela Aneel. O reajuste tarifário foi composto de -1,20% relativos a variações de natureza financeira e -7,66% relativos ao reajuste tarifário anual propriamente dito, que contempla principalmente a redução de -4,42% advinda de menores custos na aquisição de energia para distribuição, e -3,63% de ajuste na

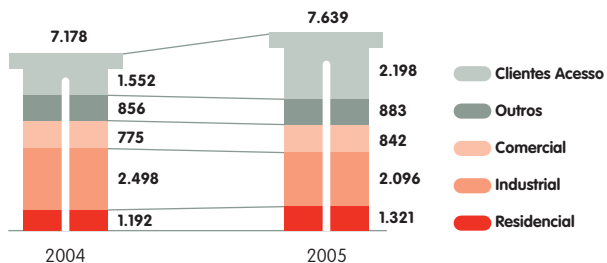
Parcela B (que observa a evolução do IGP-M, aplicação do Factor X e exclusão de PIS/Cofins anteriormente implícito na tarifa). A Bandeirante entrou com recurso junto à Aneel por ocasião da divulgação final por essa agência reguladora das notas técnicas da referida revisão tarifária, mas a análise ainda não foi concluída.

Em 2005, a Bandeirante investiu cerca de 117,2 milhões de reais na expansão e adequação do seu sistema elétrico para atendimento da procura do mercado, com os níveis de qualidade exigidos pela legislação, para ligação de novos Clientes, instalação de sistemas de medição, modernização, iluminação pública e nas áreas de suporte. O Programa Integrado de Modernização (PIM), iniciado em 2002, consolidou-se neste exercício com um investimento total de 13,9 milhões de reais, contribuindo decisivamente para dotar a empresa de maior eficiência, agilidade e flexibilidade operacionais, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos Clientes.

• Escelsa

A Escelsa, distribuiu em 2005, 7.639 GWh, crescimento de 6,4% face a 2004. O número de Clientes cresceu 4,8% em relação ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu em 2005 um total de 5.441 GWh, menos 3,3% do que em 2004. A redução ocorrida é explicada, fundamentalmente, por alguns clientes se terem tornado livres em 2005, implicando uma redução, na classe industrial, de 16,1%. Em relação ao mercado livre e outras concessionárias, a Escelsa distribuiu, durante 2005, o montante de 2.497 GWh, ou seja, um acréscimo de 34,5% face o ano anterior.

Vendas de Energia - Escelsa (GWh)



Revisão e Reajuste da Escelsa: Por meio das Resoluções Homologatórias n.ºs. 157 e 162, ambas de 1 de Agosto de 2005, a Aneel autorizou o reajuste das tarifas da Escelsa, bem como aprovou a conclusão da sua terceira Revisão Tarifária Periódica. A definição do valor final da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da taxa de depreciação, bem como ajustes nos custos operacionais da empresa de referência, resultou na alteração do índice do reposicionamento tarifário de 2004 para 8,58%, originalmente calculado em 6,33%. Deste modo, a diferença de receita, no valor de 17,2 milhões de reais, será compensada financeiramente para a Escelsa nas suas tarifas no período entre 7 de Agosto de 2005 e 6 de Agosto de 2006.

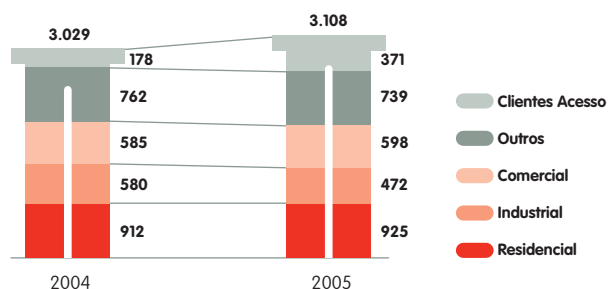
O reajuste médio da tarifa ficou em 4,93%, aplicado a partir de 7 de Agosto de 2005, de acordo com o estabelecido pela Resolução Homologatória n.º 162/05. Este aumento já contempla o impacto da correcção aplicada à revisão tarifária de 2004.

Os investimentos da Escelsa no valor de 139,4 milhões de reais foram aplicados na ampliação, melhoria e modernização das suas instalações do sistema de distribuição, subestações, recapacitação de linhas, e outros nas áreas de TI e na Universalização, sendo que nesta última os investimentos totalizaram 46,9 milhões de reais, beneficiando 10.594 Clientes.

• Enersul

A Enersul obteve um incremento da energia distribuída em 2005 de 2,6%, de 3.029 GWh em 2004 para 3.108 GWh em 2005. O número de Clientes atingiu 657.945, superior em 2,9% ao ano de 2004. No mercado cativo, o volume de energia vendida em 2005 para estes Clientes atingiu um total de 2.737 GWh, uma redução de 4,0% em relação a 2004. Esta redução está associada a migração de Clientes cativos que optaram pela condição de livres, tornando-se somente usuários do sistema de distribuição. Para o mercado livre e outras concessionárias, a Enersul distribuiu, durante 2005, 371 GWh, ou seja, um acréscimo de 108,2% sobre o ano anterior.

Vendas de Energia - Enersul (GWh)



Revisão e reajuste da Enersul: A Aneel aprovou, em 6 de Abril de 2005 (Resolução Homologatória n.º 72), a conclusão da primeira Revisão Tarifária Periódica da Enersul, elevando para 50,81% o índice de reposicionamento tarifário de 43,59%, que fora estabelecido provisoriamente. Como efeito da definição final da Revisão de 2003, foi aprovado um reposicionamento que representa um incremento anual na receita da Enersul na ordem de 32,0 milhões de reais (valores de Abril de 2003), no período tarifário entre Abril de 2003 e Março de 2008, data da próxima revisão tarifária periódica. Esses valores serão recuperados no período de Abril de 2005 a Março de 2008.

Decorrente do ajuste na primeira Revisão Tarifária Periódica e do reajuste anual de tarifas, previsto no contrato de concessão, a

Aneel aprovou um reajuste médio das tarifas da Enersul de 20,69%, aplicado a partir de 8 de Abril de 2005 (Resolução Homologatória n.º 74, de 6 de Abril de 2005).

Em 2005, a Enersul realizou investimentos no valor de 192 milhões de reais, aplicados na expansão, adequação e modernização do sistema de distribuição, visando a satisfação da procura de mercado com os níveis de qualidade exigidos pela legislação. Foram ainda realizados projectos para incorporação de redes particulares e modernização tecnológica em medição de energia. No programa de universalização, destaca-se a adesão ao Programa Luz para Todos que tem como objectivo universalizar o acesso à rede eléctrica nas áreas rurais e fomentar o desenvolvimento económico e social das comunidades carentes, sendo que o valor investido em 2005 totalizou 70 milhões de reais, beneficiando 9.487 Clientes.

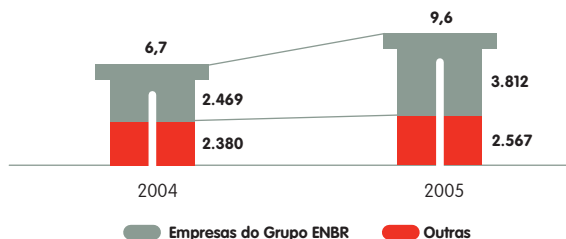
Actividade de Comercialização

A Enertrade é a mais activa comercializadora no segmento do mercado livre de energia eléctrica. Em 2005, comercializou um volume de 6.379 GWh, um acréscimo de 31,6% na comparação com 2004 (4.849 GWh) – ano em que o crescimento já atingira 77% em relação a 2003.

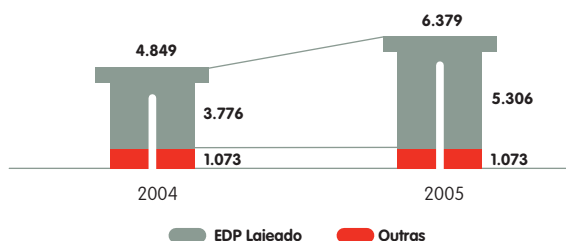
Em 2005, com a maior disponibilidade de energia, o mercado livre representou uma atractividade adicional para Clientes com carga de consumo acima de 3 MW, que podem escolher o fornecedor de energia com o qual querem operar.

Na Enertrade, três acções são consideradas as mais relevantes do ano: 1) a retenção de consumidores que eram abastecidos pelas distribuidoras do Grupo e a conquista de novos Clientes fora da área de concessão dessas distribuidoras; 2) o aperfeiçoamento do sistema de gestão de risco, e 3) a adopção de novos procedimentos de facturação.

Venda de Energia (GWh)



Compra de Energia (GWh)



O primeiro marco decorre da maior clareza conferida pela regulamentação do sector, que permitiu estabelecer, em 2005, critérios mais objectivos, facilitando a transição de consumidores das distribuidoras para a comercializadora e, portanto, mantendo-os como Clientes da Energias do Brasil.

Com uma actuação direccionada para fidelizar Clientes que optem pela aquisição de energia no mercado livre, por meio do fornecimento de energia e soluções desenhadas de acordo com as suas necessidades, a Enertrade triplicou o número de Clientes dentro da área de concessão das distribuidoras. Na assessoria aos Clientes, a empresa auxilia em questões de ecoeficiência energética e outras acções que visam a redução de custos para o consumidor.

5.4. Telecomunicações em Portugal

5.4.1. Actividade da ONI em 2005

Após os primeiros 5 anos de presença no mercado nacional de telecomunicações, período marcado pelo esforço da Oni em se afirmar enquanto operador fixo alternativo, o ano 2005 foi marcado pela introdução da dinâmica de recuperação a partir do segundo semestre, dando início a um novo ciclo na vida da empresa, orientado para a consecução de condições de estabilidade e de crescimento sustentado em torno de 5 eixos: simplificação da estrutura societária, concentração no "core business", aumento da base de Clientes de banda larga, melhoria da eficiência e reequilíbrio da estrutura financeira.

Simplificação da estrutura societária

No segundo semestre de 2005 deu-se início ao plano de simplificação da estrutura societária da ONI SGPS tendo-se procedido à centralização na Comunitel de todas as participações em subsidiárias a operar em Espanha e, em simultâneo, à liquidação da TLD, Autor, ONI Plataformas e Oni Web.

Concentração no "core business"

A concentração no negócio core em 2005 materializou-se nos seguintes factos:

- Venda da Comunitel, operadora que actua no mercado espanhol, à Tele2;
- Manutenção da quota de mercado no segmento "Corporate" e Operadores;
- Penetração no sector público: a Oni conquistou o primeiro grande concurso público e único até à data (Ministério da Economia);
- Aumento da capilaridade na distribuição de produtos de banda larga, através da expansão da rede de retalho;
- Implementação da parceria comercial com o Millennium bcp com a cobertura da totalidade dos balcões (cerca 900) deste banco, que veio a constituir o canal

número um no segmento residencial no último trimestre do ano.

Aumento da base de Clientes de banda larga

Em 2005, a Oni conquistou cerca de 31.700 novos Clientes de banda larga (face a cerca de 12 mil novos Clientes em 2004), tendo superado o objectivo do 2º semestre com a obtenção de mais de 19.000 novos Clientes. No que diz respeito à abertura de centrais OLL (acesso directo a Clientes), foram desagregadas 74 centrais durante 2005, das quais 59 no segundo semestre, ficando a Oni, actualmente, com presença em 106 centrais.

Melhoria da eficiência

- Redução do tempo médio de provisão OniDuo para 25 dias, o que traduz uma melhoria em cerca de 75% face ao final de 2004 em que este tempo ultrapassava os 100 dias;
- Início de uma política activa de "outsourcing" de serviços operacionais, permitindo uma redução superior a 20% dos custos globais de exploração nessas actividades, a par de uma maior flexibilidade do modelo operacional. Neste âmbito foram concretizados projectos com a Siemens, a Ericsson, a LogicaCMG e a Alcatel;
- Concretização de um programa de redimensionamento do quadro de pessoal, que permitiu a redução de 128 colaboradores e a adequação do perfil de recursos humanos aos objectivos comerciais da ONI.

Reequilíbrio da estrutura financeira

No final de 2005, a ONI SGPS procedeu a um reforço dos capitais próprios em 210,7 milhões de euros, através da conversão de suprimentos e juros de suprimentos em prestações acessórias (130,2 milhões de euros) e da realização de prestações acessórias (80,5 milhões de euros). Este facto, juntamente com o encaixe financeiro da venda da Comunitel (215 milhões de euros), permitiu à Oni reduzir a

dívida em cerca de 460 milhões de euros e adequar a maturidade da mesma.

5.4.2. Evolução por Segmento

No ano 2005 assistiu-se a um reforço da aposta no mercado residencial de banda larga, suportada no produto OniDuo (voz e internet ADSL) mediante:

- Reposicionamento do produto OniDuo no mercado;
- Reforço dos canais de distribuição, designadamente com a parceria com o Millennium bcp, com o alargamento da presença em lojas de retalho e aumento das forças de vendas indirectas a par da aposta no canal Internet;
- Reformulação das acções de promoção e publicitárias, quer no que se refere ao alvo visado, quer ao modelo de comunicação, com reflexo directo no aumento dos níveis de notoriedade;
- Reforço da equipa comercial focada neste segmento de negócio.

Estes factores permitiram dar um forte impulso à aquisição de novos Clientes, com ênfase no segundo semestre, no qual foram angariados mais de 19 mil novos Clientes de banda larga.

No segmento empresarial é de salientar o crescimento registado num contexto de grande contenção por parte das empresas em geral, principalmente nas áreas do serviço fixo telefónico, a que se juntou uma redução significativa dos serviços de dados, por migração de algumas das anteriores tecnologias para soluções de mais baixo custo, tipo xDSL.

A ONI consolidou a sua posição junto do mercado português, nomeadamente nos segmentos da Banca, Seguros, Hotelaria, Turismo e Indústria, tendo atingido em alguns casos quotas de mercado próximas do operador Incumbente, numa demonstração clara da sua capacidade para angariar e

fidelizar Clientes junto dos segmentos de mercado de maior valor.

Para este sucesso contribuíram dois importantes aspectos:

- Convergência: a ONI, na vanguarda das soluções tecnológicas, integrou na sua rede multiserviços as novas soluções relacionadas com a telefonia IP, permitindo que os seus Clientes evoluíssem para soluções convergentes de Voz e Dados;
- Serviços: estratégia de aposta em Serviços de Valor Acrescentado, como instrumento de diferenciação e fidelização dos seus Clientes, com um crescimento desta área superior a 30% face a 2005.

Merece especial destaque a conquista do primeiro (e único até à data) grande concurso público de serviços de telecomunicações (Ministério da Economia), resultante do actual processo de abertura das redes de telecomunicações do Estado a todos os operadores.

Ao nível do segmento de operadores é de registar um crescimento de 9% da receita em relação a 2004, conseguido num ambiente fortemente concorrencial, tanto no mercado nacional como no mercado internacional. Ainda assim a ONI conseguiu consolidar a sua posição como o "carrier's carrier" alternativo no mercado português tendo aumentado a sua base de Clientes com algumas das referências internacionais no sector: Telefónica, Deutsche Telekom, AT&T, Swisscom e Telecom Itália, etc.

Indicadores Operacionais			
Portugal	2005	2004	Var. %
Tráfego Voz (M. min.)	978	991	-1,4%
Empresarial	349	381	-8,3%
Residencial	153	226	-32,5%
Operadores	476	385	23,8%
Tráfego Voz em acesso directo (M. min.)	244	229	7%
Clientes	111.303	94.069	18,3%
Empresarial	10.321	9.479	8,9%
Residencial	100.912	84.542	19,4%
Operadores	70	48	45,8%
Novos Clientes Banda Larga (segmento retalho)	31.724	12.138	161,4%

5.4.3. Evolução Regulamentar

A evolução do quadro regulamentar do sector das comunicações electrónicas em 2005 caracterizou-se a nível nacional pela adopção de diversas determinações ANACOM, destacando-se as relativas às análises dos mercados relevantes segundo a metodologia estabelecida pela União Europeia e às subsequentes deliberações específicas sobre as várias ofertas grossistas do operador incumbente com particular ênfase no domínio da oferta desagregada do lacete local.

Por outro lado e pese embora o facto de o regulador nacional deter os meios e o enquadramento legal adequados para a tomada de medidas que promovam eficazmente a concorrência no sector, constata-se que o nível concorrencial nas comunicações fixas ainda é bastante reduzido com claro deficit face a outros Estados.

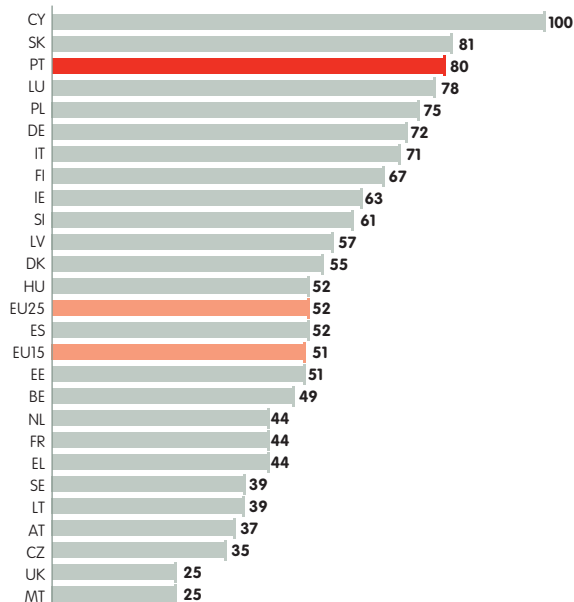
Resulta desta situação a manutenção, passados que são 5 anos de liberalização do sector em Portugal, de elevados níveis de dominância do operador incumbente:

- No serviço telefónico em local fixo, o Grupo PT continua a deter cerca de 91% dos acessos directos e 77% do tráfego de voz e Internet "dial-up" (74% só voz);
- Nos acessos de banda larga, o Grupo PT detém globalmente cerca de 80% de quota de mercado, e que corresponde ao 3º mais elevado da União Europeia.

Para o incipiente nível de concorrência acima evidenciado contribuem ainda os diversos problemas que se têm verificado no quadro da implementação da Oferta Desagregada do Lacete Local (só durante este ano é que foram reduzidos os prazos e preços da Oferta e definidas compensações mais dissuasoras de incumprimentos), da ausência de uma política generalizada de aproximação dos preços às melhores práticas europeias e dos atrasos verificados na implementação de medidas regulatórias inovadoras como a oferta

grossista de re-aluguer da linha de assinante e a tarifa plana de interligação.

Quota de Mercado dos Incumbentes nos Acessos Banda Larga (%)



Fonte: Documento do COCOM 05-34 final "Broadband access in the EU: situation at 1 July 2005" de 2005.11.23.

O contexto descrito resulta, entre outros factores, de uma situação "suis generis" de natureza estrutural existente no País, associada a um quadro sem paralelo a nível europeu de detenção conjunta pelo operador incumbente da rede básica de telecomunicações e de uma rede de TV por cabo fortemente dominante, que lhe permite controlar o acesso aos utilizadores finais e condicionar o "timing" e natureza das ofertas comerciais nas duas redes e potenciar a integração vertical do Grupo que combina também, em muitos casos, na mesma entidade jurídica, funções de grossista e retalhista.

Em termos específicos destacam-se, como principais obstáculos ao desenvolvimento da concorrência efectiva em Portugal e consequentemente ao desenvolvimento da actividade da ONITELECOM os seguintes, muitos dos quais são aliás recorrentes face a anos anteriores:

- Manutenção de restrições na oferta de acesso desagregado ao lacete local;

- Existência de preços mensais do acesso local na oferta grossista "Rede ADSL PT" não orientados para os custos e incoerentes entre as diversas classes de serviço, com prejuízo para a classe de 512 Kbps, relativamente ao que se aguarda decisão da ANACOM;
- Atrasos consecutivos na disponibilização de uma oferta grossista que viabilize a factura única;
- Preços de interligação à rede da PT Comunicações muito superiores à média europeia e às melhores práticas (mais de 30% face a estas últimas);
- Inexistência de condições de acesso às redes móveis, nomeadamente no estabelecimento de operadores móveis virtuais (MVNOs).

Museu da Electricidade Aparelho para medição da pressão do vapor produzido nas caldeiras.

Aparelho de medição



Temas Corporativos	93
Qualidade	94
Recursos Humanos	96
Gestão do Risco	104
Sistemas de Informação	109
Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	114
Fundo de Pensões	116
Serviços de Suporte	118

1. QUALIDADE

Cliente e Eficiência são dois dos valores que enquadram o desenvolvimento das diversas actividades do Grupo EDP. A eficiência assume um carácter particularmente crítico no mundo dos nossos Clientes, no que significa de geração e implementação de soluções inovadoras e de qualidade.

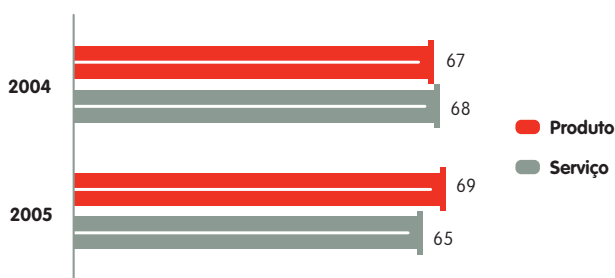
Conhecer e acompanhar a evolução da percepção que os Clientes têm do desempenho da EDP tem-se revelado essencial para aferir e ajustar processos, para disponibilizar e aconselhar sobre novos produtos e serviços e para inovar na realização de operações.

Antecipar a resposta a necessidades, preferencialmente superando expectativas, e gerir a eficácia da resposta na diversidade de situações em que ela seja requerida, são dois dos grandes motores organizacionais para a criação de valor, para a competitividade no mercado e para o crescimento sustentado.

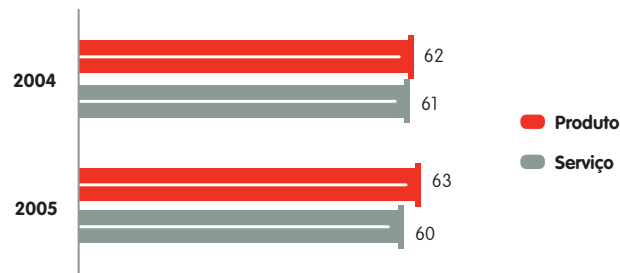
Satisfação dos Clientes Externos⁵

Em 2005, foi dada continuidade à realização de pesquisas de satisfação, monitorizando a evolução dos principais índices, entre os quais a satisfação dos Clientes com o Produto e com o Serviço.

Satisfação dos Clientes Residenciais



Satisfação dos Clientes Empresariais



O Programa de Melhoria da Qualidade Técnica, levado a cabo na EDP Distribuição explica, em boa parte, as oscilações positivas em relação à Satisfação com o Produto, enquanto que expectativas mais elevadas que revelam Clientes mais exigentes num contexto de economia global, explicam a evolução menos favorável em relação à Satisfação com o Serviço. Em qualquer dos casos, estas oscilações constituem-se como oportunidades para aprofundar o conhecimento e decidir sobre intervenções, em termos de natureza e oportunidade.

Para além de iniciativas internas da EDP Soluções Comerciais e da EDP Distribuição, avançou-se em 2005, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, nesta última empresa, com a constituição de Grupos de Melhoria, com destaque, pela sua criticidade, para o Grupo de Melhoria Relação com os Clientes. A metodologia "root cause analysis" enquadrou a revisão de alguns processos e procedimentos, em particular os que se ligam mais directamente a actividades de "front office" – Contact Center, Lojas e Gestão de Reclamações.

Relativamente ao Serviço ao Cliente, e com base nos factores de satisfação evidenciados pelos estudos realizados, iniciou-se a preparação de um Programa de Formação, formatado a partir de dados reais, e especificamente dirigido aos colaboradores de "front office", gestores de Clientes e respectivos fornecedores Internos mais directos. Tornar os colaboradores mais conscientes das expectativas dos Clientes, qualificá-los e treiná-los para elevar a

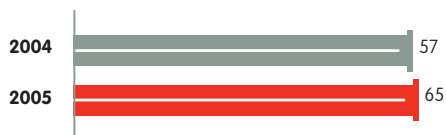
(5) Inclui Clientes vinculados e não vinculados em Portugal

qualidade da resposta, designadamente ao nível da informação e do tratamento de problemas, é o grande propósito subjacente a este Programa de Formação, a realizar em 2006.

Satisfação e Motivação dos Colaboradores⁶

Em 2005, acompanhou-se, também, a evolução dos índices de Satisfação e Motivação dos Colaboradores e de Satisfação com a Área de Trabalho.

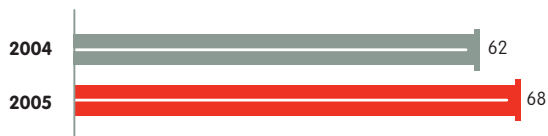
Motivação dos Colaboradores



Satisfação com a Empresa



Satisfação com a Área de Trabalho



O indicador Satisfação com a Área de Trabalho mereceu particular atenção, no decurso de 2005. A evolução positiva registada merece especial referência, pelo seu valor intrínseco e de impacto na motivação, mas também como potenciadora da eficiência no relacionamento com outras áreas, em particular com as que têm ligação mais directa com o serviço prestado aos Clientes.

Para esta evolução terá contribuído um Programa de Treino em Liderança

especificamente dirigido à gestão intermédia e realizado no primeiro semestre de 2005. Formatado a partir de dados obtidos pelos estudos realizados e elegendo como principais objectivos o desenvolvimento de competências de liderança e práticas de comunicação / "feedback", o curso trabalhou essencialmente os comportamentos relacionados com a eficiência da resposta nas situações de dúvidas e problemas. As acções foram conduzidas por uma equipa de facilitadores internos, previamente certificados para o efeito. Adaptações distintas viabilizaram a realização de acções sobre a mesma temática para dois outros segmentos críticos: chefes de loja e supervisores do "contact center".

Com objectivos de alinhamento, realizou-se ainda, um programa específico – Qualidade e Liderança – para titulares de cargos de macroestrutura da EDP Distribuição e da EDP Soluções Comerciais.

A informação quantitativa destes programas de formação encontra-se no capítulo de Recursos Humanos.

O Sistema de Gestão da Qualidade na HC Energía e na EDP – Energias do Brasil

O ano de 2005 marcou o arranque do Sistema de Gestão de Qualidade do Grupo, em Espanha e no Brasil, designadamente com a implementação do VOC – Voz do Cliente, para obtenção de Indicadores de satisfação e de resolução de problemas ao primeiro contacto.

No âmbito da Qualidade, em finais de 2005, estavam criadas as condições para a EDP dispor de um conjunto de indicadores não financeiros relevantes para a gestão, nas diferentes geografias do Grupo, dos Clientes Externos, Internos e dos Colaboradores, rentabilizando as boas práticas locais e sustentando programas de melhoria contínua.

Em 2006, com base na respectiva realidade, prevê-se a realização de Programas de Treino em Liderança, para a gestão intermédia da HC Energía e Energias do Brasil.

(6) Portugal - empresas do negócio eléctrico

2. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2005 caracterizou-se por um intenso aprofundamento das políticas de Recursos Humanos prosseguindo o desenvolvimento dos Recursos Humanos do Grupo, a continuação da racionalização e adequação dos recursos do Grupo aos desafios futuros e a criação de bases para o alinhamento de estratégias e políticas de Recursos Humanos nas diferentes geografias em que o Grupo opera.

2.1. Desenvolvimento dos Recursos Humanos

“Management Appraisal”

Este projecto – que visa a avaliação e potenciação de competências, o conhecimento e desenvolvimento profissional dos gestores da EDP – envolveu, em 2005, uma população distinta dos anos anteriores na medida em que se concluiu o “assessment” relativo a 216 chefias de departamento, tendo-se definido os planos de desenvolvimento individual alinhados com a estratégia do Grupo EDP.

Na sequência deste processo, em que têm participado a macroestrutura e chefias do Grupo EDP, também os Administradores e Directores foram convidados a participar. Estiveram envolvidos, nesta nova fase, 129 gestores de topo. Deste modo, criou-se uma base para o desenvolvimento profissional sistemático e “feedback” global sobre os processos de gestão adoptados.

Avaliação do Desempenho – Sistema a2d

O a2d é o novo modelo de avaliação de desempenho implementado no ano de 2005, consistindo num processo contínuo de planeamento, gestão, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento das pessoas, potenciando as equipas e os colaboradores a concretizarem os seus objectivos e a atingir os resultados esperados. Está estruturado por forma a:

- Acompanhar cada colaborador de forma contínua, apoiando-o com as directrizes

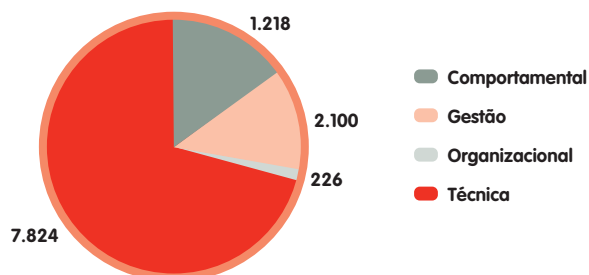
necessárias para a concretização dos seus resultados;

- Avaliar, mensalmente, avaliar o contributo de cada colaborador para os resultados da sua unidade, reforçando a comunicação entre chefia e colaborador, a meio do ano auto-avaliação e diagnóstico conjunto do plano de desenvolvimento e, anualmente, a avaliação final pela hierarquia;
- Desenvolver as competências e os conhecimentos de cada colaborador, assegurando que este possa adequadamente concretizar as suas metas.

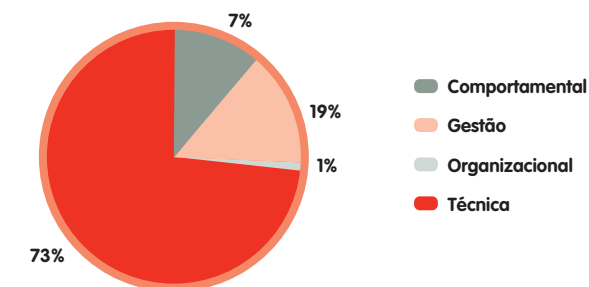
Formação

A Formação em Gestão e a Formação Técnica tornaram a ser as grandes apostas do Grupo EDP, envolvendo mais de 80% dos formandos e mais de 90% dos quase 170 milhares de horas totais de formação.

Nº de Formandos



Horas de Formação por Domínio Formativo



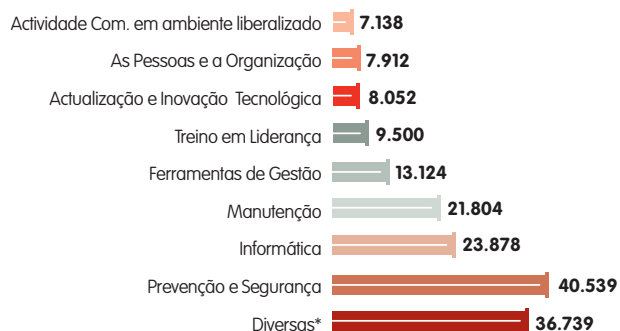
Entre as diversas áreas formativas abrangidas, destaca-se a formação de chefias e o treino em liderança, destinados essencialmente a chefias e coordenadores de equipas, cujas necessidades de desenvolvimento foram identificadas a partir dos estudos de

satisfação dos Clientes residenciais e dos colaboradores.



Foram abordados os fundamentos da liderança de excelência, nomeadamente conceitos, modelos e concepções que permitem a aquisição/aprofundamento das convicções e competências necessárias à coordenação eficaz de equipas, em contexto competitivo.

Áreas Formativas (horas)



*Cursos de outras Áreas Formativas, com pouca expressão individual

Adicionalmente, o Grupo investiu no desenvolvimento de quadros de topo e na sua adaptação às constantes exigências do mercado, nomeadamente com:

- Formação Avançada efectuada em escolas superiores de gestão nacionais, com o objectivo de desenvolver competências específicas, na qual estiveram envolvidos 23 colaboradores com funções de gestão;
- Programa EDP-INSEAD – “Strategic Leadership Programme”, que constituiu um instrumento de mudança no Grupo EDP. Realizaram-se 5 acções de formação, que cobriram todos os vectores da estratégia estabelecida para a mudança no Grupo EDP. Estiveram envolvidos 164 agentes

catalizadores da mudança:

Administradores, directores gerais, directores e quadros promissores oriundos das empresas localizadas em Portugal, Espanha e Brasil.

Carreiras em Y

Foi desenvolvido um modelo, denominado Carreiras em Y, para a gestão de carreiras de gestores e de técnicos superiores, no qual as linhas de progressão na carreira não se condicionam mutuamente.

Neste modelo, a progressão profissional:

- É baseada no desenvolvimento de competências, níveis de desempenho, experiência adquirida, nomeadamente através da mobilidade, e na satisfação das necessidades funcionais das empresas;
- Dependerá apenas da capacidade de desenvolvimento da cada profissional, da necessidade funcional das empresas, e da disponibilidade financeira, sem constrangimentos de natureza organizacional (não condicionando a carreira de Técnico à do seu Gestor);
- Resulta da avaliação de níveis de competências técnicas e comportamentais (competências e a sua maturidade, mobilidade, níveis mínimos de desempenho, etc.).

Este modelo permite ainda a identificação de necessidades de desenvolvimento pessoal e constitui um suporte importante à gestão de talentos, à gestão da mobilidade, ao plano de sucessões e à gestão de Recursos Humanos.

Criação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros

Com o objectivo de implementar os instrumentos necessários de suporte ao desenvolvimento profissional dos colaboradores e à sua contínua adaptação às necessidades da empresa, foi criado no Centro

Corporativo o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros, com a seguinte missão:

- Elaboração de propostas e implementação de processos de gestão do desempenho e do potencial dos colaboradores, alinhados com a estratégia do Grupo EDP;
- Elaboração de propostas e implementação de planos de carreiras individuais, planos de retenção e sucessão para as funções-chave do Grupo;
- Participação na implementação e gestão do programa de Gestão de Talentos, visando a manutenção dos níveis de equidade interna e competitividade externa.

2.2. Racionalização dos Recursos Humanos

O quadro de colaboradores do Grupo tinha, no final de 2005, a seguinte composição:

	2005	2004	Var. %
Mercado Ibérico de Energia			
Electricidade	7.715	8.456	-8,8%
Produção em Regime Ordinário	2.276	2.216	2,5%
Portugal	1.672	1.792	-6,7%
Espanha	604	424	42,5%
Produção em Regime Especial	229	136	68,4%
Portugal	18	15	20,0%
Espanha	211	121	74,4%
Distribuição	5.016	5.889	-14,8%
Portugal	4.615	5.532	-16,6%
Espanha	401	357	12,3%
Comercialização	194	215	-9,8%
Portugal	91	77	18,2%
Espanha	103	138	-25,4%
Gás	444	299	48,5%
Portugal	110	0	-
Espanha	334	299	11,0%
Brasil	3.528	3.569	-1,1%
Produção	282	216	30,6%
Bandeirante	1.203	1.207	-0,3%
Escelsa	1.162	1.238	-6,1%
Enersul	866	899	-3,7%
Comercialização	15	9	66,7%
Serviços de Suporte	1.654	790	109,4%
Telecomunicações	492	1.096	-55,1%
Tecnologias de Informação	0	1.416	-
Outros(I)	484	617	-21,6%
TOTAL	14.317	16.243	-11,9%

Nota: inclui órgãos sociais e corresponde a 100% do número de colaboradores, independentes da participação do Grupo EDP.

(I) Inclui holdings e outras empresas participadas.

Recrutamento e Selecção

Em 2005, com o objectivo de contribuir para o alinhamento entre os Recursos Humanos e os desafios do Grupo EDP concretizaram-se:

- Admissão de 71 novos colaboradores, essencialmente para áreas de economia e gestão, engenharias e técnicos de electricidade com a média etária de 30 anos, num esforço continuado de rejuvenescimento;
- Presença nos principais "workshops" e "jobshops" organizados por universidades. Destaque para a participação nas Jornadas de Engenharia Electrotécnica e de Computadores, do Instituto Superior Técnico, onde se apresentaram diferentes projectos técnicos inovadores;
- Registo de 22.350 novas candidaturas provenientes da ficha de candidatura "online" na página www.edp.pt;
- Concessão de 39 novos estágios profissionais, para além do apoio a alunos e professores universitários na realização de trabalhos. Adicionalmente, definiram-se novas regras para estágios profissionais, que contemplam a existência de um plano anual de estágios por empresa e gabinete do Centro Corporativo, a definição do calendário e a base de dados de suporte à selecção, bem como, a atribuição das responsabilidades inerentes à sua formalização e acompanhamento. A figura do orientador e o acompanhamento são igualmente descritas neste regulamento;
- Lançamento do Programa "Preparar a EDP de amanhã – admissão de 200 jovens", cujo objectivo principal é seleccionar, recrutar e preparar jovens que satisfaçam as necessidades futuras, atendendo aos desafios da competitividade de um mercado em estruturação. O seu lançamento foi divulgado nos "media" à escala nacional podendo, dessa forma, aumentar o número de candidatos e

proporcionar igualdade de oportunidades no acesso ao programa, tendo o Grupo recebido 15.597 candidaturas. Este programa assentará em procedimentos harmonizados de admissão a serem seguidos em processo futuros.



Adequação do efectivo – saídas 2005

Complementarmente ao Plano de Reestruturação de 2003/2004, e relativamente aos colaboradores identificados como disponíveis, a empresa propôs a desvinculação por antecipação à pré-reforma, pré-reforma ou revogação do contrato de trabalho em condições neutras às aplicadas em 2004.

Aderiram a este programa, em 2005, 151 colaboradores que, em conjunto com as adesões em 2003 e 2004, resultaram num total de 1.775 saídas do quadro de activos.

“Outplacement”

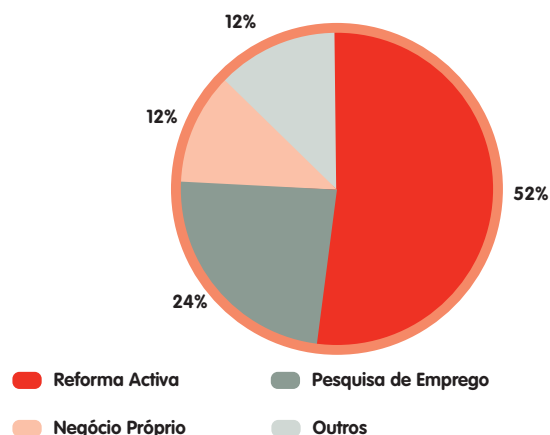
A reorientação sócio profissional aos colaboradores que deixaram de fazer parte do quadro de activos da empresa continuou em 2005, tendo registado bastante aderência às soluções propostas. Um número significativo de colaboradores prosseguiu projectos de vida próprios, não recorrendo ao serviço especializado disponibilizado pela empresa.

Nos programas propostos destaca-se:

- Novas funções em áreas administrativas, prestação de serviços técnicos, formação, cobranças/contabilidade, vendas e consultoria;
- Desenvolvimento de negócio próprio, desde a prestação de serviços na área da higiene e segurança, instalação e manutenção de sistemas eléctricos, agricultura, comércio, restauração, gestão de condomínios, turismo rural, trabalho gráfico e gestão de projectos.

Os colaboradores que optaram pelo Programa de Reforma Activa, com o objectivo de desenvolver um novo projecto de vida de cariz ocupacional, envolveram-se em actividades de voluntariado (assistência em hospitais, prisões, centros paroquiais, apoio à 3ª idade e instituições de solidariedade social), formação (universidade sénior), apoio à família, lazer e desporto, entre outras ocupações, como forma de encarar esta etapa de forma positiva, construindo novas alternativas de vida.

Programa de Apoio para Reorientação Sócio-Profissional (Ponto de Situação)



Programa Individual de Recolocação (PIR)

Manteve-se o objectivo inicial de recolocação dos colaboradores disponíveis, iniciado em 2004, e que consiste basicamente na avaliação da empregabilidade interna, da procura de alternativas geográficas/funcionais dos postos

de trabalho e suporte e aconselhamento de carreiras. No entanto, para os colaboradores cuja recolocação não foi possível, a empresa voltou a considerá-las no Programa de Apoio à Reestruturação (PAR), com as mesmas condições das apresentadas no ano anterior.

Gestão Interna da Mobilidade (GIM)

Lançou-se, em 2005, o programa de gestão da mobilidade interna com o objectivo de: Identificar e desenvolver as capacidades individuais dos colaboradores da EDP;

- Responder de forma eficiente às necessidades de mobilidade da organização;
- Promover a mobilidade interna necessária aos planos de sucessão;
- Garantir a uniformização de políticas e procedimentos inerentes à mobilidade no Grupo.

2.3. Integração de políticas de Recursos Humanos e alinhamento organizativo

Em 2005, em alinhamento com a aplicação de estratégias e políticas comuns ao Grupo EDP, respeitando as especificidades locais, foi criado na área de Recursos Humanos o Comité de Recursos Humanos e o Conselho Estratégico de Prevenção e Segurança, os quais, a par de órgãos idênticos nas áreas de negócio, contribuíram para aumentar a coesão do Grupo, um conhecimento das melhores práticas e a implementação de programas para captar sinergias e valor para o Grupo e suas empresas. Este alinhamento é também prosseguido através da criação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros visando a gestão e desenvolvimento dos colaboradores, nas suas múltiplas vertentes.

Adicionalmente, 2005 foi um ano de intenso relacionamento com Espanha e Brasil, na partilha de experiências, na discussão de soluções e no início de projectos que se

pretendem convergentes e alinhados com a estratégia global do Grupo EDP.

Espanha

Com os objectivos de levantamento de todas as funções, avaliação dos conteúdos funcionais (níveis de responsabilidade/formação), criação de uma matriz de correspondências de funções e plano de convergência e políticas de compensação, teve início, em Maio de 2005, o Projecto Categorias Profissionais, desenvolvido por uma equipa de trabalho com elementos da EDP e HC Energia.

Também o Projecto “Who Is Who” (Quem é Quem) – nova ferramenta informática que une Portugal e Espanha num directório com as funções dos colaboradores, contactos, moradas e fotos, perfeitamente enquadradas dentro da estrutura organizativa das empresas do Grupo – teve o envolvimento de colaboradores de ambos os lados da fronteira

Brasil

No ano de 2005 estendeu-se ao Brasil, com a necessária adequação, um conjunto de projectos de gestão de Recursos Humanos, salientando-se:

- O Programa de Cargos e Salários, que estabelece critérios para a gestão das remunerações dos colaboradores com o objectivo de respeitar o equilíbrio interno e a competitividade externa;
- O “Management Appraisal”, com a avaliação de 72 executivos (alta direcção);
- O Programa de Avaliação de Desempenho, visando a uniformização da metodologia e dos processos utilizados, com o estabelecimento de procedimentos de planeamento, estabelecimento de metas, acompanhamento e avaliação das performances individuais;

- O Programa de Benefícios, semelhante ao Plano Flex adoptado em Portugal.

3.º Encontro EDP

Sob o mote “Um sorriso ibérico”, e inserido numa política de proximidade e comunicação com a Comissão Executiva, efectuou-se mais um encontro anual dos colaboradores do Grupo EDP que, para o efeito, ultrapassou a fronteira entre os dois países. Assim, este evento (que já se tornou habitual) realizou-se em 5 sessões distintas, 3 em Portugal e 2 em Espanha, sempre com participação dos colaboradores da EDP, HC Energia e Naturgas e resultou em cinco dias intensos de diálogo, debate e balanço da EDP como Grupo Ibérico.



Regulamento de Trabalho Internacional

Está em vigor, desde 2004, um Regulamento de Trabalho Internacional que pretende uniformizar as regras e as práticas nos movimentos dos colaboradores entre as empresas do Grupo de diversos países. Este Regulamento encontra-se em fase transitória estando prevista a sua revisão no início de 2006.

2.4. Compensações

Plano EDP Flex

Em 2005, foi efectuado um estudo de satisfação do Plano Social Flex, implementado em 2004, cujos resultados evidenciam um elevado grau de satisfação – 75% dos colaboradores abrangidos – com o conjunto de benefícios previstos e que lhes foi

disponibilizado. A maioria dos colaboradores está satisfeita com a estrutura global do plano e, particularmente, com os benefícios atribuídos.

Estudos Salariais

À semelhança dos anos anteriores, foi feita a análise salarial aos directores, gestores de 2ª linha e técnicos superiores mais qualificados que assumiram funções de maior responsabilidade ao longo de 2005

Prémio a colaboradores

A exemplo dos anos anteriores, em 2005, manteve-se o princípio de partilhar uma parte dos resultados do exercício do ano anterior com os seus colaboradores disponibilizando, para esse efeito, o montante total de 24,5 milhões de euros.

Nesta atribuição considerou-se, mais uma vez, o desempenho global do Grupo, a resposta que as empresas deram aos mais variados desafios que lhes foram colocados ao longo do ano e a ponderação do contributo individual de cada colaborador para a produtividade da equipa em que esteve integrado.

2.5. Prevenção e Segurança

Para a EDP, desde sempre, trabalho e segurança tem constituído um binómio inseparável. A Política de Segurança do Grupo evidencia os valores do respeito pela dignidade e integridade das pessoas e da sua qualidade de vida, favorecida pelas condições de segurança, higiene e saúde no trabalho.

São Princípios da Política de Segurança para o Grupo EDP:

- Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Promover a formação sobre os riscos inerentes às actividades de todos os trabalhadores;

- Proteger instalações e equipamentos, assegurando condições adequadas de segurança;
- Minimizar os riscos para as pessoas e para o ambiente que possam advir do normal desenvolvimento das actividades;
- Assumir a segurança como parte integrante da qualidade dos serviços e produtos das empresas do Grupo;
- Garantir que nenhuma situação ou urgência de serviço põe em perigo a vida de alguém.



Conselho Estratégico de Prevenção e Segurança (CEPS -EDP)

Para assegurar um maior envolvimento, responsabilização e uniformização das boas práticas foi criado um Conselho Estratégico de Prevenção e Segurança com a finalidade apoiar a Comissão Executiva quanto à gestão da segurança na EDP, na definição de estratégias comuns, analisar os progressos do programa de segurança e orientar as actuações.

O CEPS-EDP é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva da EDP e nele tomam parte representantes dos Conselhos de Administração das empresas e os responsáveis pelas actividades da segurança e medicina do trabalho da EDP. Reúne, pelo menos, 3 vezes por ano.

Actividades da Segurança no Trabalho

Respeitando os compromissos expressos na Declaração de Política de Segurança, a EDP está empenhada em prosseguir continuamente a melhoria dos padrões de segurança e qualidade visando o objectivo assumido "Zero Acidentes, nenhum dano pessoal", tendo-se desenvolvido, em 2005, múltiplas acções visando a prevenção dos acidentes de trabalho, incluindo os prestadores de serviço, a protecção das instalações e património, bem como a minimização dos riscos para terceiros que possam advir da normal actividade das nossas empresas.

Mantiveram-se as acções com vista à consolidação do sistema de gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) tendo como referência a norma OHSAS 18001:1999 e as especificações da Organização Internacional do Trabalho expressas na Recomendação ILO-OSH 2001.

Prosseguiram os trabalhos para implementação do "Título de Habilitação" e do "Passaporte de Segurança", instrumentos de prevenção que constituirão um valioso contributo para a segurança no trabalho assente na preparação das pessoas quanto ao conhecimento e controlo dos riscos, nomeadamente dos prestadores de serviços. A partir de 1 de Janeiro de 2006 o Passaporte de Segurança será exigido a todos os trabalhadores de prestadores de serviços das actividades industriais de produção e distribuição de energia eléctrica.

Certificação em SHST dos Centros Produtores

Estão certificados pela Lloyd's Register Quality Assurance os sistemas de gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho de todas as 26 grandes Centrais de Produção Hidráulica da EDP Produção e as Centrais de Produção Térmica, à excepção da Central do Ribatejo, cujo processo para certificação está em curso. Em 2005 foram certificadas 6 pequenas centrais do sistema Tejo-Mondego,

estando prevista para 2006 a certificação das restantes pequenas centrais hidroelétricas.

Segurança e Cidadania

A EDP participou nas Jornadas técnicas promovidas pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, em Lisboa e no Porto, com a finalidade de sensibilizar e informar os bombeiros quanto à actuação no combate a incêndios em infra-estruturas da rede eléctrica ou na sua proximidade.

4.º Encontro EDP de Segurança no Trabalho: “Partilhar para Melhorar”

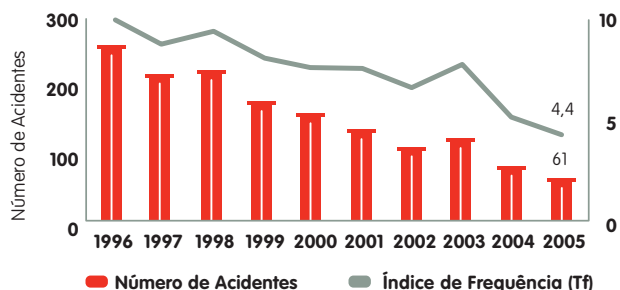
Com o objectivo de reforçar as práticas de Segurança no Grupo pela troca de experiências entre as empresas do universo EDP, incluindo aquelas cuja actividade decorre fora de Portugal, foi realizado o 4.º Encontro EDP de Segurança no Trabalho, subordinado ao lema “Partilhar para melhorar”.

Diante de uma plateia de quase 400 pessoas, incluindo gestores e colaboradores da EDP, de prestadores de serviços e de entidades como o Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST), a Inspeção Geral do Trabalho (IGT) e a Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE), foram discutidas as questões da gestão da segurança, a segurança nos trabalhos realizados por prestadores de serviços e segurança e bem-estar.

Alguns números

O número de acidentes em serviço com trabalhadores EDP, teve uma diminuição muito significativa e, conseqüentemente, baixou o índice de frequência, mantendo a tendência dos anos anteriores. O número de acidentes em serviço foi de 61 a que corresponde um Índice de Frequência de 4,4 acidentes por milhão de horas trabalhadas.

Acidentes e Frequência



Há infelizmente a lamentar a morte, por acidente de trabalho, de sete trabalhadores de prestadores de serviços da EDP.

Reconhecimento

A actuação da EDP quanto às suas práticas na gestão da Segurança foi reconhecida pela atribuição de prémios e intervenções a nível nacional e europeu:

- Prémio Prevenir Mais, Viver melhor no Trabalho [2005], com uma Menção Honrosa atribuída pelo ISHST à EDP pelo Sistema de Gestão da Prevenção e Segurança da CPPE e pelo processo de certificação dos Centros Produtores;
- Prémio Boas Práticas 2005 – “Calem esse Ruído” promovido pela Agência Europeia para a SHST [2005], com uma Menção Honrosa pelo trabalho “Implementação e Controlo das Medidas de Redução do Ruído”, sobre o programa de controlo de ruído desenvolvido na Central de Setúbal;
- A investigação dos acidentes na EDP, seleccionado pela Agência Europeia para a SHST para o Encontro de promoção de boas práticas destinado aos novos membros da União Europeia, realizado em Malta em Julho de 2005.

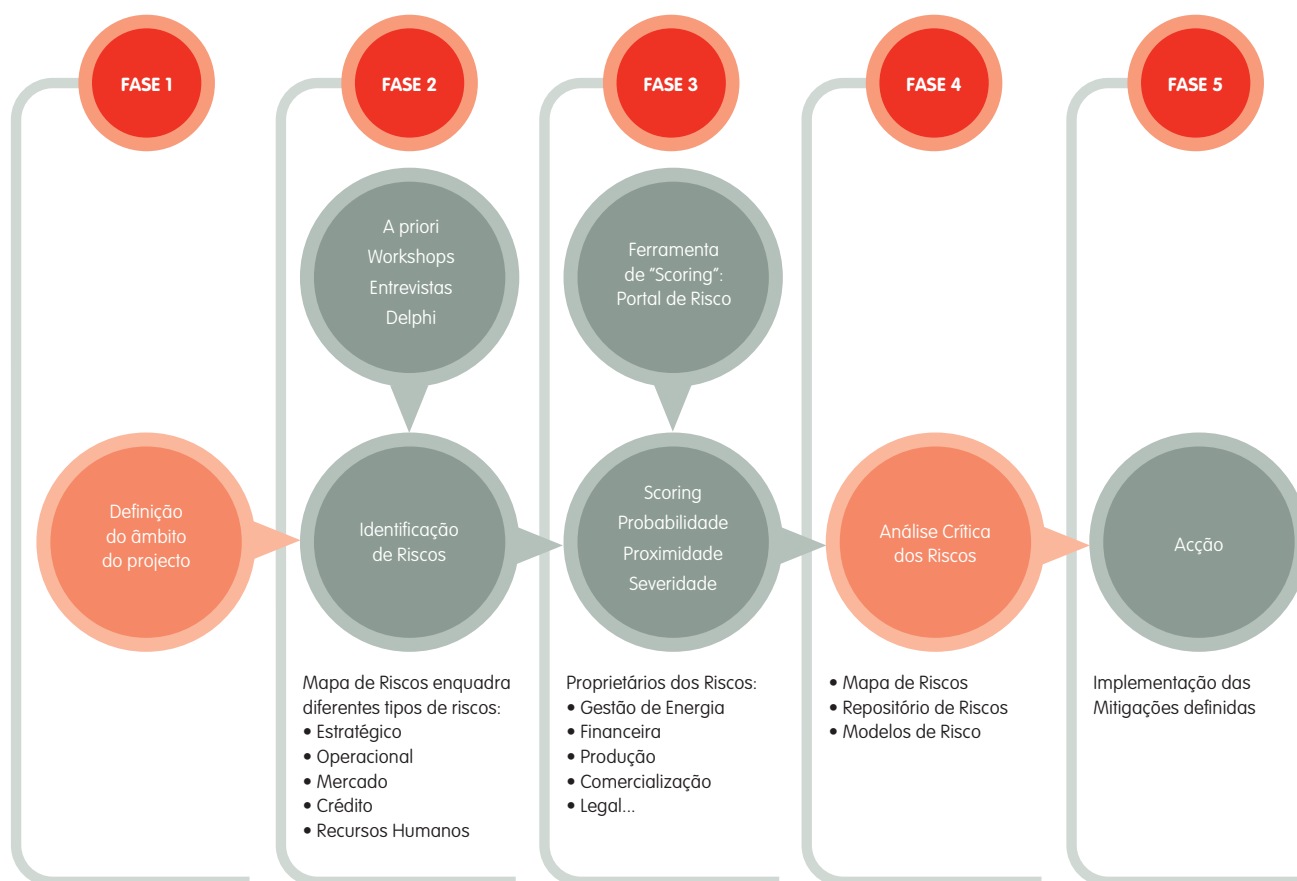
3. GESTÃO DO RISCO

Em 2005, na sequência do esforço dos anos anteriores e sob coordenação do Gabinete de Gestão de Risco, a EDP continuou a dar passos seguros na implementação de uma cultura de gestão de risco, suportada nas necessárias políticas e processos, em três vertentes: metodologia de identificação e seguimento de riscos, governo do risco e monitorização de riscos financeiros e de negócio.

3.1. Metodologia de identificação e seguimento de riscos: o Portal de Risco

Foi desenvolvida, utilizando a experiência obtida em exercícios anteriores de tratamento de riscos, uma metodologia de identificação, "scoring" e actualização de riscos, que está a ser materializada numa ferramenta informática, utilizando tecnologia "web open source" e que se apelidou de Portal de Risco do Grupo EDP.

METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E "SCORING" DE RISCOS



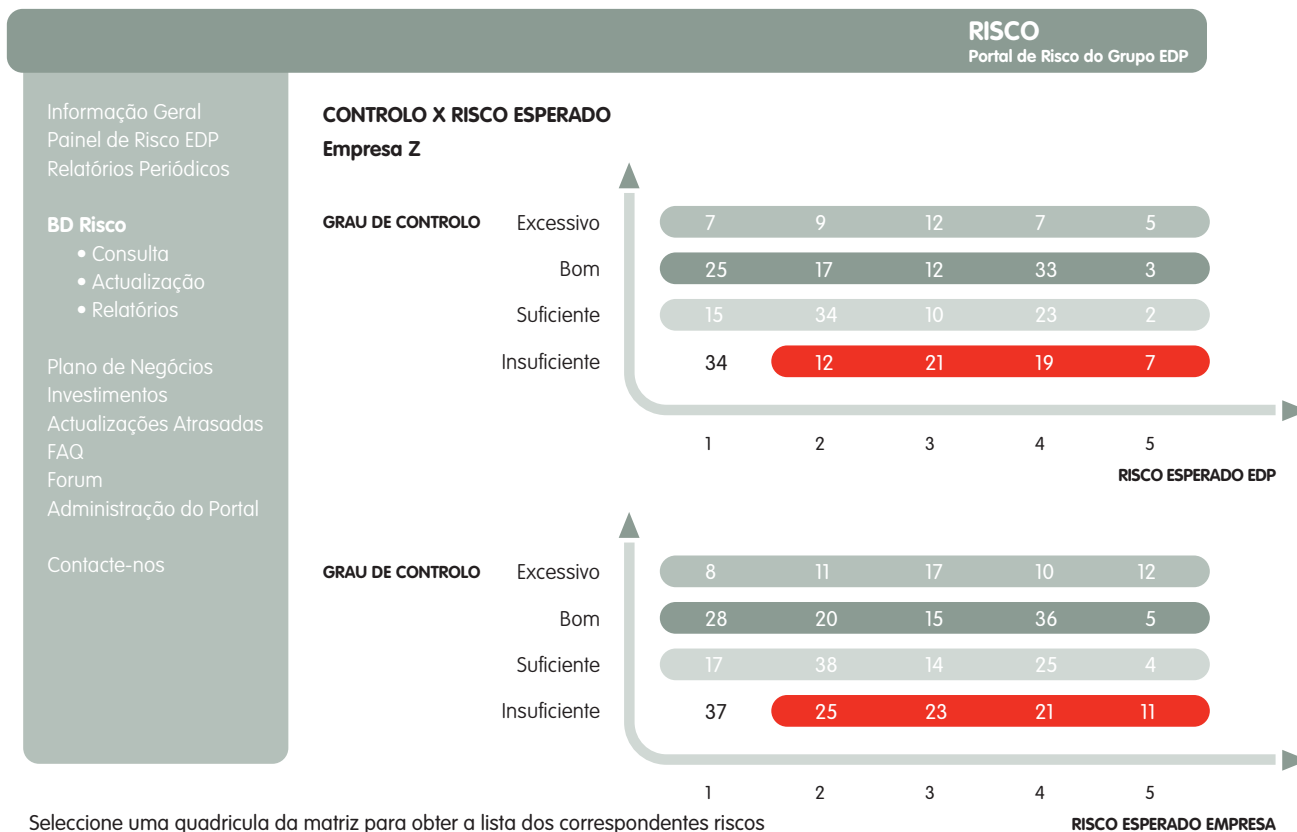
O PORTAL DE RISCO CONSTITUIRÁ A FERRAMENTA CENTRAL PARA A GESTÃO DE RISCO DENTRO DO GRUPO EDP



Foi inicialmente construído um protótipo operacional, com base no qual foi efectuada uma especificação detalhada, a qual se encontra neste momento em fase avançada de programação, prevendo-se a entrada em serviço operacional do Portal de Risco no final do primeiro trimestre de 2006.

O Portal será acessível a partir de todas as geografias onde a EDP opere, permitindo a

consulta e actualização remota dos riscos identificados em cada unidade de negócio, de acordo com as autorizações de cada utilizador. Disponibilizará igualmente um conjunto alargado de relatórios que permitirão obter uma visão global do risco a que o grupo está exposto, assim como o "drill down" de um risco composto até aos riscos individuais que o originam, por forma a permitir identificar a estratégia de mitigação mais adequada.



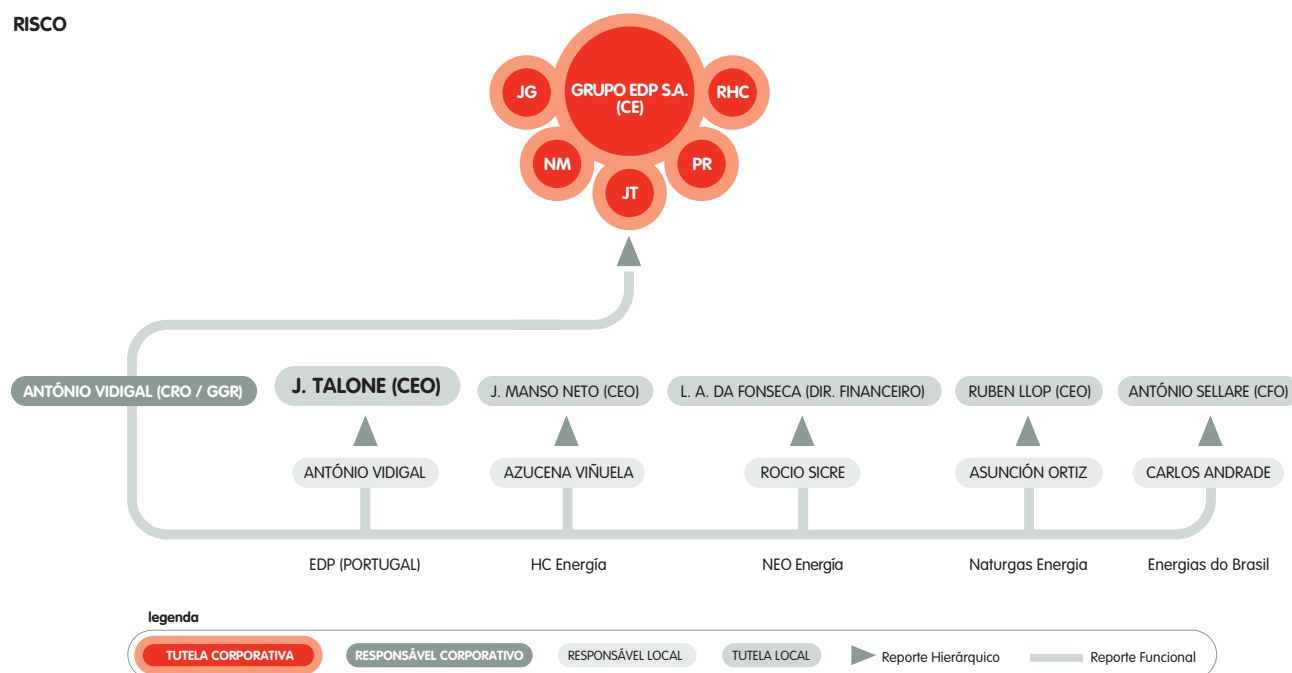
3.2. O Governo do Risco no Grupo EDP

No decorrer de 2005 foi aprovada a Política de Risco do Grupo, a qual define linhas directoras para a Gestão do Risco na EDP. Para suportar a implementação desta política foram criadas, em todas as empresas relevantes, uma estrutura de Controlo de Risco à imagem da existente ao nível Corporativo.

Risk" (VaR)⁷ sido mantido num valor inferior a 24 milhões de euros (0,31% do valor da dívida).

Diariamente e em virtude da sua elevada volatilidade e VaR, foi monitorizado o comportamento de um derivativo adquirido para cobrir o risco de taxa de juro de longo prazo implícito na resolução dos CAE (Contratos de Aquisição de Energia), do tipo

RISCO



Para isso foram nomeados, nas empresas, responsáveis de Risco, os quais operam num mecanismo de duplo reporte, respondendo funcionalmente ao Responsável de Risco do Centro Corporativo e hierarquicamente a um membro da Alta Direcção da respectiva empresa.

"swap" de taxa de juro com "forward start". Verificou-se que o seu VaR se manteve ao longo do ano em valores entre 27 e 37 milhões de euros.

3.3. Monitorização de Riscos Financeiros

Dívida do Grupo

As principais posições financeiras da dívida do Grupo foram monitorizadas regularmente em 2005, demonstrando que, em virtude da utilização prudente e criteriosa de derivativos, a EDP conseguiu manter a volatilidade da dívida em valores baixos, tendo o "Value at

Continua em curso a caracterização da dívida da Energias do Brasil, estando seleccionado o "software" RiskControl como ferramenta a utilizar para a gestão do risco desse "portfolio" e estando planeada a disponibilização de medidas de risco regulares desta componente já em 2006.

⁷ Por Monte Carlo, a 5 dias, com 95% de confiança, medido com a metodologia RiskMetrics

Activos do Fundo de Pensões

Ao longo do ano verificaram-se alterações na carteira do Fundo de Pensões, com o recurso a instrumentos não harmonizados, para os quais a medição do risco não é directa. Está em curso a identificação e sistematização de procedimentos de gestão de risco, que se espera concluir em 2006.

O valor actual dos activos harmonizados é de 900 milhões de euros e o respectivo VaR de 11,27%. Estes valores são considerados adequados ao “portfolio” e o seu comportamento mostra-se controlado quando sujeito a um conjunto alargado de “stress-tests”.

Activos da Energia Re

Continuou-se a proceder à medição sistemática do risco associado ao Fundo da Energia RE, resseguradora do Grupo EDP, cujos activos são geridos pela Kredietrust e seguidos na EDP pelo Gabinete do Fundo de Pensões. Verificou-se que o VaR a 1 ano se manteve inferior a 6% do seu valor actual líquido.

3.4. Monitorização de Riscos de Negócio

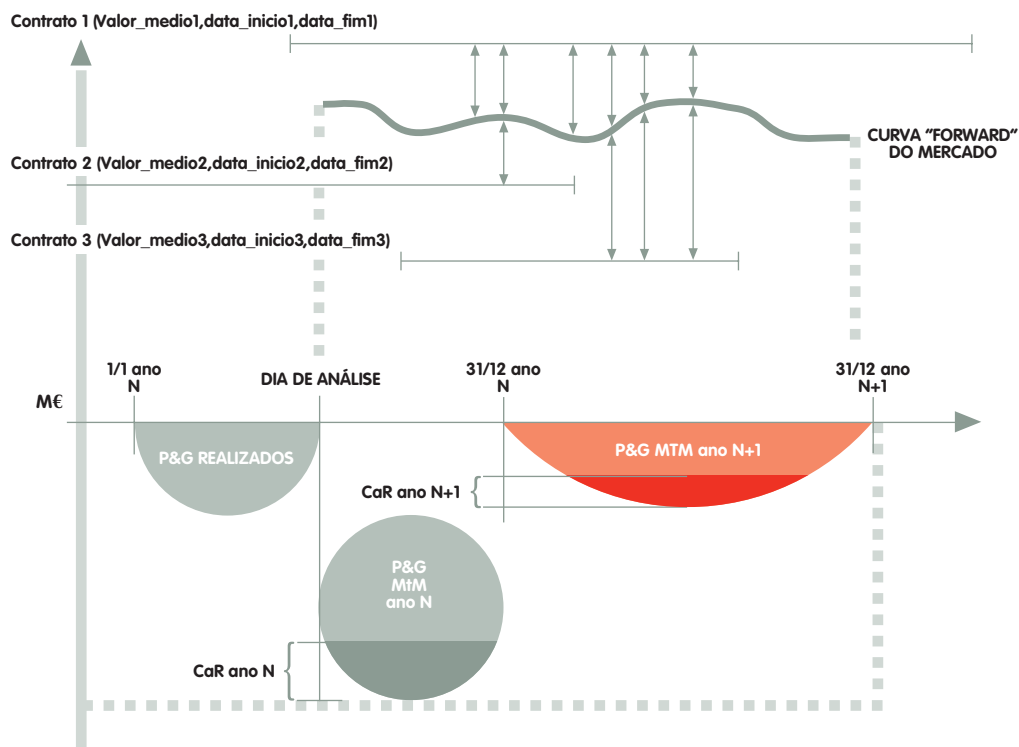
Área Comercial

Em 2005, iniciou-se o estudo sistemático do riscos de mercado e de crédito associados ao “portfolio” comercial do Grupo EDP na Ibéria. Adicionalmente, em Espanha foi iniciada a definição de um sistema de procedimentos de autorizações que se considera poder ser estendido a outras empresas do Grupo EDP no decorrer de 2006.

O Risco de Mercado é considerado pertinente no “portfolio” de Clientes no Sistema Não Vinculado, para o qual se acompanhou o “Cash-flow-at-Risk” (CaR) com um intervalo de confiança de 95%, nos anos de 2005 e 2006, a partir das datas de início e de fim dos contratos em carteira, tendo em atenção os perfis de consumo e considerando a volatilidade dos preços de mercado. Esta informação é actualmente incorporada na definição de preços e maturidades a praticar em novos contratos com Clientes.

No que se refere ao Risco de Crédito associado aos Clientes do Grupo EDP em Portugal, os resultados obtidos aconselharam à revisão dos processos associados à atribuição de crédito e seguimento do crédito atribuído a Clientes, tendo-se para o efeito escolhido a metodologia EDF, da KMV, para este efeito. Este projecto será desenvolvido durante o ano de 2006.

O "Cash-flow-at-Risk" do portefólio da EDPC é calculado periodicamente a partir dos dados de facturação e da curva "forward" do mercado:



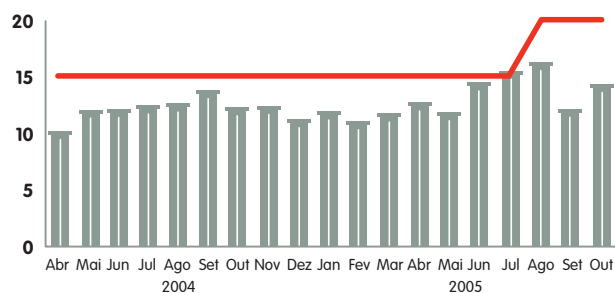
Gestão de Energia

Durante 2005, continuou-se a desenvolver os sistemas de medição do risco da actividade de gestão de energia, sendo de assinalar o desenvolvimento do sistema MUR, o qual deverá entrar em produção no início de 2006, assegurando um processamento mais eficiente da informação necessária ao controlo do risco associado a esta actividade.

Durante o ano, o acompanhamento das posições desta actividade registou um valor global de "Cash-flow at risk" inferior ao limite estabelecido de 20 milhões de euros, bem como do risco de crédito incorrido, tendo-se

definido acções de correcção nos poucos casos em que o limite foi excedido.

Evolução do Cash-Flow" (milhões de euros)



4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

4.1. EDINFOR

No início de 2005, culminando um complexo processo de negociação, a EDP celebrou com a LogicaCMG um acordo de parceria estratégica que envolveu a alienação a esta empresa de 60% do capital da Edinfor e a celebração entre esta e a EDP de um contrato de “full-outsourcing” para a operação e manutenção dos sistemas informáticos de suporte à actividade do Grupo.

No âmbito desse acordo de parceria, a LogicaCMG assumiu diversos compromissos:

- A Edinfor seria o veículo exclusivo do Grupo LCMG para o negócio das tecnologias de informação no mercado da Península Ibérica;
- A Edinfor manteria a identidade portuguesa;
- No prazo de um ano, a contar da data do acordo, seriam criados em Portugal um centro de excelência de SAP/ISU e um centro de excelência de impressão e envelopagem;
- Seriam disponibilizadas formação e acesso a centros de investigação aos trabalhadores da Edinfor;
- Seriam envidados os melhores esforços para aumentar o número de trabalhadores da Edinfor, acompanhando o crescimento do volume de negócios.

De facto, a Edinfor operou como única representante da LogicaCMG na área das tecnologias de informação nas operações realizadas em Portugal e em todas as regiões de Espanha, mantendo-se a sua sede e base operacional em Lisboa. Durante 2005, o volume de negócios da Edinfor em Espanha cresceu 65% face ao ano anterior.

Foi preparado o lançamento de três Centros de Competência Internacionais (ICC – International Centers of Competence) nos domínios das tecnologias SAP ISU, da impressão e envelopagem, e ainda um outro, não previsto no Acordo, na área dos sistemas de informação geográfica. Estes três centros, lançados já em Janeiro de 2006, envolvem mais de 500 colaboradores e têm, em carteira, encomendas de Espanha, França, Bélgica, Reino Unido e Brasil.

A Edinfor finalizou em 2005 a instalação piloto do seu novo produto de gestão comercial UBS – Utilities Business Suit, resultante de um projecto de I&D, tendo assegurado os primeiros contratos para o seu fornecimento. Foram realizadas cerca de 26.000 horas de formação.

O número de colaboradores da Edinfor cresceu, durante o ano de 2005, 8,4%, tendo atingido em 31 de Dezembro de 2005, os 1.535.

4.2. Gestão dos Sistemas de Informação

4.2.1. Alinhamento de sistemas do Grupo

O alinhamento de sistemas de informação entre as empresas do Grupo EDP a nível Ibérico, tendo como objectivo a criação de uma plataforma ibérica de tecnologias de informação, foi uma das prioridades de 2005. Assim, a EDP, HC Energía e Naturgas Energía desenvolveram um projecto comum que, através da recolha de requisitos de negócio e definição do respectivo modelo de referência, estabeleceu os objectivos a atingir nos sistemas de Informação para o próximo triénio.

Tendo sido iniciado no segundo trimestre do ano, envolveu todas as áreas de negócio do Grupo EDP e os Gabinetes de Sistemas das três empresas e estabeleceu a Arquitectura Integrada Futura, incluindo nomeadamente:

- Arquitectura Funcional;
- Arquitectura Aplicacional;
- Arquitectura Tecnológica.

Esta definição permitiu o estabelecimento do Plano Estratégico e de Convergência de Sistemas do Grupo EDP, onde se encontram detalhados os 115 projectos de implementação prioritários no triénio 2006-2008, sendo a área comercial e os projectos transversais os que têm maior representatividade.

Os projectos foram divididos em quatro Programas de Convergência e de Evolução dos Sistemas do Grupo, nomeadamente:

- Suportar a convergência de negócio: 42 projectos;
- Acompanhar a evolução das funções corporativas e dos processos transversais: 23 projectos;
- Acompanhar a evolução de negócio: 23 projectos;
- Projectos tecnológicos: 27 projectos.

Com a implementação deste plano espera-se que o Grupo EDP atinja significativas reduções de custos na manutenção e operação das tecnologias de informação, permitindo realizar investimentos em áreas estratégicas e potenciar a competitividade e eficiência do Grupo.

4.2.2. Arquitectura integrada de Sistemas

A realidade arquitectónica dos sistemas do Grupo está em constante e natural evolução devido a novos requisitos de negócio e à necessidade de alinhamento de sistemas em Portugal e ao nível Ibérico. Esta permanente mutação exige um forte domínio da situação existente bem como o desenvolvimento de iniciativas, normativas e de linhas de orientação para o adequado enquadramento de novas soluções numa perspectiva de convergência e integração.

Arquitectura Funcional

Realizou-se um levantamento da arquitectura funcional do Grupo e identificaram-se os

requisitos para uma ferramenta de suporte à gestão e manutenção desta arquitectura.

Arquitectura Aplicacional

Identificaram-se aplicações e interfaces existentes, por processo de negócio.

Esta iniciativa é o primeiro passo para a introdução dos princípios de simplificação e racionalização da arquitectura de aplicações.

Está em curso o mapeamento entre as aplicações e as áreas de negócio respectivas com vista à definição do portfolio aplicacional.

Arquitectura Tecnológica

Foram definidas directrizes para a implementação de novos projectos que assentam na virtualização de servidores para potenciar a agilidade e a optimização de custos na entrega de serviços de tecnologias de informação.

Actualmente estão em produção várias aplicações baseadas numa arquitectura tecnológica designada por "contentor" em alusão à gestão dinâmica dos recursos e que permite melhor e mais rápida adequação destes às necessidades reais.

Esta é a área que maior atenção tem exigido pelo cuidado necessário para garantir a evolução convergente da arquitectura tecnológica actual para a arquitectura futura.

A este facto acrescem as profundas mudanças em curso no âmbito de Projectos de Transformação. Estes projectos são da responsabilidade da LogicaCMG, que se comprometeu a desenvolvê-los na Edinfor e na infraestrutura da EDP, por forma a poder prestar os serviços em "outsourcing" nas condições contratualizadas

No contexto da arquitectura tecnológica podem realçar-se as seguintes iniciativas já concluídas:

- Selecção de uma plataforma tecnológica ("middleware") de integração para os sistemas SAP;
- Definição da infra-estrutura tecnológica do "contentor" para suporte aos sistemas de informação do Grupo EDP. Nesta plataforma estão já em funcionamento algumas aplicações, tendo permitido obter uma redução média de 50% nos recursos propostos pelos fornecedores;
- Planeamento da integração das redes de dados EDP, HC Energia e Natargas Energia numa rede de dados Ibérica do Grupo EDP;
- Análise e selecção de equipamentos móveis para acesso a "mail" e agenda corporativos, bem como de equipamentos tipo "Tablet PC" para as equipas de leituras no terreno.

4.2.3. Normalização

Com o objectivo de simplificar e racionalizar a utilização de recursos, com vista à redução dos custos de tecnologias de informação e para garantir uma evolução para a arquitectura do Grupo de forma convergente e sem disrupções, foram tomadas as seguintes medidas de normalização de sistemas de informação no Grupo:

- Definição da Arquitectura de Referência para os Sistemas Decisionais;
- Definição da Plataforma de Integração de Sistemas;
- Definição dos princípios orientadores da evolução das tecnologias de informação do Grupo EDP;
- Definição de conceitos relativos à nomenclatura de aplicações;
- Criação do inventário de aplicações, módulos, interfaces, etc., com a identificação de criticidades.

4.2.4. Novos contratos de "Outsourcing"

A venda de 60% da Edinfor à LogicaCMG, a criação de uma parceria e a assinatura de um contrato de "full outsourcing" vieram alterar significativamente a relação da EDP com os seus fornecedores de tecnologias de informação.

Esta nova realidade veio permitir reduções significativas de custos na operação de tecnologias de informação, estimadas em 100 milhões de euros em 10 anos.

Simultaneamente, uma nova atitude negocial junto do mercado de tecnologias de informação veio permitir reduções significativas em custos de licenciamentos de software e em custos de projectos. Esta redução de custos foi acompanhada por redução contratual do risco de projectos com a imposição de penalizações.

Para além da gestão do contrato de "outsourcing", foram centralizadas no Gabinete de Sistemas de Informação a gestão de todos os contratos de tecnologias de informação, permitindo a obtenção de sinergias na reutilização e negociação de licenciamentos e infra-estruturas dentro do Grupo EDP.

Em simultâneo com a gestão do contrato de "outsourcing" com a LogicaCMG/Edinfor, iniciou-se em 2005 a implementação de processos de relacionamento e controlo, permitindo à EDP uma gestão dos níveis de serviço e consumos mais efectiva.

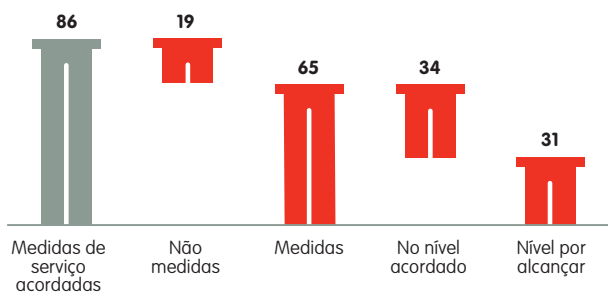
Para cumprir os níveis de serviço exigidos pela EDP no actual contrato de "outsourcing" lançou-se juntamente com a LogicaCMG/Edinfor um Projecto de Transição, abrangendo a totalidade dos serviços de tecnologias de informação utilizados pela EDP, respeitantes a infra-estruturas, suporte a utilizadores, manutenção aplicacional e impressão e envelopagem.

No âmbito deste projecto, estão em curso alterações profundas de processos e canais de relacionamento, transformações tecnológicas e

de normalização de práticas de funcionamento, com objectivo de garantir a qualidade do serviço de tecnologias de informação e a sua efectiva monitorização e controlo.

Das 86 medidas de serviço acordadas, 65 já são medidas e destas, 34 estão dentro do nível acordado. Existe a convicção que no primeiro trimestre de 2006 a maioria destes níveis de serviço sejam medidos, e que no fim do segundo trimestre de 2006, a maioria esteja dentro dos valores contratados, resultando assim num maior nível de satisfação dos utilizadores da EDP com as tecnologias de informação.

Acompanhamento das medidas de Serviço



Em termos de medidas de consumo, já é possível medir a totalidade, permitindo um modelo de "pay-per-use", o que só por si aporta maior racionalidade na utilização dos recursos.

4.3. Sistemas de Informação do Grupo

4.3.1. Projectos Estratégicos de 2005

Programa de Liberalização da BTN

Com a liberalização do sector eléctrico, agora a ser alargada aos Clientes domésticos de BT (BTN – baixa tensão normalizada), iniciaram-se em 2005 as necessárias alterações nos actuais sistemas informáticos da EDP para:

- Suportar os processos de negócios da EDP Distribuição e da EDP Comercial, incluindo a componente comercial e de marketing,

de forma a ajustarem-se à realidade do mercado;

- Possibilitar à EDP Distribuição, enquanto entidade incumbida pela ERSE para tal, prestar o serviço de mudança de fornecedor aos vários agentes comerciais que surjam no mercado.

Conforme acordado com a ERSE, foram já definidas duas datas que constituirão marcos importantes:

- 7 de Setembro de 2006, em que os Clientes de baixa tensão poderão fazer a sua escolha e solicitar a mudança de fornecedor; Nesta fase os sistemas informáticos disponibilizarão uma parte das funcionalidades automatizadas, sendo as restantes implementadas gradualmente até à fase seguinte;
- 2 de Janeiro de 2007, em que os sistemas disponibilizarão todas as funcionalidades totalmente automatizadas.

Para o efeito foi criado o Programa de Liberalização da BTN integrando vários projectos, o que permite uma gestão coordenada para assegurar a integração entre si e a redefinição de toda a arquitectura dos sistemas comerciais e de marketing da EDP.

SIT Ibérico

Em 2005, a Unidade de Negócio de Gestão de Energia lançou uma iniciativa para um sistema de "Trading" Ibérico que cubra toda a cadeia de valor das áreas de geração e activação no mercado grossista de energia da EDP e HC Energia, focado nas seguintes áreas:

- Contratos de compra e venda, físicos e financeiros de curto e longo prazo e respectivas liquidações;
- Gestão de todo o processo operacional de compra de combustíveis;

- Componente de oferta e liquidações no mercado “spot” Espanhol (OMEL);
- Componente de análises e produção de informação consolidada;
- Componente de gestão de risco.

Sistema de Contabilidade Ambiental

O Sistema de Contabilidade Ambiental do Grupo EDP permitirá, a partir de 2006, conhecer a realidade contabilística destes custos, possibilitando melhorar o planeamento e controlo dos valores associados às actividades de Gestão Ambiental da EDP.

4.3.2. Projectos integrados para o Grupo

Portal EDP

Em 2004, a EDP lançou uma iniciativa com vista a dotar o Grupo EDP de um Portal Corporativo com vertentes Intranet, Internet e Extranet, disponibilizando uma plataforma de comunicação e de acesso a serviços a todos os interlocutores da EDP, reforçando a marca EDP no mercado nacional e internacional. Esta iniciativa estará concluída em 2006.

Sistema de Controlo de Gestão

Foi implementado em 2005 um Sistema de Controlo de Gestão com vista a disponibilizar um conjunto de funcionalidades e mecanismos que permitem suportar o ciclo de gestão para um conjunto de novas unidades de negócio na área da comercialização de energia eléctrica.

Quem é Quem

Criação, em conjunto com as áreas da EDP em Portugal, HC Energía e Naturgas Energia de uma plataforma comum de conhecimento dos colaboradores destas três entidades, podendo pesquisar empresas, pessoas e funções a nível Ibérico. Prevê-se a sua extensão ao Brasil em 2006.

5. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

As actividades de inovação e desenvolvimento tecnológico do Grupo são coerentes com a sua missão e visão de negócio, constituindo a criação de valor para o Grupo uma orientação estratégica fundamental para este tipo de projectos. O propósito perseguido é o de antecipar necessidades futuras e preparar os recursos e procedimentos que permitam sustentar e aumentar a margem operacional e a qualidade técnica, como ainda o de elevar o nível de conhecimentos tecnológicos dos quadros de pessoal.

A natureza das tecnologias utilizadas nos negócios do Grupo e o carácter de utilizador de equipamentos e sistemas para produzir, distribuir e comercializar a família de produtos e serviços que proporciona ao mercado, coloca maior ênfase no estudo e integração de soluções, autonomamente ou em parceria. Deste modo, as actividades de inovação e desenvolvimento tecnológico desenvolvidas em 2005 podem ser agrupadas nas vertentes estratégicas seguintes:

- Procurar a excelência nos negócios de produção e distribuição de energia. Em relação à produção, merecem destaque o projecto SITEM – Sistema Integrado de Engenharia de Manutenção de Instalações e Equipamentos, que tem em vista desenvolver e consolidar metodologias, sistemas de engenharia, de gestão da manutenção e de melhorias técnicas nos equipamentos mais críticos e o projecto SAFERELNET – “Safety and Reliability of Industry Products, Systems and Structures”, que promove, a nível europeu, o intercâmbio, disseminação, harmonização e normalização relativas à segurança, engenharia de risco e de manutenção, fiabilidade de produtos, sistemas e instalações industriais. Na distribuição, realce para os projectos INFRANET, que tem por objectivo desenvolver um sistema para inspecção do cumprimento das distâncias de segurança a linhas de alta tensão, por

meio de equipamento industrial de laser e REMOT, destinado a estabelecer uma rede de comunicações para agregar a informação recolhida em aparelhos distribuídos de localização de defeitos, instalados em linhas de média tensão, permitindo uma localização inteligente do ramal em defeito;

- Proporcionar produtos e serviços inovadores aos Clientes do mercado da energia e de serviços de valor acrescentado, designadamente:
- Serviços de assessoria energética, através, por exemplo, do programa de incentivo à utilização racional de energia eléctrica, designadamente por meio da caracterização de consumos e de estudo de soluções de melhoria da eficiência energética;
- Uso eficiente da energia no lar, onde se destaca a campanha de promoção do aquecimento por acumulação de energia, como contributo para a poupança e optimização dos recursos energéticos pelo desvio de consumo em horas de ponta para horas de vazio;
- Sistemas de telecontagem de energia, salientando-se a conclusão da campanha de substituição de contadores em Clientes de média tensão e a instalação de contadores avançados com possibilidade de utilização da tecnologia de telecontagem, o que passou a permitir o acesso destes Clientes ao mercado não vinculado;
- Sistemas de telecomunicações PLC – “Power Line Communications”. Realce para o início da utilização experimental das redes de distribuição de electricidade para serviços de telecomunicações em banda larga, sobrepostos ao trânsito normal de energia.

- Desenvolver soluções adequadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, nomeadamente:
- Gestão do meio ambiente (monitorização ambiental, redução de impactes, etc.);
- Energias renováveis, onde se destacam o projecto da Central do Pico de energia das ondas, por coluna de água oscilante, o qual, após investimentos adicionais para reposição de estado, produziu os seus primeiros kWh e o novo projecto CEODOURO, para instalação de central de energia das ondas na extremidade de quebra-mar em construção na Foz do Douro;
- Novos combustíveis e processos de combustão. Na área da micro-geração e em complemento à Plataforma Multi-Tecnologias da Labelec, foi instalado em 2005, um sistema de produção de energia baseado numa pilha de combustível alimentada a hidrogénio. Destaque também para o projecto “Advanced Pulverised Fuel Power Plant”, o qual pretende efectuar o desenvolvimento e demonstração de uma nova geração de centrais termoeléctricas a carvão pulverizado;
- Desenvolver e apoiar o desenvolvimento técnico e científico, por meio de:
 - Participação activa em fóruns nesse âmbito (CIRED, CIGRÉ, EURELECTRIC, DOBLE, IEEE, UIE, etc.);
 - Parcerias em actividades seleccionadas e correlacionadas com as actividades do Grupo, desenvolvidas com universidades e institutos de I&D.

De assinalar a decisão de concentrar na Labelec a coordenação das actividades de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, particularmente a nível Ibérico, tendo-se lançado para o efeito um Comité com representantes das diversas empresas do Grupo envolvidas.

Estudos e Actividades Laboratoriais

Os estudos e actividades laboratoriais desempenharam, em 2005, um papel de relevo, nomeadamente:

- Apoio à manutenção e ao diagnóstico de avarias quer de infra-estruturas (linhas, cabos e subestações), quer de equipamentos, aparelhos e materiais, utilizando tecnologias avançadas de diagnóstico físico-químico;
- Monitorização da qualidade da água das albufeiras (situações de eutrofização e problemas de poluição) e programa do controlo ambiental das centrais térmicas no que se refere aos efluentes, à água dos circuitos e aos resíduos industriais e ainda ao controlo da qualidade do ar;
- Consultoria técnica no âmbito do estudo de redes eléctricas, da qualidade da onda de tensão, das protecções e automatismos, da coordenação de isolamentos e do dimensionamento de redes de terra.

6. FUNDO DE PENSÕES

Em 2005, a gestão do Fundo de Pensões de benefício definido do Grupo EDP e da REN desenvolveu-se em três domínios principais:

- Instituição de uma fase de transição;
- Preparação do futuro modelo de gestão e da estrutura de governação que lhe está associada;
- Adequação da política contributiva a objectivos de optimização fiscal.

Instituição de uma fase de transição

A prossecução de uma fase de transição decorre da necessidade de introduzir disciplina e rigor nas práticas de gestão dirigidas ao património do Fundo de Pensões.

Foi definida uma repartição-alvo por classes de activos e orçamentos de investimento para um conjunto pré-seleccionado de entidades com vista a levar por diante uma gestão integrada e equilibrada de activos e passivos.

Privilegiou-se uma banda de maturidade média entre 2013 e 2016 de modo a antecipar os impactos do acréscimo de responsabilidades proveniente da integração no Fundo de Pensões da população pré-reformada e em reforma antecipada.

Foi dado um ênfase muito particular ao controlo, medição e gestão do risco, quer através de soluções de investimento adequadas a estratégias de “cash-flow matching” e a estratégias “growth”, quer através da definição de princípios de valorização prudente e de requisitos harmonizados de reporte.

Preparação do futuro modelo de gestão e da estrutura de governação que lhe está associada

Foi amplamente discutido o futuro modelo de gestão do Fundo de Pensões dentro de um

conjunto de alternativas possíveis que representam uma melhoria substancial face ao modelo em vigor.

O objectivo fundamental é desenvolver uma plataforma integrada de gestão, com delimitação clara de papéis, sem redundâncias, assente numa óptica de diversificação multi-gestor, de matriz especializada por classes de activos.

A estrutura de governação que foi pensada para acomodar estas valências tem como característica nuclear a centralização de todo o processo de tomada de decisão num órgão colegial com o objectivo de assegurar uma representação alargada aos vários intervenientes, internos e externos, na vida do Fundo de Pensões.

Este desenvolvimento está na linha do novo regime legal dos fundos de pensões, após a transposição da directiva europeia para o enquadramento normativo português.

Adequação da política contributiva a objectivos de optimização fiscal

A componente fiscal associada à política de contribuições do Fundo de Pensões passou a desempenhar um papel decisivo.

Foi efectuado o levantamento de todo o histórico do Fundo de Pensões, não só a nível de reconciliação de contribuições efectuadas desde o início da constituição do Fundo, mas também do apuramento da massa salarial segundo um critério uniforme para cada um dos anos em causa.

Dado que a população-alvo não foi integrada no Fundo de Pensões num único momento do tempo, mas sim de forma faseada e que ocorreram revisões de pressupostos actuariais que foram decisivos para o aumento das responsabilidades com benefícios definidos, foi possível apurar um montante muito apreciável de créditos fiscais que concorreram para o aumento da dedutibilidade fiscal em 2005.

A integração da componente fiscal na análise da população pré-reformada ou com reforma antecipada que integrará o Fundo de Pensões permitirá a realização de um planeamento financeiro mais eficaz.

7. SERVIÇOS DE SUPORTE

Tendo como referência o quadro estratégico subjacente à sua constituição e o alinhamento com os objectivos do Grupo, a EDP Valor, unidade de serviços de suporte, continuou a prosseguir em 2005 o esforço de consolidação a vários níveis, a par com o desenvolvimento de novas áreas de trabalho, com destaque para:

- O alargamento do “portfolio” de serviços e da base de Clientes;
- A concentração de esforços na redução e racionalização dos custos de funcionamento dos seus Clientes e na potenciação da gestão dos diversos patrimónios a seu cargo.

No âmbito do alargamento de serviços e do aumento do número de Clientes, destacam-se:

- A reorganização das estruturas e actividades no âmbito da formação e do recrutamento e selecção, inseridos na Plataforma de Formação e Documentação, criada em finais de 2004;
- A reorganização das actividades de aprovisionamento do Grupo EDP, através da criação e arranque de duas novas plataformas em meados de 2005:
- Plataforma de Negociação e Compras do Grupo, destinada a assegurar, com a maior optimização, a totalidade das aquisições de bens e serviços do Grupo, com excepção dos combustíveis e das tecnologias de informação;
- Plataforma de Gestão Contratual de Aprovisionamentos Técnicos que assegura a gestão de existências e a gestão de armazéns;
- A constituição da Plataforma Ibérica de Negociação e Compras, subordinada a um Comité Coordenador de Compras, com a responsabilidade de efectuar a aquisição

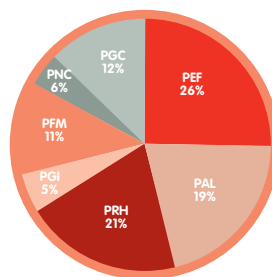
de bens e serviços de utilização comum às diversas empresas do espaço ibérico ou de elevado montante. O sistema informático Sinergie será obrigatoriamente utilizado como ferramenta de suporte para todas as aquisições de montante superior a 75 milhares de euros;

- A extensão da gestão da carteira de seguros do Grupo, pela integração da HC Energia em algumas das apólices do vasto programa de seguros negociado pela EDP Valor;
- Extensão das actividades logísticas à EDP Produção;
- O início do serviço de pagamentos ao estrangeiro, anteriormente na esfera das responsabilidades corporativas.

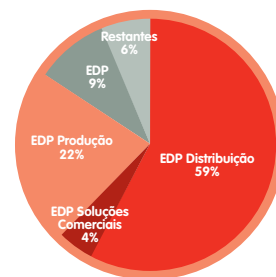
No que concerne à rentabilização dos activos e dos fornecimentos e serviços externos dos Clientes, a EDP Valor gerou significativas economias ao nível da renegociação com terceiros, e prosseguiu o processo de venda de património da EDP não afecto ao negócio “core” ou de possível optimização.

A desagregação das prestações de serviços em 2005 por plataforma de origem e por Cliente foi a seguinte:

Por Plataforma



Por Cliente

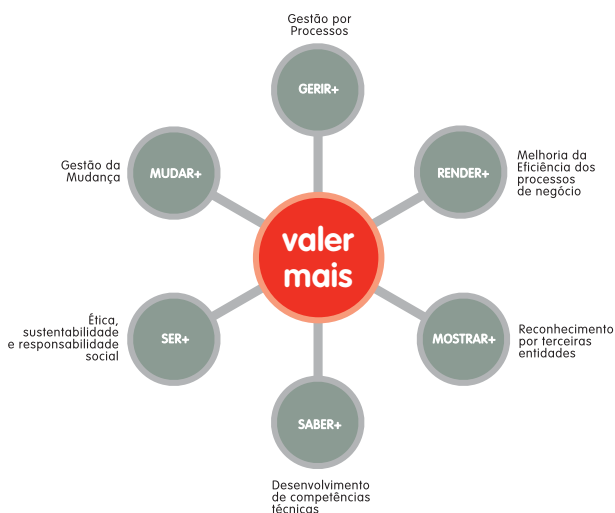


Ao longo de 2005 decorreram diversas iniciativas de gestão com o objectivo de reforçar a qualidade e a eficiência dos serviços e a satisfação contínua de Clientes, e de que se destaca:

- Realização de acções para o reforço das competências e a mobilização das equipas da empresa (concretização do programa de

formação; encontros de colaboradores, etc.);

- Implementação parcial do “Modelo de Gestão de Serviço” de suporte à prestação do serviço integrado, nomeadamente, a Gestão do Catálogo dos Serviços, o tratamento de Reclamações e Sugestões e o Relatório de Gestão do Serviço;
- Desenvolvimento do Programa de Gestão pela Qualidade (Valer +), lançado ainda em 2004, com várias linhas de projecto conforme figura, tendo permitido em 2005:
- Desenvolver o projecto da gestão por processos, cujo levantamento, desenho e documentação em sistema específico se encontrava praticamente concluído no final de 2005;



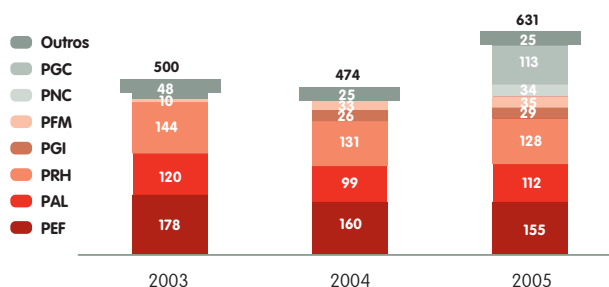
- Lançar o projecto de potenciação da gestão de riscos seguráveis no Grupo EDP, também ele praticamente concluído no encerramento do exercício, e gerador de modelo que suportará a gestão deste sector de actividade em 2006;
- Lançar o projecto para a implementação do “Balanced ScoreCard”, inserido num conjunto de outras iniciativas para reforço dos mecanismos de planeamento e controlo e para a reformulação do Sistema de

Informação de Gestão da empresa; no final do exercício o projecto encontrava-se cumprido em 60%;

- Lançar três novos projectos no âmbito da optimização e sustentabilidade da empresa, visando a reformulação do actual Modelo de Negócio, do Modelo de Relacionamento com os Clientes e Análise do Potencial de Crescimento da EDP Valor;
- Prosseguir, a nível de tecnologias de informação, o desenvolvimento e implementação de projectos diversos para suporte à melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

No final de 2005, a EDP Valor contava com um quadro de 631 colaboradores, com presença em todo o território nacional, e organizados conforme gráfico seguinte:

Distribuição dos Colaboradores • EDP Valor



A evolução da actividade das diversas plataformas foi a seguinte durante 2005:

Plataforma Económico-Financeira (PEF)

A PEF presta serviços de suporte nas áreas de orçamento, tesouraria, contabilidade, fiscalidade, contas de terceiros e gestão de riscos seguráveis. Os indicadores que caracterizam a dimensão da plataforma em 2005 são os seguintes:

- Contabilidade de 36 empresas;

- Tratamento de cerca de 346.600 documentos de Fornecedores e 14.400 emissões de facturas a Clientes;
- Pagamento de 359.400 documentos;
- Processamento de 17,2 milhões de euros de prémios de seguros;
- Adicionalmente, preparou os dossiers fiscais, constituiu os dossiers de preços de transferência e preparou respostas a diversos inquéritos de entidades oficiais aos Clientes.

Plataforma de Aprovisionamentos e Logística (PAL)

A PAL prestou serviços de suporte (até meados de 2005) nas áreas de negociação e compra de bens e serviços de categorias transversais aos negócios e, de forma continuada, gestão de frotas, gestão de instalações e serviços de secretaria-geral. A sua actividade em 2005 materializou-se em:

- 366.300 m² de instalações geridas (média mensal);
- 3,0 milhões de euros de captação de poupanças directas por força das negociações efectuadas;
- 3.823 viaturas geridas (números médios mensais);
- 1,1 milhões de documentos tratados.

Plataforma de Recursos Humanos (PRH)

A PRH presta serviços de processamento e controlo de remunerações e pensões, garantindo todas as actividades administrativas de suporte às áreas de Recursos Humanos.

Para além de uma vasta produção estatística e manutenção dos dados mestre de cerca de 8.786 activos e 18.415 pensionistas, a PRH

processou em 2005 cerca de 105.400 boletins de vencimentos e 221.000 de pensões.

Plataforma de Gestão Imobiliária (PGI)

A PGI reestrutura e valoriza o património imobiliário do Grupo, tendo em 2005 prosseguido um programa para:

- Obtenção de fundos através da venda de activos não utilizados (Concorre com outra estrutura no Grupo para a obtenção de 130 milhões de euros num período de 3 anos);
- Redução significativa dos custos de ocupação; e
- Realização de mais-valias, através de operações de optimização e realocização de serviços.

Em 2005, a sua actividade traduziu-se nos seguintes em números:

- Gestão de 8.289 prédios sobrantes da actividade de electricidade;
- Análise de 52.400 m² de área para intervenção;
- Gestão de obras orçamentadas em 9,3 milhões de euros.

Plataforma de Formação e Documentação (PFM)

A PFM visa, no essencial, concorrer para o alinhamento da actividade de formação com as necessidades criadas pela estratégia do Grupo, através da operacionalização de um Plano de Formação que contempla um significativo esforço de investimento no incremento de competências transversais e específicas.

Em 2005, a PFM – que viu entretanto assegurado, o seu estatuto de Entidade Formadora Acreditada – concorreu para a realização de 202.427 horas de formação, das quais 168.686 foram destinadas às empresas

do Grupo e 33.741 foram destinadas aos prestadores de serviço que colaboram com a EDP.

Além desta intensa actividade formativa, que superou largamente a conseguida em 2004 e que contribuiu significativamente para o reforço dos índices de referência em matéria de qualificação do corpo de recursos humanos do Grupo, a PFM elaborou e implementou o Manual de Formação do Grupo EDP, que constitui importante repositório de processos e procedimentos transversais de gestão do ciclo formativo no universo EDP.

No sector da documentação, a PFM implementou uma nova aplicação de gestão de documentação através da qual disponibilizou ao Grupo, em 2005, 30.700 documentos.

Plataforma de Negociação e Compras (PNC)

Na linha dos objectivos estratégicos de racionalização de custos, com ganhos de sinergias através da reorganização das actividades de aprovisionamentos do Grupo EDP, foi criada uma estrutura que permitisse a centralização das compras do Grupo e facilitasse a realização de um conjunto de metas, nomeadamente, o controlo e consolidação da tendencial redução de custos operacionais, o desenvolvimento de competências nas funções de negociação e compras, a gestão integrada dos fornecedores e a melhoria dos níveis de serviço prestados aos Clientes permitindo a focalização dos mesmos nas suas áreas de negócio.

Assim, devidamente enquadrada pelas responsabilidades definidas, compete à EDP Valor, através da PNC, a consulta ao mercado, a negociação, a proposta de adjudicação, o estabelecimento de contratos e o registo e qualificação de fornecedores e às unidades de negócio a definição de necessidades, especificação técnica, validação técnica de propostas.

Em actividade desde Junho de 2005, a PNC realizou durante a sua implementação:

- **Negociação**

Número de consultas/contratos realizados – 151;

Valor estimado dos contratos realizados – 111 milhões de euros;

Valor adjudicado dos contratos realizados – 102 milhões de euros;

Poupanças obtidas contra 1ª oferta do fornecedor – 6 milhões de euros;

- **Integração e Optimização**

Implementação da ferramenta informática Sinergie – “Supply Integration for Energy”, com expansão à EDP e HC;

- **Registo e Qualificação**

Implementação da metodologia de registo e qualificação de fornecedores por níveis;

Contrato de “outsourcing” do sistema informático e validação administrativa do registo de fornecedores, com integração na página www.edp.pt.

Plataforma de Gestão Contratual de Aprovisionamentos Técnicos (PGC)

Na sequência do processo de reorganização das actividades de aprovisionamentos do Grupo EDP, foi criada a nova plataforma para a gestão de contratos de aprovisionamentos técnicos de empresas Clientes, garantindo a gestão de contratos de serviços e materiais, as actividades de carácter administrativo das compras, a avaliação de fornecedores e a gestão de stocks e armazéns.

Em actividade desde Junho de 2005, a PGC realizou desde então até final do ano:

- Aprovisionamentos específicos da produção: 75,0 milhões de euros;
- Contratos materiais da distribuição: 72,9 milhões de euros;
- Contratos serviços da distribuição: 64,8 milhões de euros;
- Número de artigos em armazém (em média): 34.853;
- Número de requisições de compra tratadas: 6.031 (média mensal: 2.010);
- Número de movimentos de entrada/saída: 31.648 (média mensal: 10.549).

Museu da Electricidade

Sala das máquinas -
corredor das bombas
de alimentação de água
às caldeiras de alta
pressão

Neste corredor encontram-se as bombas de circulação de água captada no rio Tejo para posterior refrigeração dos condensadores.



Museu da Electricidade

Deste complexo espaço fazem parte integrante as bombas de alimentação que procediam ao envio de água às caldeiras de alta pressão depois de quimicamente tratada.

Sala dos auxiliares de alta pressão



Governo da Sociedade	125
Declaração de Cumprimento	127
Divulgação da Informação	130
Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	156
Regras Societárias	158
Órgão de Administração	161

A EDP, enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisboa, tem dado prioridade à manutenção de uma relação de elevada transparência com os investidores e com o mercado de capitais, através de uma política de contínua e frequente comunicação e da adopção dos melhores modelos organizativos e das melhores práticas e orientações de conduta em matéria de governo societário mediante o acompanhamento da evolução das tendências internacionais e a promoção interna da reflexão acerca dessas matérias.

Em resultado desta sua política de comunicação, a EDP divulgou 23 factos relevantes, 29 outras comunicações e 17 anúncios ao mercado durante o exercício de 2005, tendo sido uma das sociedades emitentes na Euronext Lisbon que maior número de factos relevantes e outras comunicações divulgou ao mercado.

Fruto do primado da transparência que orienta a sua relação com o mercado, a EDP é actualmente uma das entidades emitentes na Euronext Lisbon que apresenta elevados índices de observância das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades, sendo, além disso, pioneira na adopção de medidas de organização e funcionamento interno destinadas à promoção das melhores práticas neste tema, como disso são exemplo a constituição da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração, composta por Administradores Não Executivos independentes, a publicação de um Código de Ética do Grupo EDP, a instituição de uma Comissão de Ética e a recente implementação de um canal interno de comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares.

O presente capítulo foi organizado em conformidade com o modelo previsto no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003 e pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005), apresentando um resumo dos aspectos mais relevantes sobre as práticas ligadas ao governo da EDP.

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. De harmonia com o estabelecido no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003 e pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005), a EDP, com as excepções adiante referidas no ponto 0.2, adopta na íntegra a totalidade das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, designadamente:

- Recomendação 1 (Contacto com os investidores);
- Recomendação 2, alíneas b), c) e d) (Exercício do direito de voto e representação de accionista);
- Recomendação 3 (Sistema de controlo interno);
- Recomendação 4 (Medidas defensivas contra ofertas públicas de aquisição);
- Recomendação 5 (Composição do órgão de administração);
- Recomendação 6 (Independência do órgão de administração);
- Recomendação 7 (Comissões de controlo internas);
- Recomendação 8 – 1ª parte (Remuneração do órgão de administração);
- Recomendação 9 (Independência da comissão de remuneração);
- Recomendação 10 (Planos de atribuição de acções);

0.2. Os estatutos da EDP determinam um prazo de bloqueio das acções de quinze dias antes de cada Assembleia Geral, como forma de permitir, com uma antecedência razoável, determinar a composição accionista que participará na respectiva reunião desse órgão social. Este prazo estatutário não se apresenta particularmente longo – para além de que a prova da titularidade das acções apenas deve ser realizada com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da realização da reunião – , sendo compatível com o prazo de antecedência mínima para divulgação pública da convocatória da Assembleia Geral previsto na lei, o qual é aplicável há vários anos sem que, durante esse período, se tenha revelado restritivo do exercício activo do direito de voto pelos accionistas.

De todo o modo, o Conselho de Administração aprovou a apresentação de uma proposta de alteração estatutária que, a ser aprovada pelos Accionistas, reduzirá os prazos referidos para cinco dias, assim dando integral cumprimento à recomendação.

Aliás, a EDP tem vindo a promover, de forma activa, a participação dos accionistas na Assembleia Geral, devendo a esse respeito destacar-se a decisão de os custos com a emissão das declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas na Assembleia Geral Anual de Março de 2005 terem sido suportados pela empresa. Deste modo, a EDP adoptou, de forma pioneira em Portugal, uma medida fomentadora do exercício do direito de voto pelos respectivos accionistas.

0.3. Relativamente às recomendações da CMVM adoptadas, o quadro seguinte ilustra os principais aspectos relevantes:

MEDIDAS DE ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM	
Recomendação CMVM	Medidas de Adopção
I - Divulgação de informação	
1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.	Existência e desenvolvimento dos seguintes canais de comunicação com os investidores: - Gabinete de Relação com os Investidores (GRI); "website" de acesso generalizado.
II - Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	
2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: - A imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral superior a 5 dias úteis; - Qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; - A imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; - A não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.	- Expressa previsão e regulamentação de disposições estatutárias sobre o exercício de voto por correspondência sem imposição de restrições; - Prazo compatível com a não imposição de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto por correspondência; - O direito de voto por correspondência pode também ser exercido por via electrónica; - Disponibilização de boletins para exercício do direito de voto por correspondência (no "website", por entrega pessoal ou envio postal, pelo GRI ou a solicitação de accionista); - Voto por representação admitido sem quaisquer restrições, sendo o seu exercício facilitado pela colaboração que o GRI presta a todos os accionistas interessados, designadamente fornecimento de modelos de cartas de representação. - Pagamento das despesas bancárias com a emissão das declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas na Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2005;
III - Regras Societárias	
3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Adopção de um sistema desenvolvido, articulado e eficiente de controlo interno, com o objectivo de detectar e mitigar os riscos inerentes à actividade da sociedade.
4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Inexistência de cláusulas defensivas cujo efeito provoque uma erosão automática no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração (sem prejuízo de cláusulas usuais de alteração de controlo sem carácter defensivo, destinadas à protecção de contrapartes em termos conformes com as práticas internacionais).

IV - Órgão de Administração

5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.

- Orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis pelo órgão de administração;
- Distinção dos cargos de Presidente do Órgão de Administração e Presidente da Comissão Executiva;
- Separação e articulação das funções de controlo e supervisão relativamente à função de administração e gestão, através da existência de Administradores com funções executivas e não executivas.

6. O órgão de administração deve incluir pelo menos um membro que não esteja associado a grupos de interesses específicos, por forma a maximizar a prossecução dos interesses da sociedade.

- Composição do órgão de administração fundamentalmente por membros não associados a grupos de interesses específicos, incluindo, em especial, três Administradores independentes que integram a Comissão de Auditoria;
- Avaliação permanente pelo Conselho de Administração da independência dos Administradores.

7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.

- Existência de Comissão de Auditoria com funções nomeadamente de revisão e aperfeiçoamento de princípios e práticas contabilísticas e de auditoria da sociedade.

8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.

- Divulgação anual dos valores globais da remuneração atribuída aos membros do órgão de administração, discriminando quer as componentes fixa e variável, quer as remunerações dos Administradores executivos e não executivos e individualizando as relativas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão Executiva.

9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

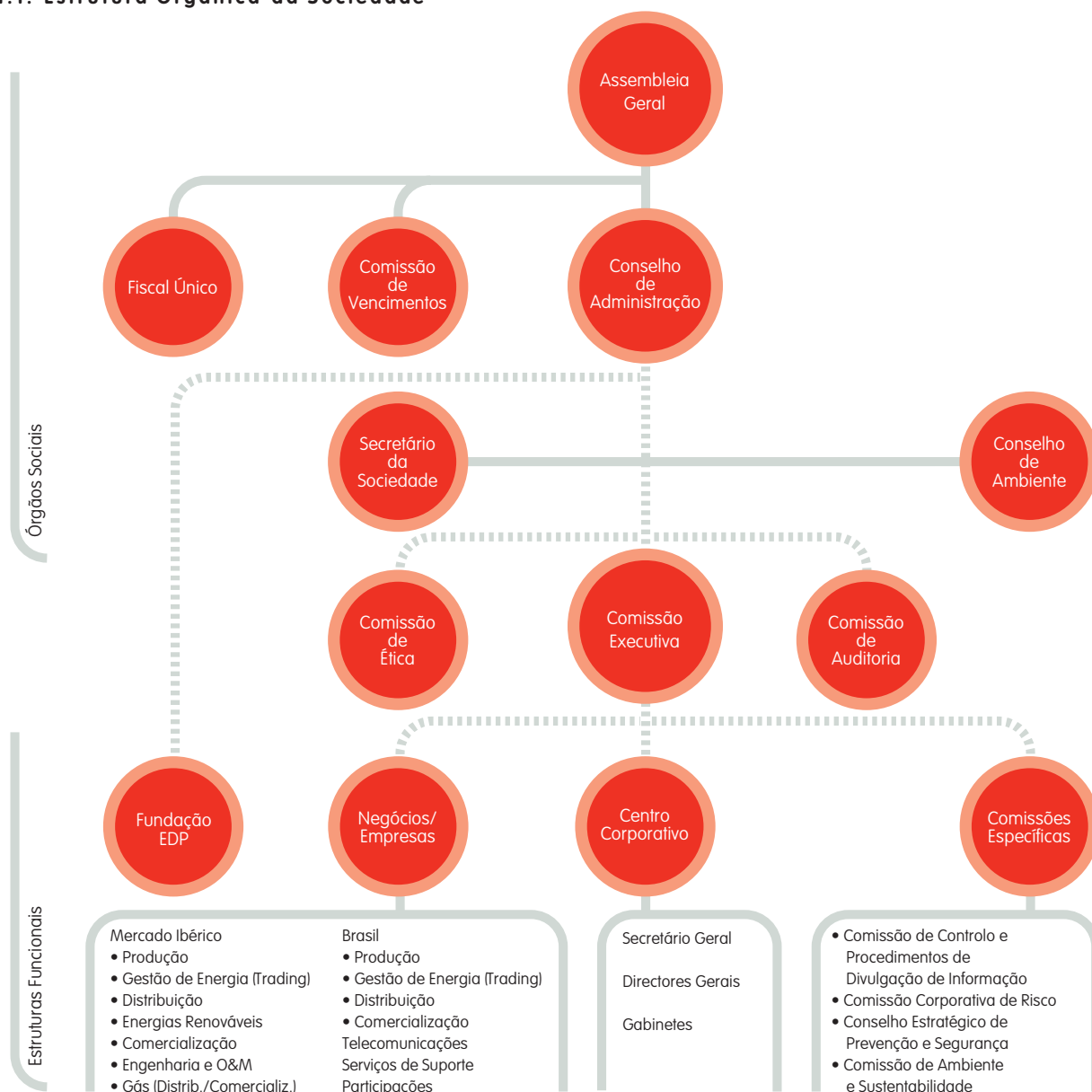
- Fixação das remunerações dos órgãos sociais por Comissão de Vencimentos eleita pelos accionistas, composta por membros independentes do órgão de administração.

10. A proposta submetida à Assembleia Geral relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e / ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e / ou a trabalhadores deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. O regulamento do plano, se já estiver disponível, deve acompanhar a proposta.

- Planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções aprovados pela Assembleia Geral nos termos recomendados.

1. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO

1.1. Estrutura Orgânica da Sociedade



1.2. Órgãos de Governo Corporativo

1.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão máximo da sociedade e tem, entre outras, as seguintes funções:

- Apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço,

as contas e o parecer do órgão de fiscalização e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;

- Eleger a mesa da Assembleia Geral, os administradores e os membros do órgão de fiscalização e do Conselho de Ambiente;

- Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos, incluindo aumentos de capital;
- Nomear uma comissão de vencimentos, composta por accionistas, com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais.

Mesa da Assembleia Geral

A mesa da assembleia é constituída por um presidente e um vice-presidente, eleitos pela assembleia, e pelo secretário da sociedade.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Archer Galvão Teles
Vice-Presidente	António Campos Pires Caiado
Secretário da Sociedade	António Manuel Barreto Pita de Abreu

1.2.2. Comissão de Vencimentos

À Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, compete fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. (ver 1.9.)

1.2.3. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da EDP, cujo mandato foi definido na Assembleia Geral de 22 de Maio de 2003 para o triénio 2003-2005, é composto por 15 membros, dos quais 5 são independentes, e é o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e no Contrato de Sociedade.

Conselho de Administração

Presidente	Francisco de la Fuente Sánchez
Comissão Executiva	João Luís Ramalho de Carvalho Talone (Presidente) Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado Jorge Manuel Oliveira Godinho Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Comissão de Auditoria	José Manuel Trindade Neves Adelino Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho António Afonso de Pinto Galvão Lucas
Administradores Não Executivos	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira José Alfredo Parreira Holtzman Roquette José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral José Pedro da Silva Sucena Paiva Manuel Menéndez Menéndez Paulo de Azevedo Pereira da Silva

A composição do Conselho de Administração foi modificada por cooptações efectuadas em 29 de Abril e 30 de Novembro de 2004 e 31 de Janeiro e 25 de Outubro de 2005, para substituição de Administradores que entretanto cessaram funções.

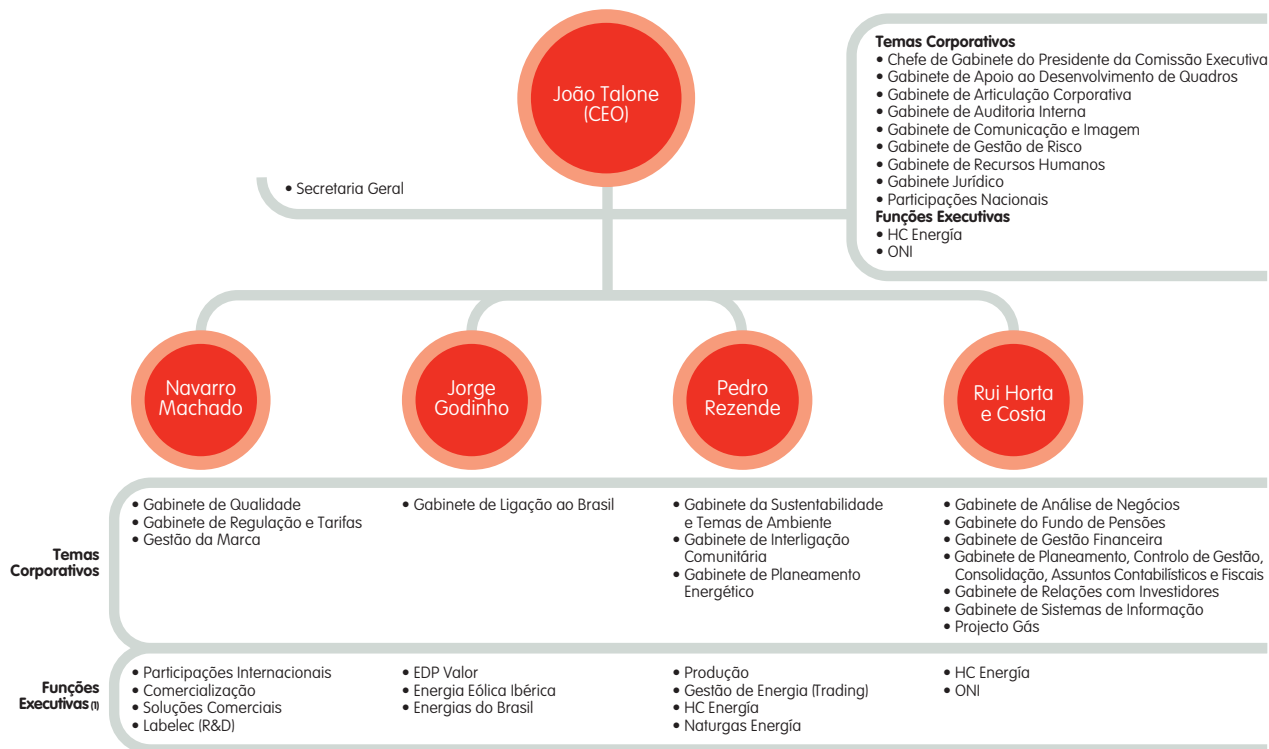
Na Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2005, e na sequência da operação de aumento de capital realizada em finais de 2004, o Conselho de Administração foi ampliado de 13 para 15 membros mediante a eleição de dois Administradores que não desempenham funções executivas.

1.2.3.1. Comissão Executiva do Conselho de Administração

O Conselho de Administração procedeu à delegação de competências para a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, composta por cinco membros.

A Comissão Executiva está organizada de acordo com as seguintes funções:

COMISSÃO EXECUTIVA



(1) Em maior detalhe no capítulo 4.7. deste caderno

Nota: A Área de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável está adstrita ao Presidente do Conselho de Administração

1.2.3.2. Comissão de Auditoria do Conselho de Administração

A Comissão de Auditoria da EDP constitui uma comissão específica do Conselho de Administração composta por três Administradores independentes, que não integram a Comissão Executiva.

Os actuais membros desta comissão são:

Comissão de Auditoria	
Presidente	José Manuel Trindade Neves Adelino
	Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho
	António Afonso de Pinto Galvão Lucas

1.2.3.3. Qualidade de Independência dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da EDP é composto por 15 elementos, dos quais 5 têm a qualidade de "independente", de acordo com os critérios definidos nos Regulamentos Internos do Órgão de Administração da EDP.

De notar que, de acordo com os Regulamentos da CMVM, dos 10 elementos do Conselho de Administração da EDP sem funções executivas, todos cumprem os requisitos de independência, à excepção do Presidente do Conselho de Administração da EDP, Engº Francisco de la Fuente Sánchez, uma vez que tem vínculo laboral com a EDP Distribuição, empresa do Grupo EDP.

Conselho de Administração
Comissão Executiva
Comissão de Auditoria
Qualidade de Independência

Francisco de la Fuente Sánchez Presidente C.A.

João Luís Ramalho de Carvalho Talone Presidente C.E.
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado Vogal
Jorge Manuel Oliveira Godinho Vogal
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende Vogal
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Vogal

José Manuel Trindade Neves Adelino Presidente C.Aud. Independente
Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho Vogal Independente
António Afonso de Pinto Galvão Lucas Vogal Independente

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette Independente
José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
José Pedro da Silva Sucena Paiva Independente
Manuel Menéndez Menéndez
Paulo de Azevedo Pereira da Silva

1.2.4. Conselho de Ambiente

O Conselho de Ambiente é um dos mais antigos órgãos na dependência do Conselho de Administração da EDP, com previsão estatutária expressa desde 1991.

Encontram-se atribuídas ao Conselho de Ambiente determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração em matéria ambiental, incluindo a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente é composto por cinco personalidades de reconhecida competência na área da defesa do ambiente, eleitas pela Assembleia Geral:

Conselho de Ambiente
Coordenador Eduardo Oliveira Fernandes

Carlos Alberto Pimenta
Gonçalo Ribeiro Teles
Maria Teresa Andresen
Álvaro José Patrício Costa

1.2.5. Fiscal Único

O órgão de fiscalização da Sociedade é eleito pela Assembleia Geral, incluindo obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas.

Ao Fiscal Único compete especialmente:

- Examinar, sempre que o julgue conveniente, e pelo menos uma vez por mês, a escrituração da sociedade;
- Solicitar ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste órgão e assistir às reuniões do mesmo sempre que o entenda conveniente;
- Pedir a convocação extraordinária da Assembleia Geral sempre que o entenda conveniente.

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo KPMG & Associados, SROC, S.A.,
representada por Jean-éric Gaign, ROC
Fiscal Único Suplente Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

1.2.6. Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade e o Suplente são designados pelo Conselho de Administração, cessando as suas funções com o termo das funções do Conselho de Administração que o designou.

Secretário da Sociedade

Secretário efectivo
Secretário suplente

António Manuel Barreto Pita de Abreu
António José Marrachinho Soares

1.2.7. Estrutura Funcional da EDP

A EDP tem as suas actividades estruturadas em grupo empresarial de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pela Comissão Executiva, a qual define o modelo organizativo do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Unidade de Serviços Partilhados – EDP Valor – e a estrutura central que funciona junto da Comissão Executiva, constituída por um corpo de Directores Gerais, por um Secretário Geral e por um Centro Corporativo, organizado em Gabinetes e Áreas de Coordenação.

1.2.7.1. Centro Corporativo

Após a reorganização em 2004 do Centro Corporativo foram redefinidas as suas áreas prioritárias de actuação, tendo ficado com

competências ao nível dos serviços essenciais e de valor acrescentado, e sido reforçado o seu papel de pólo definidor da estratégia que é implementada pelas unidades de negócio.

Já no início de 2005, foi introduzido um novo reajuste por forma a dar uma melhor resposta à identidade mais marcadamente ibérica que a EDP assumiu após a aquisição do controlo da HidroCantábrico e, em simultâneo, para adaptar-se às definições resultantes da Directiva Comunitária sobre o Mercado de Electricidade.

No final de 2005 e no âmbito da reestruturação da área de produção de electricidade do Grupo, foram transferidas para o Centro Corporativo as actividades de comercialização grossista de energia eléctrica e de aquisição de combustíveis para a produção de electricidade, antes sedeadas na EDP Produção, que por força da referida reestruturação, foi extinta. Aquelas actividades, anteriormente englobadas na Direcção de "Trading" daquela empresa, passaram a estar atribuídas a uma Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE).

A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

Directores Gerais • Gabinetes Corporativos

Directores Gerais

António Manuel Barreto Pita de Abreu
António Manuel Vaz Pacheco de Castro
António Martins da Costa
João Manuel Manso Neto
Joaquim Armando Ferreira Silva Filipe
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
Manuel Luis Norton Brandão
Vasco Manuel de Castro Coucello

Secretário Geral

António Manuel Barreto Pita de Abreu

Gabinetes e Departamentos

Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Executiva
Gabinete de Análise de Negócios
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros
Gabinete de Articulação Corporativa
Gabinete de Auditoria Interna
Gabinete de Comunicação e Imagem Corporativa
Gabinete de Fundo de Pensões
Gabinete de Gestão Financeira
Gabinete de Gestão de Risco
Gabinete de Interligação Comunitária
Gabinete Jurídico
Gabinete de Ligação ao Brasil
Gabinete de Planeam., Controlo Gestão, Consolid., Assuntos Contab. e Fiscais
Gabinete de Planeamento Energético
Gabinete da Qualidade
Gabinete de Recursos Humanos
Gabinete de Regulação e Tarifas
Gabinete de Relações com Investidores
Gabinete de Sistemas de Informação
Gabinete de Sustentabilidade e Temas de Ambiente
Projecto Gás

Bernardo Sá Nogueira Dantas Cunha
Miguel Stilwell de Andrade
Maria Adília Pina Pereira
Rui Maria Ribeiro Ferin Cunha
Vitor Manuel Silva Leitão
Salvador Carlos Cruz Peres
Luis Manuel da Costa Veloso
Magda Abdool Magid Vakil
António Maria Ramos da Silva Vidigal
António Manuel Vaz Pacheco de Castro
António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho
Joaquim Pedro de Macedo Santos
Miguel Ribeiro Ferreira
António José Silva Coutinho
Paula Pinto da Fonseca
Eugénio André da Purificação Carvalho
Maria Joana Mano Pinto Simões
Pedro Manuel Carreto Pires João
Luis Pedro Ferraz Flores
António Manuel Neves de Carvalho
José Manuel Ferrari Bigares Careto

Os **Directores Gerais** desempenham funções de "chefes de missão" aos quais a Comissão Executiva adjudica projectos específicos de nível corporativo. Adicionalmente, enquanto órgão consultivo, fazem o aconselhamento da Comissão Executiva, reunindo com esta de dois em dois meses para discutir a evolução dos objectivos estratégicos do Grupo.

O **Secretário Geral** tem competências delegadas para a representação externa do Grupo e para a prática de actos de gestão corrente em matéria de carácter administrativo. Coordena também a Secretaria Geral na sua função de suporte às actividades dos Órgãos Sociais e do relacionamento da EDP com as empresas participadas.

As competências e funções dos Gabinetes actualmente existentes são as seguintes:

O Presidente da Comissão Executiva e os restantes membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração são assessorados pelo **Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Executiva**, que além de secretariar as reuniões semanais da Comissão Executiva, lidera e acompanha projectos de relevância estratégica e financeira e representa a EDP junto de entidades externas.

O **Gabinete de Análise de Negócios (GAN)** tem como missão optimizar o portfolio de negócios do Grupo, através de uma análise crítica à luz do desenvolvimento estratégico delineado pelo Conselho de Administração. As principais áreas de actuação respeitam à avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de compra e venda de activos e de participações sociais, negociação de

acordos de parceria, bem como apoio ao Conselho de Administração na tomada de decisões relativas a investimentos e desinvestimentos estratégicos.

O **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros (GDQ)** foi constituído em 2005 com a missão de apoiar o desenvolvimento dos “Quadros-Chave” do Grupo EDP, contribuindo para a optimização do seu capital humano, potenciando as competências técnicas e comportamentais individuais dos seus quadros e colaborar no desenvolvimento organizacional do Grupo, actuando ao nível do planeamento das carreiras e da criação de condições/predisposições para a respectiva mobilidade funcional e geográfica.

O **Gabinete de Articulação Corporativa (GAC)** foi criado em 2005 com o objectivo de apoiar e garantir o bom funcionamento da nova estrutura matricial internacional, assegurando o adequado desempenho dos Comitês de Gestão e a respectiva articulação com os órgãos sociais das empresas por eles abrangidas, garantindo, nomeadamente, que as decisões tomadas sejam formalizadas e executadas em sede própria.

O **Gabinete de Auditoria Interna (GAI)** tem como principal função o apoio à gestão na concepção, implementação e monitorização de um Sistema de Controlo Interno adequado à prossecução dos objectivos de eficácia e eficiência operacionais estabelecidos, através da realização de auditorias de avaliação estrutural do controlo interno e de verificação do funcionamento efectivo e da eficácia dos controlos instituídos, fornecendo à gestão uma garantia razoável quanto à capacidade daqueles para prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de não conformidades operativas e erros ou omissões materialmente relevantes na informação utilizada para medir o grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos e gerir a organização, articulando a sua actuação com Auditores Externos e Revisores Oficiais de Contas.

O **Gabinete de Comunicação e Imagem Corporativa (GCI)** tem como áreas de actuação a gestão dos contactos com os órgãos de comunicação social, a publicidade e gestão de meios, a comunicação interna e organizacional, os media corporativos (sítio, intranet e revistas internas) e as relações institucionais. O GCI centraliza todas as áreas de comunicação do Grupo EDP, incluindo a Energias do Brasil.

O **Gabinete do Fundo de Pensões (GFP)** tem como principais competências dotar o Fundo de Pensões do Grupo EDP de uma gestão dedicada e especializada e assegurar uma gestão integrada de activos e passivos, de modo a minimizar o risco de financiamento do Balanço do Fundo de Pensões.

O **Gabinete de Gestão Financeira (GFN)** é responsável pela apresentação de propostas de definição da política de gestão financeira do Grupo, pela observação do respectivo cumprimento e pelo controlo das suas responsabilidades financeiras. As funções do GFN incluem a gestão da carteira de dívida da EDP, S.A. e da EDP Finance BV, a gestão de risco de taxa de juro e divisa associada e a gestão centralizada da Tesouraria das empresas do Grupo que actuam no sector eléctrico nacional ou que são detidas em 100%, directa ou indirectamente, pela EDP e a negociação e contratação de financiamento e linhas de crédito. Em paralelo, acompanha as áreas financeiras das empresas participadas. O GFN é ainda o principal interlocutor com os mercados de dívida e bancários e com as agências de “rating”.

É missão do **Gabinete de Gestão de Risco (GGR)** assegurar o cumprimento das políticas e limites aprovados pela Comissão Executiva em termos de Risco, promover investigações e análises nesta matéria, definir os conceitos, métodos, medidas e “key risk indicators” do Grupo, desenvolver métodos e modelos para análise e controlo de riscos, desenvolver e apoiar projectos e iniciativas visando a gestão de riscos significativos específicos e a implementação de uma prática efectiva de

Gestão Empresarial do Risco no Grupo e definir os mecanismos de “reporting” e de monitorização de riscos para apresentação à Comissão de Risco para aprovação.

O **Gabinete de Interligação Comunitária (GIC)** tem como funções a assessoria da Comissão Executiva da EDP no âmbito do relacionamento com as entidades, nacionais e internacionais, cuja actuação tenha impacto significativo sobre os negócios da EDP e a representação do Grupo EDP junto das instituições da União Europeia.

O **Gabinete Jurídico (GJR)** presta assessoria jurídica directa ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, bem como aos gabinetes e às diversas empresas do Grupo que a solicitem. Acompanha e divulga a evolução legislativa de interesse para os negócios sociais, com especial relevo no que respeita ao sector eléctrico. Colabora na elaboração de estudos e pareceres jurídicos da EURELECTRIC. Desempenha actividade de contencioso, patrocinando a EDP e outras empresas do Grupo em acções judiciais, de natureza civil, administrativa e fiscal.

O **Gabinete de Ligação ao Brasil (GLB)** foi criado em 2003, considerando a relevância dos investimentos efectuados no sector eléctrico brasileiro pela EDP. Num período de grandes transformações societárias no Brasil, tem-se revelado de acrescida importância a existência de um Gabinete na EDP com uma visão integrada das áreas mais relevantes e críticas dos negócios neste país. O GLB acompanha e monitoriza a evolução das operações no Brasil, nas suas diferentes vertentes, nomeadamente estratégica, financeira, operacional e jurídico-organizativa, reforçando também a interacção entre a EDP e as suas participadas no Brasil.

O **Gabinete de Planeamento, Controlo de Gestão, Consolidação, Assuntos Contabilísticos e Fiscais (GCO)** está organizado em quatro áreas de actuação: (i) a área de Consolidação e Controlo Corporativo, que tem como principal função a consolidação

e reporte contabilístico, (ii) a área de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, responsável pelo planeamento corporativo e orçamento do Grupo, controlo de gestão, controlo orçamental, reporte financeiro, elaboração de “balanced scorecards” e revisão dos processos e sistemas de orçamentação, (iii) a área de Normalização Contabilística Corporativa (nacional, internacional e ambiental) e (iv) a área de Fiscalidade do Grupo.

O **Gabinete de Planeamento Energético (GPE)** tem como missão apoiar o Grupo com uma visão integrada de todo o “portfolio” e do seu posicionamento presente e futuro no mercado ibérico, perspectivando necessidades e opções de “sourcing” de energia. Neste sentido, o GPE constitui-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

A missão do **Gabinete da Qualidade (GQ)** consiste em colaborar com as unidades de negócio do Grupo de forma a aumentar a sua rentabilidade, competitividade e quota de mercado nos casos aplicáveis. Para tal, reúne, selecciona e analisa informação relevante para apoiar a tomada de decisões, possibilitar uma melhor condução dos processos de aperfeiçoamento interno e facilitar a concretização de objectivos. Para atingir estes objectivos (i) utiliza como principal metodologia de suporte a elaboração de estudos de mercado, junto dos Clientes externos, Clientes internos e colaboradores do Grupo, (ii) identifica novas oportunidades de negócio, (iii) assegura acções de formação na área da qualidade e (iv) actua como um consultor interno.

O **Gabinete de Recursos Humanos (GRH)** tem por finalidade apoiar o desenvolvimento da organização e das pessoas através da elaboração de políticas e estratégias alinhadas com os objectivos e valores do Grupo. Tem como principais responsabilidades

(i) a concepção e desenvolvimento de estratégias, políticas e procedimentos de RH e Prevenção e Segurança no Trabalho, (ii) negociações com parceiros sociais, (iii) o controlo da execução da política de RH, (iv) o desenvolvimento de instrumentos de Gestão das Pessoas, (v) a implementação das políticas de apoio social aos trabalhadores e reformados, (vi) o desenvolvimento de uma cultura de segurança e (vii) a adequação dos sistemas corporativos de RH à regulamentação e legislação aplicáveis e às necessidades de desenvolvimento organizativo.

O **Gabinete de Regulação e Tarifas (GRT)** tem como missão apoiar a Comissão Executiva na tomada de decisões no âmbito da regulação e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector energético. O GRT acompanha o desenvolvimento e a implementação das novas Directivas Europeias da Electricidade e do Gás Natural e estuda os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. A liberalização dos sectores energéticos e a regulação dos “monopólios naturais”, consubstanciam-se através de alterações profundas ao nível legislativo, regulamentar e organizativo, cujas implicações na rentabilidade das empresas importa estudar, obrigando ao desenvolvimento de modelos económico financeiros e de estudos tarifários.

Gabinete de Relações com Investidores (GRI) (ver 1.8.2.)

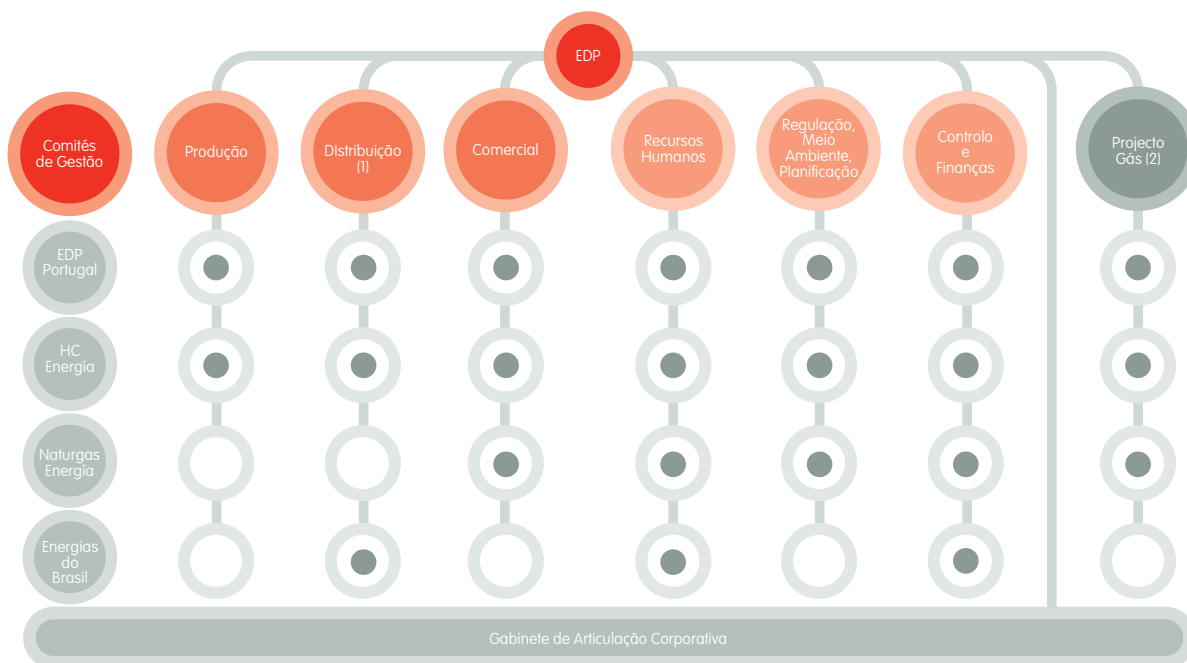
Ao **Gabinete de Sistemas de Informação (GSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com os objectivos de negócio e com a evolução da tecnologia, apoiar o Conselho de Administração na definição dos objectivos, políticas e normas na área dos Sistemas e das Tecnologias de Informação e a contratação global de bens e serviços. O GSI tem ainda por missão auxiliar a Comissão Executiva na definição da estratégia de Sistemas e Tecnologias de Informação do Grupo e estabelecer o Plano Director de Sistemas,

definir o modelo de arquitectura de sistemas e tecnologia, promover a segurança informática e efectuar o planeamento, orçamento e controlo de gestão dos sistemas e tecnologias de informação.

As principais competências do **Gabinete de Sustentabilidade e Temas de Ambiente (GSA)** consistem em (i) assessorar o Conselho de Administração em matéria de Ambiente e Sustentabilidade, nomeadamente na definição de políticas e estratégias de actuação corporativa e na definição e supervisão de metas e objectivos, bem como no relacionamento com o Conselho de Ambiente (ii) reportar a actividade desenvolvida pela empresa em matéria de Ambiente, (iii) assegurar a coordenação das actividades de ordem estratégica, em matérias de índole ambiental, no Centro Corporativo e garantir que a actuação operacional no Grupo se faz em coerência com as orientações do Conselho de Administração e (iv) acompanhar o desenvolvimento das questões ambientais de maior importância para os negócios e propor a adopção de estratégias globais de actuação da empresa.

O **Projecto Gás (PNG)** é responsável pela expansão da EDP para o negócio do gás natural. As suas funções incluem a coordenação das actividades necessárias à entrada no mercado do gás e ao desenvolvimento do negócio que lhe está associado, na perspectiva da maximização das sinergias entre o gás e a electricidade.

No início de 2005, e considerando a necessidade de adoptar um modelo de gestão que consubstanciasse o carácter de Grupo Empresarial Ibérico assumido pela EDP na sequência do reforço de participação na HidroCantábrico, a Comissão Executiva decidiu atribuir ao Centro Corporativo as funções de Centro Corporativo Ibérico e aprovar uma estrutura matricial de gestão e de reporte, de âmbito ibérico, abrangendo em certas áreas o Brasil, constituída por comités de gestão, conforme o esquema a seguir apresentado.



(1) Distribuição de Electricidade (2) Poderá eventualmente ser transformado em Comité mais tarde.

1.2.7.2. Fundação EDP

Em 2004, a EDP instituiu a Fundação EDP, vocacionada para a actividade mecenática, para a intervenção do Grupo EDP na área da cidadania social e cultural e para assegurar a gestão do Museu de Electricidade.

Em 2005, a Fundação EDP concluiu as obras de recuperação e remodelação do edifício da ex-Central Tejo e promoveu a actualização do projecto museológico do Museu da Electricidade com vista à sua reabertura ao público no início de 2006, bem como da revitalização do seu serviço educativo.

O Conselho de Administração da Fundação EDP tem a seguinte composição:

Fundação EDP	
Presidente	Francisco de la Fuente Sánchez
	João Luís Ramalho de Carvalho Talone
	Fernando Ivo Gonçalves
	Humberto da Costa Biu
	José Luis dos Santos Pires (Administrador Delegado)

1.2.7.3. Comissões e Comités específicos

Tem-se, progressivamente, gerado consenso internacional sobre a importância – no plano da eficiência de controlo, acréscimo de valor

para os accionistas e responsabilidade social corporativa – da instituição de estruturas internas especializadas, no seio das quais se agilize a prossecução de objectivos sociais específicos, em cuja estruturação, porém, se deve ter em conta a protecção face a objectivos reais divergentes e, bem assim, um princípio de equilibrada concentração que, sem cair em diluição de competências, possa efectivamente minimizar os custos de controlo e supervisão.

Por outro lado, tem sido também salientado o princípio do ajustamento das comissões internas às características de cada contexto nacional, sublinhando, por exemplo, as recentes linhas gerais definidas na Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005 (que os Estados-Membros da União Europeia são convidados a promover até 30 de Junho de 2006) que as comissões internas têm um papel relevante sobretudo nos domínios em que a probabilidade de conflitos de interesses a nível da gestão é mais elevada, permitindo, designadamente, a prossecução de uma supervisão eficaz da gestão ou uma mais adequada preparação das decisões a tomar pelo próprio Conselho de Administração, com a finalidade de melhorar o governo das sociedades cotadas.

Estes princípios e orientações que são agora recomendados pela Comissão Europeia, na esteira da experiência internacional, em especial, nos Estados Unidos da América, têm estado presentes na reflexão levada a cabo pela EDP e na decisão ponderada sobre a instituição de comissões internas específicas.

Com efeito, enquanto sociedade com valores mobiliários admitidos à negociação na NYSE, a EDP encontra-se sujeita não só às regras jurídicas nacionais e comunitárias aplicáveis, mas igualmente a determinada legislação e regulamentação norte-americana de valores mobiliários, incluindo o "Sarbanes Oxley Act" de Julho de 2002 e à regulamentação de execução aprovada pela Securities and Exchange Commission e pela própria NYSE.

As referidas legislação e regulamentação constituíram um guia essencial para algumas das alterações orgânicas ocorridas na EDP durante o presente mandato, destacando-se a criação, em 2003, de uma Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da EDP (ver 1.2.3.2.), com funções significativas no domínio da vigilância, da preparação da informação financeira e do funcionamento dos sistemas de controlo, bem como de uma Comissão de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação, cuja principal função consiste no controlo do processo interno de certificação de informação para o efeito de preparação das contas anuais.

Comissão de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação (CDI)

A CDI tem três funções primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e outros comunicados ao mercado; e

- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação.

Assim, esta comissão constitui-se como uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pelo Gabinete de Auditoria Interna em ligação estreita com a Comissão Executiva, e equipas das áreas de negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade.

A composição da CDI integra os directores dos gabinetes GRI, GAI, GJR, GCO, GFN, GRT, GRH, GSA e Secretaria Geral com intervenção na preparação de informação, bem como os responsáveis pelas principais áreas de negócio da empresa.

Comissão Corporativa de Risco

A Comissão Corporativa de Risco (CCR) é composta pelo PCE (presidente), Administrador com o pelouro financeiro, "Chief Risk Officer", Director do Gabinete Financeiro do Centro Corporativo e pelo responsável pela Unidade de Negócio de Gestão de Energia.

A CCR reúne trimestralmente, podendo participar membros não permanentes de acordo com a agenda, e extraordinariamente sempre que uma situação de risco inesperada o aconselhe. As suas funções são:

- Monitorizar os riscos significativos e o perfil de risco do Grupo EDP;
- Aprovar o modelo de relatórios periódicos a apresentar pelas áreas de negócio ou pelo GGR, bem como o de outros mecanismos de "reporting" e monitorização dos riscos da EDP;
- Aprovar ou definir recomendações sobre riscos significativos do Grupo e situações extraordinárias em termos de risco;

- Aprovar ou definir recomendações sobre políticas, procedimentos e limites de risco para o Grupo.

Conselho Estratégico de Prevenção e Segurança (CEPS/EDP)

O CEPS/EDP tem como principais competências:

- O apoio da Comissão Executiva na elaboração de propostas para a definição dos objectivos estratégicos do Grupo EDP em matéria de prevenção e segurança no trabalho, a avaliação do seu grau de aplicação e eficácia e o reporte do respectivo progresso;
- A análise crítica do Relatório Anual de Actividades e dar parecer sobre o Plano de Actividades de Prevenção e Segurança da EDP;
- O acompanhamento da evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e a elaboração de propostas de acções de melhoria;

Em 2005, foi criada a Comissão de Ambiente e Sustentabilidade, órgão na dependência directa da Comissão Executiva, constituído com o objectivo de elaborar e actualizar o Plano Estratégico de Sustentabilidade e Ambiente de médio/longo prazo do Grupo EDP e dos respectivos Planos Sectoriais de Actuação. Considerando as responsabilidades específicas em termos de Ambiente e Sustentabilidade, as reuniões da Comissão são acompanhadas pelo Presidente do Conselho de Administração, que assegura a articulação entre a mesma e o Conselho de Ambiente (ver 1.2.4.)

Simultaneamente, e com o objectivo de proceder ao acompanhamento operacional dos assuntos da competência da Comissão, foi constituído o Comité Operacional de Ambiente e Sustentabilidade.

1.3. Cumprimento do “Sarbanes - Oxley Act”

A lei “Sarbanes-Oxley”, publicada em Julho de 2002, obriga todas as empresas registadas na Securities and Exchange Commission (SEC) à certificação do respectivo relatório anual quanto à totalidade e exactidão da informação nele contida, bem como a divulgar publicamente o resultado da avaliação do controlo interno da informação financeira divulgada para o mercado.

Ciente dos benefícios que a adopção dos princípios e das práticas preconizadas nesta lei teriam na transparência das relações da empresa com o mercado, a EDP lançou um projecto com o objectivo de, em tempo oportuno, criar as condições que lhe permitam cumprir cabalmente os requisitos daquela.

Numa primeira fase, o projecto centrou-se no estabelecimento e implementação de procedimentos e controlos de divulgação da informação consistentes com o disposto na secção 302 da referida lei e orientados fundamentalmente para os produtos de reporte obrigatório para o mercado americano.

Numa segunda fase, abrangendo Portugal, Espanha e Brasil, centrou-se:

- Na compreensão, documentação e avaliação do desenho do controlo interno da informação financeira, em conformidade com o modelo de referência COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission);
- Na formalização dos procedimentos de gestão do controlo interno em conformidade com os requisitos da referida lei.

O objectivo destes trabalhos consiste essencialmente em:

- Monitorar, de modo mais eficaz, o funcionamento do controlo interno da informação financeira e,

consequentemente, actuar mais rapidamente no sentido de corrigir lacunas ou fragilidades potencialmente comprometedoras da qualidade da informação disponibilizada;

- Fundamentar, de modo mais objectivo, a avaliação do controlo interno da informação financeira a que, nos termos da lei Sarbanes-Oxley, a EDP está obrigada a partir do próximo ano.

1.4. Sistema de Gestão e Controlo de Riscos

As actividades desenvolvidas neste âmbito encontram-se descritas no capítulo "Temas Corporativos – Gestão do Risco".

1.5. EDP no Mercado de Capitais

As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997. Desde então foram admitidas mais acções à negociação na Euronext, na sequência de cinco fases posteriores de reprivatização:

Fases de Admissão à Negociação da EDP

Fase de Admissão	Data	% Capital em Bolsa
1ª Fase Reprivatização / IPO	16-Jun-97	30%
2ª Fase Reprivatização	26-Mai-98	32%
3ª Fase Reprivatização	28-Jun-98	47%
4ª Fase Reprivatização	23-Out-00	69%
5ª Fase Reprivatização / Aumento de Capital	07-Dez-04	80%
6ª Fase Reprivatização	27-Dez-05	85%

Desde 27 de Dezembro de 2005, na sequência da 6ª fase de reprivatização, a EDP tem 3.096.222.980 acções ordinárias admitidas à negociação na Euronext Lisbon, com o valor nominal de 1 euro, representativas de 85% do seu capital social. O "free float" em 31 de Dezembro de 2005 situava-se nos 63%.

Para além da Euronext Lisbon, a EDP tem valores mobiliários representativos do seu capital social igualmente admitidos na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE), sob a forma de "American Depositary Shares" (ADS's).

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Acções	
Capital Social	€ 3.656.537.715
Valor Nominal das Acções	€ 1,00
N.º de Acções	3.656.537.715
Data de entrada em bolsa	16 Junho 1997

Euronext Lisbon	Acções
Reuters	EDP.LS
Bloomberg	EDP.PL
ISIN	PTEDP0AM0009

New York Stock Exchange	ADS's
Reuters	EDP.N
Bloomberg	EDP.US
ISIN	US2683531097

Adicionalmente, as acções EDP constituem activo subjacente a contratos de futuros transaccionados na praça de Lisboa.

Encontram-se ainda admitidos à negociação seis empréstimos obrigacionistas da EDP:

Data						Montante	
Obrigações	ISIN Code	Emissão	Maturidade	Cupão	Bolsa	Emissão	Outstanding (2)
22ª Emissão	PTEDPROE0003	30-05-1996	02-06-2006	Semestral Euribor 6m - 10,0bp	Euronext Lisbon	249.398.949	6.582.594
23ª Emissão	PTEDPSOE0002	20-12-1996	20-12-2011	Semestral Euribor 6m - 12,5bp	Euronext Lisbon	149.639.360	10.331.743
25ª Emissão	PTEDPKOE0000	23-11-1998	23-11-2008	Semestral Euribor 6m + 22,5bp	Euronext Lisbon	299.278.738	299.278.738
26ª Emissão	PTEDPAOE0002	26-03-2003	26-03-2013	Semestral Euribor 6m + 50,0bp	Não listada	150.000.000	150.000.000
1ª Emissão EMTN (1)	XS0103383286	29-10-1999	29-10-2009	Anual Taxa fixa EUR 6,400%	Londres, Suíça, Euronext Paris	1.000.000.000	1.000.000.000
2ª Emissão EMTN (1)	XS0126990778	28-03-2001	28-03-2011	Anual Taxa fixa EUR 5,875%	Londres, Frankfurt	1.000.000.000	747.352.000

(1) EMTN - Euro Medium Term Notes (2) Outstanding - Valor em Dívida em 31-Dez-2005

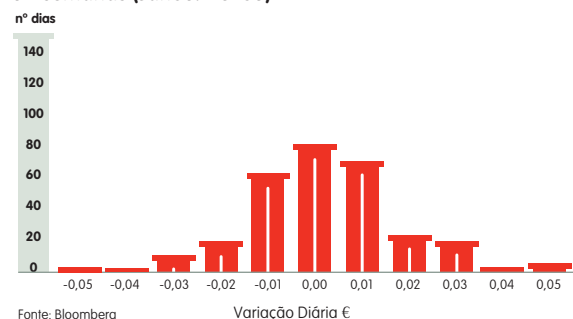
A EDP está entre as empresas portuguesas com maior peso relativo no índice da Euronext Lisbon, o PSI20, na ordem dos 20%, sendo igualmente uma das seis empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100 com um peso na ordem dos 0,54%. A acção EDP constitui também, uma referência em vários índices europeus, tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de "Utilities".

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2005, as acções EDP valorizaram 16,6%, tendo passado dos 2,23 euros para os 2,60 euros. Durante a primeira metade de 2005 a cotação das acções EDP registou uma evolução negativa, em divergência tanto face ao PSI20 como ao Índice Dow Jones Eurostoxx Utilities, contra o qual chegou a apresentar uma diferença de valorização de 21%. Já durante o segundo semestre, esta tendência de evolução inverteu-se, tendo o ano fechado com a EDP a ganhar 3,2% ao PSI20 e a reduzir a diferença de valorização face ao Índice Dow Jones Eurostoxx Utilities para 9,1%.

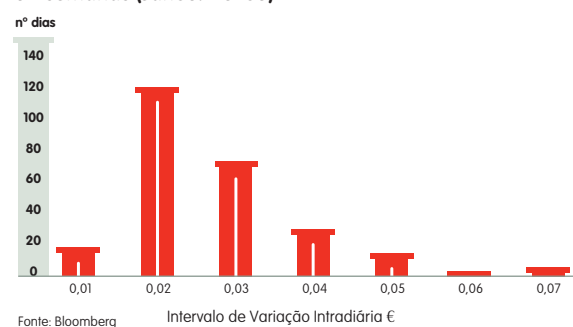
A acção EDP é actualmente um dos títulos com maior liquidez do mercado nacional. O valor de mercado do Grupo EDP, calculado com base na sua capitalização bolsista a 30 de Dezembro de 2005, ascendia a 9.507 milhões de euros, o equivalente a 7,2% da capitalização total de acções da Euronext Lisbon que, no final de 2005, ascendia a 132.947 milhões de euros. Durante o exercício de 2005, foram transaccionadas neste mercado de cotações oficiais cerca de 2.505 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 9,7 milhões de acções, a um preço médio de 2,25 euros e a cerca de 85% do total de acções EDP admitidas à negociação neste mercado. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 18% (5.639 milhões de euros) do volume global de acções transaccionado no mercado regulamentado lisboeta (31.411 milhões de euros).

Nos gráficos seguintes apresentam-se a variação diária e intradiária da acção EDP na Euronext Lisbon, bem como uma matriz de retorno vs. volatilidade, de onde se conclui a reduzida volatilidade do título, em linha com o índice sectorial das "utilities" (SX6P Dow Jones Eurostoxx Utilities). De referir que, no terceiro gráfico, as performances tanto da União Fenosa como da Endesa reflectem o facto de ambas terem sido alvos de ofertas públicas de aquisição durante 2005.

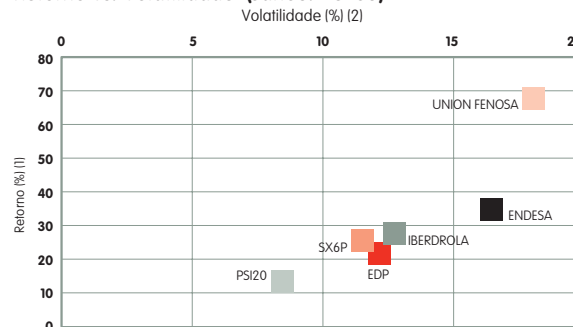
Histograma de Variação Diária
52 semanas (Jan05/Dez05)



Histograma de Variação Intradiária
52 semanas (Jan05/Dez05)



Retorno vs. Volatilidade (Jan05/Dez05)



(1) Retorno Anualizado = média das rendibilidades diárias $\times 250$

(2) Volatilidade Anualizada = desvio-padrão das rendibilidades diárias $\times \sqrt{250}$

Fonte: Bloomberg

1.5.1. Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP

O ano de 2005 foi caracterizado por uma performance muito positiva dos principais índices bolsistas, nomeadamente no sector das "utilities", que apresentou uma valorização de cerca de 26% no período. Tal ficou a dever-se a alguns sinais de recuperação económica, à melhoria da performance financeira das empresas e a alguns movimentos de concentração, através de operações de fusão e aquisição, como disso são exemplos as OPA's da Suez sobre a Electrabel, da ACS sobre a Unión Fenosa, da E.ON sobre a Scottish Power e da Gas Natural sobre a Endesa.

Durante este período, observaram-se ainda dois fenómenos com efeitos contrários na avaliação das "utilities": por um lado, continuou a registar-se um crescimento acentuado dos preços do petróleo, apenas invertido no último trimestre; por outro, a manutenção das taxas de juro a níveis mínimos históricos (2,00% desde Junho de 2003), tendo o Banco Central Europeu apenas subido em 25 b.p. a sua taxa de referência em Dezembro de 2005, para os 2,25%.

Brent Crude Index 2005

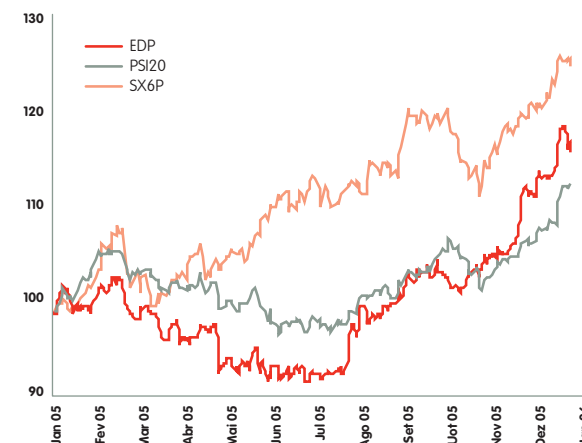
US\$/baril



Fonte: Bloomberg

O comportamento da acção EDP foi, no entanto distinto da tendência de alta das suas congéneres, tendo evoluído mais em linha com os índices bolsistas nacionais até meio do ano, e recuperado algum do intervalo de valorização que a separava do índice sectorial, durante o segundo semestre.

EDP vs PSI20 vs DJ Euro Stoxx Utilities



Fonte: Bloomberg

De salientar que os desenvolvimentos no processo de reestruturação do sector energético em Portugal, nomeadamente os relativos à projectada integração de activos de gás da Galp Energia na EDP, terão influenciado negativamente o comportamento da acção EDP no mercado de capitais durante o primeiro semestre de 2005.

Assim, a declaração de oposição à aquisição conjunta da GDP pela EDP e pela ENI, proferida em Dezembro de 2004 pela Comissão Europeia, mais tarde confirmada pelo Acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias de Setembro de 2005, veio culminar um período em que o comportamento da acção foi influenciado negativamente devido ao fluxo noticioso que antecipava esta deliberação e confirmação em sentido desfavorável.

No início de 2005, a EDP formalizou os contratos de cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) com a REN, na sequência da publicação em finais de 2004 do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro que atribui o direito a compensações pela cessação antecipada dos CAE's respeitantes aos centros electroprodutores vinculados do Sistema Eléctrico Público (SEP) português, bem como o modo e o momento do seu pagamento. Os efeitos dos contratos de cessação só se produzirão com a efectiva entrada em vigor do MIBEL.

No final do primeiro semestre de 2005, foi concluído o processo de reestruturação das actividades do Grupo no Brasil, através do qual se procedeu à migração dos accionistas minoritários da Escelsa, Enersul e Bandeirante para o capital social da Energias do Brasil.

Este processo, que antecedeu a Oferta Pública Inicial da Energias do Brasil na Bolsa de São Paulo em Julho, foi bem aceite pelo mercado de capitais. A própria Oferta Pública Inicial foi bem sucedida, tendo a procura excedido em 2,5 vezes o capital colocado. As ordens de subscrição tiveram origens nos Estados Unidos da América (cerca de 50%), no Brasil (cerca de 40%) e na Europa (cerca de 10%). O preço da oferta foi de 18 reais por acção, tendo nos dias seguintes à operação a cotação subido a um máximo de 26 reais por acção.

Durante o ano de 2005 a EDP foi muito activa na aquisição de empresas e projectos no sector das energias renováveis, nomeadamente eólica: acordou com a Tecneira a aquisição de 5 sociedades promotoras de projectos eólicos em Portugal, envolvendo uma carteira de projectos com uma potência instalada total de 120,7 MW, adquiriu, às sociedades EYRA e Vendaval, os parques eólicos em desenvolvimento de Ortiga (Leiria) e de Safra (Lousã), com uma capacidade total de 53,4 MW e comprou à Nuon France Holding três parques eólicos em desenvolvimento, com uma capacidade instalada total de 30 MW, localizados na zona da Bretanha, em França.

No final do ano, a EDP concretizou a maior operação de aquisição no sector das energias renováveis da Península Ibérica em 2005, através da compra da DESA (Nuon Espanha), uma empresa que actua no sector das energias renováveis no mercado espanhol e que detém uma carteira de projectos eólicos com uma potência total de 1.407 MW.

Estas operações representaram passos importantes na implementação do projecto de investimento divulgado pela EDP para a área

das energias renováveis, o que terá sido avaliado positivamente pelo mercado de capitais.

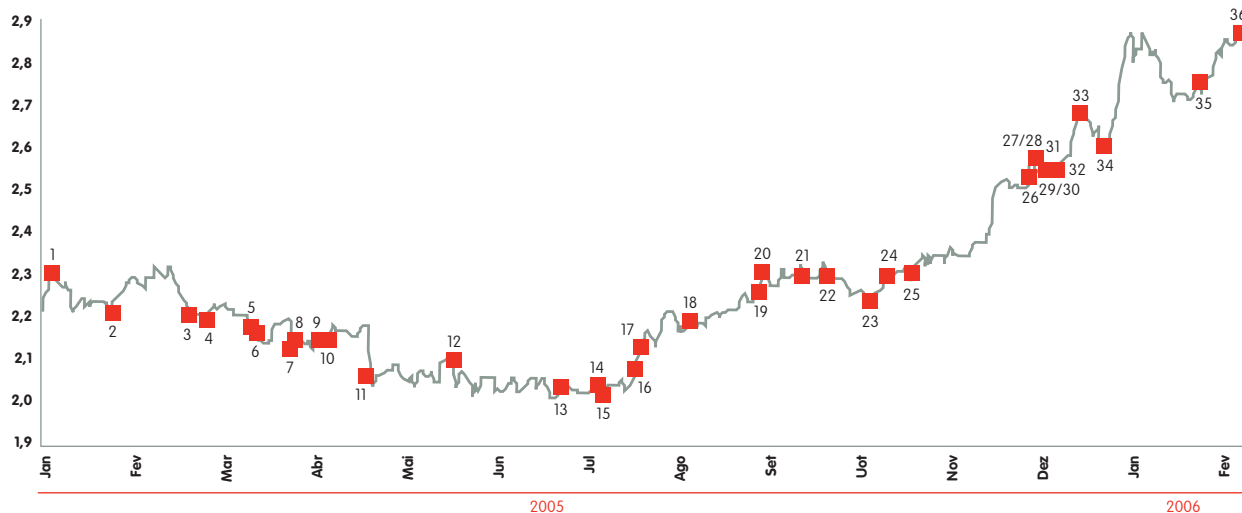
Em Outubro a EDP alienou 50% da EDP Bioelétrica à Celulose do Caima, no âmbito da realização de uma parceria entre as duas empresas, que tem como objectivo a promoção de uma maior eficiência na integração entre a fileira florestal produtora de biomassa e a produção de energia a partir deste recurso renovável, contribuindo assim para a melhoria do ordenamento da floresta, preocupação aguda e actual do País.

No início de Dezembro a EDP assinou um contrato de compra e venda com o Grupo Américo Amorim para a alienação do total da participação da EDP na Galp Energia por 720,5 milhões de euros. A decisão da venda decorreu da análise realizada pelo Conselho de Administração da EDP em relação às alternativas que se colocavam à empresa numa perspectiva de maximização do valor da mencionada participação social. Pesaram nessa deliberação a supra referida decisão de oposição da Comissão Europeia, confirmada pelo Acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, e a orientação estratégica para o sector energético, preconizada pelo actual Governo, quanto à existência de mais de um operador integrado relevante nos sectores da electricidade e do gás natural, em ambiente de concorrência em Portugal.

Ainda em Dezembro, a ERSE divulgou os parâmetros, preços e tarifas para o período 2006-2008, que foram percepcionados pelo mercado de capitais como positivo para a EDP.

O ano de 2005 foi ainda testemunha da alienação de alguns activos não estratégicos pela EDP, como disso são exemplo: i) a venda de 60% da Edinfor à Lógica CMG; ii) a venda de 3% da REE pela HidroCantábrico; iii) a transferência de 2,01% do Millennium BCP para o Fundo de Pensões da EDP e; iv) a venda, pela Oni, da Comunitel à Tele2.

Evolução da cotação da acção EDP e Principais Comunicações (2005 - 2006)



#	Data	Descrição
1	07 - Jan	Venda de 60% da Edinfor
2	27 - Jan	Assinatura CMEC's
3	24 - Fev	EDP interpõe recurso da decisão da CE sobre a compra da GDP
4	01 - Mar	Resultados 2004 da EDP
5	15 - Mar	Apresentação Contas IAS pro - forma 2004
6	16 - Mar	Exercício da opção de compra de 20% da Turbogás
7	31 - Mar	Assembleia Geral de Accionistas
8	01 - Abr	Venda de 3% da REE
9	08 - Abr	Reorganização societária da Energias do Brasil
10	11 - Abr	Ajustamento tarifário da Enersul
11	26 - Abr	"Ex-dividend" date
12	24 - Mai	Resultados 1º Trimestre 2005 da EDP
13	30 - Jun	EDP transfere 2,01% do BCP para Fundo de Pensões
14	13 - Jul	IPO da EDP - Energias do Brasil
15	14 - Jul	Venda da Comunitel
16	26 - Jul	Livro branco do sector eléctrico espanhol
17	28 - Jul	Resultados 1º Semestre de 2005 da EDP
18	12 - Ago	Ajustamento tarifário da Escelsa
19	05 - Set	Anúncio da OPA da Gas Natural sobre a Endesa
20	06 - Set	Reforço da participação accionista na Portugás e na Setgás
21	21 - Set	Acórdão do Tribunal CE considera improcedente recurso interposto pela EDP
22	29 - Set	Acordo com Tecneira para aquisição de 120,7 MW de projectos eólicos
23	13 - Out	Alienação de 50% na EDP Bioelétrica
24	19 - Out	Ajustamento tarifário da Bandeirante
25	27 - Out	Resultados 3º Trimestre de 2005 da EDP
26	06 - Dez	Aquisição de 53, 4 MW de projectos eólicos à EYRA e Vendaval
27	07 - Dez	Alienação de 14,268% na Galp Energia
28	07 - Dez	ERSE divulga parâmetros, tarifas e preços para o triénio 2006 - 2008
29	09 - Dez	Aquisição da Nuon Espanha
30	09 - Dez	6ª Fase de Reprivatização EDP - Obrigações permutáveis Parpública
31	13 - Dez	Aquisição de 1,11% da Tejo Energia à EDF
32	16 - Dez	Aquisição de 30 MW em França à Nuon France Holding SAS.
33	22 - Dez	DGGE aprova PIPs da EDP para desenvolvimento de projectos hidroeléctricos
34	02 - Jan	Comunicado do PCE da EDP - Eng.º João Talone
35	03 - Fev	Standard & Poors reafirma notação de crédito da EDP
36	16 - Fev	EDP Lajeado conclui negociação com a Eletrobrás relativamente às acções preferenciais

INDICADORES - MERCADO DE CAPITALIS

	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Acções da EDP na Euronext Lisbon (euros)									
Cotação de início			1,58	2,43	3,52	3,50	3,79	3,49	3,49
Cotação de fecho			2,09	1,59	2,44	3,52	3,47	3,75	3,48
Cotação máxima			2,14	2,50	3,64	4,22	4,36	4,99	4,04
Cotação mínima			1,38	1,47	2,29	3,10	2,82	3,40	2,64
Cotação da EDP ajustada ao Aumento de Capital (euros) (1)									
Cotação de início	2,22	2,01	1,52	2,33	3,38	3,36	3,64	3,35	3,35
Cotação de fecho	2,60	2,23	2,01	1,53	2,34	3,38	3,33	3,60	3,34
Cotação máxima	2,68	2,42	2,06	2,40	3,50	4,05	4,19	4,79	3,88
Cotação mínima	2,04	1,93	1,33	1,41	2,20	2,98	2,71	3,26	2,54
ADRs da EDP na NYSE (dólares norte americanos)									
Cotação de início	30,03	26,59	16,79	22,19	33,50	34,75	45,50	38,38	25,84
Cotação de fecho	30,87	30,23	26,37	16,80	21,80	33,88	34,88	44,56	38,75
Cotação máxima	31,67	31,15	26,50	22,19	34,31	39,50	50,04	54,50	39,63
Cotação mínima	24,60	25,15	15,10	14,56	20,90	25,81	29,00	38,38	25,84
Variação da cotação e de índices de referência									
Acções EDP (1)	17%	11%	31%	-35%	-31%	2%	-8%	8%	12%
ADRs EDP	2%	15%	57%	-23%	-36%	-3%	-22%	15%	12%
PSI20	13%	13%	16%	-26%	-25%	-13%	9%	25%	20%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	26%	25%	10%	-27%	-11%	7%	-5%	32%	19%
Euronext 100	23%	8%	13%	-33%	-20%	-	-	-	-
Liquidez das acções da EDP nos mercados									
Volume na Euronext Lisboa (M. euros)	5.639,4	5.470,9	2.800,2	2.489,5	3.475,5	4.535,4	3.450,1	4.364,0	2.226,1
Volume médio diário (M. euros)	21,9	21,1	11,0	10,1	14,1	18,4	13,9	17,6	16,4
Volume na NYSE (M. dólares)	222,6	124,3	40,8	43,1	33,2	73,2	55,4	179,4	301,5
Volume médio diário (M. dólares)	0,9	0,5	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,8	2,2
Número de Acções Transaccionadas (M.) (2)	2.505,2	2.477,2	1.587,5	1.294,2	1.228,9	1.308,4	1.024,2	1.078,0	726,7
Número de ADRs Transaccionados (M.)	7,9	4,3	2,0	2,3	1,3	2,5	1,5	3,9	8,5
Número Total de Acções Emitidas (no final do ano) (M.)	3.656,5	3.656,5	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Acções privatizadas (no final do ano) (M.)	3.096,2	2.936,2	2.099,1	2.099,1	2.099,1	2.099,1	1.499,1	1.499,1	899,8
% do Capital já privatizado	85%	80%	70%	70%	70%	70%	50%	50%	30%
Número de Acções Próprias a 31 Dez (M.)	17,3	14,3	21,4	17,4	11,7	2,4	1,8	0,0	0,0
Rotação anualizada do Capital (acções privatizadas)	85,0%	84,4%	75,6%	61,7%	58,5%	62,3%	68,3%	71,9%	80,8%
Rotação anualizada do Capital (ADRs)	2,7%	1,5%	0,9%	1,1%	0,6%	1,2%	1,0%	2,6%	9,5%
Valor de Mercado da EDP (M. euros)									
Capitalização bolsista (no final do ano)	9.507,0	8.154,1	6.270,0	4.770,0	7.320,0	10.560,0	10.398,0	11.250,0	10.431,0
Rendibilidade total do Accionista									
Variação anual da cotação (1)	0,37	0,22	0,48	-0,82	-1,04	0,05	-0,27	0,26	-0,01
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,09243	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130	-
Rendibilidade total do Accionista	21%	16%	37%	-30%	-27%	6%	-4%	12%	12%
Dividendos									
Dividendo por acção	0,10	0,09243	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130
"Dividend yield"	3,8%	4,1%	4,3%	5,7%	4,6%	4,0%	4,0%	3,7%	3,7%

(1) De forma a garantir a comparabilidade, as cotações das acções da EDP anteriores a 9 de Novembro de 2004 foram ajustadas pelo destaque dos direitos ao aumento de capital da EDP 2004.

(2) O Número de acções transaccionadas foi ajustado de forma a manter inalterado o Volume de Negócios diário, após o ajustamento à cotação referido em (1)

1.5.2. Estrutura accionista da EDP

Participações Qualificadas

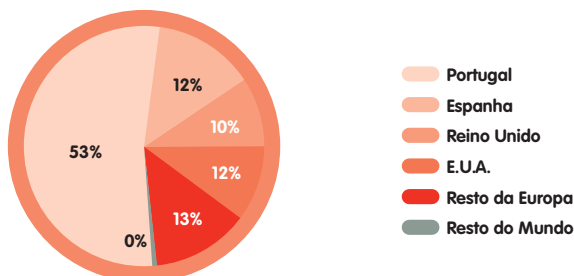
De acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2004, de 11 de Junho, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, a 31 de Dezembro de 2005:

Estrutura Accionista da EDP				
Accionistas	Nº acções	% Capital	% Voto	
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	749.323.856	20,49%	20,59%	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	178.807.274	4,89%	4,91%	
Iberdrola - Participações, SGPS, SA	208.422.650	5,70%	5,00%	
Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)	202.250.158	5,53%	5,00%	
Banco Comercial Português, S.A.	106.396.579	2,91%	2,92%	
Fundo de Pensões do Grupo BCP	81.615.161	2,23%	2,24%	
UBS AG	88.095.427	2,41%	2,42%	
BRISA - Participações, SGPS, S.A.	73.211.244	2,00%	2,01%	
EDP (Acções próprias)	17.262.735	0,47%	-	
Restantes Accionistas	1.951.152.631	53,36%		
Total	3.656.537.715	100,00%		

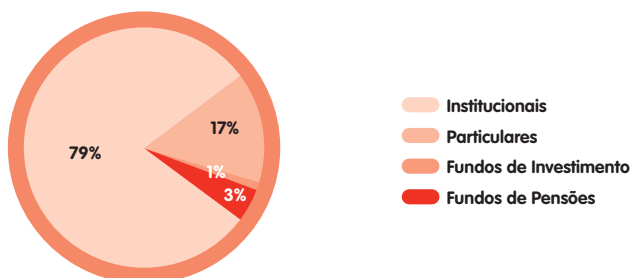
Nota: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 12º do contrato de sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

A repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2005, a seguinte:

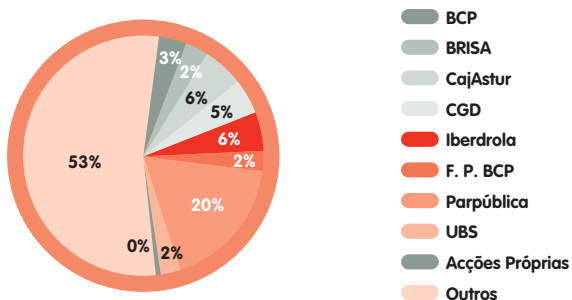
Repartição Geográfica da Estrutura Accionista



Repartição da Estrutura Accionista por Tipo de Investidor



Estrutura Accionista da EDP



Imputação de direitos de voto, nos termos do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Participações informadas pelos Accionistas

Accionistas	Nº acções	% Capital	% Voto
Caixa Geral de Depósitos	175.414.641	4,80%	4,82%
Império Bonança, S.A.	2.998.083	0,08%	0,08%
Fidelidade Mundial, S.A.	392.433	0,01%	0,01%
Cores, S.A.	2.117	0,00%	0,00%
Sub-Total	178.807.274	4,89%	4,91%
Banco Comercial Português, S.A.	106.039.594	2,90%	2,91%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	81.615.161	2,23%	2,24%
Fundação Banco Comercial Português	350.000	0,01%	0,01%
Órgãos de Adm. e Fiscalização do BCP, S.A.	6.985	0,00%	0,00%
Sub-Total	188.011.740	5,14%	5,00%
UBS AG	73.181.688	2,00%	2,01%
DSI International Management, Inc	736.619	0,02%	0,02%
UBS Global Asset Management (Americas) Inc	2.232.436	0,06%	0,06%
UBS Global Asset Management (Deutschland) GmbH	55.050	0,00%	0,00%
UBS Global Asset Management (Japan) Ltd	15.410	0,00%	0,00%
UBS Global Asset Management Life Ltd.	552.394	0,02%	0,02%
UBS Global Asset Management (UK) Ltd	724.936	0,02%	0,02%
UBS Fund Management (Switzerland) AG	91.153	0,00%	0,00%
UBS Fund Services (Luxembourg) S.A	10.505.741	0,29%	0,29%
Sub-Total	88.095.427	2,41%	2,42%
BRISA Participações, S.G.P.S.	73.202.802	2,00%	2,01%
Membros do Conselho de Administração da BRISA Participações, S.G.P.S.	8.442	0,00%	0,00%
Sub-Total	73.211.244	2,00%	2,01%

Nota: De acordo com o disposto no nº 3 do Art. 12º do contrato de sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

1.5.3. Política de distribuição de dividendos

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual Euronext Lisbon) em 1997, a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido Residentes	Dividendo líquido Não Res.
1997 (1)	17-04-98	18-05-98	€ 0,648	€ 0,534	€ 0,534
1998 (1)	11-05-99	28-05-99	€ 0,698	€ 0,620	€ 0,620
1999 (1)	12-05-00	31-05-00	€ 0,698	€ 0,611	€ 0,611
2000 (2)	10-05-01	31-05-01	€ 0,140	€ 0,119	€ 0,119
2001 (2)	10-05-02	06-06-02	€ 0,113	€ 0,099	€ 0,093
2002 (2)	22-05-03	18-06-03	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074
2003 (2)	31-03-04	30-04-04	€ 0,090	€ 0,083	€ 0,079
2004 (2)	31-03-05	29-04-05	€ 0,09243	€ 0,085	€ 0,081

(1) Valores convertidos de escudos para euros aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo foi de 129587 em 1997, 140500 em 1998 e 140500 em 1999.

(2) Após "stock split" em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor anterior.

Em relação ao exercício de 2004, o Conselho de Administração da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 31 de Março de 2005, uma proposta de aplicação do resultado líquido (segundo o Plano Oficial de Contabilidade) de 440,2 milhões de euros, do qual 338,0 milhões de euros se destinavam a distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada com 99,99% dos votos emitidos naquela Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 29 de Abril de 2005, um dividendo bruto de 0,09243 euros por cada acção.

Os estatutos da EDP, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêm que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:

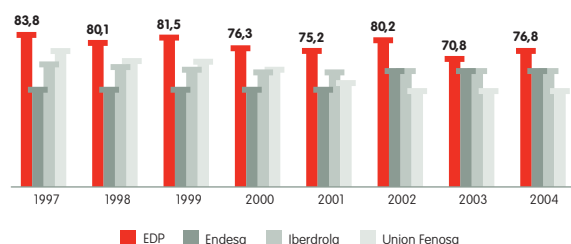
- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas por deliberação tomada na Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas;
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral.

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que resultam após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e a dotação de 5% para reforço da reserva legal, até perfazer a quinta parte do capital social e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

"Dividend Payout" e "Dividend Yield"

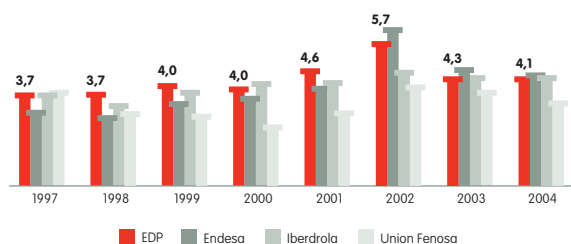
A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância pelas disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em harmonia com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção pelos accionistas de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa, conforme fica evidenciado pela comparação com a distribuição de dividendos realizada pelas suas congéneres ibéricas:

Dividend Payout (%)
Dividendo distribuído/Resultado Líquido



Nota: Resultado Líquido de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites de cada país.

Dividend Yield (%)
Dividendo distribuído por acção/Cotação fecho de final de ano



Com sujeição à situação financeira da empresa e na medida em que se verifiquem as previsões apresentadas no plano estratégico para 2005-2007, é intenção do Conselho de Administração da EDP, no que respeita ao montante global de dividendos distribuídos, apresentar um crescimento anual de,

aproximadamente, 7% a 8% por ano, para o período compreendido entre 2005 e 2007.

Conforme disposto no prospecto do aumento de capital da EDP realizado em Novembro de 2004, o valor global dos dividendos distribuídos pela empresa em relação ao exercício de 2004 foi ajustado pelo efeito técnico decorrente daquele aumento, considerando-se para tal a cotação de fecho da acção EDP na Euronext Lisbon, no último dia de negociação com direitos de subscrição.

Assim sendo, o montante global de dividendos distribuídos pela EDP e a respectiva variação futura deverá ser determinado com base na proporção correspondente ao efeito do aumento de capital sobre a capitalização bolsista da EDP registada antes do mesmo.

Neste sentido, a Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração de distribuir um dividendo bruto por acção, em relação ao exercício de 2004, correspondente a 0,09243 euros.

Perspectivas

A EDP entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros e objectivos razoáveis quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste sentido, na apresentação realizada no dia 15 de Dezembro de 2004 com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi renovado o objectivo de crescimento dos dividendos em aproximadamente 7% por ano, para o período de 2005 a 2007.

1.5.4. Aumento de Capital Social da EDP

No dia 4 de Novembro de 2004, na sequência de autorização aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 7 de Outubro de 2004, o Conselho de Administração da EDP deliberou a realização do aumento de capital, através da oferta pública de subscrição, reservada aos accionistas, de 656.537.715 novas acções com o valor nominal de 1 euro cada, ao preço unitário de 1,84 euros.

O aumento de capital teve como objectivo o financiamento do reforço da posição accionista da EDP na HidroCantábrico para 95,7%, através da aquisição de uma participação adicional de 56,2% por um montante de 1,2 mil milhões de euros.

Principais datas relativas à Oferta Pública de Subscrição

Início de transacção das acções "ex-rights"	9 Nov. 2004
Período de subscrição	12 a 25 Nov. 2004
Período de negociação de direitos	12 a 19 Nov. 2004
Admissão à negociação das novas acções	7 Dez. 2004

A oferta pública de subscrição do aumento de capital da EDP foi totalmente subscrita pelo exercício de direitos e pelos pedidos suplementares de acções sobranes.

O montante de subscrições por exercício de direitos ascendeu a 624.365.827 acções, tendo sido pedidas 842.720.313 acções em rateio. Assim, a procura total ascendeu a 1.467.086.140 acções, equivalente a 2,23 vezes o montante total de acções oferecidas.

Foi a maior operação de aumento de capital jamais realizada no mercado de capitais em Portugal e uma das maiores na Europa em 2004.

1.6. Planos de Atribuição de Acções ou Opções

1.6.1. Definidos em 1999

O Grupo EDP implementou dois planos de atribuição de acções no seguimento e nos termos de deliberação da Assembleia Geral de 11 de Maio de 1999, um referente a Administradores Executivos e outro referente a quadros das empresas do Grupo.

No final de 2005, apenas o plano referente a Administradores Executivos tinha opções exercitáveis, conforme o quadro seguinte:

Data de atribuição	Nº de Benef.	Nº opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções canceladas
31-Dez-01	2	152.445	2,95	01-Jan-04	31-Dez-06	0
31-Dez-02	3	197.889	2,00	01-Jan-05	31-Dez-07	0

Os demais termos, objecto e características dos planos de opções de compra de acções mantêm-se conformes à descrição feita no ponto 1.6 do Relatório e Contas – Caderno Institucional do exercício de 2003.

1.6.2. Aplicável aos exercícios de 2003 a 2005

Em Março de 2004, a Comissão de Vencimentos definiu os factores de avaliação de desempenho referentes à compensação variável do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2006. Este plano prevê que cada opção de compra possa ser exercida até um máximo de 1/3 em cada um dos primeiros aniversários a contar da data de atribuição. As opções não exercidas caducam no final dos 8 aniversários da data de atribuição.

Este Plano de Opções de Compra de Acções apresenta a seguinte discriminação:

Data de atribuição: 30 de Junho de 2005						
Preço de Exercício: €2,21			Nº de opções atribuídas			
Presidente C.A.			140.781			
Presidente C.E.			201.115			
Vogais Comissão Executiva			590.432			
Total			932.328			

Data de atribuição	Nº de Benef.	Nº opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções exercitáveis
30-Abr-04	6	760.482	2,29	30-Abr-05	29-Abr-12	253.496
30-Jun-05	6	932.328	2,21	30-Jun-06	29-Jun-13	0

1.7. Negócios entre a sociedade e os Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, titulares de Participações Qualificadas e Sociedades em relação de domínio ou de grupo

A EDP observa estritamente as restrições legais aplicáveis em matéria de negócios entre os Administradores e a sociedade ou sociedades em relação de domínio ou de grupo.

No exercício de 2005 não se concretizaram quaisquer negócios entre os Administradores e a sociedade ou com sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Quanto aos contratos de prestação de serviços, compras ou financiamento com accionistas qualificados, o Conselho de Administração determinou que para todas as transacções de valor igual ou superior a um milhão de euros para serviços e fornecimentos e a dez milhões de euros para operações e responsabilidades financeiras devem ser sempre submetidas à aprovação ou homologação da Comissão Executiva, prestando-se informação à Comissão de Auditoria.

1.8. Estruturas de Apoio aos Investidores

1.8.1. Política de Comunicação

A EDP, em linha com as boas práticas do governo das sociedades cotadas no que respeita ao direito de acesso dos accionistas à informação sobre a actividade do Grupo, tem a constante preocupação de assegurar que a política de comunicação da empresa e a disseminação de toda a informação de carácter relevante seja efectuada de forma não discriminatória para os diferentes intervenientes no mercado financeiro e que o conteúdo dessa informação seja claro e objectivo.

A política de comunicação da EDP pauta-se pela adopção das recomendações propostas pela CMVM e das melhores práticas de governo societário do mercado nesta matéria, como forma de assegurar a transparência da gestão e a credibilidade da informação veiculada pela EDP com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, parceiros estratégicos, trabalhadores, Clientes, credores e público em geral.

1.8.2. Gabinete de Relações com Investidores

O Gabinete de Relações com Investidores da EDP, instituído em 1997 na sequência da primeira fase do processo de reprivatização da sociedade, desempenha um papel de relevo para a prossecução desse objectivo, permitindo manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o vasto universo de accionistas, analistas financeiros e potenciais investidores da EDP, bem como com as bolsas de valores dos mercados onde as acções EDP se encontram admitidas à negociação e respectivas entidades reguladoras e de supervisão (a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Portugal e a Securities and Exchange Commission nos Estados Unidos da América).

A função primordial do Gabinete de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre a Comissão Executiva do Conselho de Administração da EDP e os

investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de factos relevantes e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas. Para o desempenho das suas funções, este gabinete mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O representante para as relações com o mercado é o Dr. Rui Horta e Costa, membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração. O Gabinete de Relações com Investidores da EDP é coordenado pelo Dr. Pedro Pires João e encontra-se localizado no edifício sede da empresa em:

Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4º Piso
1250-162 Lisboa
Telefone: +351 21 001 2834
Fax + 351 21 001 2899
Email: ir@edp.pt

Durante 2005 tiveram lugar diversas reuniões com analistas, accionistas e investidores e realizaram-se dois "road-shows", o primeiro, em Março, em Oviedo e o segundo em Junho, no Brasil na ocasião da Oferta Pública Inicial da Energias do Brasil.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos canais de comunicação que a EDP coloca à disposição dos seus accionistas para divulgação de informação respeitante a cada um dos tipos de documentação assinalada.

Canais	Presencialmente ¹	www.edp.pt	E-mail	Linha telefónica GRI ⁵	Correio postal ²	www.cmvm.pt	Media
Elementos obrigatórios por lei ou regulamento³							
Convocatória	•	•	•	•	•	•	•
Propostas do Conselho de Administração	•	•	-	•	-	-	-
Alteração dos Estatutos	•	•	-	•	-	-	-
Outras Propostas	•	•	-	•	-	-	-
Relatório e Contas referente ao exercício de 2004 ⁴	•	•	•	-	•	•	•
Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	•	•	-	•	-	-	-
Nome, qualificações e experiência profissional de dois novos membros a propor para o Conselho de Administração	•	•	-	•	-	-	-
Elementos adicionais disponibilizados pela EDP							
Minutas para o exercício de voto por representação	•	•	•	•	•	-	-
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	•	•	•	•	•	-	-
Minutas para o exercício de voto por correspondência electrónica	•	-	•	•	•	-	-
Eclarecimento de questões	•	•	•	•	•	-	-
Estatutos e regulamentos da EDP	•	•	•	•	•	•	-
Resultados das votações das propostas	•	•	-	•	•	•	-

¹ Na sede da EDP.

² Adicionalmente, por iniciativa da EDP. Informação do Presidente do C.A. relativa à participação em Assembleias Gerais de Accionistas, Comunicação do Presidente da C.E. dando conhecimento da actividade e indicadores económico-financeiros no final de cada exercício e Comunicações sempre que ocorram factos de relevância para a sociedade, como por exemplo o aumento de capital.

³ Código das Sociedades Comerciais (artigo 289.º) e Regulamento da CMVM n.º 7/2001.

⁴ Relatório de gestão, contas individuais e consolidadas, certificação legal das contas e parecer do Fiscal Único.

⁵ Linha telefónica Relação com Investidores: +351210012834

1.8.3. Utilização das Novas Tecnologias de Informação para Divulgação de Informação Societária

Para além da existência do Gabinete de Relações com Investidores, e em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através do seu sítio institucional na "internet" (www.edp.pt), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao Governo da Sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio inclui os relatórios de prestação de contas, os comunicados de factos relevantes, os

regulamentos internos e o contrato de sociedade, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O sítio da EDP na “internet” possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

A EDP tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processos de divulgação de informação, muito para além da sua página institucional na “internet”. Com efeito, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar quer o acesso, quer a troca de informação entre as empresas do Grupo EDP e os diferentes “stakeholders”, em especial accionistas, analistas financeiros e profissionais da comunicação social.

Neste sentido, a EDP tem promovido e incentivado a utilização do correio electrónico para a recepção e prestação de informação nas relações com a entidade de supervisão e o mercado, bem como de metodologias de teleconferência e videoconferência na interacção com agentes e investidores institucionais.

1.9. Comissão de Vencimentos

As remunerações dos Administradores e dos demais membros dos órgãos sociais são fixadas pela Comissão de Vencimentos (em linha com a orientação preconizada na Recomendação da Comissão Europeia, de 14 de Dezembro de 2004), composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com o Contrato de Sociedade.

Os actuais membros da Comissão de Vencimentos são:

Comissão de Vencimentos

Brisa representada por Vasco Maria Guimarães José de Mello
Parpública representada por João Plácido Pires
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

Nenhum dos membros deste órgão exerce funções no Conselho de Administração da EDP, nem é cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau de qualquer Administrador da EDP.

A composição da Comissão de Vencimentos respeita os critérios de independência definidos pela CMVM.

Nos termos do contrato de sociedade da EDP, compete à Comissão de Vencimentos fixar as remunerações dos Administradores, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, assim como as remunerações dos demais órgãos sociais.

1.10. Auditores

O Gabinete de Auditoria Interna, que reporta ao Presidente da Comissão Executiva, é responsável pela verificação da consistência dos sistemas de controlo interno, nomeadamente no que diz respeito à protecção dos activos, à abrangência e rigor da informação operacional e financeira e ao respeito pelas linhas de orientação do Grupo EDP.

Os auditores externos independentes são responsáveis por expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal e sobre as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os IAS/IFRS.

A Comissão de Auditoria tem como missão acompanhar a realização das actividades acima referidas e elaborar recomendações no âmbito do processo de preparação da informação financeira. Tendo debatido com o Conselho de Administração e com os auditores independentes as matérias relevantes que dizem respeito às demonstrações financeiras, a Comissão de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração, e este aprovou, a inclusão das

demonstrações financeiras auditadas neste Relatório e Contas de 2005.

Mandato dos Auditores Independentes

A KPMG tem a incumbência da responsabilidade da auditoria externa para todo o Grupo EDP, Portugal, Espanha e Brasil.

Em 2005 os custos reconhecidos e especializados com honorários da KPMG relativos a auditoria e revisão oficial de contas, serviços de garantia e fiabilidade e outros e de consultoria para Portugal, Espanha e Brasil, foram os seguintes:

Euros	Auditoria e revisão oficial de contas	Serviços de garantia fiabilidade e outros	Serviços Consultadoria	Total
Portugal	1.734.000	1.317.000	451.000	3.502.000
Espanha e Brasil	1.175.000	286.000	7.000	1.468.000
Total	2.909.000	1.603.000	458.000	4.970.000

Os serviços de auditoria e de revisão oficial de contas correspondem aos serviços necessários para a emissão dos pareceres sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa-mãe e das suas filiais em Portugal e no estrangeiro. Estes montantes não incluem os serviços prestados a associados e a entidades conjuntamente controladas.

Os outros serviços de auditoria incluem trabalhos adicionais relacionados apoio ao Grupo na preparação e apuramento dos ajustamentos IFRS relativos às subsidiárias em Portugal e no Estrangeiro e outros serviços no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (Portugal) e da Securities and Exchange Commission (Estados Unidos).

Os serviços de consultoria respeitam à actividade de consultoria fiscal, essencialmente, e organizacional.

2. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

2.1. Regras Estatutárias

De acordo com o contrato de sociedade da EDP, a assistência e participação nas reuniões da Assembleia Geral de Accionistas e a atribuição do direito de voto dependem da titularidade de um mínimo de 100 acções, correspondendo 1 voto a cada 100 acções, sem prejuízo dos direitos de agrupamento e representação, nos seguintes termos:

- Os accionistas possuidores de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto;
- Como instrumento de representação é suficiente uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

2.2. Legitimação para o Exercício do Direito de Voto

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior à data da realização da Assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções é realizada mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem esteja cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior ao da data da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio

em conta dessas acções até à data em que a mesma Assembleia Geral terá lugar.

De forma pioneira em Portugal, a EDP decidiu suportar os custos com a emissão de declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas na Assembleia Geral anual. Esta medida visa incentivar o exercício activo do direito de voto pelos accionistas, através da eliminação de obstáculos, designadamente de ordem financeira, susceptíveis de desincentivar a participação dos accionistas mediante o exercício dos respectivos direitos de voto.

2.3. Modos de Exercício do Direito de Voto

2.3.1. Titulares de acções EDP

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção, para a sede social, com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da assembleia.

A EDP tem procurado incentivar a participação dos seus accionistas na vida da empresa, nomeadamente através do exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pelo que consagrou o exercício do voto por correspondência nos respectivos estatutos, imediatamente após a entrada em vigor do Código dos Valores Mobiliários.

Para permitir este modo de exercício do direito de voto, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória, são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP, com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral. A EDP procede também ao envio por correio, fax ou correio electrónico daquela informação, mediante solicitação dos accionistas.

2.3.2. Titulares de “American Depositary Shares” (ADS’s)

Os titulares de direitos representativos de acções ao abrigo de programas de ADS’s que se encontram admitidos à cotação na Bolsa de Nova Iorque poderão dar instruções ao respectivo banco depositário para o exercício do direito de voto ou conferir procuração a representante designado pela EDP para o efeito, com respeito pelas disposições legais e estatutárias aplicáveis; o contrato de depósito deverá regular os prazos e modos de exercício das instruções de voto, bem como os casos de ausência de instruções.

Aos detentores de ADS’s são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADS’s são determinados tendo em consideração que um ADS é representativo de dez acções ordinárias da EDP.

2.3.3. Limitação ao Exercício do Direito de Voto

Com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, nenhum accionista pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

2.4. Modelo para o Exercício do Direito de Voto por Correspondência

De forma a alargar a utilização e facilitar o exercício de voto por correspondência aos accionistas que pretendam usufruir desta prerrogativa, a EDP disponibiliza na página da “internet” www.edp.pt ou a quem o requeira pessoalmente, por escrito ou por

telefone, minutas-tipo de carta de representação e de boletim de voto para o exercício de voto por correspondência, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

2.5. Possibilidade de Exercício do Direito de Voto por Meios Electrónicos

A EDP disponibiliza a possibilidade de exercício do direito de voto por correspondência mediante mensagem electrónica, desde que se cumpram os formalismos legais e estatutários para participação na Assembleia Geral e desde que seja assegurada a identificação do accionista mediante adequados métodos de certificação.

3. REGRAS SOCIETÁRIAS

3.1. Regulamentos Internos

O contrato de sociedade da EDP, que define as principais regras de funcionamento e organização da estrutura orgânica e administrativa da sociedade, constitui um documento para consulta pública, podendo ser disponibilizado a todos aqueles que assim o requeiram ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP ou que acessem a página da EDP na "internet" em www.edp.pt.

Para além do contrato de sociedade da EDP, o Conselho de Administração aprovou determinados regulamentos internos respeitantes ao seu funcionamento e ao funcionamento de comissões deste órgão. Assim, o Regulamento do Conselho de Administração estabelece um conjunto de regras de competência e procedimentais relativas ao funcionamento deste. Por outro lado, as principais regras de funcionamento da Comissão Executiva, constituída por delegação de poderes deliberada em 22 de Maio de 2003, encontram-se estabelecidas no Regulamento da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração da EDP criou ainda uma comissão especializada constituída por três administradores independentes denominada Comissão de Auditoria, tendo em vista implementar as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas e cumprir as normas aplicáveis às sociedades cotadas na New York Stock Exchange, decorrentes do "Sarbanes-Oxley Act", aprovado pelo Senado dos Estados Unidos da América, em Julho de 2002.

Os regulamentos internos do Conselho de Administração e das aludidas comissões encontram-se à disposição dos accionistas para consulta na sede da sociedade ou na página da EDP na "internet" em www.edp.pt, bem como na "intranet" do Grupo.

3.2. Comunicação de Práticas Contabilísticas e Financeiras Irregulares

O Grupo EDP tem, desde sempre, pautado a sua actuação pela persistente implementação de medidas que assegurem o bom governo das suas empresas e, entre elas, a prevenção de práticas menos correctas nomeadamente nos âmbitos contabilístico e financeiro.

Assim em 2005 a EDP foi pioneira em Portugal na disponibilização aos colaboradores do Grupo de um canal que lhes permite transmitir, de forma directa e confidencial, à Comissão de Auditoria qualquer prática menos lícita ou alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na empresa, dando assim cumprimento às recomendações da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários e aos princípios impostos pelo "Sarbanes-Oxley Act".

Com a criação deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares a EDP pretende:

- Garantir a existência de condições que permitam que qualquer colaborador possa comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão de Auditoria;
- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP, aos seus colaboradores, Clientes e accionistas.

O contacto com a Comissão de Auditoria é possível através de correio electrónico, fax e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida à Comissão de Auditoria é tratada como estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do reclamante, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação.

De acordo com o Regulamento instituído, a EDP garante que o colaborador não será alvo de nenhuma acção retaliatória ou disciplinar no exercício que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de assistência num processo de investigação.

3.3. Prevenção de situações de “Insider Trading”

Os titulares de órgãos sociais, dirigentes e colaboradores que estejam na posse de informação relevante, ainda não tornada pública, susceptível de poder influenciar as cotações bolsistas de títulos de empresas do Grupo EDP, nomeadamente estimativas de resultados, aquisições ou parcerias significativas, aquisição ou perda de contratos relevantes, entre outros, não podem antes da sua divulgação oficial:

- Divulgar essa informação a terceiros;
- Transaccionar valores mobiliários de empresas do Grupo EDP, de parceiros estratégicos ou de empresas envolvidas em transacções ou relações com o Grupo EDP que constituam ou possam vir a constituir factos relevantes.

A EDP instituiu um conjunto de práticas dissuasoras de situações de abuso resultantes do acesso a informação privilegiada, como sejam:

- A publicação de factos relevantes fora dos períodos de negociação em bolsa, conciliando, sempre que possível, os horários dos diversos mercados onde a EDP e empresas do Grupo têm activos mobiliários cotados, nomeadamente a Euronext Lisbon, a New York Stock Exchange e a Bolsa de São Paulo;
- A disponibilização, à CMVM e no “website” do Grupo EDP, de apresentações de carácter estratégico e temáticas, realizadas a analistas e investidores.

Adicionalmente, conforme disposição do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, os Administradores da EDP estão obrigados a comunicar à empresa e esta à CMVM, a aquisição e a alienação de acções admitidas à negociação, num prazo de sete dias úteis a contar da data da transacção.

3.4. Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Embora não existam limitações à transmissibilidade das acções EDP, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado devem ser livremente transmissíveis, o contrato de sociedade da EDP contém regras relativas à limitação do exercício de direito de voto e o diploma legal que definiu as condições para a 4.ª fase de reprivatização da EDP, realizada em Outubro de 2000, estabelece determinados direitos especiais atribuídos ao Estado Português enquanto accionista da EDP, que são susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição de acções EDP.

Segundo os estatutos da EDP, nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação. Para este efeito, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto que, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários, são considerados como integrantes de uma participação qualificada; neste caso, os accionistas têm o dever de

prestar ao Conselho de Administração, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito e que estejam relacionados com aquela participação qualificada.

Por outro lado, nos termos do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 141/2000, de 15 de Julho, respeitante à 4ª fase do processo de reprivatização da EDP, enquanto o Estado Português for accionista da EDP, independentemente do número de acções de que seja titular, quer directa, quer indirectamente através de entes públicos, a aprovação das seguintes deliberações depende do respectivo voto favorável:

- Alteração do contrato de sociedade, incluindo aumento do capital social, fusão, cisão e dissolução;
- Celebração de contratos de grupo paritário e de subordinação;
- Supressão ou limitação do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital.

De igual modo, enquanto o Estado conservar a qualidade de accionista da EDP, dispõe do direito de designar um administrador no caso de votar contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores da EDP. Este direito conferido ao Estado Português prevalece sobre os direitos conferidos aos accionistas minoritários, nos termos do artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais.

3.5. Ética

A EDP desde sempre desenvolveu a sua actividade num quadro de valores éticos, explícitos ou implícitos na sua agenda empresarial, nas relações profissionais e obrigações com os accionistas, bem como na Visão, Missão e Valores definidos pelo

Conselho de Administração e nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2005 a Empresa publicou o primeiro Código de Ética do Grupo EDP, em desenvolvimento de outros documentos com idênticas finalidades, existentes em algumas das empresas do Grupo. O documento traduz a forma como todos os colaboradores se devem apresentar na condução dos negócios e em todas as actividades do Grupo EDP.

Comissão de Ética

No seguimento da aprovação do Código de Ética do Grupo EDP, o Conselho de Administração criou uma Comissão Especializada, com o objectivo de:

- Apoiar a definição da política do Grupo em matéria de código de conduta, de adopção de boas práticas e de cumprimento dos mais elevados padrões de ética;
- Estabelecer orientações para a sua regulamentação;
- Zelar, a nível superior, pela sua correcta aplicação no conjunto de Empresas do Grupo.

A composição da Comissão de Ética é a seguinte:

Comissão de Ética

Francisco de la Fuente Sánchez
José Manuel Trindade Neves Adelino
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette

Presidente do Conselho de Administração
Presidente da Comissão de Auditoria
Administrador Não Executivo

4. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. Caracterização do Órgão de Administração

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes, é actualmente composto por quinze Administradores, em regra eleitos pela Assembleia Geral, que também designa o Presidente do Conselho de Administração. O mandato dos Administradores é de três anos, não existindo qualquer restrição quanto à sua reeleição.

4.2. Descrição do modo de funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela administração e gestão da actividade da sociedade, competindo-lhe, nomeadamente, de acordo com o contrato de sociedade:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e do contrato de sociedade;

- Estabelecer a organização técnico-administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o secretário da sociedade e respectivo suplente;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração, bem como a convocar e a presidir às respectivas reuniões;
- Exercer voto de qualidade;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os Administradores, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros. Não é permitida a representação de mais de um Administrador em cada reunião. Todos os Administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é disciplinado por um regulamento interno.

Durante o ano de 2005, o Conselho de Administração realizou 11 reuniões ordinárias e 10 extraordinárias.

Deliberações do Conselho de Administração em 2005

26/Jan	• Aprovação da alienação de uma participação de 60% na Edinfor à LogicaCMG, sujeita à não oposição da Direcção Geral da Concorrência da Comissão Europeia. • Aprovação dos Acordos de Cessação dos CAE relativos aos centros electroprodutores vinculados, a celebrar com a REN. • Aprovação do Código de Ética do Grupo EDP. • Decisão de interposição de recurso contencioso de anulação da decisão da Comissão Europeia que proibiu a aquisição, com a ENI, de controlo conjunto da GDP, Gás de Portugal, S.A.
31/Jan	• Autorização de adjudicação à Hitachi da empreitada de dessulfuração de gases de combustão das centrais Sines, Aboño e Soto.
1 /Mar	• Nomeação do Conselho de Administração da Fundação EDP. • Aprovação da alteração ao modelo de organização do Grupo, envolvendo alteração de órgãos sociais.
31 /Mar	• Aquisição de participações accionistas adicionais nas empresas Turbogás e na Portugen. • Contratação de derivados para cobertura do valor dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual devidos à EDP, no âmbito do processo de cessação dos Contratos de Aquisição de Energia. • Nomeação do Eng. António Pita de Abreu, como Secretário da Sociedade. • Aprovação genérica do modelo de reorganização das participações accionistas nas empresas participadas no Brasil, e da redenominação como EDP - Energias do Brasil, S.A da "holding" que as deterá. • Aprovação do modelo a utilizar para a fusão da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A. na EDP – Energias de Portugal, S.A.
26/Abr	• Constituição da NEO Energía, que agregará o desenvolvimento de novos negócios na área das energias renováveis. • Aprovação da concentração na EDP – Energias do Brasil, S.A. da totalidade do capital das empresas Bandeirante, Escelsa, Magistra e Enersul, através de um processo de troca das participações minoritárias existentes nestas por participações no capital da EDP Energias do Brasil.
25/Mai	• Aprovação do processo de admissão da Energias do Brasil à cotação no Primeiro Mercado da Bolsa de Valores de S. Paulo, através de venda de acções e aumento de capital. • Aprovação da celebração de uma parceria com o Grupo Caima envolvendo a alienação a este de 50% da EDP Bioeléctrica, empresa detentora da Central Termoeléctrica a Resíduos Florestais de Mortágua.
28/Jun	• Aprovação da transferência de 2% do capital social do BCP para o Fundo de Pensões EDP. • Autorização da alienação da participação da HidroCantábrico na Telecable. • Autorização da venda, pela ONI, da sua participação na Comunitel, à Tele2.
26/Jul	• Aprovação da venda, à Endesa, da participação accionista na AMPLA (ex-CERJ), empresa de distribuição de electricidade do Brasil.
5/Set	• Aprovação dos termos do acordo a celebrar com a Endesa para aquisição da participação desta empresa nas distribuidoras de gás, Portgás e Setgás, com vista ao reforço da posição da EDP nas mesmas.
27/Set	• Nomeação da Comissão de Ética do Grupo EDP. • Autorização de aquisição à Tecneira, pela Enernova, de sociedades promotoras de projectos de centrais electroprodutoras eólicas.
25/Out	• Aprovação da participação da EDP Produção num Fundo de CO2 em constituição, o Greenhouse Gás Credit Aggregation Pool. • Cooptação do Administrador Dr. Carlos Santos Ferreira. • Autorização da alienação pela EDP Participações da totalidade da participação accionista (5%) detida pelo Grupo EDP na Efacec.
22/Nov	• Aprovação dos termos da proposta vinculativa a apresentar pela NEO, em consórcio com a Caja Madrid, para aquisição da DESA, titular dos activos da Nuón de produção eólica em Espanha. • Aprovação da aquisição pela NEO, de sociedades promotoras de projectos de 5 parques eólicos em Espanha e de 3 em França.
24/Nov	• Aprovação do plano de negócios para o período de 2006 a 2008. • Autorização da adjudicação, à Alstom Power, do fornecimento, operação e manutenção de novos grupos electrogeradores a gás natural para duas centrais de ciclo combinado do Grupo EDP em Espanha - Castejón 2 e Soto 4. • Aprovação da reestruturação financeira e do reforço de capitais próprios da ONI.
6/Dez	• Aprovação da venda, ao Grupo Amorim, da totalidade da participação (14,268%) do Grupo EDP na GALP.
20/Dez	• Aprovação da celebração do contrato de aquisição da totalidade do capital social da Nuon España e da Desarrollos Eólicos. • Aprovação da aquisição de um terreno na zona da Expo/Parque das Nações, junto ao pólo técnico da EDP em Cabo Ruivo por forma a viabilizar a concentração das instalações administrativas do Grupo, na área de Lisboa, numa nova sede corporativa. • Aprovação da Política Corporativa de Gestão Empresarial do Risco. • Aprovação da aquisição à EDF de uma participação adicional de 1,11% do capital social do Tejo Energia.

4.3. Comissão Executiva

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, em 22 de Maio de 2003, de harmonia com o previsto no contrato de sociedade, a gestão corrente da EDP encontra-se delegada numa Comissão Executiva, composta por cinco Administradores.

Em regra, a Comissão Executiva reúne semanalmente com a participação de todos os seus membros. O modo de funcionamento da Comissão Executiva encontra-se estabelecido no respectivo regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual também designou o Presidente da Comissão Executiva e fixou as regras de informação e de acompanhamento das suas actividades pelo Conselho.

Em todas as reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva apresenta os desenvolvimentos da agenda estratégica do Grupo e as decisões mais relevantes que tomou, bem como as actas das reuniões da Comissão Executiva.

Para assegurar o completo conhecimento de todas as matérias tratadas pela Comissão Executiva, está estabelecido que a prestação de informações a algum dos membros do Conselho de Administração é dada a conhecer a todos os membros do Conselho de Administração.

As atribuições da Comissão Executiva foram fixadas pelo Conselho de Administração na deliberação de delegação de poderes de gestão corrente da sociedade, consistindo essencialmente no:

- Desenho e proposta da estratégia e política do Grupo;
- Condução corrente dos negócios da EDP e das empresas do Grupo;
- Coordenação da actividade das empresas participadas maioritariamente;

- Gestão das participações sociais na titularidade da EDP;
- Cooperação com o Conselho para a definição das políticas do Grupo.

No entanto, a delegação de competências na Comissão Executiva não inclui:

- A cooptação de Administradores;
- O pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
- A aprovação das contas semestrais e trimestrais a publicar nos termos legais;
- A aprovação dos planos e orçamentos anuais e plurianuais e o acompanhamento periódico da sua execução;
- A mudança de sede da EDP, nos termos previstos no contrato de sociedade;
- Os projectos de fusão, cisão, transformação e alienação de empresas do Grupo EDP;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela empresa.

A Comissão Executiva deverá ainda dar conhecimento ao Conselho de Administração das deliberações de especial importância que tenha tomado e, quando se justifique, submeter à apreciação do Conselho de Administração as deliberações que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Não obstante esta delegação de poderes, os membros do Conselho de Administração que não integrem a Comissão Executiva são, nos termos da lei aplicável, responsáveis pela vigilância da actuação da Comissão Executiva e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões desta, quando, tendo

conhecimento de tais actos ou omissões ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

Durante 2005, a Comissão Executiva realizou 45 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias.

4.4. Comissão de Auditoria

À Comissão de Auditoria foram atribuídas, por deliberação do órgão de administração, competências específicas em matéria de supervisão da informação financeira da sociedade e de acompanhamento permanente da actividade do auditor externo, do auditor interno e dos sistemas internos de controlo. Adicionalmente fazem parte das funções da Comissão de Auditoria pronunciar-se sobre a nomeação ou destituição do auditor externo, observando as suas relações com os diferentes órgãos sociais, bem como de dar parecer sobre os procedimentos internos em matéria de auditoria ou sobre questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela sociedade.

Estão atribuídas à Comissão de Auditoria as seguintes funções:

- Supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação dos princípios e normas contabilísticas em vigor, em articulação com a actividade desenvolvida pelo órgão de fiscalização e pelo auditor externo, promovendo e solicitando a troca de informações necessárias para o efeito;
- Analisar a informação financeira trimestral, semestral e anual, elaborando um relatório, sem carácter vinculativo, acerca dessas contas para apreciação pelo Conselho de Administração antes de este proceder à respectiva aprovação e assinatura, podendo esse relatório incluir nomeadamente recomendações ao Conselho de Administração em matéria de prestação de informação aos accionistas;

- Apresentar ao Conselho de Administração uma proposta para designação do auditor externo da sociedade e determinação da respectiva remuneração;
- Acompanhar a actividade e as vicissitudes da relação contratual com o auditor externo, incluindo recomendações no âmbito do relacionamento entre o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou Administradores e o auditor externo em relação à informação financeira, bem como proceder à apreciação da objectividade e independência do auditor externo;
- Verificar a conformidade e adequação das despesas com a auditoria relativamente à sua eficiência, inclusivamente mediante a apresentação de parecer sobre a contratação de serviços, directa ou indirectamente, à entidade que presta os serviços de auditor externo ou a entidades que com ela estejam em relação de grupo ou de rede;
- Discutir com o auditor externo o âmbito e escopo da auditoria, para efeitos de apresentação de recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração;
- Discutir o conteúdo do relatório de auditoria anual com o auditor externo, nomeadamente no que respeita a eventuais reservas apresentadas, para efeitos de apresentação de recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas internos de controlo e a auditoria interna;
- Debater o conteúdo do relatório de controlo interno com o auditor interno;
- Definir e implementar os procedimentos respeitantes ao recebimento e tratamento

de reclamações em matéria contabilística, de controlos contabilísticos internos e de auditoria, bem como de queixas apresentadas por trabalhadores relativamente a práticas contabilísticas ou de auditoria.

Para a prossecução das funções assinaladas, a Comissão de Auditoria pode contratar serviços de consultores externos e realizar as diligências necessárias junto dos serviços e das sociedades do Grupo EDP.

Os membros da Comissão de Auditoria são Administradores independentes de acordo com os critérios definidos no artigo 1.º, n.º 2 do Regulamento da CMVM n.º 7/2001. Desde a sua constituição, a Comissão de Auditoria teve logo em consideração critérios de independência dos seus membros, tais como a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas participadas, nem com accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas.

As aludidas características e funções da Comissão de Auditoria, definidas há cerca de 3 anos, apresentam-se consonantes com as que são agora propostas pela Comissão Europeia na Recomendação de 15 de Fevereiro de 2005.

Embora a referida recomendação não seja ainda aplicável a nível interno, constata-se que no que respeita à sua composição, a Comissão de Auditoria integra exclusivamente 3 Administradores Não Executivos, cujo perfil de independência corresponde, em geral, àquele preconizado pela Comissão Europeia. De igual forma, as funções atribuídas à Comissão de Auditoria da EDP são compatíveis com o papel proposto pela Comissão Europeia para o comité de auditoria das sociedades cotadas nas áreas dos procedimentos internos e da auditoria.

A constituição da Comissão de Auditoria, experiência pioneira em matéria de governo societário em Portugal, tem contribuído para o reforço dos mecanismos internos de controlo, em virtude da actuação de membros do órgão de administração independentes que dispõem de efectivas competências de vigilância. Como é assinalado a nível internacional, a actuação desta Comissão assume destaque no domínio do reforço dos mecanismos de controlo interno da gestão, através de uma intervenção “ex-ante” que contribui para eliminar e prevenir eventuais situações de conflitos de interesses e para aumentar a transparência.

Durante 2005, a Comissão de Auditoria prosseguiu activamente a sua actividade no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, tendo realizado 18 reuniões.

Actividade da Comissão de Auditoria da EDP em 2005

Janeiro	- Conclusões preliminares do auditor externo às demonstrações financeiras consolidadas de 2004 das subsidiárias do Grupo localizadas no Brasil e em Espanha. - Análise das questões críticas da auditoria às demonstrações financeiras de 2004.
Fevereiro	- Apreciação das demonstrações financeiras de 2004 consolidadas do Grupo. - Análise da versão “draft” das demonstrações financeiras consolidadas de 2004 do Grupo em formato IFRS.
Abril	- Modelo de gestão do controlo interno. - Apreciação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas a 31 de Março de 2005.
Maior	- Apreciação das demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Março de 2005 em formato IFRS. - Reunião com o anterior auditor da HidroCantábrico (PwC).
Junho	- Enquadramento da elaboração do Form 20-F relativo a 31 de Dezembro de 2004. - Apreciação das demonstrações financeiras consolidadas relativas a 30 de Junho de 2005.
Setembro	Apreciação das consequências do documento “compliance” enviado à SEC.
Outubro	- Apreciação da carta de recomendações elaborada pela KPMG. - Apreciação das demonstrações financeiras consolidadas relativas a 30 de Setembro de 2005.
Dezembro	Revisão dos honorários do auditor externo.

4.5. Remuneração dos Órgãos Sociais

De harmonia com o contrato de sociedade, a Assembleia Geral elege uma Comissão de Vencimentos que fixa as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais. A Assembleia Geral pode ainda determinar a atribuição de uma parte dos lucros a Administradores, a título de participação nos resultados, bem como a implementação de planos de opções de aquisição de acções.

As remunerações atribuídas, no exercício de 2005, aos membros dos Órgãos Sociais da EDP, foram as seguintes:

euros	Total
Mesa da Assembleia Geral	12.000,00
Fiscal Único	
Conselho de Administração	3.926.048,28
Total	3.938.048,28

Política de compensação dos Membros do Órgão de Administração

No actual mandato, a Comissão de Vencimentos definiu um conjunto de pressupostos destinados a premiar o desempenho e a incentivar a consistência de gestão a médio e longo prazo, em sintonia com as recomendações da CMVM e com as melhores práticas internacionais de alinhamento de interesses dos gestores com os interesses da sociedade.

- Para o efeito, foi fixado um tecto de compensação variável, para cada tipo de funções, que poderá ser atingido em função de critérios de desempenho qualitativos e quantitativos, segundo objectivos predefinidos;
- Curto prazo – Bónus monetário, atendendo a objectivos de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), rentabilidade do capital investido (ROIC), excedentes brutos de exploração (EBITDA) e variação da situação líquida;
- Médio prazo – Acções por desempenho, atendendo a objectivos de rentabilidade total dos accionistas, considerando o

conjunto das empresas congéneres e evolução do PSI 20;

- Longo prazo – Plano de opções de acções, atendendo a objectivos de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), rentabilidade do capital investido (ROIC), excedentes brutos de exploração (EBITDA) e variação da situação líquida.

Remunerações do Conselho de Administração no actual Mandato

Discriminam-se os valores das remunerações dos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2005.

Conselho de Administração	Fixo	Variável	Senhas	Total
Presidente C.A.	606.166,54	110.817,00		716.983,54
Presidente C.E.	606.166,54	110.817,00		716.983,54
Vogais Comissão Executiva	1.783.499,20	325.332,00		2.108.831,20
Vogais Comissão de Auditoria	126.000,00		54.000,00	180.000,00
Vogais que não integram CE nem Comissão de Auditoria	203.250,00			203.250,00
Total	3.325.082,28	546.966,00	54.000,00	3.926.048,28

4.6. Acções da EDP detidas por titulares de Órgãos Sociais

De acordo com o n.º 5 do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, com as acções pertencentes aos membros dos Órgãos Sociais.

Acções da EDP detidas por titulares de órgãos sociais			
	Movimentos em 2005	Preço Médio Aquis./Alien.	N.º Acções 31-12-2005
Mesa da Assembleia Geral			
José Manuel Archer Galvão Teles	0		5.320
António Campos Pires Caiado	0		5.078
Conselho de Administração			
Francisco de la Fuente Sánchez	0		12.654
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	0		2.324
António Afonso de Pinto Galvão Lucas	0		0
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado	0		11.809
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	0		24.400
Jorge Manuel de Oliveira Godinho	0		35.380
José Alfredo Parreira Holtremann Raquette	0		1.000.000
José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral	0		0
José Manuel Trindade Neves Adelino	0		1.091
José Pedro da Silva Sucena Paiva	0		10.060
Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho	0		0
Manuel Menéndez Menéndez	0		0
Paulo Azevedo Pereira da Silva	0		7.304
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	0		0
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	0		4.589
Secretário da Sociedade			
António Manuel Barreto Pita de Abreu	11.419	2,08	25.521
António José Marrachinho Soares (Suplente)	1.688	1,84	13.384
Comissão de Vencimentos			
BRISA	0		73.202.802
PARPÚBLICA	179.372.198		749.323.856
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque	-4.561	2,62	0

4.7. Cargos Sociais Desempenhados pelos membros do Conselho de Administração

4.7.1. Cargos desempenhados pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos Membros da Comissão Executiva

	Francisco Sánchez	João Talone	Navarro Machado	Jorge Godinho	Pedro Rezende	Rui Horta e Costa
EDP - Energias de Portugal, S.A.	PCA	PCE	A VP	A	A	A
CEM - Companhia de Electricidade de Macau, S.A.						
Central-e-Informação e Comércio Electrónico, S.A.						PCA
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.		PCA			PCE	A
Edalpro - Imobiliária, Lda.						G
EDP - Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.			PCA	A		A
EDP Energias do Brasil, S.A.			A	PCA		A
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.			PCA			
EDP Energia Ibérica, S.A.					PCA	
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.		PCA	A	A		A
EDP Imobiliária, S.A.					A	PCA
EDP - Soluções Comerciais, S.A.			PCA			
EDP Participações - S.G.P.S., S.A.		PCA				A
EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A.					PCA	
EDP Produção - Bioeléctrica, S.A.				PCA		
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.			PCA			
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.		PCA		A		
Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.			PCA			A
Energia RE - Sociedade Cativa de Resseguro						A
Enernova - Novas Energias, S.A.				PCA		
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	PH	A			A	A
Iberenergia, S.A.						A
Internel - Serviços de Consultoria Internacional, S.A.			PCA			A
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.			PCA			
Nuevas Energias de Occidente, S.L.		PCA		A		
ONI - SGPS, S.A.	PCA	A				A
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A.					PCA	

PCA: Presidente do Conselho de Administração
PCE: Presidente da Comissão Executiva
VP: Vice Presidente
PH: Presidente Honorário
A: Administrador
G: Gerente

31/12/05

**4.7.2. Cargos desempenhados pelos
Administradores Não Executivos****António Afonso Pinto Galvão Lucas :**

Presidente do Conselho de Administração da EPM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Fábrica Cerâmica de Valadares S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Valadares España S.A.; Gerente da CCS Serviços de Gestão Lda.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira :

Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

José Alfredo Parreira Holtreman Roquette :

Presidente dos Conselhos de Administração da Finagra – Sociedade Industrial e Agrícola, JHR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Gesparte – Sociedade de Gestão, Participação e Auditoria, S.A., STDA – Sociedade Turística do Alentejo, S.A., SILA – Sociedade Imobiliária Lagoa do Alqueva, S.A., Setegebe – Sociedade Turística de Empreendimentos do Degebe, S.A. e Mantero – Agricultura e Comércio Internacional, S.A. Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português.

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral :

Administrador da Soponata; Administrador da Efaced Capital, SGPS; Administrador da Soimper; Administrador da José de Mello Participações II, SGPS; Gerente da José de Mello Serviços, Lda.

José Manuel Trindade Neves Adelino :

Membro do Conselho Consultivo da Sonae SGPS; Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos; Membro do Conselho Estratégico da Portugal Telecom; Membro do Conselho Consultivo da Confederação da Indústria Portuguesa; Membro da Comissão Nacional da Educação.

José Pedro da Silva Sucena Paiva : Professor Catedrático de Sistemas de Energia Eléctrica no IST, UTL; Presidente do Conselho Científico do Centro de Energia Eléctrica do IST; Membro do Conselho Director da COGEN Portugal e do

Conselho Consultivo da COGEN Europe; Presidente do Júri do Prémio REN e do Prémio Luís Vidigal.

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho :

Professor Auxiliar Convocado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Consultor de Empresas.

Manuel Menéndez Menéndez :

Presidente da Caja de Ahorros de Astúrias; Presidente da HidroCantábrico; Presidente da NaturGas Energía; Vogal do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorros; Vogal da Junta Directiva de UNESA; Membro do Registro Oficial de Auditores de Cuentas.

Paulo Azevedo Pereira da Silva :

Presidente do Conselho de Administração do Millennium BCP – Serviços de Comércio Electrónico, SA; Administrador do BCP Investimento – Banco Comercial Português de Investimento, SA; Administrador da Credicar - Aluguer de Longa Duração, SARL; Administrador da ONI, SGPS; Presidente do Conselho de Administração da Tecnilease; Presidente do Conselho de Administração da Luso-Atlântica; Presidente do Conselho de Administração da Unilong; Gerente da Cifv Veículos; Administrador do BIM-Leasing, SARL (Moçambique).

Museu da Electricidade

Espaço dos cinzeiros de alta pressão, onde as cinzas ainda fumegantes resultantes da queima do carvão no interior das caldeiras eram recolhidas em vagonetas e transportadas seguidamente para o exterior.

Sala dos cinzeiros de alta pressão



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	2005	2004
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo		
Activos fixos tangíveis	13.891.378	12.557.101
Activos intangíveis	3.508.827	2.964.304
Investimentos financeiros em associadas	351.302	316.775
Activos financeiros disponíveis para venda	566.446	1.169.098
Impostos diferidos activos	892.653	852.181
Clientes	121.992	95.140
Devedores e outros activos	374.601	153.693
Total de Activos Não Correntes	19.707.199	18.108.292
Inventários	219.194	156.806
Clientes	1.463.505	1.161.844
Devedores e outros activos	1.435.785	838.894
Impostos a receber	346.175	182.854
Activos financeiros detidos para negociação	275.618	56.249
Caixa e equivalentes de caixa	585.499	230.700
Activos detidos para venda	-	165.337
Total de Activos Correntes	4.325.776	2.792.684
Total do Activo	24.032.975	20.900.976
Capitais Próprios		
Capital	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	-38.119	-31.662
Prémios de emissão de acções	501.992	472.955
Reservas	-1.665.733	-1.612.848
Resultados acumulados	1.297.620	1.510.060
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP	1.071.102	42.815
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP	4.823.400	4.037.858
Interesses minoritários	1.287.763	743.937
Total dos Capitais Próprios	6.111.163	4.781.795
Passivo		
Empréstimos	8.600.721	7.181.105
Benefícios aos empregados	1.843.246	1.985.230
Provisões para riscos e encargos	269.249	293.232
Conta de hidraulicidade	169.967	364.197
Impostos diferidos passivos	369.722	286.409
Credores e outros passivos	137.745	198.974
Total de Passivos Não Correntes	11.390.650	10.309.147
Empréstimos	1.983.579	1.960.780
Credores e outros passivos	4.371.843	3.570.148
Impostos a pagar	175.740	210.379
Passivos detidos para venda	-	68.727
Total dos Passivos Correntes	6.531.162	5.810.034
Total do Passivo	17.921.812	16.119.181
Total dos Capitais Próprios e Passivo	24.032.975	20.900.976

**Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

	2005			2004		
	Operações em continuação	Operações desconti- nuadas	Total	Operações em continuação	Operações desconti- nuadas	Total
	(Milhares de Euros)			(Milhares de Euros)		
Vendas	9.246.301	2.404	9.248.705	6.765.895	22.508	6.788.403
Custos com electricidade consumida	-4.222.003	-	-4.222.003	-3.335.803	-	-3.335.803
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-1.589.127	-2.062	-1.591.189	-584.206	-23.497	-607.703
Margem bruta	3.435.171	342	3.435.513	2.845.886	-989	2.844.897
Outros proveitos						
Prestação de serviços	302.752	125.568	428.320	314.489	207.796	522.285
Outros proveitos	205.658	527	206.185	55.950	20.771	76.721
	508.410	126.095	634.505	370.439	228.567	599.006
	3.943.581	126.437	4.070.018	3.216.325	227.578	3.443.903
Outros custos						
Fornecimentos e serviços externos	-714.482	-102.299	-816.781	-566.145	-94.749	-660.894
Custos com o pessoal	-528.723	-17.264	-545.987	-441.905	-85.790	-527.695
Custos com benefícios aos empregados	-200.291	-	-200.291	-438.837	-1.246	-440.083
Outros custos	-449.757	-3.909	-453.666	-671.691	-12.671	-684.362
	-1.893.253	-123.472	-2.016.725	-2.118.578	-194.456	-2.313.034
	2.050.328	2.965	2.053.293	1.097.747	33.122	1.130.869
Provisões do exercício	-12.474	-	-12.474	-61.509	-2.780	-64.289
Amortizações	-981.693	-14.846	-996.539	-787.410	-47.821	-835.231
Compensações de Amortizações	97.600	-	97.600	85.863	28	85.891
	1.153.761	-11.881	1.141.880	334.691	-17.451	317.240
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	440.647	83	440.730	9.837	125	9.962
Proveitos financeiros	527.833	61	527.894	390.365	1.466	391.831
Custos financeiros	-924.997	-2.174	-927.171	-654.370	-5.948	-660.318
Ganhos / (perdas) em associadas	35.295	-	35.295	3.697	50	3.747
Resultado antes de imposto	1.232.539	-13.911	1.218.628	84.220	-21.758	62.462
Impostos sobre lucros	-157.108	4.919	-152.189	-28.625	12.254	-16.371
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	1.075.431	-8.992	1.066.439	55.595	-9.504	46.091
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	-	45.522	45.522	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.075.431	36.530	1.111.961	55.595	-9.504	46.091
Atribuível a:						
Accionistas da EDP	1.030.487	40.615	1.071.102	42.586	229	42.815
Interesses minoritários	44.944	-4.085	40.859	13.009	-9.733	3.276
Resultado Líquido	1.075.431	36.530	1.111.961	55.595	-9.504	46.091
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	0,28	0,01	0,29	0,01	0,00	0,01

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	2005	2004
	(Milhares de Euros)	
Activo		
Activos fixos tangíveis	95.536	118.858
Activos intangíveis	322	31
Investimentos financeiros em filiais	7.351.589	7.269.735
Investimentos financeiros em associadas	354.635	372.691
Activos financeiros disponíveis para venda	260.394	336.894
Impostos diferidos activos	53.317	55.404
Devedores e outros activos	<u>3.494.196</u>	<u>3.832.752</u>
Total de Activos Não Correntes	<u>11.609.989</u>	<u>11.986.365</u>
Cientes	70.664	5.161
Devedores e outros activos	1.356.160	842.180
Impostos a receber	140.591	180.600
Activos financeiros detidos para negociação	205.376	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>183.334</u>	<u>17.702</u>
Total de Activos Correntes	<u>1.956.125</u>	<u>1.045.643</u>
Total do Activo	<u>13.566.114</u>	<u>13.032.008</u>
Capitais Próprios		
Capital	3.656.538	3.656.538
Ações próprias	-38.119	-31.662
Prémios de emissão de ações	501.992	472.955
Reservas	460.762	479.270
Resultados acumulados	1.297.620	1.510.060
Resultado líquido do exercício	<u>509.835</u>	<u>157.673</u>
Total dos Capitais Próprios	<u>6.388.628</u>	<u>6.244.834</u>
Passivo		
Empréstimos	3.171.899	3.599.255
Benefícios aos empregados	17.087	16.920
Provisões para riscos e encargos	14.754	39.386
Conta de hidráulidade	169.967	364.197
Credores e outros passivos	<u>1.516</u>	<u>1.084</u>
Total de Passivos Não Correntes	<u>3.375.223</u>	<u>4.020.842</u>
Empréstimos	3.386.438	2.319.370
Credores e outros passivos	410.053	436.996
Impostos a pagar	<u>5.772</u>	<u>9.966</u>
Total dos Passivos Correntes	<u>3.802.263</u>	<u>2.766.332</u>
Total do Passivo	<u>7.177.486</u>	<u>6.787.174</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo	<u>13.566.114</u>	<u>13.032.008</u>

**Demonstração dos Resultados Individuais
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

	2005	2004
	(Milhares de Euros)	
Vendas	499.344	-
Custos com electricidade consumida	-278.006	-
Custo das matérias primas e consumíveis	-190.162	-
Margem bruta	31.176	-
Outros proveitos		
Prestação de serviços	61.041	33.151
Outros proveitos	36.458	12.933
	97.499	46.084
Outros custos		
Fornecimentos e serviços externos	-97.188	-85.342
Custos com o pessoal	-6.329	-4.504
Custos com benefícios aos empregados	-882	-1.139
Outros custos	-220.393	-333.016
	-324.792	-424.001
	-196.117	-377.917
Provisões do exercício	-3.850	-10.300
Amortizações	-4.698	-4.854
	-204.665	-393.071
Proveitos financeiros	1.556.660	862.651
Custos financeiros	-871.939	-433.769
Resultado antes de impostos	480.056	35.811
Impostos sobre lucros	29.779	121.862
Resultado Líquido	509.835	157.673
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	0,14	0,05

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do Artigo 27º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados (euros)	
Reserva Legal	25.491.729,92
Dividendos	365.653.771,50
Resultados Transitados	118.689.096,92
Resultado Líquido	509.834.598,34

O dividendo proposto é de 0,1 euros por acção.

Museu da Electricidade

Edifício das caldeira de baixa pressão

Desde o início da sua construção, em 1914, e até 1930 foi equipado com 11 caldeiras alimentadas a carvão (16kg/cm² a 350°C). Uma memória que se mantém bem patente nos silos de carvão suspensos ao nível mais alto da estrutura metálica do edifício.



PERSPECTIVAS PARA 2006

Nos últimos anos tem-se assistido a alterações profundas na envolvente macroeconómica dos mercados em que a EDP desenvolve a sua actividade, que resultaram no lançamento de diversos desafios simultâneos à empresa. Para que os conseguisse ultrapassar com sucesso, esta teve que se adaptar, introduzindo alterações aos mais diversos níveis da organização, desde a estratégia empresarial até à organização interna ou à forma de comunicação com os Clientes.

De facto, o sector energético Europeu tem-se encontrado em profunda reformulação, tendo-se verificado que os mercados Português e Espanhol têm acompanhado esta tendência, que se deverá prolongar durante 2006.

Em Portugal, passará a vigorar o novo regime jurídico para o sector eléctrico, no qual se destaca o Decreto-Lei que regulamenta os princípios gerais da organização e funcionamento das actividades do sector da electricidade e a respectiva legislação complementar, que introduzem alterações significativas na organização do sector e no cenário concorrencial dos mercados em Portugal, exigindo respostas rápidas por parte da empresa no sentido de se adaptar à nova realidade. Destaque também para a publicação do Decreto-Lei que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do sistema nacional de gás natural e a definição dos primeiros passos da liberalização deste sector, o que poderá lançar importantes desafios mas também abrir grandes oportunidades para a EDP num dos principais pilares da sua estratégia.

Após um delicado processo de aproximação regulamentar entre Portugal e Espanha, prevê-se que a entrada em funcionamento do MIBEL ocorra em 2006. Esta evolução, há muito aguardada, abrirá aos operadores de cada um dos países, de uma forma mais ampla que a actual, o mercado do outro país.

Uma consequência directa do lançamento do MIBEL será a abertura dos CAE, permitindo que

cada um dos centros electroprodutores da EDP comercialize a energia que produz no novo mercado organizado.

Existe também uma forte convicção de que, durante 2006, a liberalização da actividade de comercialização de electricidade seja efectiva para todo o segmento residencial, completando assim o processo de liberalização iniciado em 1999. Os indicadores de eficiência atingidos e a experiência entretanto adquirida nos restantes segmentos, permitem à EDP encarar este desafio com optimismo. No entanto, este será sem dúvida um processo exigente para a empresa e que a afectará, nas mais diversas vertentes, desde a comercial até à técnica, passando pelos sistemas e mesmo pela gestão de Recursos Humanos.

Também em Espanha se tem assistido a transformações significativas do mercado. Durante 2005, o Professor Ignacio Pérez Arriaga elaborou o livro branco sobre o sector da energia que recomendou ao Governo Espanhol a introdução de uma série de medidas que, a serem implementadas, alterarão significativamente a forma como o mercado Espanhol de energia funciona. Este documento encontra-se agora em análise pelas entidades oficiais Espanholas no âmbito do processo de redefinição do regime legal do sector.

Num outro plano, o dos interesses accionistas, têm-se também assistido a diversas movimentações no mercado Espanhol, de que são exemplos as recentes mudanças na estrutura accionista da Union Fenosa e a OPA lançada sobre a Endesa, as quais, independentemente do seu resultado, levarão a alterações significativas nas formas de actuação e no ambiente concorrencial dos mercados Ibéricos de energia.

Este será assim um período de grandes desafios para a EDP mas também de grandes oportunidades para a empresa consolidar a sua estratégia e para se continuar a afirmar como um dos principais operadores no mercado Ibérico de Energia.

REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração apresenta o seu agradecimento aos Senhores Accionistas, pela confiança que mantêm no Grupo EDP.

Pelo apoio prestado às nossas actividades ao longo do último exercício, o Conselho agradece também aos membros dos Órgãos de Soberania que acompanharam a EDP.

No âmbito do sector da energia é natural referir, em especial, o intenso relacionamento da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e da Direcção Geral de Geologia e Energia com as empresas do Grupo.

Os agradecimentos do Conselho de Administração são ainda extensivos a todas as entidades que ao longo de 2005 colaboraram com a EDP, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon e Interbolsa;
- Revisores Oficiais de Contas e Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico;
- Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico – Elecpor.

É ainda devido um agradecimento especial:

- Aos Clientes das Empresas do Grupo EDP, a quem se reafirma o empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades;
- Aos Senhores Accionistas que mais de perto têm acompanhado a evolução da empresa, designadamente participando nas reuniões da Assembleia Geral de 31 de Janeiro e de 31 de Março de 2005;
- Aos Colaboradores, pela sua contribuição para o desenvolvimento do Grupo EDP, pela

competência e profissionalismo no desempenho das suas funções e pelo empenho na participação da dinâmica de mudança e crescimento do Grupo EDP.

No seguimento da ampliação do Conselho de Administração para quinze membros, deliberada na Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2005, foram eleitos para vogais do Conselho Manuel Menendez e Menendez e José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.

Em 2005, o Administrador João Eduardo Moura da Silva Freixa renunciou ao cargo de Vogal do Conselho de Administração da EDP, S.A., tendo sido substituído pelo Administrador Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.

Também em 2005 cessou funções como Secretário da Sociedade o Dr. António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho tendo assumido essas funções o Eng.º António Manuel Barreto Pita de Abreu.

Aos elementos que cessaram funções, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento pelas contribuições para o desenvolvimento do Grupo EDP.

O Conselho de Administração

Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente)
João Luís Ramalho de Carvalho Talone
António Afonso de Pinto Galvão Lucas
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
Jorge Manuel de Oliveira Godinho
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette
José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral
José Manuel Trindade Neves Adelino
José Pedro da Silva Sucena Paiva
Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho
Paulo Azevedo Pereira da Silva
Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende
Manuel Menéndez Menéndez
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Lisboa, 7 de Março de 2006

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Extracto da Acta nº 1/2006 da Assembleia Geral de Accionistas, de 30/3/2006

(...)

Constatou-se, pelo exame da lista de presenças, devidamente organizada, que se encontravam presentes ou regularmente representados Accionistas titulares de dois mil cento e trinta e quatro milhões duzentos e vinte e nove mil e setenta acções, correspondente a 58,37% do capital social, observando-se todas as condições para deliberação sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos.

Ponto UM - documentos de prestação de contas individuais de 2005

(...) aprovados, com treze milhões, quarenta e dois mil e setecentos e oitenta (99,42%) votos a favor (...)

Ponto DOIS - documentos consolidados de prestação de contas de 2005

(...) igualmente aprovados, com treze milhões, quarenta e três mil e noventa (99,42%) votos a favor (...)

Ponto TRÊS - aplicação de resultados - proposta do CA

(...) Resultado líquido do exercício: € 509 834 598,34; Reserva legal: € 25 491 729,92;

Dividendos: € 365 653 771,50; e Resultados transitados: € 118 689 096,92.

(...) aprovada, com catorze milhões, oitocentos e vinte e cinco mil e seiscentos e trinta e cinco (99,99%) votos a favor, mil setecentos e oitenta e quatro votos contra e duzentas e quinze abstenções.

Ponto QUATRO - apreciação da administração e fiscalização

(...) aprovado um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração e a cada um dos seus membros, bem como ao Fiscal Único, com treze milhões, cento e doze mil setecentos e onze (99,95%) votos a favor (...).(…)

Lisboa, 30 de Março de 2006

O Secretário Suplente da Sociedade
António José Marrachinho Soares



www.edp.pt